



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 060.4.54.0

DATA: 25/03/14

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa Ordinária -
CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h00min

TÉRMINO: 20h07min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
14:16	PE	JANETE ROCHA PIETÁ
15:32	PE	DANIEL ALMEIDA

Obs.:

Ata da 060ª Sessão, em 25 de março de 2014

Presidência dos Srs.:

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Henrique Eduardo Alves

Andre Vargas

Fábio Faria

Marcio Bittar

Simão Sessim

Maurício Quintella Lessa

Biffi

Gonzaga Patriota

Wolney Queiroz

Vitor Penido

Takayama



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 170 Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário, o ilustríssimo Deputado Marçal Filho, procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. MARÇAL FILHO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marçal Filho.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu fui designado Relator de uma proposta que muda a Constituição brasileira em relação aos critérios para os aposentados do serviço público por invalidez.

A lei prevista na Constituição é extremamente injusta. O Governo, inclusive, concorda com isso. Não há ninguém que diga o contrário, mas nada foi feito de concreto para modificar isso.



Eu quero já adiantar que o meu relatório será no sentido de fazer com que essas pessoas possam resgatar tudo aquilo que perderam, independentemente de data, porque fora estabelecido uma coisa antes de 2013 e outra depois de 2013.

Ninguém pede aposentadoria por invalidez. A pessoa tem algum tipo de invalidez por uma situação que não lhe é voluntária, torna-se inválida para determinado trabalho que atua por uma tragédia, por uma fatalidade.

Não é possível que essas pessoas sejam tratadas dessa forma. Nós realizamos várias audiências públicas, que mostraram casos chocantes em relação ao tratamento que recebem as pessoas aposentadas por invalidez.

Então, nós, da Câmara dos Deputados, temos esta obrigação. Quero pedir aos membros da Comissão Especial que votem logo a matéria, ao Presidente que a coloque em pauta e venha logo para este plenário, para fazermos justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota por 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu recebi ontem duas cartas de pais desesperados, da minha querida cidade de Salgueiro, com um tal de Compra Premiada. Eu levantei as informações: temos mais de 5 mil empresas de compras premiadas no Brasil.

Em Salgueiro, a Justiça — promotor, juiz — mandou fechar essas empresas. Eles estão desesperados. Já venderam bens, pressionados pelos credores.

Eu estou com essas cartas aqui para que V.Exa. dê conhecimento à Presidência da República, ao Ministério Público, à Justiça Federal. Estão aqui as ações que tramitam na Vara Federal de Salgueiro.



Nós que brigamos aqui, às vezes, por problemas de agricultores, de estradas, não podemos deixar de lado essas famílias que não usaram de má-fé, que registraram suas empresas e que hoje se veem prejudicadas com o seu patrimônio.

Ao Moysés e à Márcia do Doce, de Salgueiro, nossa solidariedade extensiva a essas mais de 7 mil empresas de Compra Premiada que estão na ilegalidade, mas que foram registradas. Temos que tomar uma providência para esse pessoal que não usou de má-fé.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE- Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro o recebimento, ontem dia 24 de março, de duas cartas que, como pai e cidadão de bem como são os missivistas, me abalaram o coração e a alma.

Trata-se, senhor Presidente, colegas Deputadas e Deputados, de dois amigos de infância: Moysés, filho do Sr. Júlio do Doce, fundador do bairro do Prado, em Salgueiro e de sua esposa, Maria Marly, pais de Leonardo Tácito, sócio majoritário da empresa Alves Eletro Compra Premiada, instalada em minha querida Salgueiro, no Estado de Pernambuco.

Além de conhecer Moysés e Marly desde crianças, sou cliente dessa empresa. Como salgueirense adotado e ter domicílio nessa cidade, adquiri um consórcio de moto da empresa Alves Eletro Compra Premiada e, sorteado, recebi a motocicleta, tendo, em seguida, adquirido outro consórcio, ainda em tramitação. Acompanhei, também, o drama causado aos missivistas, quando acionados judicialmente.

Eis as correspondências de Moysés Alves Primo e de Maria Marly.



*“Caro Amigo **Gonzaga Patriota**, venho lhe pedir que possa estar me ajudando a cumprir a minha missão. Pois preciso de todo apoio possível nessa empreitada.*

*Passo por uma crise muito difícil, e hoje o que está em jogo é o futuro do **meu filho, Leonardo Tácito**, pois a empresa que constitui (Alves Eletro - Compra Premiada) coloquei em nome dele como forma de deixar um bom legado para ele, porém, as coisas não saíram como planejado e hoje, por ele ser o titular da empresa, passa por um **processo penal** do qual é acusado de CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO.*

Logo, qualquer penalidade que por ventura possa acontecer no decorrer dessa história, será ele que sofrerá as penas e os resultados futuros da mesma sem culpa direta alguma, pois a iniciativa de abrir essa empresa foi minha. E na época que eu decidi por abrir a empresa, não sabia que estava cometendo crime algum.

Pois nada se via falar sobre ser proibido constituir uma empresa como essa modalidade, além de já existirem mais de 7.000 Compras Premiadas espalhadas pelo Brasil na época em que eu iniciei a minha loja e nada se falava ou noticiava como sendo um comercio irregular.

Se eu soubesse, jamais teria iniciado essa empresa, e MUITO MENOS a colocado em nome de meu filho para que ele sofresse processo algum por isso. Acho que essa é a maior prova de que eu nada sabia sobre ser irregular o negócio de Compras Premiadas, pois creio que nenhum Pai, pelo menos de boa índole, faria tal coisa sabendo ser ilegal e mesmo com esse conhecimento, ainda colocar a empresa em nome do filho, podendo, nesse caso, prever que futuramente ele passaria por duras penas com tudo de negativo que ocorresse.



Se o processo corresse em meu nome, eu não estaria tão preocupado, pois não me importaria com nada que viesse a me ocorrer, estando meu filho e a minha família imunes.

Faço-Ihe esse pedido de um Pai para outro Pai. Meu filho ainda tem uma vida toda pela frente. Faz planos de se casar com uma boa moça. Planos esses, hoje suspensos por ele, por medo do futuro que possa estar a sua cola, pois ele não quer que *ELA* esteja com ele, caso as coisas fiquem difíceis.

Meu filho hoje cursa também a faculdade que sempre sonhou, DIREITO, pois sempre se interessou por essa área e faz planos de gozar de uma magistratura plena. Sonho esse também vivido a mercê do pânico de ver tudo acabar de repente por causa do processo que corre em seu desfavor.

Enfim, encerro meu pedido, pois sei que você tem muitos compromissos, e devo ser breve e direto no que solicito. Anexo a esse Email está uma carta que eu gostaria muito que você leia e que a fizesse chegar às mãos e ao conhecimento da nossa Presidente. A carta foi escrita por Minha Esposa Marli no expandir de sua angustia, medo e preocupação por nosso futuro.

Quem sabe, você possa conseguir junto aos seus colaboradores e colegas de trabalho que o conteúdo dessa carta seja nos proporcionado de alguma forma, por mais extraordinária que seja. Pois no fim de tudo, até hoje, em quase seis anos de trabalho, nós só contribuímos com a população de Salgueiro gerando emprego e renda. Nenhum dano causamos a população ou a qualquer cliente.

E sempre contribuímos ainda com todos os impostos REGULARMENTE que nos cabiam por todo esse período de existência da nossa empresa. E no fim, temo pela segurança e pelo futuro do meu filho e da minha família, pois vivemos em um



local do interior nordestino, em que a lei, para alguns, ainda é justificada através do "olho por olho, dente por dente". E talvez, quando a justiça de verdade que deveria ser feita seja reconhecida, temo já ser tarde demais!

No aguardo de Vossa Excelência e, confiante na sua conduta inabalável como Deputado e Pai, aguardo resposta!

Moysés Alves Primo - Moysés do Doce

Salgueiro - PE. Tel. (87) 9613-5053 TIM - Tel. (87) 8809-6474 OI

MÃE DESPERADA/ESPOSA AFLITA.

*Meu nome é **Maria Marly**, não sou nenhuma autoridade, nem tão pouco posso diploma algum, ou cargo importante, sou apenas uma cidadã brasileira, uma mãe desesperada, uma esposa aflita, que teme pela segurança de sua família, portanto gostaria de expressar meu grande desapontamento a esse sistema falho chamado "justiça". Se de alguma forma eu me expressar excessivamente, peço que me perdoe, pois no entusiasmo da fala, escrevo o que me vem e não sei como falar em palavras éticas ou em termos acadêmicos, por isso me permiti escrever como falo.*

*Gostaríamos muito que soubessem da nossa história e do que eu e minha família temos passado por causa justamente da justiça. Eu vejo dizer que o papel principal do **Ministério Públíco Federal** é proteger as pessoas, mas no nosso caso, **NÃO!** Fecharam temporariamente a nossa empresa de uma maneira, no mínimo, revoltante para nós que estamos do lado mais fraco da lei. O lado onde ela atinge mais do que protege.*



Que justiça temos hoje? justa ou injusta? de quem e para quem? O que sei é que essa nossa justiça brasileira por vezes, tão bem referenciada “na teoria”, sempre se posiciona apenas do lado dos mais fortes “na prática”.

*A nossa empresa atua no segmento de compra premiada, já existente no País há mais ou menos 18 anos e com mais de 07 (sete) mil compras premiadas espalhadas pelo País, onde até o dia em que a “justiça” determinou nossa paralisação, não sabíamos que estávamos cometendo **crime algum**.*

Se nós erramos, como foi alegado “Crime contra o Sistema Financeiro” que nem sei por quem é representado, se pelo estado, ou pelo governo federal, porque não fizeram o que lhes cabia de forma que não prejudicasse as pessoas e nem a nós que trabalhamos tanto e honestamente para erguer todo um patrimônio? Porque nos trataram de forma tão diferenciada das demais empresas do mesmo ramo? Enfim, na outra ponta da lança, sabemos que não é nenhuma novidade que muitos crimes hediondos são o que mais se ver neste País e ficam por isso mesmo em sua maioria.

Tudo que estamos passando com os nossos clientes e também fazendo os próprios passarem, de certa forma, se deve ao modo drástico que nos abordaram e fecharam nossas portas para o trabalho, imputando a nós, a imagem de sermos como outras empresas desse mesmo ramo que trabalharam de forma muito errada, como pode acontecer também em qualquer outro ramo empresarial. Nossa imagem levou mais de 05 (cinco) anos para ser construída, porém, foi devastada em apenas uma canetada.

A nossa empresa teve início em Junho de 2007 e até a data de 11/09/2012, quando decretaram que deveríamos paralisar nossos trabalhos, não havia nada que



ferisse nossa conduta que era impecável frente a todos os nossos clientes, pois tudo corria bem até este dia. Nada devíamos a ninguém e todos os clientes recebiam de imediato as suas premiações referentes aos sorteios em que eram contemplados.

E assim foi durante 05 (cinco) anos. Ou seja: até o momento de sermos surpreendidos com a atitude do Ministério Público, JAMAIS tivemos QUALQUER problema financeiro com NENHUM cliente, ou fornecedores, bancos, funcionários, contadores, locatários, NADA! Além de dispormos ainda de uma quantidade significativa de dinheiro aplicado nos bancos e de muitas mercadorias adquiridas e estocadas em nossos depósitos. Medida essa que tomamos como fonte de reserva para os primeiros grupos contratados de compra premiada que estavam se encerrando.

*Não estou contradizendo a justiça ou alegando que culpa nenhuma temos. Apenas não sabíamos que estávamos cometendo **um crime**. Somos de uma família humilde, nascida e criada na cidade onde exercemos nossas funções trabalhistas. Todos os nossos funcionários são registrados e pagamos todos os nossos impostos em dia.*

Conquistamos a admiração e o respeito dos nossos mais de 2.700 (dois mil e setecentos) clientes, apenas com o sobrenome que carregamos na cidade natal, procurando trabalhar com transparência e responsabilidade e sempre respeitando os clientes em primeiro lugar, pois aqui em nossa cidade, posso assegurar que 90 % da população nos conhecem e sabem da nossa idoneidade e caráter.

*Em nenhum momento esbanjamos de algum luxo ou usufruímos de futilidades para demonstrar uma riqueza que não tínhamos, até porque sabíamos que deveríamos poupar e investir para na época de encerramento dos grupos (**que é o***



*momento de maior necessidade de capital para fazer esse negócio dar certo), honramos com todas as nossas obrigações perante todos os nossos clientes. Não temos riqueza alguma, nem carros caros, ou mesmo se quer uma casa própria (**fato esse que pode ser facilmente investigado**).*

*Não vivemos cometendo luxurias, vivemos do nosso trabalho. Meu esposo que já tem 62 anos, é um homem honrado e honesto, nunca enganou ninguém, ele apenas entrou em um negócio errado e na hora errada. Mas somos uma família de **DEUS** e o servimos com Amor e Respeito.*

*O que estou dizendo é que poderia ter sido feito sim toda investigação a respeito do que fosse necessário para garantir os haveres dos clientes que haviam contratado com a nossa empresa, porém, poderia e **DEVERIA** ter sido realizado tal investigação de outro modo, sem precisar decretar o fechamento e paralisação da nossa empresa.*

Em outros lugares aconteceu a mesma investigação, mas em nenhuma outra situação, a empresa precisou parar de funcionar para ser investigada. Algumas pararam de funcionar, é verdade! Mas pararam por conta própria e porque já não conseguiam mais pagar as pessoas, pois provavelmente investiram errado o capital da empresa, ou o desperdiçaram com futilidades e de maneira exagerada. E conosco? JAMAIS ACONTECEU FALHA OU ATRASO QUANTO AOS PAGAMENTOS QUE TINHAMOS COMO OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DE EFETUAR AOS NOSSOS CLIENTES!!!

O correto seria ter deixado que continuássemos os trabalhos, porém, sem fazer novos contratos, reduzindo os nossos grupos de clientes, até terminar, como tanto pedimos e sugerimos que fosse autorizado ser posto em prática com o auxilio



da nossa advogada através de um acordo, chamado “TAC” (Termo de Ajustamento de Conduta). Pois se assim tivessem agido conosco, a nossa credibilidade não teria sido tão absurdamente abalada. Poderia ser tudo diferente e terminar tudo bem, Mas neste país, pobre vai para cadeia e não tem voz. Voz tem quem é rico, e “nós” a quem pedir socorro?

A justiça atual pouco pensou e analisou o problema a fundo para saber como atuar conosco e sequer se deu ao trabalho de se precaver sobre a melhor maneira de não prejudicar tantos cidadãos que nada tem haver com o problema.

*A nossa imagem, o nosso trabalho e a nossa credibilidade foram imensamente prejudicados. Imagine a situação de uma empresa fechada durante 06 (seis) meses, mantendo em dias suas despesas mensais que somavam cerca de **175 mil reais**, sem entrar um tostão? Obvio que ninguém se mantém em dada situação! Porém, apesar de todas as dificuldades, conseguimos pagar a cerca de 60% dos nossos clientes até agora, mas chegou a um ponto em que esta inviável. Nós jamais desejamos levar prejuízo á ninguém. Mas fomos tratados de forma diferente pelo Ministério Público quando fomos investigados. A promotoria levou mais de 06 (seis) meses para fechar o acordo de ajustamento de conduta conosco, para só então, a partir desse momento, ser possível à liberação de continuidade dos nossos trabalhos.*

Reforço, SEIS MESES PARADOS! Um absurdo de tempo. Impossível de se manter um lastro financeiro sustentável para um funcionamento futuro. Todos os planos econômicos que havíamos elaborado para uma sustentação em longo prazo foram abalados com o prejuízo que nos sucumbiu durante todo esse tempo. E esses



*danos financeiros perduram até hoje. Só me resta lembrar aqui, as palavras de um sábio jurista: “**JUSTIÇA TARDIA, NÃO É JUSTIÇA**”.*

*Tudo que nos foi pedido pelo Ministério Público Federal, entregamos em uma semana, foram dias de serão, funcionários sem dormir direito para entregarmos todas as exigências, e mesmo assim, durante **seis longos meses** o Ministério Público Federal negava-se a realizar o TAC. Nesse período difícil, todos esperavam que fugíssemos, e muitos dos nossos clientes até nos admitiam, por vezes, que estando em nosso lugar, com certeza anoiteciam e não amanheciam. Pois houve todo tipo pressão e de comentário absurdo a nosso respeito em toda cidade, onde o menos grave deles era de que iríamos fechar as portas e correr. Esse principalmente, se disseminou descontroladamente. **MAS NÃO!** Pelo contrário, corremos atrás do prejuízo e de uma solução que fosse viável á todos. Foi então que em último caso, recorremos ao **Ministério Público Estadual** que aliado ao **PROCON** da nossa cidade, deram o aval em **24 horas** para realização do **TAC!** E só assim, posteriormente, o acordo foi assinado pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente e claro, pelos órgãos que nos apoiaram para tal. Dessa forma, pudemos então continuar nossos trabalhos no sentido de trabalhar apenas com os contratos já firmados até aquele momento e sem efetuar novos contratos, perfazendo assim a finalização do segmento aos poucos à medida que os grupos iriam sendo diminuídos.*

*Pois bem, após fazer com que perdêssemos todo o nosso capital, com advogados caríssimos, viagens desses advogados para nossas diversas defesas, “sem sucesso” e seis meses depois, após deixar de arrecadar cerca de **um milhão e quatrocentos mil reais** nesse período, voltamos à atividade, onde houve uma*



avalanche de desistências por causa da credibilidade abalada devido à paralisação desnecessária.

*Para se ter uma ideia do prejuízo moral, após liberação das atividades, tivemos um total de cancelamento que chegou a cerca de **40%** do total de contratos que tínhamos **ATIVOS**, e cerca de **20%** destes cancelamentos, tivemos que pagar de imediato. Logo começaram a surgir quitações antecipadas de contratos que foi a gota d'água para desestabilizar financeiramente nossa empresa, onde passamos a sofrer com diversas ameaças no trabalho, em nossa própria casa e por telefone. E pior, não só conosco, mas também com nossos filhos, netos e funcionários. Houve dias, inclusive, que tivemos de trabalhar com a polícia dentro da loja, pois sofriamos o risco de invasão ou depredação do patrimônio.*

Na época da paralisação a loja abria apenas para atender telefone e dar explicações aos clientes de que nossas atividades estavam suspensas, segundo a determinação da justiça, e até fazê-los entender o porquê de não podermos mais receber pagamentos, éramos enxovalhados de palavrões de baixo escalão e ameaças de morte! Só nós sabemos o que tivemos de passar neste período, pois temos a boa intenção de pagar a todos e não lesar ninguém, pois se esse fosse nosso intuito, teríamos fugido de imediato e não teríamos sofrido tanto, e ainda estamos sofrendo, pois nada mudou, ao contrário, só piora a cada dia no que diz respeito à desconfiança de todos.

E agora? Onde buscar recursos? Fomos vendendo tudo que tínhamos, pedindo empréstimos aos bancos, empenhando nossos bens, e etc., mas nada disso mudou o quadro do enorme prejuízo que a paralisação nos penalizou sofrer.



No momento em que fomos acusados de “Crime Contra o Sistema Financeiro” o Ministério Público vislumbrou apenas o fato de algum prejuízo que a empresa pudesse estar causando ao Estado, pois se tivesse havido realmente o zelo para com os cidadãos que contrataram conosco, não teria agido de forma tão radical inicialmente quando determinou de início a nossa paralisação e nem teria agido com tanto desprezo posteriormente, em um momento de necessária urgência para encontrar a solução mais rápida e benéfica a todos.

O que não se entende é que houve “dedos rápidos no gatilho” por parte do Ministério Público, na hora de paralisar uma empresa que, diga-se de passagem, não havia até o devido momento de parada nenhum sinal de turbulência financeira ou de obrigações desonradas para com qualquer cliente ou mesmo para com o Estado no tocante a todos os impostos que nos eram impostos, porém, no momento que o mesmo ministério deveria agir com a mesma presteza ao analisar a possibilidade de um acordo para voltarmos a trabalhar, isso não só não ocorreu, como também demorou o suficiente a ponto de garantir uma falência de recursos que haviam sido poupadados por cinco longos anos árduos de muito trabalho, onde seriam investidos de forma correta para garantir a segurança econômica da empresa e dos clientes.

Não me acanho em lembrar que antes das acusações que nos foram atribuídas pelo Ministério Público, em momento algum, nunca nenhuma pessoa, física ou jurídica nos questionou a respeito de nada, pois sempre honramos com os pagamentos das premiações dos clientes de forma imediata e integral. A nossa credibilidade era tão alta que havia muitas pessoas sem fila de espera por vagas nos grupos para contratar conosco.



Hoje estamos reabertos há 11 meses. Mas infelizmente hoje também, são inúmeras as reclamações nos órgãos competentes. Mas isso se dá, não pelo fato de não receberem suas premiações, mas sim, porque agora, todo mundo quer desistir e cancelar seus contratos e receber em exatamente o que pagaram sem custas, ou desconto algum. É de corroer por dentro a minha tão grande frustração e indignação ao olhar o nosso quadro hoje e lembrar que por cinco anos trabalhando em um ramo comercial misto de compra premiada e de comércio varejista de móveis e eletros “convencional”, nós jamais tivemos nenhuma reclamação registrada em qualquer órgão de proteção e defesa do consumidor ou mesmo nenhuma ação judicial de qualquer natureza.

*Apesar de tudo, 11 meses após o retorno das atividades, nenhum cliente deixou de receber sua premiação e claro, ninguém foi lesado. Mas chego a me desestabilizar emocionalmente ao notar que hoje, as portas dos bancos, fornecedores e até de muitos amigos, estão fechadas para nós. Eu mais uma vez pergunto em súplica de socorro: **a quem vamos recorrer para quitar todos os clientes? Pois TODOS é o que queremos!***

Hoje somos questionados por tudo e por todos. Eu encaro a situação de que nós fomos punidos por um crime antes mesmo de sermos julgados por ele. E pior ainda, no nosso caso em específico, sofremos a pena, antes mesmo de julgados. Pois, acredito que a medida mais correta seria ter paralisado a empresa apenas após julgado o processo de investigação e constatado que realmente essa seria a única ou a melhor alternativa a se tomar. Para provar tamanho equívoco por parte do ministério em nos paralisar sem motivo significativo para tanto, é que conseguimos voltar a trabalhar e tivemos as atividades liberadas novamente. Claro, com certas



restrições e os devidos cuidados legais, mas voltamos a trabalhar. Não teria melhor para todos, termos continuado trabalhando sem nenhuma paralisação durante o processo de investigação? CLARO QUE SIM!

Então eu pergunto – O estado não pensa nessas pessoas? E se não conseguirmos pagar a todos? Dadas às circunstâncias, será que essa culpa agora é só nossa? Pois fizemos e ainda estamos fazendo de tudo para honrar com todos os nossos compromissos que não são poucos e, até agora conseguimos, embora com muita dificuldade.

Mas quem se responsabilizará e pagará pela repercussão do que aconteceu pela maneira impar da qual fomos tratados? Pois se não tivessem nos paralisado, ou se pelo menos não o tivessem feito por tanto tempo, com certeza não estaríamos nessa dificuldade. Pois admito que, se não tivesse ocorrido o trancamento de nossos trabalhos e se mesmo assim, nós ainda não conseguíssemos honrar com nossas obrigações, nesse caso SIM, teríamos alguma culpa.

Mas essa chance, que foi dada a todas as outras empresas do mesmo ramo e que também foram investigadas, a nós foi castrada por motivos que desconhecemos e sem razão alguma significativa que se possa visualizar a tomada de tal decisão. Repito que não questiono o fato de sermos investigados, mas sim, a forma diferenciada que se manuseou a nossa investigação e a maneira, no mínimo, questionável de nos barrar, que explodiu como uma bomba em nossa cidade e nas nossas vidas, causando grande temor do que viria e um prejuízo do qual está cada vez mais difícil de reverter.

Temo uma catástrofe, quando sei que tudo poderia ser diferente. Não queremos que nos sobre nada, queremos pagar as pessoas, para que assim nos



sobre apenas à dignidade. Então para isso precisamos de ajuda. Hoje somos a vergonha da cidade. Todos se voltaram contra nós. Só o meu SENHOR DEUS esta conosco e apenas a Fé que temos nele está sendo capaz de nos fazer levantar todos os dias da cama, para buscar sobreviver a mais um dia de trabalho sem saber como irá terminar.

Eu quero uma solução, uma ajuda, um socorro. Eu quero justiça! Fico me perguntando se esse segmento de compra premiada já funcionava há 18 anos, porque nunca ninguém tomou providências? Quando decidimos por entrar nesse segmento, dava-se a entender de uma forma geral que estava tudo bem e que não havia nenhuma restrição. 18 anos? Onde esteve o Ministério Público durante todo esse tempo? Nós que não temos nem mesmo uma casa própria para morar, nunca fraudamos ninguém, nunca roubamos e nesse momento final, suplicamos um forma de ajuda em nome de todas as pessoas que fazem parte da nossa empresa, pois estas depositaram seus sonhos e suas reservas conosco e não é justo que percam nada.

Que justiça é essa? Nosso País tem verbas para doar a CUBA, gastou 09 Bilhões com os Estádios de Futebol, renegocia dívidas dos estados todos os anos, e os indiciados do mensalão que já são ricos, após terem sido acusados e condenados, ainda assim conseguem quantias absurdas pela internet, para pagar as próprias multas impostas pela justiça dos seus crimes. Fora os diversos crimes que acontecem corriqueiramente neste País, e que quando não ficam impunes, recebem penas brandas e em liberdade. Porque conosco, a justiça precisa ser tão dura a ponto de devastar toda uma família e suas extensões parentais, as quais jamais cometeram nenhum crime ou mau algum praticaram contra ninguém?



Por isso estamos pedindo ajuda, pois não queremos nos tornar criminosos “no papel” ou até mesmo, perder nossas vidas. Pois tememos que fossem apenas estes os caminhos que nos esperam. Não temos a intenção de lesar ninguém, então, frente ao desespero, pedimos ajuda do nosso Estado e do nosso País, pois para a nossa família é muito ou quase impossível resolver isso sem ajuda de vocês.

Mas sabemos que para Deus e para este governo, não é nada. Pedimos uma ajuda, uma linha de crédito. Algo que possamos pagar á longo prazo, com juros baixos e em um tempo maior de carência, para que assim possamos pagar a todos os clientes e em seguida saldarmos nossas dívidas com quem possa nos ajudar. Sabemos que meio a tantas arrecadações governamentais, possa haver um dinheiro á fundo perdido, esperando alguma finalidade para ser utilizado.

Sempre ouvimos dizer que os bancos como, o BNDES socorre grandes empresas. Então pedimos algo nesse sentido para nossa pequena empresa, para que possamos sair dessa situação com dignidade e enfim nos livrarmos deste destino horrível que eu e minha família estamos prestes á enfrentar. Pedimos que, por favor, pela MISERICÓRDIA DE DEUS, olhe com carinho para este nosso pedido, pois é a vida da nossa família que está em jogo!

Maria Marli...

“Tel. (87) 9910-7433”

Transcritas essas correspondências, eminentes Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço-lhes, na medida do possível, as ler e recomendarem às autoridades envolvidas com esse processo, sem qualquer interferência no julgamento do mérito da ação penal que, como cidadãos, as leiam também.

De coração partido, encerro este pronunciamento.



“Dados da Empresa

Razão Social: LEONARDO TÁCITO MENDES ALVES-ME

Nome Fantasia: ALVES ELETRO COMPRA PREMIADA

CNPJ: 08.822.284/0001-03

Insc. Estadual: 18.5.755.0350418-2

Endereço: Rua Clarisbalde Filgueira Sampaio, nº 220

bairro: Santo Antônio

cidade: Salgueiro-pe

Telefone: (87) 3871-1521

Dados do Processo

Nº do Processo:

0000294-73.2012.4.05.8304

Procuradora da República em Serra Talhada

Promotora do Processo: Dra Marília!

Tel. (87) 3831-6090 / 3831-7292

Juiz Titular da 20º Vara Federal em Salgueiro-PE na época do Processo:

Allan Endry Veras Ferreira

Tel. da 20º Vara em Salgueiro: (87) 3871-8121

Titular do Processo:

Leonardo Tácito Mendes Alves

Tel. (87) 9909-2420 / (87) 8873-8580 / (87) 3871-1521

Advogada Responsável por nossa defesa:

Dra Vitoria Fernandes da Silva

OAB-SP 215.282



OAB-PA 12.084-A

Tel. (94) 3346-4215 / (87) 9665-2363"

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Marroni.

Em seguida, os Deputados Artur Bruno e Felipe Bornier.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo a tribuna para falar que hoje, 25 de março, comemora-se o dia da primeira Constituição do Brasil, outorgada em 1824. Evidentemente, uma Constituição que dava poderes ao Imperador D. Pedro I, e não ao Legislativo nem ao Judiciário.

De lá para cá, nosso País viveu momentos importantes de restruturação da sua Constituição. Só em 1988 conseguimos uma Constituição Cidadã para defender nossos direitos, mas apenas na última década esses direitos foram garantidos ao povo brasileiro.

Fica aqui também o nosso registro sobre a resolução do Partido dos Trabalhadores em relação ao dia 1º de abril, onde faremos 50 anos do golpe militar.

O PT e os seus aliados vão fazer...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos aqueles que nos assistem e nos acompanham pela *TV Câmara*.

Hoje ocupo este espaço para falar sobre o Dia da Constituição. No dia 25 de março de 1824 foi outorgada, por Dom Pedro I, a primeira Constituição do Brasil,



que atribuía mais poderes ao imperador do que aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Até 1987, o Brasil era regido por uma Constituição imposta pelo governo, alterada pelos Atos Institucionais, sob o regime da ditadura militar.

Em 1988, porém, entraria em cena uma nova Constituição, que está em vigor até hoje. Promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a como um texto constitucional) e a sexta ou sétima constituição Brasileira em um século de república.

Desde 1964 o Brasil vivia sob uma ditadura militar e, desde 1967, sob uma Constituição imposta pelo governo da época. O regime de exceção, em que as garantias individuais e sociais eram restritas, ou mesmo ignoradas, e cuja finalidade era garantir os interesses da ditadura, internalizados em conceitos como segurança nacional, restrição das garantias fundamentais etc, fez crescer, durante o processo de abertura política, o anseio por uma nova Constituição para o Brasil; defensora dos valores democráticos. Anseio que se tornou necessidade após o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, a partir de 1985.

Foi então, que no dia 5 de outubro de 1988, o Congresso Nacional votou e foi promulgada a nova Constituição Brasileira. Nela, o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia representativa foi conquistado: foi determinada a eleição direta para os cargos de presidente da República, governador dos estados e do Distrito Federal, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. A nova Constituição previu também maior responsabilidade fiscal. Pela primeira vez,



uma Constituição brasileira define a função social da propriedade privada urbana, prevendo a existência de instrumentos urbanísticos que, interferindo no direito de propriedade (que a partir de agora não mais seria considerado inviolável), teriam por objetivo romper com a lógica da especulação imobiliária. A definição e regulamentação de tais instrumentos, porém, deu-se apenas com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001.

Além disso, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar aqui também os direitos sociais conquistados com a nova Constituição. São eles: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. E agora, também, o transporte, após aprovação da PEC 190, da deputada Erundina, em dezembro do ano passado.

E foi a partir de janeiro de 2003, Sr. Presidente, que o povo brasileiro começou, de fato, a usufruir dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Brasileira. A partir do governo do Presidente Lula, iniciou-se uma verdadeira revolução social neste de norte a sul deste país. Pela primeira vez em 500 anos, um trabalhador chegou ao poder e um governo foi voltado aos mais pobres. Àqueles que mais precisam do poder público. Há doze anos está em curso esse governo popular e democrático, que em 2011 teve sequência com a eleição da presidenta.

Os números não me deixam mentir, Sras. e Srs. Deputados. O Minha Casa Minha Vida já entregou 2 milhões de casas; o Minha Casa Melhor já beneficiou 217 mil famílias, que puderam comprar seus eletrodomésticos através de uma linha de crédito do governo; o Ciência sem Fronteiras já contemplou 20 mil estudantes com bolsas de estudo no exterior; o Pronatec já tem 5 milhões de matrículas; o PROUNI



colocou 1,6 milhão de jovens carentes nas melhores universidades do Brasil; o Luz pra Todos levou energia elétrica a 15 milhões de pessoas; o Mais Médicos colocou 9,5 mil médicos nas regiões mais remotas do país, promovendo atendimento a 33 milhões de pessoas; a presidente Dilma apresentou, e este Congresso aprovou, a nova Lei dos Royalties, que destina todo o lucro do petróleo para a educação (75%) e a saúde (25%). Até 2022 serão R\$112 bilhões investidos na melhoria da educação brasileira.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quero comemorar, neste 25 de março, os 190 anos da primeira Constituição Brasileira. Mas quero, acima de tudo, comemorar os 12 anos em que o povo brasileiro está, de fato, usufruindo dos direitos sociais obtidos na Constituição de 1988.

Parabéns ao Presidente Lula! Parabéns à Presidenta Dilma! Parabéns ao povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Com a palavra o Deputado Artur Bruno. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ARTUR BRUNO (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 25 de março, é uma data histórica para o Brasil e sobretudo para o Estado do Ceará. No dia 25 de março de 1884, o Estado do Ceará decidiria pela Abolição da Escravatura, sendo o primeiro Estado do Brasil a realizar este importante feito.

O Governo do Estado do Ceará criou a Medalha da Abolição, que é a mais importante condecoração do Estado do Ceará, para celebrar esta data, que inclusive é feriado em nosso Estado.



Hoje o Governo do Estado do Ceará estará homenageando três grandes personalidades do nosso Estado: Demócrito Dummar, ex-Presidente do jornal *O Povo*, Airton Queiroz, Chanceler da Universidade de Fortaleza e Sérvelo Esmeraldo, escultor, um dos maiores artistas plásticos do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Com a palavra o Deputado Felipe Bornier. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. FELIPE BORNIER (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este final de semana foi de muito trabalho.

Estive presente no Município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, juntamente com o Vice-Governador Pezão e o Prefeito Nelson Bornier, onde tivemos a oportunidade de visitar diversos bairros, como Corumbá, Botafogo, Figueira I, Figueira II, que, para quem não sabe, é detentor do pior índice de desenvolvimento humano de Nova Iguaçu. Lá tivemos a oportunidade de inaugurar 29 ruas.

Então foi o momento muito oportuno para dizer da importância de parcerias junto ao Governo do Estado para o desenvolvimento dos Municípios. E foi um momento muito bom, para aquela população que não acreditava mais na política, não acreditava mais que algo podia acontecer, lá a gente poder inaugurar e propiciar esse marco tão importante na vida e na qualidade de vida daquelas pessoas que lá residem.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. FELIPE BORNIER (PSD-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Prefeito Nelson Bornier iniciou, uma verdadeira maratona de trabalho, para anunciar e inaugurar obras de infraestrutura,



com saneamento básico, drenagem, pavimentação, meio-fio, calçada e sinalização, em cinco regiões de Nova Iguaçu.

O encontro foi no bairro Lar Fluminense, próximo ao Parque Flora e do supermercado Multimarket. Ali, Bornier anunciou obras nas Alamedas Camapuam e Paulo Afonso, e ruas Verdiana G de Menezes, Papoulas, Manoel Rosa Chaves, das Graças, Ipê, Jandira e Caiana.

No último sábado, dia 22, o prefeito visitou mais quatro bairros o pronto de encontro na UPA, em frente ao posto de DETRAN no bairro Botafogo. De lá, a comitiva seguiu para Corumbá, Praça da Figueira e Figueira II, onde foi inaugurado, ao lado do vice-governador Luiz Fernando Pezão, seis quilômetros de obras em 29 ruas da região.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra aos Deputados Onofre Santo Agostini, Sandro Alex e Giovani Cherini, por 1 minuto.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para convidar os Deputados que porventura possam estar presentes na Comissão de Cultura, no Plenário 12, onde nós vamos ter uma audiência pública em que vai se debater o dia 17 de fevereiro como o Dia da Música Caipira.

O dia 17 de fevereiro foi a data de morte de Cornélio Pires, que foi o grande mentor da música caipira no Brasil. O primeiro disco feito foi pago pelo seu próprio bolso. Ele não era cantor, ele apenas defendia essa tradição da música raiz, a música caipira.

Portanto hoje, às 14h30min, nós vamos ter uma audiência pública e vamos ouvir algumas personalidades, dentre as quais a dupla sertaneja Zé Mulato e



Cassiano, mostrando ao Brasil que a música sertaneja, a música caipira é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Deputado Sandro Alex, por 1 minuto.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no próximo dia 3 de abril, às 17 horas, toma posse no Superior Tribunal de Justiça o Ministro paranaense Néfi Cordeiro. A nomeação foi publicada no Diário Oficial no dia de ontem, e ele assume com a responsabilidade de 10 mil processos para atuar com rapidez e qualidade, julgar com propriedade e dar celeridade à Justiça.

Em nome de todos os paranaenses, queremos cumprimentar esse irmão, Ministro Néfi Cordeiro, que tem um histórico de trabalho sério desenvolvido na Justiça do Paraná e também no TRF, em Porto Alegre, e agora está à frente dessa importante missão no Superior Tribunal de Justiça.

Nós da bancada do PPS indicamos o seu nome, uma indicação técnica, assim como também a bancada do Paraná. Ele estará ao lado dos Ministros, também paranaenses, Felix Fischer e Sérgio Kukina.

Parabéns e bom trabalho ao Ministro Néfi Cordeiro!

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Eu quero me somar a V.Exa. Conheci Néfi na luta pela implantação dos TRFs, um grande jurista do Paraná que certamente honrará os paranaenses e os brasileiros no exercício do cargo de Ministro do STJ.

Parabéns à bancada do Paraná! E parabéns a Néfi, que certamente honrará a indicação!



O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Deputado Giovani Cherini. S. Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, está aqui neste plenário, para o nosso orgulho, o Vereador de Cruz Alta, Marino Marangon, que vem a Brasília para buscar recursos para o seu Município, no Rio Grande do Sul.

Também registro que, neste final de semana, percorri 1.500 quilômetros. Visitei Arroio do Tigre, onde fiz palestra para 600 pessoas, e estive na 13ª Edição da Lagoa Fest e também no Hospital de Caridade, em Não-Me-Toque, levando uma emenda para aquele Hospital. Também estive, ontem, no Município de Farroupilha. Quero agradecer ao Ministro Manoel Dias e à Presidenta Dilma Rousseff pelo ProJovem Trabalhador. Quatrocentos jovens estão no ProJovem, no Município de Farroupilha. E hoje, ao meio-dia, almoçamos com o Ministro Neri Geller, que é gaúcho e nos orgulha muito.

Também quero registrar aqui uma homenagem ao Dia do Oficial de Justiça, hoje, dia 25 de março. Parabéns a todos os oficiais de justiça do Brasil e do Rio Grande do Sul!

Gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Farão uso da palavra os Deputados Geraldo Simões, Ricardo Berzoini e Janete Pietá, por 1 minuto cada.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, rogo que seja divulgado no meio de comunicação da Casa este pronunciamento que faço, dando conta de minha carta-resposta ao cidadão Rosivaldo Ferreira da Silva,



que ontem publicou uma carta aberta com insinuações graves a meu respeito em relação à demarcação de terras indígenas no sul da Bahia, às quais refuto com veemência, Sr. Presidente.

A minha posição em relação à questão de demarcação de terras indígenas, Sr. Presidente, está claríssima em pronunciamentos que faço nesta tribuna e no Projeto de Lei nº 6.818, de 2013, de minha autoria, sobre essa questão. Minha posição é clara. Não é possível a legislação continuar com esse vácuo. Temos que aprimorar a legislação para garantir os direitos das etnias indígenas, mas os direitos dos agricultores que exploram sua terra há três ou mais gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho apresentar, a este Plenário, essa carta aberta à Presidência da República, ao Congresso Nacional, ao Ministério da Justiça, ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público, à FUNAI, à OAB, ao CIMI, aos produtores rurais, às lideranças indígenas, ao Governo da Bahia, ao povo baiano, particularmente ao povo de Ilhéus, Una e Buerarema e às Nações Unidas – ONU.

Ontem fui surpreendido por uma carta aberta do cidadão Rosivaldo Ferreira da Silva – autodenominado Cacique Babau, onde ele terminava com um parágrafo, entre aspas, que reproduzo textualmente: “Se alguma coisa acontecer com minha pessoa e meus irmãos, foi essa Polícia que está aqui na região, que o ministro mandou para a aldeia. Sendo que a ordem de matar partiu do Deputado Geraldo Simões” .



A referida carta, de uma página inteira, denuncia supostas ameaças e arbitrariedades de autoridades e da Força de Segurança Nacional, na aldeia indígena Tupinambá da Serra do Padeiro. Essas ameaças estariam destinadas a intimidar o Cacique Babau, liderança do conflito indígena que assola a região de Ilhéus, Una e Buerarema há vários anos.

Frente a esta denúncia, de extrema gravidade, venho manifestar a necessidade de comprovação dos fatos. Não compactuo com nenhuma violência contra comunidades indígenas e repúdio a busca de soluções violentas para o conflito de terras na região, que têm se caracterizado por invasões armadas, espancamento de agricultores, assentados e seus familiares e até mesmo por assassinatos, como foi o recente assassinato, no dia 10 de fevereiro de 2014, do senhor Juraci dos Santos, trabalhador rural, Ex-presidente do Assentamento Ipiranga, casado com Elizângela Martins e pai de Tailane, fato que gerou ainda mais violência.

Não só repúdio fatos como estes, como solicitei ao Ministro da Justiça a intervenção do Governo Federal, com o intuito de garantir a paz e a solução negociada do conflito, assim como garantir a Lei e o respeito à Constituição, identificar os responsáveis por crimes e criar condições para a atuação da justiça.

Minhas posições a respeito do conflito estão claramente expostas em diversos pronunciamentos que realizei na Tribuna da Câmara dos Deputados e no Projeto de Lei nº 6818 de 2013, que estão transcritos em separata, publicação destinada a divulgar os trabalhos parlamentares.

Em nenhum momento defendo a violência e o desrespeito dos direitos das comunidades indígenas.



Em 25 de setembro de 2013 denunciei: “A situação de violência que predomina em nossa região tem que obter um tratamento em seu conjunto. É necessário que o Governo Federal e o Governo Estadual assumam seu papel de protagonistas e busquem uma solução sensata, que atenda a todos os envolvidos neste conflito.

Inclusive, sinto que é necessário criar um processo de negociação, com a participação todos os interlocutores, devidamente identificados, onde a problemática seja considerada objetivamente, tomando em considerações não só os direitos históricos dos indígenas, mas a realidade do Brasil atual e os direitos dos assentados e agricultores.”

Insisto e fundamento minha posição, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, baseado no bom senso e na consolidação da cidadania brasileira. Reconheço que a Constituição tenta reparar “erros” históricos na construção de nossa Nação. Somos frutos de uma conquista violenta, feita por armas e fogo, como em toda a América, onde a população local não era reconhecida como seres humanos.

Não foi só na “construção” do Brasil que isto ocorreu. Em toda América, milhões e milhões de pessoas foram extermínadas, arrancadas de suas terras e impedidos de exercerem sua cultura. Idiomas nativos foram extintos, muitas vezes com as pessoas que os utilizavam, culturas e religiões lhes foram impostas. A regra foi a conquista violenta e sangrenta. Até recentemente, nos filmes de Hollywood, os mocinhos matavam índios impunemente. Do Ártico ao Sul da Patagônia, milhões de indígenas foram extermínados. Etnias inteiras foram eliminadas, extintas.



Essa foi a triste origem de nosso continente e de nosso País. Não há como fugir desta realidade.

Realidade que foi agravada ainda mais pelo trabalho escravo, predominante durante séculos.

Realidade que foi lembrada em carta dos Tupinambás publicada em página do Centro de Mídia Independente. Segundo eles: "Os estudos antropológicos de reconhecimento do território feito por instituição do governo comprovam e sustentam o que para nós sempre nos pertenceu, não somos os invasores, ou grileiros, somos a herança de uma história de guerra que duram exatamente 513 anos. O Governo Federal tem sido omissos às questões relacionadas aos Povos Indígenas, muitos políticos nos veem como estorvo, afinal atrapalhamos os interesses dos que financiam campanhas eleitorais milionárias, e ainda aliciam o Povo, Juízes, etc., contra nós."

Reconheço como realidade, que a formação da Nação brasileira teve origem nessa "guerra" que durou séculos, no entanto discordo da referência a 513 anos. Conflitos persistem, mas a Constituição de 1988 é um divisor de águas ao reconhecer os direitos indígenas, assim como os direitos de diversos setores da sociedade brasileira, consolidando as bases para a reparação de direitos históricos e continuidade da construção nacional em um novo contrato social. Querer reparar, indenizar e fazer justiça a todos os antepassados da nação brasileira, retroagindo os direitos constitucionais às origens de nosso País, significará um contrassenso, um absurdo que nos levará a uma guerra fratricida.

A proposta de radicalização extrema dos direitos indígenas é uma forma provocadora de inviabilizá-los e gerar mais derramamento de sangue. Só para



mencionar, índios que povoavam as terras do Rio de Janeiro e reconhecidamente foram extintos, seguramente deixaram descendentes que, reconhecidos ou auto declarados, terão direitos sobre grandes extensões de terras, obrigando a retirada de seus atuais ocupantes. O mesmo poderíamos dizer de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Manaus ou de todo o Brasil.

A Constituição de 1988, em seu artigo 231 é muito clara: "Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O reconhecimento a este direito não está questionado e todos os conflitos devem ser resolvidos pela Justiça, de preferência de comum acordo entre as partes, em processo negociado e pacífico. No entanto, a extração destes direitos levará à radicalização generalizada de conflitos, colocando inclusive em risco a paz e a unidade da Nação brasileira.

Senhores e Senhoras Parlamentares.

Essas são minhas posições, que aqui se encontram claramente expressas e documentadas. Afirmativas e acusações, sem a devida comprovação factual, são artimanhas políticas ou consistem em calúnias que devem ser apuradas.



Como afirmei anteriormente aqui nesta Tribuna "A propósito, nessa questão indígena, faço minhas as palavras do Papa Francisco, quando aqui esteve em julho passado: "Considero como fundamental, para enfrentar o presente, o diálogo construtivo. Entre a indiferença egoísta e o protesto violento, a opção sempre possível é o diálogo".

Esse diálogo é o que deve ser buscado na negociação entre as partes do conflito. É isto que venho reiteradamente propondo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini, por 1 minuto. (*Pausa.*)

Em permuta com o Deputado Ricardo Berzoini, fará uso da palavra a Deputada Janete Pietá, por 1 minuto. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali, por 1 minuto.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem encerrou-se o prazo para registros no SICONV, o convênio que faz com que as nossas emendas sejam viabilizadas.

Nós tivemos problemas sérios com o SICONV: em vários momentos o *site* não funcionou, e as APAEs, que eu represento, não conseguiram colocar os projetos. Isso trouxe um transtorno, porque o recurso foi enviado, nós indicamos, mas os projetos não puderam ser cadastrados.

Eu estou aqui hoje para pedir que seja reaberto o prazo, para que aqueles que só começaram o processo possam terminá-lo e para aqueles que não conseguiram nem entrar o façam. Durante praticamente todo o dia não se conseguiu. E isso ocorreu não só no último dia, mas uns 3 ou 4 dias antes.



Nós queremos ter a oportunidade de fazer com que esses recursos realmente cheguem aonde precisam: às APAEs do Estado de São Paulo, que a gente indicou nas nossas emendas da saúde. Por isso quero pedir a reabertura do prazo do SICONV.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini e, em seguida, à Deputada Janete Rocha Pietá.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar a minha estranheza diante do espaço que se dá no Brasil para as chamadas agências de *rating*, para as opiniões absolutamente irresponsáveis de uma agência chamada Standard & Poor's, que, por sinal, foi aquela que deu nota máxima ao banco Lehman Brothers, um dia antes de ele quebrar.

Aliás, para quem não viu, recomendo o filme *Inside job*, que relata com detalhes a crise financeira que infelicitou milhões de trabalhadores ao redor do mundo, com exceção do Brasil, onde nós tivemos a ação firme do Governo para combater a recessão, a estagnação.

Nós hoje vemos jornais e sites da Internet dando ampla divulgação a uma bobagem, a uma besteira dessa agência Standard & Poor's, simplesmente a agência que deu uma nota boa ao banco Lehman Brothers, antes de ele quebrar.

Portanto, vamos deixar de história e vamos trabalhar pela economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra à Deputada Janete Rocha Pietá, por 1 minuto.



DISCURSO DA SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ QUE, ENTREGUE À ORADORA PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Concedo a palavra ao Deputado Severino Ninho e, logo após, aos Deputados Afonso Florence e Marllos Sampaio.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, como faço desde que assumi o mandato, apresentei emendas para todas as cidades do Litoral Norte mais Araçoiaba, do Grande Recife, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá.

Para Igarassu, a minha cidade natal, destinei 2 milhões e 520 mil reais: 1 milhão e 520 mil para uma nova policlínica, em Cruz de Rebouças — já é a segunda vez que faço essa emenda, porque o Prefeito anterior perdeu os recursos e agora voltei a fazê-la —, e 800 mil para um mamógrafo digital. Desse modo, Igarassu, neste ano de 20014, está contemplada com duas emendas parlamentares minhas: uma para uma nova policlínica, em Cruz de Rebouças, de 1 milhão e 520 mil reais, e outra para um mamógrafo digital, de 800 mil reais.

Então, Sr. Presidente, eu peço a divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Está autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa.

Durante o discurso do Sr. Severino Ninho, o Sr.

Amauri Teixeira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Afonso Florence, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo sábado, o pré-candidato do PT e dos partidos aliados estará no oeste da Bahia, na cidade de Barreiras, com o Programa de Governo Participativo.

Eu estive na cidade de Barreiras no último fim de semana. Gostaria de saudar o Vice-Prefeito Paê, o Prefeito Antonio Henrique, pelo processo de recuperação da cidade com recapeamento asfáltico. E essa parceria do PT e do PP — em Barreiras, o Prefeito é do PP e o Vice-Prefeito é do PT — vai se repetir na chapa estadual com Rui Costa, nosso pré-candidato a Governo, e João Leão, do PP, como Vice.

Quero mandar um abraço a todo o povo do oeste, em particular ao Prefeito Antonio Henrique, de Barreiras, e ao Prefeito Padre Amario e a todos os formandos da região da Bacia do Rio Corrente e do Município de Santa Maria da Vitória.

Agradeço aos companheiros e companheiras que nos receberam de forma tão hospitala no oeste baiano a oportunidade. E solicito a divulgação deste pronunciamento nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Está autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Marllos Sampaio, do PMDB do Piauí, por 1 minuto.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui ressaltar as minhas atividades no fim de semana, sempre próximas às cidades em que tenho representatividade.



Estive em diversos bairros da minha Capital Teresina, entre eles o Bairro Santa Clara, onde o líder comunitário Valério reuniu mais de 100 líderes comunitários. Lá pudemos debater reivindicações, que vamos estudar e apreciar, como mais emendas para a nossa Capital Teresina.

E como fiz um discurso semana passada solicitando ao DNIT a construção de duas rotatórias para Valença, anuncio que essa obra já foi autorizada e deve ser iniciada em 30 dias.

Estive despachando, pessoalmente, com a Vereadora Lelva Melão, Presidente da Câmara Municipal de Valença, que aprovou um requerimento coletivo, assinado por todos os Vereadores, para que, unindo forças, a gente tenha essas duas rotatórias que vão trazer muitos benefícios, porque interligam a BR-316 às duas principais entradas de Valença, cidade onde tenho bastante representatividade na confederação valenciana. Então, provavelmente em 30 dias essa obra vai ser iniciada.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia. S.Exa. dispõe de até 1 minuto.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em reunião conjunta hoje o Senado e a Câmara homenagearam uma série de mulheres importantes com o Prêmio Bertha Lutz, entre elas uma baiana conhecida nossa, militante, foi Presidente da APLB, foi Deputada Estadual, a nossa amiga Maria José Rocha Lima. Eu quero parabenizar a Zezé, que militou conosco, esteve conosco em tantas lutas na Bahia, principalmente na área de educação.



Sr. Presidente, quero ainda registrar que hoje eu recebi das mãos de Anderson Furlan e de José Frederico Mendes uma placa em minha homenagem pela luta travada pela aprovação da Emenda Constitucional nº 73. Eu quero agradecer essa homenagem que a APAJUFE me fez em função da minha luta pela implantação...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Muito bem, Deputado, está registrado o pronunciamento de V.Exa. e autorizada a sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides, do PMDB do Ceará, por 1 minuto.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, a construção do Hospital Regional do Sertão Central, localizado em Quixeramobim, caminha para a sua próxima conclusão, um dos mais acertados e oportunos projetos da gestão Cid Gomes.

Todas as lideranças auscultadas reconheceram que, ali, na terra de Antônio Conselheiro, a criação de uma Faculdade de Medicina é algo imprescindível e, como alternativa, legalmente também se cogita um curso de medicina vinculado à Universidade Federal do Ceará.

Em amplo debate levado a efeito no segundo semestre do ano passado, de que participei, juntamente com os Deputados José Guimarães e Mauro Filho, presentes também José Maria Pimenta, Rômulo Coelho, Dr. Valmir, representantes da Prefeitura e Câmara Municipal, além de outros, na sede do Instituto INDUCENTRO. Essa temática foi exaustivamente discutida.



Agora, a própria empresa cearense, que, graças ao oportuno artigo...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Está registrada a inteireza do pronunciamento de V.Exa. e autorizada a sua divulgação nos órgãos de comunicação da Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a construção do Hospital Regional do Sertão Central, localizado em Quixeramobim, caminha para a sua próxima conclusão, num dos mais acertados e oportunos projetos da gestão Cid Gomes, após consulta às comunas interessadas, em período que antecedeu à importante deliberação do Poder Executivo.

Todas as lideranças auscultadas reconheceram que, ali, na terra de Antônio Conselheiro, a criação de uma Faculdade de Medicina, é algo imprescindível como alternativa, legalmente talvez mais exequível, um curso de Medicina, vinculado à Universidade Federal do Ceará.

Em amplo debate levado a efeito no segundo Semestre do ano passado, de que participamos, como convidados, ao lado dos deputados José Guimarães e Mauro Filho, além de lideranças autênticas como José Maria Pimenta, Dr. Rômulo Coelho, Dr. Valmir Pontes e representantes da Prefeitura e Câmara Municipal, além de outros, na sede do Instituto Inducentro, essa temática foi exaustivamente explanada, cada um emitindo proposições mais factíveis, com argumentações que concluíram pela imperiosa necessidade de alcançar-se, em quaisquer das modalidades — Faculdade ou simples Curso de Medicina — um cenário



imprescindível para a indispensável preparação de mão de obra qualificada, em área de profissionalização de alto nível.

Agora, a própria imprensa cearense graças ao oportuno artigo do Vereador e Advogado Rômulo Coelho Filho, acolheu a ideia numa elogiável patronagem de algo que sobreleva, privilegiadamente, para a formação científica dos que poderão, ali, emprestar valiosa colaboração, como membros de competente corpo docente.

Na manhã do ultimo sábado, em Fortaleza, troquei ideias com o Dr. Rômulo Coelho, medico renomeado, que sempre foi um entusiasta de tal solução, dele ouvimos palavras de incentivo para que empunhássemos essa bandeira de luta, sem conotação partidária, envolvendo todas as correntes de opinião, sem matiz partidário, numa mobilização capaz de gerar plena conscientização em torno de temática de reconhecida magnitude.

Por isso, entendi do meu dever, trazer, mais uma vez, a esta tribuna, esta importante proposta, que já galvaniza todos os segmentos da comunidade do Sertão Central do Ceará.

Se teremos um moderno Hospital, precisamos de mão de obra científicamente preparada para atender a uma demanda imperiosa, ali mesmo, qualificada para o delicado mister, qual o de salvar vidas humanas.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Manato. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. MANATO (SDD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que hoje pela manhã, junto com a bancada federal do Espírito Santo e com o Governador Renato Casagrande, participamos de audiência no Ministério do Planejamento com a Ministra Miriam Belchior. Fomos solicitar a



liberação dos recursos para o nosso Estado, para os 53 Municípios que foram atingidos durante a chuva de dezembro.

Nós precisamos liberar esses recursos para obras. Toda a bancada unida foi fazer esse pedido à Ministra. Esses processos são muito lentos. O Estado contratou empresas para ajudar a fazer o plano de trabalho, mas ainda há muita dificuldade.

Na conversa com a Ministra apresentamos tudo o que o Governo do Estado está fazendo, e temos esperança de que, o mais breve possível, esses recursos cheguem à população carente. Ela é a mais necessitada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina. S.Exa. disporá de até 1 minuto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que seja dado como lido e divulgado nos veículos de comunicação o meu pronunciamento com relação aos 82 anos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, curso este que, na última prova da Ordem, teve 81,67% dos seus alunos aprovados na primeira fase. A média nacional é de 19,6% e a média estadual é de 20,57%.

Em nome do Prof. Diretor do Centro de Ciências Jurídicas, Luis Carlos Cancellier de Olivo, conhecido como Prof. Cau, quero parabenizar todos os professores, especificamente os alunos que, em função da metodologia de ensino têm se destacado frente à prova da Ordem.

Também, Sr. Presidente, quero dizer rapidamente que iremos ter uma audiência pública, agora, no Plenário 7, da Comissão de Seguridade Social e



Família, cujo requerimento sou a autora, destinada a discutirmos as mamografias para mulheres com mais de 40 anos.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer, nesta oportunidade, um importante registro sobre a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, que neste ano completou 82 anos de existência.

Com 81,67% de seus alunos concorrentes aprovados na primeira fase do XI Exame Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conseguiu consolidar-se como uma das instituições com maior índice de aprovação no país. O resultado está muito acima das médias nacional (19,6%) e estadual (20,57%).

Não é a primeira vez que a Universidade apresenta um ótimo desempenho nesse exame; de acordo com o *ranking* elaborado pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV), baseado nas últimas três provas, a UFSC tem a oitava maior taxa de aprovação na segunda fase – 68,1% dos alunos com a nota necessária, sendo que, na região Sul, está atrás apenas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Dos 1.300 cursos de direito oferecidos no país, 126 universidades não tiveram nenhum aluno aprovado no último exame na primeira fase.

A conquista dos alunos da UFSC, segundo o diretor do Centro de Ciências Jurídicas Luis Carlos Cancellier de Olivo, deve-se em grande parte ao currículo do curso de direito da Universidade, construído juntamente com a OAB e o Ministério da Educação (MEC). Desde 2010, os alunos passam por uma carga horária de



4.300 horas, não restritas apenas à sala de aula, mas estendidas também a situações práticas.

Outra vantagem dos estudantes formados na UFSC é o Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ) – onde todos os alunos devem estagiar a partir da sétima fase –, que é aberto à comunidade e oferece atendimento jurídico a pessoas com vulnerabilidade econômica. O trabalho desenvolvido pelos estagiários no EMAJ em muito os auxilia a obter aprovação no exame da OAB.

Vale rememorar, Sr. Presidente, um pouco desta prestigiada instituição, que hoje homenageamos, a partir de informações da própria instituição.

O Instituto Politécnico de Florianópolis foi a primeira instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina, sua fundação data de 13 de março de 1917, sob a liderança de José Arthur Boiteux, funcionava à Avenida Hercílio Luz, n. 47 (atualmente número 532), atual sede da Academia de Comércio de Santa Catarina.

Na reunião da Congregação do Instituto Politécnico realizada no dia 21 de dezembro de 1931, o Desembargador e Professor José Arthur Boiteux apresentou proposta de criação de uma Faculdade de Direito. Aprovada a proposição, foi constituída uma Comissão Especial, da qual participavam o Autor da proposta, O Desembargador Américo Silveira Nunes e o Professor Henrique da Silva Fontes.

Servia o Instituto Politécnico de berço para o nascimento da Faculdade de Direito de Santa Catarina e permitia a realização do sonho de tantos catarinenses.

No dia 11 de fevereiro de 1932, na sala de reuniões da Congregação do Instituto Politécnico, reuniram-se os pioneiros do ensino jurídico no Estado de Santa Catarina e lá estavam Américo da Silveira Nunes, José Arthur Boiteux, Heráclito Carneiro Ribeiro, Henrique da Silva Fontes, Sálvio de Sá Gonzaga, Urbano Muller



Salles, Euclides de Queiroz Mesquita, Othon da Gama Lobo D'Eça, Zulmíro Soncini, Heitor Salomé Pereira, Edmundo Acácio Soares Moreira, Affonso Guilhermino Wanderley Júnior, Adalberto Belisário Ramos, Alfredo Von Trompowsky, e Nery Kurtz, ainda aderiram à ideia, Érico Ennes Torres, Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho, Gil Costa, Cid Campos, Henrique Rupp Júnior, João Bayer Filho, Nereu de Oliveira Ramos, Antônio Bottini, Fulvio Coriolano Aducci e Pedro de Moura Ferro. Estes homens, em número de vinte e cinco, são considerados os fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Em 22 de março de 1 932, foram aprovados os Estatutos e eleita a primeira Diretoria da Faculdade recém-criada, com mandato para o biênio 1 932/34 e ficou assim constituída: Diretor : Professor Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho; Vice Diretor: Professor Henrique da Silva Fontes; Secretário: Professor José Arthur Boiteux; Tesoureiro: Professor Cid Campos.

Nesta ocasião foi eleito o Conselho Técnico Administrativo, integrado pelos professores Pedro de Moura Ferro, Affonso Guilhermino Walderley Júnior, Fúlvio Coriolano Aducci, Alfredo Von Trompowsky e Urbano Muller Salles.

Esta primeira Diretoria sofreu dois revezes. O primeiro foi o pedido de renúncia do Presidente, Professor Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho datado de 17 de junho de 1 933 dirigido ao seu Vice Diretor. O segundo, foi a morte de José Arthur Boiteux em 9 de janeiro de 1 934. A Faculdade foi salva pelo trabalho dedicado do Professor Henrique da Silva Fontes.

Em 11 de abril de 1932 foi realizado o primeiro exame vestibular para ingresso na nova Faculdade e foram considerados habilitados vinte e três candidatos, cuja nominata é a seguinte: Aldo Guilhon Gonzaga, Altamiro Lobo



Guimarães, Aristeu Ruy de Gouveia Schiefler, Ari Pereira e Oliveira, Carlos Buchelle, Carlos Francisco Sada, Decio Goressen de Oliveira, Emmanuel da Silva Fontes, Francisco Sales dos Reis, Gervásio Nunes Pires, Gentil João Barbato, João de Souza Júnior, José Boabaid, Juvêncio Fraga, Leonardo de Campos, Luis de Souza, Mário Mafra, Mário Tavares da Cunha Mello, Maurício Moreira da Costa Lima, Nicolau Glavan de Oliveira, Oslyn de Souza Costa, Osny da Gama Lobo D'Eça, Sady de Castro e Wilmar Orlando Dias. Estes foram os primeiros alunos de Direito no Estado de Santa Catarina.

Na terça feira, dia 3 de maio de 1932, às 19 horas, na sede da Faculdade localizada no primeiro andar do prédio (ainda existente) à rua Felipe Schmidt, n. 2 esquina com a Praça 15 de Novembro foram iniciadas as aulas. Coube aos professores Pedro de Moura Ferro e Henrique da Silva Fontes proferirem as primeiras lições, respectivamente sobre Introdução à Ciência do Direito e Economia Política e Ciências das Finanças.

No local, por doação do fundador Othon da Gama Lobo d' Eça, foi colocada uma grande placa, abrangendo as sacadas do espaço alugado, com a denominação da Faculdade de Direito de Santa Catarina. A verve humorística e maledicente do povo ilhéu passou a confundir a placa da Faculdade como se fosse da Alfaiataria do Didico, fazendo alusão a um alfaiate estabelecido na cidade. A alcunha ao invés de ser considerada demeritária se constitui num marco característico da nossa Faculdade de Direito.

Em 2 de setembro do mesmo ano os alunos reunidos fundaram seu órgão representativo, ao qual denominaram de CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO, em homenagem à data de fundação da Faculdade. A p/primeira



diretoria ficou assim constituída: Presidente: Emmanuel da Silva Fontes; Vice Presidente: Altamiro Lobo Guimarães; Secretário: Mário Tavares da Cunha Mello; Tesoureiro: Ary Pereira Oliveira; Representante no Conselho Técnico Administrativo: Carlos Francisco Sada.

Nasceu a Faculdade no Instituto Politécnico de Florianópolis. A diretoria Provisória, em 16 de fevereiro alugou e instalou a Faculdade no pavimento superior do prédio (n. 2) situado à Rua Felipe Schmidt esquina com a Praça 15 de Novembro, na parte mais central da Capital.

Em 1980 ocorre a mudança para o Campus Universitário no bairro de Trindade, onde passa a ocupar espaço comum com os demais cursos do Centro Sócio Econômico (Administração, Ciências Econômicas e Contábeis). O imóvel da Rua Esteves Júnior, que fora palco de tantos eventos cívicos e guardava as lembranças mais caras de várias gerações de alunos é vendido pela Universidade Federal de Santa Catarina para o Estado e atualmente abriga a Escola Básica Henrique Stodieck, em homenagem ao professor de Direito do Trabalho da velha Escola de Direito.

Por meio de acordo firmado em dezembro de 1996 o Centro de Ciências Jurídicas se transfere para o Bloco E do Conjunto Arquitetônico do Centro Sócio Econômico, obtendo, assim espaço próprio para o seu funcionamento, apesar de o Escritório Modelo de Assistência Judiciária e o Fórum da Universidade continuarem em suas instalações antigas.

O novo prédio do Centro de Ciências Jurídicas foi inaugurado oficialmente no dia 12 de março de 1997 e em seu corredor de entrada foram fixadas placas



referentes à inauguração, em homenagem ao Professor João David Ferreira Lima e aos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina com seus nomes.

Em 9 de julho de 1993, ao término da gestão do Diretor Rogério Stoeterau e Nilson Borges Filho foi inaugurado e implantado o Fórum Universitário, fruto de Convênio entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça do Estado para julgamento exclusivo das causas ingressadas através do Escritório Modelo de Assistência Jurídica. O projeto de atendimento com foro especial às pessoas mais carentes era inédito no Brasil e sua implantação teve a participação decisiva do Professor Napoleão Xavier do Amarante, como Desembargador Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado e do professor Valdemiro Borini, chefe do Departamento de Direito Processual e Prática Forense.

O Escritório Modelo de Assistência Jurídica serve como laboratório para os alunos, a partir da sétima fase do curso, onde atendem os clientes que o procuram para resolver suas pendências judiciais e são assistidos por professores, especialmente incumbidos destas atribuições.

A primeira turma de Bacharéis em Direito formada pela Faculdade, colou grau em 27 de novembro de 1937, tendo a cerimônia sido presidida pelo Professor João Bayer Filho, Diretor em exercício. O paraninfo escolhido pelos formandos foi o Professor Nereu de Oliveira Ramos, que na ocasião exercia as funções de Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Colaram grau os bacharéis: Altamiro Lobo Guimarães, Ari Pereira e Oliveira, Carlos Francisco Sada, Emmanuel da Silva Fontes, Luis de Souza, Mário Mafra e Wilmar Orlando Dias.



Em 10 de janeiro de 1 997 houve a colação de grau da 83^a turma de bacharéis em Direito, de alunos que concluíram seu curso no segundo (2º) semestre de 1996.

Destaco também, Sr. Presidente, a atuação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC.

O Curso de Pós Graduação em Direito, em nível de mestrado, com áreas de concentração em Instituições Jurídico-Políticas e Relações Internacionais foi criado pela Portaria nº 116, de 29 de junho de 1 973, iniciando suas atividades em 1º de outubro do mesmo ano. O Professor Acácio Garibaldi S. Thiago foi seu primeiro Coordenador e funcionou inicialmente no prédio ocupado pelo Centro Sócio Econômico à Rua Almirante Alvim.

Em 1978, o Conselho Federal de Educação pronunciou-se favorável ao credenciamento pelo prazo de 5 anos.

Em 1984, o mesmo Conselho recredenciou o Curso, acrescentando-lhe a área de concentração em Filosofia e Teoria do Direito.

Mantém o Curso intercâmbio, por meio de convênios, com Instituições de destaque na Itália, Espanha, EUA, Argentina, França e Portugal.

O Doutorado, iniciado em 1988, abrange as áreas de concentração em Direito do Estado e Filosofia do Direito e da Política.

Anualmente mais de uma centena de candidatos de todo o Brasil procura matrícula nos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito, o que revela o elevado nível dos estudos praticados.

O Cursos de Mestrado e Doutorado, reconhecidos nacionalmente pela excelência, receberam nota 6 na última avaliação da CAPES.



Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para transcrever uma bela homenagem feita pelo historiador Licurgo Costa a José Arthur Boiteux, fundador da Faculdade de Direito de Santa Catarina, e que leva hoje o nome de sua fundação de apoio.

Diz Licurgo Costa:

"Raros são os que no século em curso podem comparar-se a José Boiteux em serviços prestados à cultura catarinense.

Entretanto, nem 6 décadas são decorridas do seu falecimento e a imagem do grande e fecundo historiador e realizador está notoriamente esmaecida na memória das novas gerações.

Nascido na pequena cidade de Tijucas, em 1865, ele pertenceu a uma geração que deu a Santa Catarina, no domínio das Letras, Cruz e Souza, Luis Delfino, Santos Lostada, Virgílio Várzea, Oscar Rosas, Lucas e Henrique Boiteux, seus irmãos, Araújo Figueiredo e Delminda Silveira e teve convivência com outros mais novos, como Manfredo Leite, Mancio Costa, Sebastião Furtado, Altino Flores, Henrique Fontes, Othon Gama D'Eça, Diniz Junior, Edmundo da Luz Pinto e Ivo D'Aquino. Dos anteriores à sua geração seguramente seria amigo de Gustavo Lacerda e Duarte Silva.



Na política e na administração foram seus contemporâneos e pertencentes ao mesmo partido, Felipe Schmidt, Hercílio Luz, Lauro Müller, Vidal Ramos, Caetano Costa, Adolfo Konder, Otacílio Costa, Nereu Ramos, Celso Bayma, etc. Boiteux conviveu, portanto, com personalidades que deram projeção às letras, à política e à administração catarinenses nas duas últimas décadas do império e nas três primeiras da República.

Iniciou sua vida política como oficial de gabinete de Lauro Müller, no primeiro governo republicano. De 1894 a 1896 foi eleito deputado estadual em cinco legislaturas e federal em uma. De 1894 a 1896 exerceu a Secretaria Geral do Estado, no governo Hercílio Luz e em 1896 fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. No final do mesmo ano afastou-se das atividades políticas e administrativas para colaborar com o Conselheiro Manoel da Silva Mafra, advogado de Santa Catarina na questão de limites com o Paraná.

Esteve em Lisboa para realizar pesquisas nos arquivos da Torre do Tombo e ao voltar fixou-se por algum tempo em Lages, colhendo dados nos anais da Câmara Municipal, para documentar a defesa dos nossos direitos no memorável pleito.



Quando Deputado Federal vinculou-se a várias entidades culturais no Rio de Janeiro, entre as quais a Sociedade Brasileira de Geografia, sendo eleito seu sócio benemérito. Foi o idealizador de realizações de Congressos Nacionais de Geografia, organizando o primeiro em 1909.

Eleito novamente deputado estadual voltou a residir em Florianópolis. Em 1917 fundou o Instituto Politécnico, com cursos de engenharia, comércio, farmácia e odontologia, conseguindo construir uma excelente sede para abrigar a instituição, que foi o núcleo inicial da Universidade Federal de Santa Catarina.

De 1918 a 1922, com pequenas interrupções, foi secretário do Interior e Justiça do 2º Governo Hercílio Luz.

Em 1920 reuniu em seu gabinete um grupo de intelectuais da terra e fundou a Academia Brasileira de Letras de Santa Catarina.

Outra contribuição de Boiteux durante seus anos de Secretário de Estado foi conseguir, em parte por subscrição pública, erguer a estátua de Fernando Machado e os bustos de Cruz e Souza, Anita Garibaldi, Jerônimo Coelho e Victor Meirelles, além de colocar em locais históricos de Florianópolis algumas placas



assinalando o que ali ocorreu de significativo para os anais da vida catarinense.

A última grande façanha desde homem extraordinário foi a criação, em 1932, da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Há, ainda, um aspecto da personalidade de José Boiteux que nesta síntese biográfica não deve ser omitido: o exemplar desinteresse de vantagens pessoais, com que sempre atuou em todos os cargos exercidos e que o fez chegar quase aos sessenta anos de idade, sem contar com um emprego estável para assegurar-lhe e à família um razoável padrão de vida. Foi Hercílio Luz, com quem vinha servindo desde a proclamação da República, que, impressionado com a situação do velho amigo e prestativo colaborador, nomeou-o Juiz de Direito e promoveu-o a Desembargador.

Vejamos, agora, sua atuação como jornalista, historiador e ficcionista. Aos 17 anos – 1882 – José Boiteux estreou como jornalista e historiador publicando no semanário desterrense “O Caixeiro”, uma série de artigos sobre “os filhos mais eminentes da bela Exilópolis que tombaram (...) neste ano”. Tempos depois participou do “Grupo dos Novos” colaborando ativamente no jornal “Colombo”, fundado pelos jovens escritores ilhéus.



A partir de então até o seu falecimento em 1934, um período de cerca de meio século, apesar dos trabalhosos cargos exercidos, mandatos de deputado, atividades como professor e pesquisador, nunca deixou de ser redator de jornais ou colaborador, sobretudo nos de Florianópolis.

Sua produção literária esteve em maior parte voltada para temas históricos, romanceando os de maior fôlego e neles revelando notável conhecimento dos ambientes em que ocorreram e do falar dos seus personagens. Realmente, observa-se a inegável desenvoltura de Boiteux na sequência e expressividade dos diálogos e a segurança na descrição dos ambientes e os retratos magistrais de alguns tipos que desfilam em suas obras.

O pouco já divulgado em livro, da vasta obra de José Arthur Boiteux, esparsa em jornais e revistas catarinenses e cariocas, é mais que suficiente para mostrar que se o grande historiador não houvesse fragmentado sua atuação em numerosas frentes de trabalho e se dedicasse apenas à atividade de escritor, seu nome teria alcançado uma projeção nacional muito mais significativa que a registrada. Mas também é verdade que as realizações no campo cultural, fundando o



Instituto Histórico, a Academia Catarinense de Letras, as Faculdades de Engenharia, Comércio, Farmácia, Odontologia e Direito são obras de tal magnitude que prescindem de outras para perenizar o vulto insigne do lidador infatigável."

Eram estas as considerações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que gostaria de deixar registradas, para que integrem, a partir de agora, os Anais desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Com a palavra o Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço neste pronunciamento uma homenagem ao Centro de Mulheres do Cabo de Santo Agostinho que completa 30 anos. É uma instituição que se consagrou pela defesa dos direitos de cidadania da mulher, combate contra a violência machista, as políticas de inclusão social das mulheres, as políticas que tratam da formação da consciência cidadã, do espaço da política, da participação política, e o espaço de reflexão sobre a sociedade como um todo.

Essa instituição foi fundada em 1984. Na pessoa da companheira Efigênia, uma das suas fundadoras, quero homenagear todos os que trabalham nessa instituição e parabenizá-los pelo trabalho, um trabalho político, de cidadania e de direitos humanos, da maior envergadura no Município do Cabo de Santo Agostinho.

Por isso, a instituição é merecedora desta homenagem, do nosso respeito e do nosso apoio.



Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Exmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes a esta sessão, quero aqui registrar os 30 anos de atividade do Centro de Mulheres do Cabo de Santo Agostinho. Trata-se de uma organização que tem como missão construir a igualdade de gênero e afirmar os direitos de cidadania das mulheres.

O Centro foi fundado numa assembleia com 600 mulheres, em 25 de março de 1984, como resultado de um trabalho de mobilização por direitos e melhores condições de vida.

A sede do Centro de Mulheres do Cabo é um espaço coletivo disponível para o movimento de mulheres e movimento social de luta por direitos. Nesse local, funciona, ainda, um estúdio de rádio, além da coordenação dos programas e projetos. Quero aqui saudar a companheira Efigênia, batalhadora incansável, uma das fundadoras do Centro de Mulheres.

A contribuição do Centro de Mulheres vai além da fundamental luta pela igualdade de gênero. O Centro é referência de organização social, envolvendo diversos segmentos dos movimentos sociais.

Desejo vida longa a este coletivo e que venham mais 30 anos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira, do PT da Bahia, por 1 minuto.



O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, 21 de março, visitamos Macaúbas. Na ocasião, participamos de um encontro regional do Partido dos Trabalhadores, que teve como destaque principal a filiação do ex-Prefeito daquele Município, o companheiro Amelinho.

Amelinho é reconhecido como uma das lideranças mais importantes da Bacia do Paramirim, e, portanto, o acolhimento deste líder no nosso partido foi motivo de comemoração naquela oportunidade.

Tratamos, também, Sr. Presidente, dos principais problemas que afigem a Bacia do Paramirim, e eu gostaria de destacar a nossa luta em favor da implantação de um instituto federal daquele Município e naquela região.

Quero parabenizar o Presidente do PT, Paulo Rego, o Vice-Prefeito do Município, Gilbertinho, e o companheiro Lindolfo pela organização daquele importante encontro do nosso partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Com a palavra o Deputado Fábio Trad, pelo PMDB do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, por 1 minuto.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço um apelo ao Governo Federal para que receba e continue as tratativas com os agentes da Polícia Federal no Brasil, que reclamam do sucateamento, da falta de investimentos na estruturação do órgão que combate a criminalidade e, por isso mesmo, merecem a atenção de todos quantos zelam pela preservação da segurança pública no País.



O Presidente do Sindicato dos Policiais Federais de Goiás, Adair Ferreira disse que, no ano passado, 230 policiais federais abandonaram a carreira e que, neste ano, por mês, dez policiais federais egressam da carreira por falta de investimentos e por falta de atratividade.

Por isso, Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e que o Governo e os agentes cheguem a um acordo para o bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Está autorizada a divulgação do pronunciamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Com a palavra o Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer aqui um registro que, no último domingo, na Fonte Nova, no jogo entre Bahia e Vitória, os dois times, mesmo sendo rivais, entraram na campanha contra o racismo no futebol, no esporte em geral. Quero parabenizar os dois times e as duas torcidas.

Ao mesmo tempo, quero lamentar, Sr. Presidente, que lá na minha cidade, Itamaraju, ocorreu a morte lamentável do Secretário de Administração da Prefeitura de Itamaraju, Jandervan Cerqueira, um jovem que já exerceu diversas funções na administração, amigo de toda a cidade de Itamaraju, que veio a falecer no último domingo. Itamaraju perdeu um grande amigo, servidor público de carreira do Município que sempre dedicou a sua vida a construir aquela cidade.

Eu quero deixar minha solidariedade e os meus sentimentos a todos os familiares, Sr. Presidente.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Senhor presidente, Senhoras deputadas, Senhores deputados, neste final de semana, no que é considerado o maior clássico do futebol do Norte e Nordeste do Brasil, os times do Esporte Clube Bahia, bicampeão brasileiro, e o Esporte Clube Vitória, protagonizaram uma demonstração de que, a despeito da imensa rivalidade esportiva, podem abraçar a mesma causa que é a luta contra o racismo.

Os jogadores de ambos os times entram em campo para levar ao público – mais de 25 mil pessoas no estádio da Fonte Nova – uma mensagem em que se posicionavam terminantemente contra o racismo. Foi uma demonstração pública de civilidade e um claro recado aos que se utilizam do futebol e de qualquer outra atividade pública, para externar o que poderíamos chamar de radicalismo étnico, onde não se tolera pessoas de etnias diferentes.

Na semana passada externei a minha indignação contra as afirmações do secretário-geral da Conmebol, o argentino Luiz Meiszner, afirmando não ter visto prática de racismo no episódio envolvendo o jogador brasileiro Tinga. Todos viram nas imagens televisivas o quanto esse jogador, negro e simples, foi hostilizado pelos torcedores do time adversário. E o dirigente da Conmebol - entidade que comanda o futebol sul-americano – vem minimizando o fato, ao negar tais evidências.

Não há como medir o que é pior, o ato de racismo em si, ou essa defesa disfarçada. Atitudes como essa só reforçam e legitimam o racismo na sociedade. E não podemos nos calar diante de tanta discriminação e preconceito. Por isso é que ratifico a necessidade de uma campanha contra o racismo que propusemos seja



encampada pelo governo federal durante a Copa do Mundo que vai acontecer em junho aqui no Brasil.

Não só quem pratica o racismo, mas também que o acoberta devem ser denunciados publicamente para que venhamos a afastar, definitivamente essa atitude que denigre a auto estima de quem é vítima e lança uma imensa nódoa na sociedade como um todo.

Por isso que além do meu contentamento com a vitória de 2x0 do Bahia, time que torço, parabenizo as duas torcidas e os jogadores dos dois times pelo respeito ao povo negro deste País.

Sr. Presidente/a, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento pelo programa A Voz do Brasil e demais meios da casa.

Muito obrigado!

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Senhor presidente, Senhoras deputadas, Senhores deputados,

Quero aqui registrar a lamentável perda do secretário de administração de Itamaraju, Jandervan Cerqueira. Jandervan faleceu, provavelmente após um infarto fulminante, este último domingo, em seu pequeno apartamento nos fundos da casa de sua família.

Jandervan Cerqueira, uma das pessoas conhecidas em Itamaraju, cidade onde nasci. Funcionário público concursado no setor da assistência social, Jandervan ocupava o cargo de secretário municipal de Administração da Prefeitura do município. Com apenas 55 anos, ele era filho de uma família tradicional de membros da Igreja Adventista do 7º Dia foi colunista de jornais periódicos de Itamaraju. Jandervan também foi professor das escolas públicas do município.



Como funcionário de carreira da prefeitura, Jandervan já exerceu o cargo de chefe de gabinete, chefe da divisão de cooperativismo e abastecimento e foi assessor de imprensa em outras duas gestões. Ele era licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFES e bacharel em Teologia pela Faculdade de Educação Teológica de Mossoró – FACETE, era pós-graduado em Psicopedagogia pela Faculdade das Américas – FAM e pós-graduado em Comunicação Social pela Faculdade Dois de Julho, de Salvador.

Aqui, deixo a minha solidariedade a toda família de Jandervan. Itamaraju, com certeza, agradece a sua dedicação à cidade em todos esses anos.

Sr. Presidente/a, solicito a V.Exa. que divulgue este pronunciamento pelo programa A Voz do Brasil e demais meios da casa. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Com a palavra o Deputado Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina, por 1 minuto.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não posso deixar de registrar o grande evento que o Partido dos Trabalhadores realizou no último sábado, em Santa Catarina, do pré-lançamento do nosso companheiro e colega, que foi Deputado Federal aqui por 8 anos, Claudio Vignatti, e que é o nosso pré-candidato ao Governo de Santa Catarina.

Queremos apresentar um projeto alternativo para o Estado catarinense. Por isso comemoro e celebro junto com o nosso partido a decisão coletiva e democrática de Santa Catarina, tendo como grande protagonista deste debate, desta construção política, Claudio Vignatti, nossa grande liderança, referência nacional, quase Senador. Agora vamos construir um projeto alternativo para Santa Catarina. Se



governamos o Brasil, queremos ter a oportunidade também de governar o Estado catarinense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer dois registros. O primeiro é sobre uma obra, que já tarda, de restauração dos bondinhos do bairro de Santa Teresa, na Capital do Rio de Janeiro, implementada pelo Governo do Estado e por um consórcio. É uma obra na qual faltam lógica, racionalidade, transparência e controle social. O descalabro é grande, e o autoritarismo mais ainda. Inclusive, estão abrindo mais uma frente de trabalho, quando duas outras obras, prometidas como terminadas até o mês passado, não estão ainda concluídas. É um flagrante desrespeito aos direitos da população, à Lei das Informações, à transparência desse processo. Algo de muito estranho e subterrâneo acontece ali. A população e a associação de moradores estão mobilizadas.

O segundo registro, Sr. Presidente, é que, na minha condição de professor de história, esta semana, vou fazer pequenos registros sobre o Golpe Militar de 1964, começando sobre as suas origens.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Está registrado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar aqui o meu discurso.



Quero parabenizar o Governo do Estado, o Governador Tarso Genro, pelo trabalho desses 3 anos, pois o crescimento do Rio Grande do Sul foi de 6,8% no ano de 2013. Também quero falar sobre a exportação. Foi o terceiro Estado que mais cresceu nesse setor.

Quero também parabenizar os 22 anos de emancipação política do Município de Nova Santa Rita, onde estou residindo. Lá teve a semana das festividades do Município. É um município que está crescendo.

Quero parabenizar todos aqueles que organizaram, há 22 anos: a comissão organizadora, os Prefeitos, os Vereadores. Quero saudar a Prefeita Margarete, que está em exercício e tem compromisso com o Município.

Sr. Presidente, gostaria de que esses meus dois pronunciamentos fossem divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Estão registrados os pronunciamentos de V.Exa. e está autorizada a divulgação solicitada.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. MARCON (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais servidores, no dia 11 de fevereiro de 1884, em Santana do Rio dos Sinos, no lugar então denominado “Picada do Vicente”, Justino de Souza Baptista e sua mulher, Rita Carolina Martins, doaram um terreno para construção de uma capela. Rita pediu que a capela fosse em louvor à Santa Rita de Cássia e isto deu origem ao nome da localidade, “Santa Rita”.

Em 1987, aconteceu um movimento emancipacionista que foi derrotado nas urnas. Em 1991, foi organizada uma comissão de moradores para trabalhar pelo



movimento pró-emancipação, saindo vitorioso em plebiscito realizado no dia 10 de novembro, com mais de 64% dos votos válidos.

Em 20 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 9585/92, sancionada pelo então governador Alceu Collares, foi criado o município de Nova Santa Rita. No dia 3 de outubro do mesmo ano foi realizada a eleição municipal que elegeu Odene Machado Ramos como primeiro prefeito de Nova Santa Rita e João Luís Alves como vice-prefeito, além de mais nove vereadores. Atualmente, a administração está a cargo da prefeita Margarete Simon Ferretti, tendo como vice-prefeito Antônio César Bairros dos Santos.

Assim, queremos agradecer a todos os vereadores e prefeitos que até então passaram, contribuindo com o crescimento do município e, em especial, a nossa atual prefeita Margarete e seu vice, Antônio do banco, que estão se empenhando dia a dia para o desenvolvimento do município e na busca de recursos estaduais e federais.

Por fim, quero agradecer a Deus por ser um representante daquela terra e parabenizar Nova Santa Rita, por esse grande dia e desejar cada vez mais conquistas e vitórias, nesse município onde fui e sou assentado da reforma agrária por 20 anos e cumprimentar meus companheiros e também meus adversários políticos, pelo nosso município, pois o intuito de todos é mesmo, ou seja, o melhor para Nova Santa Rita!

Parabéns!

O SR. MARCON (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à esta Tribuna, para ressaltar o crescimento econômico do estado do Rio Grande do Sul sob a gestão do Governador Tarso



Genro. Os bons resultados da economia são fruto do trabalho em conjunto e das sólidas políticas desenvolvidas ao longo dos três anos de governo.

A sociedade gaúcha percebe que o Rio Grande do Sul ingressou em um ciclo virtuoso de crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social, com investimentos no setor produtivo e na formação profissional, impactando na criação de empregos e melhor distribuição de renda.

É importante ressaltar e lembrar, que o Governador Tarso Genro, quando assumiu o Estado do Rio Grande do Sul, recebeu o estado gaúcho em profunda crise econômica. Um estado que por décadas figurou como exemplo de desenvolvimento econômico, educação e saúde, durante os 08 (oito) anos que foi governado pelos Governadores Germano Rigotto e Yeda Crusius perdeu cada vez mais espaço para outras regiões.

Com trabalho e gestão de qualidade, o Governador Tarso Genro vem mudando o rumo econômico e social do estado. No ano de 2013 a indústria gaúcha teve crescimento de 6,8%, o maior crescimento entre os estados brasileiros.

Além disso, em 2013 a exportação gaúcha teve um crescimento de 44%, ficando atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais.

Assim, Nobres Colegas, e, principalmente, Sociedade Gaúcha, quero exaltar o grande trabalho que o Governador Tarso Genro vem realizando no estado do Rio Grande Sul. Um trabalho que faz o estado retomar um ótimo patamar econômico, e, principalmente social.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marçal Filho) - Tem a palavra o Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina. V.Exa. dispõe de até 1 minuto.



O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo do projeto que reduz a maioridade penal que está no Senado Federal. Há mais de 10 anos, discutimos aqui esse assunto, que não avançou como deveria. Esse projeto precisa ser colocado na pauta de votação do Senado novamente. Graças a um recurso apresentado, foi resolvido o problema.

No Senado, há uma proposta, que vai ser votada agora, que tira o menor das ruas quando este cometer crimes, como, por exemplo, os hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo. Acreditamos nisso e defendemos, assim como uma grande parte da sociedade brasileira, pois 85% da sociedade quer a redução da maioridade penal.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, vergonhosamente, rejeitou o projeto em 19 de fevereiro, numa votação de caráter terminativo, pela qual o texto não precisa seguir para o Plenário, mas um recurso foi apresentado para que a matéria não seja arquivada e possa ser analisada no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marçal Filho) - Concordo plenamente com o assunto que V.Exa. traz à baila. Já que não querem votar o projeto aqui no Congresso Nacional — o que me parece um tabu —, então que se coloque para a população apreciar num plebiscito, por exemplo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Na qualidade de Deputado Federal, defensor há mais de dez anos da diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade tomo a palavra nesta oportunidade



para falar mais uma vez dessa questão, uma vez que esse Projeto precisa ser colocado na pauta de votação do Senado Federal, novamente.

O Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse que colocará em votação projeto que reduz maioridade penal nos casos de crime hediondo, tráfico de drogas, tortura e terrorismo, o que acreditamos e defendemos, assim como uma grande parte da sociedade brasileira.

Renan fez o anúncio após receber em seu gabinete a mãe de Yorrally Ferreira, morta na última semana, aos 14 anos, com um tiro na cabeça disparado pelo ex-namorado, que completou 18 anos um dia depois de cometer o crime, que, aliás, já me pronunciei aqui nesta Tribuna. A mãe da vítima, Rosemary Dias da Silva, moradora de Novo Gama, no Entorno do Distrito Federal, pediu ao senador agilidade na tramitação do projeto, o que concordo.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, vergonhosamente, rejeitou o projeto em 19 de fevereiro, numa votação em caráter terminativo (pela qual o texto não precisa seguir para o plenário). Mas um recurso foi apresentado para que a matéria não seja arquivada e possa ser analisada no plenário. Será que está esgotando a sensibilidade da maioria dos Senadores aqui em Brasília? Será que os Senadores estão desconectados com o povo brasileiros, que mais que 85% quer a diminuição de 18 para 16 anos?

O projeto, de autoria do senador Aloysio Nunes também determina a responsabilização penal a partir dos 16 anos quando houver reincidência nos crimes de prática de lesão corporal grave ou roubo qualificado (em que o crime é praticado à mão armada, por exemplo). Pelo texto, a penalização dos menores de 18 anos deve ser proposta pelo Ministério Público e julgada por juiz especializado em



questões de infância e adolescência. Vamos parar de demagogia de que o menor de 16, 17 até 18 anos não sabem o que estão fazendo quando cometem os crimes que o Brasil inteiro já sabem e que, por isso, começo a dividir a responsabilidade com àqueles que ainda são contra a diminuição.

Os casos de crime hediondo, ao qual o projeto também aplica a redução da maioridade penal, incluem homicídios praticados por grupos de extermínio, latrocínio (roubo seguido de morte), extorsão com morte ou mediante sequestro, estupro, entre outros.

Encerro defendendo que os maiores de 16, 17 até 18 anos quando cometerem os crimes já enunciados sejam imediatamente retirados da sociedade, presos e recuperados em presídios específicos para eles, como já existem em outros países.

Lembrando que eles estão tirando o direito de ir e vir dos brasileiros quando encontram esses menores, por exemplo, nas ruas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Deputado Paulo Feijó, V.Exa. dispõe de 1 minuto, representante ilustre do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu registro a minha decepção em relação à crise enfrentada pela nossa PETROBRAS, empresa que já foi orgulho nacional, hoje vivendo, com certeza, o pior momento de sua história.

Essa questão da compra da refinaria nos Estados Unidos, a refinaria de Pasadena, em que o Tribunal de Contas inicialmente havia feito toda uma avaliação no valor de 50 milhões de dólares. Ao longo dos últimos anos, a PETROBRAS ter



desembolsado cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares por essa refinaria é um absurdo.

Quero registrar as presenças dos Prefeitos Leozinho, de Italva; e Agnaldo, de Cambuci, dois importantes Municípios do noroeste do Estado.

Muito obrigado, Presidente!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Senhor Presidente; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados; senhoras e senhores aqui presentes; crianças, jovens, senhoras senhores e pessoas com deficiência que me ouvem, veem, e leem pela Rádio e TV Câmara, Internet, redes sociais e, inclusive pela Língua Brasileira de Sinais - Libras, e em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, Rio de Janeiro, a quem tenho o orgulho de aqui representar,

Essa é um dos períodos mais triste da história da Petrobras e a todos nós parlamentares é com muito sentimento de perda que a gente presencia mais e mais notícias negativas brotando, a cada dia, envolvendo a estatal de petróleo.

A Petrobras é um orgulho nacional, um das empresas mais queridas dos brasileiros, e o que todos nós desejamos é que seja possível, para a estatal, superar todas essas dificuldades que vem se acumulando nestes últimos anos.

A mais recente crise é a da compra pela Petrobras de 50% das ações da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, autorizada em 2006 pelo Conselho de Administração estatal, com base em um documento "técnica e juridicamente falho", segundo o afirmado ontem pela Presidência da República.

Investigações do Tribunal de Contas da União apontaram que a refinaria comprada no Texas chegou a ter valor de mercado de cerca de US\$ 50 milhões em



2005, mas acabou sendo adquirido pela Petrobras com desembolsos que totalizaram US\$ 1,2 bilhão ao longo dos últimos anos.

A nota da Presidência da República expôs que o resumo executivo preparado pelo diretor da Área Internacional da época "omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e de Put Option que integravam o contrato, que, se conhecidas, seguramente não seriam aprovadas pelo Conselho".

As cláusulas do negócio acabaram obrigando a estatal brasileira a adquirir 100% das ações, nobres colegas parlamentares, com a Petrobras vindo a comprar 50% da refinaria no Texas por US\$ 360 milhões, em 2006.

Segundo a nota da Presidência da República, a aquisição pela Petrobras das ações remanescentes de Pasadena aconteceu em junho de 2012, após a conclusão de um processo de questionamento na Câmara Internacional de Arbitragem de Nova York e por decisão das Cortes Superiores do Texas.

É difícil para nós brasileiros assistirmos a este momento conturbado da Petrobras, uma empresa composta por engenheiros, técnicos, profissionais de todas as áreas, todos servidores dedicados, envolvidos em um sonho que se tornou real, o da autossuficiência de petróleo e o da busca de novas reservas, com a materialização da descoberta do pré-sal.

Para mim, que sou do Estado do Rio de Janeiro, a tristeza e a revolta é maior, porque presenciamos nos municípios fluminenses o contato com a Petrobras de uma forma mais consistente, convivendo tanto com aquilo que é positivo, o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, como com o que é negativo desta presença, na forma de impactos ambientais, o aumento da violência, o caos



urbano e o crescimento desordenado, entre outras questões inerentes à cadeia produtiva de petróleo.

Quero concluir este pronunciamento me colocando à disposição da Petrobras e da sociedade, para que possamos contribuir, com solidariedade, mas, também, com responsabilidade, para o surgimento de um novo momento desta estatal que tanto orgulho já trouxe para todos nós brasileiros.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Presidente da Frente Parlamentar da Desburocratização, convido todos desta Casa para irem até o Salão Nobre, na frente do Congresso Nacional, na rampa, para verem um livro de 7,5 toneladas que trata das questões tributárias no Brasil.

É importante que esta Casa saiba a quantidade de burocracia que existe. Nós estamos aí com o professor Vinicios Leoncio editando esse livro para espanto da imprensa do Brasil. São 41 mil páginas expostas na frente da rampa do Congresso Nacional que vão escandalizar o Brasil pela quantidade de normas que tem sobre a questão tributária.

São 35 normas por dia, Sr. Presidente. Nós queremos mostrar ao Congresso Nacional que tem que tomar providências para acabar com a burocracia. Ou o Brasil acaba com a burocracia ou a burocracia acaba com o Brasil. Muito ajuda quem pouco atrapalha. É o nosso lema.

Peço para registrar nos Anais da Casa, convidando todos para participar...



(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Está registrado o pronunciamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira, do PSDB de São Paulo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Anselmo de Jesus, do PT de Rondônia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, queria primeiro dar dois discursos como lidos, inclusive divulgados e difundidos no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação.

O primeiro se refere às comemorações de 22 anos de emancipação política do Município de Candiota e do Município de Hulha Negra. Eu queria extensivamente cumprimentar os demais Municípios. Estive ontem no Município de Candiota, que é a capital nacional do carvão mineral, na geração de energia térmica, na produção de uvas viníferas, de uma agropecuária muito forte. Da mesma forma, nós temos uma diversificação produtiva muito grande também naqueles Municípios de Hulha Negra e Candiota.

Queria também dar como lido esse discurso que se refere agora à sétima abertura oficial da colheita da soja, que será em Tupanciretã. Estarei presente no próximo sábado. Naturalmente, estaremos comemorando o início da safra, que ainda não chegou a 10%.



O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Muito bem, Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, ocupo esta tribuna para destacar que no dia 23 de março, dois municípios da região da campanha Hulha Negra e Candiota, localizados na minha região de origem, está completando 22 anos.

Na segunda-feira, participei da programação alusiva à data, no município de Candiota, capital nacional do carvão mineral. Durante as comemorações realizadas no ginásio municipal estive com os moradores do município, com o prefeito Luiz Carlos Folador, o presidente da Câmara de Vereadores, Guilherme Barão, apoiador Ivar Mattos (futuro secretário de Saúde), lideranças progressistas: Elias Grala, João Henrique, João Colares, secretários municipais e outras lideranças.

Durante as comemorações também teve exposição do artesanato, que demonstra o potencial produtivo dos profissionais da área, como por exemplo, o artesanato em cerâmica.

No Congresso Nacional, sou presidente da Frente Parlamentar do Carvão Mineral, pauta constante na nossa defesa, desta importante fonte na matriz energética brasileira. Defendemos a inclusão das usinas termelétricas no leilão de energia A-5.

Outro potencial que certamente irá promover o desenvolvimento da região da campanha é a implantação do Projeto Eco Parque Industrial, que será instalado em Candiota e aproveitará as riquezas existentes com as jazidas do carvão mineral. O



projeto visa pensar na responsabilidade de forma sustentável e gerar empregos sustentáveis.

Tenho sido parceiro destes municípios não só com as bandeiras que competem diretamente à região, mas também com a indicação de emendas. Para Candiota, já destinei R\$ 3,2 milhões em emendas para obras de pavimentação, drenagem urbana, construção do pórtico, de unidades habitacionais e revitalização do ginásio municipal. Já, para Hulha Negra, destinei R\$ R\$ 1,1 milhão em emenda, para obras de pavimentação, Telecentro, Agricultura, construção de terminal rodoviário, melhorias no abastecimento d'água e Saúde.

Ao parabenizar esses dois importantes municípios, que pertenceram a Bagé, resalto que a região rumo ao desenvolvimento e diversificação da sua matriz econômica seja com potencial produtivo na área da agricultura e pecuária, com carvão mineral, com polo cerâmico, com os eventos que promovem ou também com a natureza exuberante da região, que também tem entre seus destaques o desenvolvimento da fruticultura e vitivinicultura.

Portanto, ao encerrar esse pronunciamento desejo vida longa aos municípios de Candiota e Hulha Negra. Parabéns!

Era o que eu tinha a manifestar.

Peço divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa Legislativa e na Voz do Brasil.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo este espaço para destacar que no dia 29 de março será realizada no município de Tupanciretã, no Centro do Estado, a 7ª Abertura Oficial da Colheita da Soja, na propriedade de Armindo Munhol, na RSC



392 Km 18. O evento é promovido pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do RS, pela Associação dos Produtores de Soja do RS (Aprosoja) e Prefeitura.

Na última semana recebi em meu gabinete de Brasília a visita dos vereadores progressistas, João César Flores e Caroline Lima Silveira.

Durante o evento serão realizados painéis que discutirão políticas públicas necessárias para o setor, numa visão de sustentabilidade da cadeia e dos produtores, a médio e longo prazo. Entre os assuntos em debate estão: “Os Derivados da soja e agregação de valor”, a cargo da Embrapa; “Políticas Públicas e Programas nas áreas de infraestrutura rural e energias”, com o engenheiro agrônomo Valdir Pedro Lonin, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA. Outro assunto é sobre a importância e desafios da agricultura na Economia Regional, com Antônio da Luz, economista da Farsul e, debate com a presença de João Batista Olivi, jornalista do Canal Rural.

Na última semana estive com o novo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, que confirmou a presença durante a solenidade de abertura.

Conforme a Emater/RS, a colheita da soja no Rio Grande do Sul já atingiu, no mês de março, oito por cento da área semeada no Estado, contra uma média de 10 por cento para o período. Dados das Emater/RS apontam que os rendimentos observados estão próximos de uma média geral para o Estado, que é de 2.701 kg/ha.

Era o que eu tinha a manifestar.



O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao nobre Parlamentar Átila Lins, do PSD do Amazonas. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ÁTILA LINS (PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é para registrar primeiro o lançamento hoje, na Embaixada de Portugal, do livro *Ribeiro Nardes: uma família do Brasil*. Foi escrito pelo Ministro do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes, o nosso querido Ministro do TCU, que atualmente é o Presidente daquela Corte.

Portanto, esse livro será lançado hoje, e eu quero aqui registrar e colocar nos Anais da Casa.

Outro registro que faço, Sr. Presidente, é que, no último dia 6 de março, o ex-Prefeito de Maués e ex-Deputado Estadual do meu Estado Carlos Esteves comemorou o seu aniversário, lá na cidade de Maués, com uma missa de ação de graças e a presença de todo o povo mauesense, que tem por ele o maior respeito, o maior apreço.

Quero que fique registrado nos Anais da Casa o aniversário do ex-Deputado e ex-Prefeito de Maués, Carlos Esteves, que mereceu muitas homenagens do povo por ele dirigido anos atrás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Sebastião Bala Rocha, por 1 minuto.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (SDD-AP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, daqui a pouco estarei me dirigindo à reunião de Líderes, para poder assegurar o compromisso assumido pelo Presidente Henrique



Eduardo Alves na última quarta-feira: que seja, de fato, portanto, trazida para a votação amanhã, quarta-feira, a PEC 111.

Por isso, fazemos um apelo aos Líderes e aos Deputados da Casa, esclarecendo, Sr. Presidente, que esta Proposta de Emenda à Constituição não causa despesa de imediato este ano, nem para o ano que vem, porque, para regulamentar essa emenda constitucional, que regulariza a situação funcional dos servidores de Amapá e Roraima, da mesma maneira como já aconteceu com Rondônia, é preciso uma lei para regulamentá-la e, depois, ainda um decreto regulamentando a lei. Então, isso é trabalho para no mínimo 2 anos.

Quero então deixar o Governo tranquilo, a Casa tranquila, que não haverá nenhum aumento exagerado de despesa nem agora nem depois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Com a palavra o Deputado José Stédile, do PSB do Rio Grande do Sul, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Recebi nesta Casa, Sr. Presidente, na manhã de hoje, os Vereadores Marco, Maurício, Rubens e Edison Cordeiro, da cidade de Cachoeirinha, e também os Vereadores Josué e Edgar, da cidade de Capão do Leão, e estão participando também da Marcha dos Prefeitos o Prefeito de Crissiumal, o Heck, e o Roberto, Prefeito de Esperança, todos do Rio Grande do Sul e do PSB.

Eu recebo com estranheza o documento da CNM denunciando mais uma vez a merenda escolar no nosso País. Desde 2010 não são reajustados os valores da merenda escolar para as crianças, nossas crianças do Brasil. São apenas 30



centavos, sabendo-se que a inflação desses produtos está muito acima da média brasileira, que é de todo o conjunto das mercadorias. Por isso, a minha solicitação é que seja reajustada a merenda escolar em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues, do PT do Piauí. *(Pausa.)*

Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, por 1 minuto.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lotéricos do Sul do Brasil, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fizeram um encontro dia 22 em Florianópolis, e aqui a terrível constatação desta categoria sofrida. Eles estão pedindo equilíbrio econômico e financeiro, com parecer do grande jurista Ives Gandra Martins, e começam a fazer uma série de considerações ao Governo, como não pagar mais alguns itens que a Caixa Econômica faz através da rede.

Hoje, os lotéricos fazem grande parte do trabalho dos bancos e têm baixa remuneração. Os lotéricos do Paraná clamam por equilíbrio financeiro, clamam por justiça, e o Governo Federal não os atende. Eles estão entrando num processo que deverá desaguar em graves consequências para o Brasil.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar nesta Tribuna uma questão social que vem se agravando a cada dia, por falta de responsabilidade dos agentes políticos e uma patente intolerância do Governo Federal.



Os Lotéricos, ao longo dos anos, deixaram de ser apenas intermediários de apostas e se transformaram em verdadeiros correspondentes bancários e sociais, ao prestarem serviço para milhões de habitantes que não tinham acesso ao serviço bancário.

Hoje o pagamento de contas, recebimento de benefícios sociais, saque de valores entre outras facilidades estão colocadas à disposição da população, a qualquer hora do dia, inclusive em fins de semana, por meio dos agentes lotéricos.

Entretanto, a pífia remuneração pela prestação de serviços, bem como a ausência de segurança pública, têm tornado este serviço uma verdadeira ingratidão.

Neste sentido, frente à ausência de qualquer abertura de diálogo com o Governo Federal, uma série de medidas passará a ser adotadas pelos Lotéricos, no mês de abril, objetivando que o Governo assuma compromissos com a categoria.

Em primeiro lugar, a partir de 19 de abril, não será possível o pagamento de contas ou qualquer transação bancária pela população aos sábados, somente apostas lotéricas.

Posteriormente, será suspenso o pagamento da Bolsa Família, por meio dos agentes lotéricos, face à ausência de qualquer equilíbrio econômico-financeiro na relação com a CAIXA.

Em terceiro lugar, a ausência de uma justa remuneração pelos serviços prestados pelos Lotéricos em todos os rincões do país, levará a insolvência do setor e o desemprego para milhares de famílias.

Estão ocorrendo assembleias da categoria em todas as unidades da federação, tornando este movimento irreversível, caso não haja um diálogo com o Governo Federal.



Assim, Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados, clamo ao Governo Federal que acompanhe as reivindicações do setor, a fim de evitar um caos social com a sua iminente paralisação, face à grande importância dos Lotéricos na vida da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, por 1 minuto.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer o registro de que, depois de muitos apelos, de muita reclamação, de muitos protestos deste Deputado e de outros da bancada do Pará, finalmente a INFRAERO inicia as obras de construção das ranhuras da pista do Aeroporto Internacional de Belém, que estava interditando voos por conta do período chuvoso.

Essa obra, que tem 30 dias para ser concluída, avaliada no valor de 605 mil, começou no domingo passado, sua execução, depois de muita cobrança. O estranho é que a reforma dessa mesma pista feita pela INFRAERO ocorreu em novembro do ano passado, e nós continuamos a reclamar explicações do Governo e da INFRAERO, principalmente, para sabermos por que houve essa interdição, já que a obra foi realizada em novembro e teve que ser reiniciada novamente agora, domingo passado.

Eu gostaria de fazer esse registro, parabenizando o povo do Pará, que vai ter sua pista de volta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Vamos dar início ao período dos pronunciamentos de 5 minutos do Pequeno Expediente.



O primeiro orador inscrito é o Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Emanuel Fernandes, do PSDB de São Paulo. V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou neste Parlamento há 8 anos e faltam poucos meses para terminar esta Legislatura. Exerci a função parlamentar em 1996, antes de ser Prefeito, depois em 2007 e 2010 e a exerço agora, de 2010 a 2014.

Pretendo fazer algumas ponderações sobre esse exercício e falar um pouco da minha experiência junto ao Governo Municipal, junto ao Governo Estadual, fui Secretário de Geraldo Alckmin em 2005, Secretário da Habitação, e, recentemente, Secretário de Planejamento. Portanto, tenho algumas observações a fazer sobre esse meu período na vida pública, sobretudo aqui no Parlamento.

Eu vou começar pelo Legislativo, para deixar registradas, fazendo algumas ponderações aos jovens que pretendem entrar neste Parlamento sobre a experiência de alguém que não era político. Nunca fui Vereador, nunca fui Deputado Estadual, fui Prefeito e agora sou Parlamentar. Eu acho que tenho algumas lições a tirar e gostaria de compartilhá-las com a população e com esta Casa.

Vou falar sobre o processo legislativo. Percebo uma certa pressão, comum na mídia e em todos os lugares, por fazer leis. Há no Brasil o sentimento de que quanto mais leis você faz, melhor fica o País. Cobra-se à Câmara Municipal, às Assembleias Legislativas, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal para se fazer leis. Ter muitas leis significa muita burocracia; com isso, a gente diminui muito



o espaço de manobra das pessoas, tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas.

Quem exerceu cargo público no Executivo sabe das dificuldades de se dirigir uma Prefeitura, uma Secretaria. Imagino como seja num Ministério. Você só pode fazer aquilo que a lei determina. Você não pode ter um conjunto de ideias e realizá-las tal como se faz na iniciativa privada. Pois bem, na medida em que nós legislamos muito, essa vantagem que a iniciativa privada tem vai diminuindo, vai diminuindo o espaço para a pessoa fazer coisas que a lei não proíbe. Na iniciativa privada, você pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. Ora, na medida em que você faz muitas leis, você tira esse espaço.

Eu acho engraçado o Governo editar, de vez em quando, decretos para incentivar o empreendedorismo. É um contrassenso em si. Aliás, o Governo criou o Ministério da Microempresa. O que precisa fazer é valorizar a microempresa; é preciso mudar o discurso na hora de ganhar a eleição e deixar a empresa atuar livre, incentivar a atuação das micro e pequenas empresas.

No Brasil, nós temos milhares de leis e centenas de projetos em tramitação. Na minha opinião, a gente só deve legislar quando o que a gente for legislar for mais importante do que não legislar.

Essa pressão por se fazerem leis acaba burocratizando demais o País e, com isso, diminui-se a competitividade no Brasil. Nossa taxa de juros é muito alta também porque o Governo tem que captar recursos no mercado para rolar sua dívida. Mas há muito mais do que isso: é mais alta por causa da burocracia, por causa da insegurança com relação às leis.



Eu vou dar dois exemplos de coleta de assinaturas que mostram isso. Nós temos a coleta de assinaturas de PEC aqui nos corredores que mostra como nós vamos continuar essa burocracia. Há PECs uma atrás da outra. Outro fato que eu gostaria de deixar como exemplo é este: uma vez, conversando com o nosso Líder, eu perguntei: “O que nós vamos votar hoje?” S.Exa. disse: “Parece-me que nós vamos votar um projeto e duas PECs somente.” Nos Estados Unidos, demoraram 230 anos para fazer 27 emendas, e a gente, num dia só, estava se lamentando porque só ia votar duas propostas de emendas à Constituição! É um País tocado à burocracia, e essa burocracia se não vai!

Eu gostaria de saber se tenho mais um minuto, Sr. Presidente. (Pausa.) Não? Então, dado a tudo que eu falei, a regra é essa. E vamos obedecer à regra!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Emanuel Fernandes.

Os Srs. Parlamentares têm, neste espaço, 5 minutos.

Durante o discurso do Sr. Emanuel Fernandes, o Sr. Marçal Filho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Giovani Cherini, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Nós queremos chamar o Deputado Dr. Ubiali, Deputado cooperativista do PSB de São Paulo.

Deputado Dr. Ubiali, V.Exa. dispõe de um tempo privilegiado de 5 minutos, que V.Exa. merece.



E já aproveito a presença do Dr. Ubiali para convidar todos os Deputados desta Casa para a reunião da Agenda Legislativa do Cooperativismo, que vai acontecer esta noite no Centro de Convenções e Eventos Brasil 21. Com certeza, vai ser uma noite muito importante para o cooperativismo brasileiro. Então, aproveito a oportunidade porque eu sei que S.Exa. é um Deputado cooperativista nesta Casa, e nos somamos nesta luta.

O SR. PRESIDENTE ((Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali, do PSB de São Paulo.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Giovani Cherini, cooperativista como eu, V.Exa. reembrou que hoje teremos o lançamento do programa anual da Frente Parlamentar do Cooperativismo — FRENCOOP, pela qual tive a honra de ser convidado para coordenar o ramo de saúde. Isso é extremamente importante.

Nós precisamos fazer com que o cooperativismo, no País, tenha o valor que precisa ter, que se desenvolva, que tenha o respeito das autoridades financeiras e monetárias. Ainda não temos, no Brasil, o reconhecimento que as cooperativas têm, por exemplo, na Alemanha e na Europa de uma forma geral, onde ocupam um espaço na economia de mais de 16%. Aqui, nós temos uma dificuldade muito grande em viabilizar as cooperativas, exceto as de agricultura e as financeiras.

Diga-se, de passagem, que o Ato Médico, um projeto que tramita nesta Casa há muitos anos, não foi devidamente regulamentado até agora. O ato cooperativo não foi regulamentado até agora. E nós precisamos regulamentar o ato cooperativo para que não haja a dupla cobrança de impostos, como, frequentemente, é cobrado de quem é cooperativista.



Aliás, Presidente Giovani Cherini, nós temos que lembrar isto às pessoas: as cooperativas querem contribuir com o País, querem pagar os seus impostos, mas elas não podem ser penalizadas por serem cooperativas.

Mas eu vim a esta tribuna hoje para, além de destacar isso — e agradeço a oportunidade de ter falado sobre esse evento da FRENCOOP que teremos hoje à noite —, fazer uma denúncia bem paroquial, bem local, sobre o que está acontecendo na cidade de Franca.

Eu estou estarrecido com a posição do Prefeito Alexandre Ferreira, de Franca, que, de uma forma irresponsável, tem perdido recursos federais, não recursos de emendas, que vão e desaparecem. Isso já aconteceu. As emendas que foram feitas para a instalação da inclusão digital plena na cidade, da Internet gratuita para todos os cidadãos, foram perdidas. Por dois anos consecutivos eu enviei as emendas, que foram perdidas, porque passou o prazo, não se fizeram os projetos. E, quando finalmente fizeram o projeto, este era totalmente inviável, do ponto de vista técnico. E aí se perderam os recursos.

Mas eu estou falando do absurdo que é recusar a instalação de uma escola técnica federal na cidade. Era uma oportunidade de estudo, e o estudo é, na nossa opinião, o grande problema do brasileiro. Quando a gente vê moradores de rua, pedintes na rua, como vi há pouco quando me dirigia para cá; quando a gente vê, na minha cidade, o aumento estonteante de pessoas morando na rua, usando drogas, pessoas que não têm como desenvolver um trabalho, é quando se percebe a importância da educação — uma educação de qualidade, que nós não temos no nosso País; uma educação de tempo integral, que nós não temos no nosso País; uma educação que precisa ensinar a criança, preparar a criança para a vida, não



uma educação arcaica como a que nós temos: pedra sobre pedra, giz na lousa. Uma criança que vê na sua casa televisão colorida, no mínimo vê programas que interagem com ela, com uma série de recursos.

No entanto, nós temos uma escola que não aproveita nada dos recursos modernos, uma escola que quer fazer dois turnos para cumprir tabela, que faz a progressão continuada como uma forma de resolver seus problemas, e não os do aluno, porque não ensina adequadamente para o aluno.

E nós temos na cidade de Franca um Prefeito que recusa uma escola federal! Eu não entendo. Eu realmente não entendo como um Prefeito pode recusar uma escola federal, já autorizada, com funcionários determinados, professores e funcionários de suporte. Ele não arruma o prédio! E nós perdemos essa escola federal, porque o MEC agora já a destinou para outro Município, que queria. Eu não entendo esse Prefeito, que, na nossa opinião, merece receber um processo de *impeachment* do seu mandato, porque um Prefeito que perde uma escola é um Prefeito que não merece ser Prefeito, porque não sabe administrar e não valoriza aquilo que é mais precioso para um indivíduo, que é a educação.

O SR. LINCOLN PORTELA - Peço 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Pois não, Deputado.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Cherini.

Sras. e Srs. Parlamentares, vou falar só por 1 minuto, para registrar que agentes penitenciários de todo o Brasil se encontram em Brasília, representantes de diversos Estados, para lutarem em favor do PL 6.565 e também da PEC 308.



Nós precisamos resolver, de uma vez por todas, a questão da criação da Polícia Penal, a questão da segurança para os próprios agentes de segurança, que são os agentes penitenciários. Nós precisamos dar qualificação a esses homens e a essas mulheres, que trabalham num péssimo sistema prisional, num sistema prisional inadequado e desumano. Esperamos que haja uma mudança nesse sentido.

Parabenizo os agentes penitenciários pela vinda, em especial os de Minas Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Lincoln Portela, pelo registro.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Padovani, Deputado que ajuda a cuidar da agricultura brasileira, do PSC do Paraná.

O SR. NELSON PADOVANI (PSC-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Cascavel, na região oeste do Paraná, recebeu nesta segunda-feira a visita do Ministro da Defesa, Celso Amorim, e do General Enzo Peri, Comandante-Geral do Exercito. Recebeu também o Prefeito Municipal Edgar Bueno e outras autoridades civis e militares em ato histórico para o Exército e para o nosso País como um todo: a entrega oficial do primeiro lote dos veículos Guarani, a nova geração de blindados médios sobre rodas feitos no Brasil para equipar as unidades do Exército.

Nessa cerimônia, Sr. Presidente, da qual tive a honra de participar, foram entregues treze viaturas novas à 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada de Cascavel,



que é comandada pelo General de Brigada Altair José Polsin. E, com este ato, Cascavel torna-se a primeira cidade do Brasil a receber esses veículos, o que para nós é motivo de muita alegria.

É importante ressaltar que, além de receber o primeiro lote de veículos do Projeto Guarani, a 15^a Brigada de Infantaria de Cascavel também teve sua categoria elevada de Batalhão Motorizado para Batalhão Mecanizado. Esta mudança, Sr. Presidente, segundo o Ministério da Defesa, também será levada a todas as organizações militares do restante do País.

A escolha de Cascavel, Sr. Presidente, para iniciar o Projeto Guarani não poderia ter sido melhor. Somos uma região fronteiriça, repleta de problemas, especialmente o tráfico internacional de drogas. E isso requer cada vez mais reforços na nossa estrutura de segurança naquela região. Por isso, começar um projeto grandioso como este pelos batalhões estrategicamente posicionados, como é o caso da 15^a Brigada de Infantaria Mecanizada de Cascavel, é uma decisão bastante acertada do Governo Federal.

Esses novos veículos do Projeto Guarani têm muitas vantagens em relação ao modelo anterior, o Urutu. São equipados com tecnologia moderna, possuem blindagem contra munição incendiária e minas, possuem visão noturna e podem andar tanto na terra como na água. Como veículo empregado no transporte de soldados, tem capacidade para acomodar até 11 militares.

Outra vantagem importante é que esses blindados são fabricados no Brasil, graças a uma parceria entre o Exército e o Grupo Iveco.

Por isso, em nome do povo de Cascavel e de todo o Paraná, em nome da 15^a Brigada de Infantaria Mecanizada de Cascavel e de seu Comandante, o General



Polsin, venho aqui registrar nossos agradecimentos ao Ministro da Defesa, Celso Amorim, ao Comandante do Exército Brasileiro, o General Enzo, e a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para que Cascavel fosse escolhida para o lançamento do Projeto Guarani.

Tenho certeza de que esse Projeto será muito bem-sucedido, tanto do ponto de vista da defesa como do ponto de vista comercial; antes de tudo, porque é um projeto estratégico e nacionalista, que veio para modernizar as nossas Forças Armadas.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Padovani.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende. V.Exa. dispõe de 5 minutos, regimentalmente, do Pequeno Expediente, Deputado Geraldo Resende.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Geraldo, se V.Exa. concordar, só vou entregar o discurso, em que eu destaco, hoje, a Libertaçāo dos Escravos no Ceará. Antecedendo, portanto, a Lei Áurea, o Município de Redenção, no Ceará, foi o primeiro que, em 4 anos, a antecedeu.

É um grande acontecimento. O nobre orador Geraldo Resende, quando estava no Ceará, participou seguidamente dessas comemorações. Daí por que eu teria que esperar esses 10 segundos que ele me concede, para encaminhar à Mesa, na íntegra, o pronunciamento sobre esse grande evento que o Ceará hoje festaja como feriado.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Mauro Benevides. V.Exa. sabe que tempo de Casa também é credencial para se ter preferência aqui.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ceará comemora, hoje, festivamente, a Abolição da Escravatura, ocorrida, ali, quatro anos antes da Lei Áurea, evento que esta Casa já realçou recentemente, em Sessão Solene das mais concorridas, ocasião em que foram recordadas figuras que empenhadamente se destacaram na libertação dos Negros, presos aos grilhões dos senhores feudais, em flagrante desrespeito à pessoa humana.

Coube à cidade de Redenção, distante 78 quilômetros de Fortaleza, a histórica iniciativa, justificando a expressão clássica do Mestre de Direito, Perboyre e Silva, que classificava a centenária comuna como autêntico Rosal da Liberdade, qualificação sempre repriseada ao longo de sucessivas gerações, impregnadas daquele gesto heroico, que repercutiu, intensamente, na extensão do próprio território nacional.

Mencione-se, por imperativo dever de justiça, que, no Estado do Pará, a cidade de BENEVIDES, na região metropolitana da Grande Belém, foi a SEGUNDA, no País, a adotar idêntico posicionamento, quando dirigia os destinos da então província, o nosso descendente Francisco Correia de Sá e Benevides, de origem alencarina, que, ali, se projetou como um pioneiro da louvável pregação libertária, que, hoje, se festeja em nossa Unidade Federada.



Por seu turno, o Chefe do Executivo, Cid Ferreira Gomes, em solenidade prevista para às 20 horas, concederá a Medalha comemorativa a três ilustres personalidades, conforme realcei, ontem, em breve discurso nesta mesma tribuna: Chanceler AIRTON QUEIROZ, dirigente do portentoso Grupo Edson Queiroz; Jornalista, "in memoriam", Demócrito Rocha Dummar, que comandou o jornal O POVO, criando outros veículos de comunicação como a TV e a Rádio O POVO, ambas com extraordinária audiência; e o Artista Plástico Sérvulo Esmeraldo, de prestígio nacionalmente reconhecido.

Ausente do evento, por força das votações que hoje aqui ocorrerão, registro tais eventos e a eles me associo, impregnado dos mais nobres sentimentos cívicos, ainda mais porque fui, no último pleito, o parlamentar federal mais votado pelo eleitorado Redencionista.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende, do PMDB do Mato Grosso do Sul.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sinto-me bastante honrado em ser antecedido por este extraordinário homem público que muito me honrou lá no Ceará, na medida em que foi, inclusive, patrono na época em que me formei em Medicina na gloriosa Universidade Federal do Ceará.

Mas, Sr. Presidente, eu quero falar hoje aqui sobre dois temas: Violência contra a mulher e Dia Internacional da Síndrome de Down.

Quanto ao primeiro, no último domingo a revista eletrônica *Fantástico*, exibida pela *Rede Globo*, trouxe uma reportagem sobre a prisão de 26 acusados de molestar mulheres em transportes públicos.



No sábado, dia 22, a imprensa do País inteiro repercutiu o espancamento e estupro de uma jovem em Lajes, região serrana de Santa Catarina.

Em minha cidade, Dourados, em Mato Grosso do Sul, a segunda do Estado em violência contra a mulher, não temos uma Delegacia da Mulher funcionando 24 horas e uma Vara exclusiva para atender essa demanda. Os números de violência contra a mulher se avolumam, porém o Estado brasileiro não consegue dar respostas para proteger nossas mulheres.

Aproveitando esses últimos dias do mês da mulher, quero chamar a atenção dos colegas e convidá-los a participar da campanha que estamos fazendo, tanto nas redes sociais, como debatendo com a sociedade civil organizada, pela implementação da Delegacia da Mulher de Dourados, com funcionamento 24 horas.

Abordo o tema com propriedade, pois sou autor de uma emenda parlamentar, contendo recursos na ordem de 800 mil reais, que vão custear a nova sede da Delegacia da Mulher no Município. Os investimentos estão disponíveis para o Governo do Estado, desde o dia 7 de dezembro de 2012. De lá para cá, o Estado cumpriu a elaboração do projeto e viabilização do terreno que foi doado pela Prefeitura. Com os investimentos e a área garantidos, é preciso dar início às obras imediatamente. A violência contra a mulher não espera. O projeto conta com 450 metros quadrados de construção, numa área de 2,5 mil metros quadrados, ao lado do Parque Ambiental Rego D'Água.

Outra ação para a qual estamos encampando esta luta é a garantia de uma vara especializada que trate exclusivamente da violência doméstica, porque a vara criminal que atende a outras duas competências está abarrotada de processos. São 334 novos processos só de violência doméstica no ano passado. O resultado disso é



que a mulher agredida hoje não tem mais vagas para audiências, que começarão a ser marcadas para 2016, ou seja, daqui a 2 anos.

O Relatório Nacional do Mapa da Violência do Ministério da Justiça mostra dados alarmantes referentes a Dourados. O documento classifica a cidade como a segunda do Estado em número de assassinatos contra mulheres, ficando atrás apenas de Ponta Porã, na fronteira com o nosso querido vizinho Paraguai.

De acordo com o Relatório, a taxa de homicídios contra mulheres, em Dourados, é de 7,0 para cada grupo de 100 mil mulheres. O número é acima da média nacional, que é de 4,4.

É preciso que os direitos humanos das mulheres sejam vistos como prioridade para podermos evitar mortes. O plantão da delegacia e as novas estruturas são de fundamental importância para que a mulher tenha seus direitos preservados e instrumentos de proteção.

Pretendo mobilizar as entidades ligadas à proteção da Mulher, autoridades públicas e personalidades nacionais para debater os temas em Dourados, além de apresentar os problemas e buscar soluções imediatas.

A mulher agredida não pode esperar 2 anos para uma audiência. A agressão contra a mulher não ocorre apenas em horário comercial. É momento de agirmos já, dotarmos Dourados e as cidades brasileiras dessas estruturas. Ao mesmo tempo, temos de invadir as escolas, tratar o tema com clareza e formarmos uma nova geração, uma geração de paz.

Sr. Presidente, quero fazer menção especial ao dia 21 de março, última sexta-feira, quando comemoramos o Dia Internacional da Síndrome de Down.



Nos mandatos anteriores, iniciamos um movimento para construir uma Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência. Fui o primeiro Presidente. Hoje a Presidência da Frente está sendo bem conduzida pela Deputada Rosinha da Adefal.

Esse tema é importante. Houve várias comemorações na Casa, no Senado e no País. Estamos fazendo uma abordagem sobre a legislação brasileira, uma das mais avançadas no mundo, que só perde para a francesa, mas precisamos aprimorá-la cada vez mais para fazer com que essas pessoas....

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, no último domingo, dia 23 a revista eletrônica Fantástico exibida pela Rede Globo, trouxe uma reportagem sobre a prisão de 26 acusados de molestar mulheres em transportes públicos. No sábado, dia 22, a imprensa do País inteiro repercutiu o espancamento e estupro de uma jovem em Lages, região serrana catarinense.

Em minha cidade, Dourados, em Mato Grosso do Sul, a segunda do Estado em violência contra a mulher, não temos uma Delegacia da Mulher 24 horas e uma Vara Exclusiva para atender esta demanda. Os números da violência contra a mulher se avolumam, porém o Estado brasileiro não consegue dar respostas para proteger nossas mulheres.

Aproveitando esses últimos dias do mês da mulher, quero chamar a atenção dos colegas e convidá-los a participar da campanha que estamos fazendo, tanto nas



redes sociais, como debatendo com a sociedade civil organizada, pela implementação da Delegacia da Mulher de Dourados funcionando 24 horas.

Abordo o tema com propriedade, pois, sou autor da emenda contendo os recursos na ordem de R\$ 800 mil que vão custear a nova sede da delegacia da Mulher no Município. Os investimentos estão disponíveis para o Governo do Estado desde o dia 7 de dezembro 2012. De lá para cá, o Estado cumpriu a elaboração do projeto e viabilização do terreno que foi doado pela Prefeitura. Com os investimentos e a área garantidos, é preciso dar início as obras imediatamente. A violência contra a mulher não espera. O projeto conta com 450 metros quadrados de construção, numa área 2,5 mil m² ao lado do Parque Rego D'Água.

Outra ação para qual estamos encampando esta luta é a garantia de uma Vara Especializada que trate exclusivamente da Violência Doméstica. Isto porque a Vara Criminal que atende outras duas competências está abarrotada de processos. São 334 novos processos só de violência Doméstica no ano passado. O resultado disso é que a mulher agredida hoje não tem mais vagas para audiências, que começarão a ser marcadas para 2016, ou seja, daqui há dois anos.

O Relatório Nacional do Mapa da Violência do Ministério da Justiça mostra dados alarmantes referentes a Dourados. O documento classifica a cidade como a segunda do Estado em número de assassinatos contra mulheres, ficando atrás apenas de Ponta Porã. De acordo com o Relatório, a taxa de homicídios contra mulheres em Dourados é de 7,0 para cada grupo de 100 mil mulheres. O número é acima da média nacional que é de 4,4.

É preciso que os direitos humanos das mulheres sejam vistos como prioridade, para podermos evitar mortes. O plantão da delegacia e as novas



estruturas são de fundamental importância para que a mulher tenha seus direitos preservados e instrumentos de proteção. Pretendo mobilizar as entidades ligadas a proteção da Mulher, autoridades públicas e personalidades nacionais para debater os temas em Dourados, além de apresentar os problemas e buscar soluções imediatas.

A mulher agredida não pode esperar dois anos para uma audiência. A agressão contra a mulher não ocorre apenas em horário comercial. É momento de agirmos já, dotarmos Dourados e as cidades brasileiras dessas estruturas, ao mesmo tempo, temos de invadir as escolas, tratar o tema com clareza e formarmos uma nova geração.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, na última sexta-feira, 21, foi o Dia Internacional da Síndrome de Down, em alusão a forma americana para se referir a data – 3 e depois 21 – como se significasse a anomalia que identificada os portadores: a trissomia do cromossoma 21. Comemoramos a data nos alegrando com olhinhos puxados, rostinhos redondos, mãozinhas pequenas e um companheirismo de encher nossas almas.

Neste período, sempre evidenciamos a legislação brasileira, que obriga as empresas com mais de 20 funcionários, a contratarem 5% de seu pessoal, pessoas com necessidades especiais. Entre 14 países, o Brasil perde apenas para França em termos de inclusão deste segmento. Outras perspectivas evidenciadas são as dificuldades para as organizações cumprirem esta determinação, as políticas públicas voltadas a este setor e os benefícios da inclusão.



Porém, algo que sempre percebi ao ir a um supermercado, a uma repartição, além de outros ambientes laborais, agora virou tema de pesquisa pelos institutos Alana e McKinsey & Company: a gigantesca contribuição que os trabalhadores com Síndrome de Down dão ao serem contratados. Evidencio esta temática por ter sido fundador e presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das pessoas com Deficiência, que hoje é tão bem conduzida pela deputada Rosinha da Adefal (PT do B-AL), além dos colegas Romário (PSB-RJ), Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Walter Tosta (PR-MG).

Não precisa ser especialista para perceber que um ambiente que prioriza a diversidade tem uma maior probabilidade de ser criativo, proativo e rico. A presença de um funcionário com trissomia do cromossoma 21 apresenta características que melhoram e muito a saúde organizacional de uma empresa. A saúde organizacional é a capacidade corporativa de alinhamento, execução e renovação com objetivos a longo prazo.

Ao oportunizar a inclusão, por meio da contratação de uma pessoa com Síndrome de Down, a empresa tem um ganho adicional, que agora é possível de ser mensurada até mesmo por instrumentos tangíveis como o lucro.

As pessoas com algum tipo de deficiência intelectual demonstram algumas características comuns entre si. Os trabalhadores com Síndrome de Down, superam sua memória recente restrita com a facilidade de vínculos afetivos. Sabendo disso, o Citibank Brasil, adotou uma estratégia que vem sendo copiada por instituições bancárias de outros países: alocar os profissionais com limitações intelectuais em setores administrativos e de atendimento ao público em agências. Na grande São Paulo, todas as agências têm pelo menos um profissional com este tipo de



deficiência. O Citibank capacita e contrata 96% daqueles que passam por seus cursos.

Nos Estados Unidos, mesmo não existindo uma obrigatoriedade, uma das maiores drogarias do país, a Walgreens, tem centros com até 40% de profissionais com deficiência intelectual. O que era para ser um programa social, melhorou os índices de ausência no trabalho, diminuiu o número de acidentes e melhorou a produtividade.

Obviamente, não podemos generalizar o comportamento das pessoas com Síndrome de Down, porém, características comuns como, comunicação direta; espontaneidade; manifestação empática; vínculo afetivo; acabam pro produzir resultados do tipo: melhor administração de conflitos; empatia; tolerância; paciência e estabilidade emocional em momentos de pressão.

Esse levantamento foi realizado em empresas de diversos setores como: mineração; bancário; varejista, drogarias; fast food e de alimentação, através de uma metodologia científica específica e demonstrou que mais de 88% das gerências afirmam que a presença de uma pessoa com Síndrome de Down provoca um impacto positivo no clima organizacional da empresa. Segundo os mesmos gerentes, uma instituição com um bom clima organizacional também apresenta numérico crescimento nos lucros.

Mais que incluir, perceber que essas pessoas devem ser valorizadas por suas virtudes, certamente vai frutificar em um mundo melhor, mais tolerante, tão encantador como o sorriso de uma criança com Síndrome de Down.

Muito obrigado pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Stédile. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra à nobre Deputada Marinha Raupp. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Junior. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fábio Trad. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Feitoza. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ângelo Agnolin. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra à nobre Deputada Janete Rocha Pietá. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Afonso Hamm. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Mariani. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Major Fábio. *(Pausa.) Ausente.*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Duarte Nogueira, do PSDB de São Paulo, que disporá de 5 minutos. Em seguida, iniciaremos o Grande Expediente; iremos até às 15h20min.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia de hoje, o Brasil sofre um relativo prejuízo: uma empresa que aponta a saúde financeira, a saúde de gestão e a qualidade da eficiência tanto da PETROBRAS quanto da ELETROBRAS rebaixou os índices dessas nossas duas grandes empresas públicas, nacionais e, infelizmente, atualmente, muito mal administradas pelo Governo da Presidenta Dilma e seus assessores.



A ELETROBRAS, há 2 anos, no dia 7 de setembro, recebeu um pronunciamento da Presidenta da República que anunciaava uma redução na conta de luz para as famílias brasileiras de 15% a 20% e para as indústrias, um pouco mais que isso. E impôs às empresas de energia no Brasil, sobretudo, àquelas vinculadas ao Sistema ELETROBRAS, inclusive as de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais, que, se tivessem entrado nessa ilusão populista da Presidenta Dilma, teriam amargado — São Paulo, Minas Gerais e Paraná — um prejuízo de mais de 10 bilhões de reais.

Mas ela levou a ELETROBRAS nessa onda para fazer esse anúncio populista. E o que acontece agora em 2014? Nós teremos o aumento da conta de energia elétrica das pessoas. Além disso, o Tesouro vai bancar 10 bilhões de reais, e os outros 10 bilhões de reais virão da sociedade brasileira, com o aumento da conta de luz.

Eu me pergunto: com esses 10 bilhões de reais que estão saindo do Tesouro, quantas casas populares, quantas unidades hospitalares, quantos investimentos em mobilidade urbana e em qualidade de vida poderiam estar sendo oferecidos para a sociedade brasileira? Com o intuito de se manter única e exclusivamente no poder, a agenda não é do País, a agenda é eleitoral, para ganhar a eleição a qualquer custo.

E a PETROBRAS, que também teve o seu rebaixamento apontado? O que aconteceu com ela nesses anos de Governo do PT, de 2003 para cá? Fernando Henrique, que eles tanto criticam, aumentou a produção de 900 mil barris por dia para 1 milhão e 800 mil barris por dia, que é praticamente o que se está conseguindo manter nos dias de hoje, ou seja, o mesmo patamar de produção deixado por Fernando Henrique. No entanto, a PETROBRAS, nesses últimos 6



anos, teve o endividamento de 47 bilhões de dólares aumentado para 250 bilhões de dólares, ou seja, cinco vezes mais o seu endividamento.

É hoje a empresa não financeira de todo o planeta que amarga seu maior endividamento. Saiu do *ranking* das dez principais indústrias petrolíferas do mundo para ocupar hoje a 128^a posição. E a corrupção? E os desvios? E a suspeição de regularidade? Na semana passada, um ex-Diretor foi preso em casa com mais de 1 milhão de dólares, de reais e de euros, o Sr. Paulo Roberto Costa.

E, também na semana passada, a Presidente Dilma reconheceu que foi levada a erro quando da compra da refinaria de Pasadena, que no ano anterior valia 42 milhões de dólares, mas pela qual pagou 360 milhões de dólares e mais 51 milhões em impostos, portanto, 416 milhões de dólares. E teve ainda que comprar a outra parte, por ter feito um mal negócio, por ter feito um negócio temerário, causando ao povo brasileiro um prejuízo de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

Ora, onde é que está a bancada do Governo? Onde é que estão os seus Líderes para justificar para a sociedade brasileira um prejuízo de bilhões de dólares causado à Nação?

Portanto, nós da Oposição, nós que estamos ao lado da sociedade brasileira, queremos, sim, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque só essa Comissão Parlamentar de Inquérito vai ser capaz de investigar a fundo, mudar a gestão da PETROBRAS e salvá-la das garras deste Governo, que a está enterrando como nunca se fez com qualquer empresa no País.

E peço um último minuto, Sr. Presidente, para concluir. O Brasil, portanto, hoje, amarga a falta de credibilidade...

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Deputado, eu sinto muito, mas eu não tenho como lhe conceder mais tempo, porque eu não concedi para nenhum outro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Argôlo. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Alberto. Em seguida — o Deputado Padre Ton está ausente —, ao Deputado Arnaldo Jordy e, por 1 minuto, ao Deputado Ivan Valente. Na sequência, ao Deputado Weliton Prado, já no Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a cada ano eleitoral, desde 2010, a Oposição, liderada pelo PSDB e pelo DEM, vem requerendo esse debate sobre a PETROBRAS.

Na verdade, por causa da tentativa que o PSDB fez, quando esteve no Governo, de privatizar a PETROBRAS, até hoje eles insistem em criar uma situação de falsa instabilidade em relação ao maior patrimônio do povo brasileiro, a PETROBRAS.

A cada ano eleitoral é assim. Foi assim em 2010, foi assim em 2012, quando estava em disputa a Prefeitura de São Paulo, que eles terminaram perderam, e agora, em 2014: como eles não têm para o País projeto alternativo ao nosso, continuam fazendo um debate requerido — que repercute na mídia, que todos nós sabemos de que lado está.

O Deputado do PSDB acabou de fazer comparações entre o Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff e o Governo do PSDB. Quero



mostrar aqui, Deputado Fernando Ferro, que o que ele disse sobre esse caso de Pasadena é falso. Não é verdade que Pasadena foi comprada pela Astra por 42 milhões; ela foi comprada por 242 milhões, e a PETROBRAS adquiriu sua metade por 360 milhões, que, agregando-se os impostos ao Governo americano, passaram para cerca de 400 milhões.

Eles estão fazendo uma cortina de fumaça. A cláusula de opção de compra é comum em transações entre ativos de grandes empresas em qualquer parte do mundo, não só no negócio de petróleo.

A questão em que eles também insistem, e que a mídia repercute, sem informar a sociedade de forma proposital, é a cláusula dos 6,9% de retorno para Astra. Aquilo não estava no contrato, Deputado Fernando Ferro. Aquilo foi uma carta de intenção apresentada pelo ex-Diretor Internacional da PETROBRAS. Inclusive, a PETROBRAS questionou judicialmente essa carta, e o judiciário americano a anulou, não a considerou. Portanto, não houve consequência alguma em relação àquela que não era uma cláusula do contrato — volto a dizer —, mas uma carta de intenção apresentada pelo ex-Diretor Internacional da PETROBRAS.

Portanto, trata-se de cortina de fumaça, de falsificação da realidade. Essa que é a verdade.

Trago dados sobre o comparativo entre 2002, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e 2012. A PETROBRAS tinha, em 2002, receita de 69 bilhões; em 2012, com os Presidentes Lula e Dilma, de 281 bilhões. Essa é a diferença. O lucro líquido, em 2002, era de 8,1 bilhões; em 2012, de 21,1 bilhões. O investimento, em 2002, era de 19 bilhões; em 2012, com o Presidente Lula e a Presidenta Dilma, de 84 bilhões.



Eles insistem em desqualificar a valorização da PETROBRAS, mas o valor de mercado da empresa, em 2002, era de 15,2 bilhões. Seu valor de mercado, em 2012, era de 126 bilhões.

Portanto, Sr. Presidente, são falácia. Na verdade, é o requentamento de um debate eleitoral de baixo nível que eles garimpam. Não têm projeto para o País, não conseguem apresentar uma alternativa para a população brasileira e, portanto, vêm com um debate raso.

Mas nós estamos aqui para enfrentar esse debate, para mostrar, com dados, com números, que a PETROBRAS é hoje uma empresa forte, que ela foi a maior do mundo nos últimos 10 anos, a que mais acumulou reservas identificadas no País, a que mais investiu na área de E&P entre as grandes empresas de petróleo do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Deputado Padre Ton. (*Pausa.*) Ausente.

O Deputado Arnaldo Jordy é o último inscrito do Pequeno Expediente. Depois, vou dar 1 minuto ao Deputado Ivan Valente e, em seguida, entraremos no Grande Expediente, com o Deputado Weliton Prado, do PT de Minas Gerais.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, por 5 minutos.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Giovanni Queiroz. Eu cumprimento todos os Deputados e Deputadas.

No último dia 22, a Organização das Nações Unidas comemorou o Dia Mundial da Água. Essa iniciativa é no sentido de produzir uma conscientização dos



habitantes do planeta sobre o uso sustentável e racional desse líquido, desse bem precioso para toda a sociedade mundial.

Segundo *O Atlas das Águas*, nós temos 1,39 bilhão de quilômetros cúbicos de água. Desse total, 97,2% estão nos mares e são água salgada, portanto, sem aproveitamento para o consumo; apenas 2,8% são água doce, dos quais dois terços estão em geleiras, o que inviabiliza o seu uso, resultando, assim, em apenas menos de meio por cento de água doce para o consumo, para atender as nossas necessidades de potabilidade para o consumo humano e outros consumos.

Apesar de pequeno, esse estoque está visivelmente se reduzindo, em função da ação poluidora e do padrão de consumo da sociedade moderna. Portanto, a degradação ambiental desse recurso, um bem coletivo, preocupa cada vez mais a consciência da civilização humana.

Nesse sentido, nós trazemos ao plenário este debate, que já foi discutido em várias Comissões Temáticas na semana passada nesta Casa. Mas é preciso que esta data saia do mero formalismo, da mera homenagem declaratória, para que a gente possa ter ações mais eficazes, tanto para melhorar a legislação brasileira, que estabelece a constituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas, no sentido de proteger as águas — esse bem finito, limitado —, que estão sendo gradativa e progressivamente poluídas, quanto para efetivamente melhorar a ação governamental, haja vista que nós ainda temos neste País milhões de brasileiros que não têm consumo potável de água.

Em relação ao mundo, a situação é a mesma. Há continentes em que a escassez de água é de tal monta que já há disputa, fato que já é pauta da Organização Mundial de Saúde, deste líquido precioso.



Portanto, fica o nosso alerta e o nosso pleito para que esta Casa melhore o seu ordenamento jurídico. A nossa legislação é extremamente frágil. Como os Comitês de Bacias Hidrográficas não são obrigatórios, não há o imperativo de que sejam constituídos.

A política estabelecida há quase 10 anos é absolutamente frustrante, e a ação dos Executivos, dos Governos, está absolutamente estéril, do ponto de vista dos avanços que se pretendia alcançar há mais ou menos 10 anos, quando este debate tomou corpo e ganhou a consciência mais elevada da sociedade brasileira.

No meu Estado do Pará, por exemplo, quase 2 milhões de paraenses não têm água potável para o consumo, isso na região, talvez, mais hídrica do Brasil.

Portanto, fica o nosso apelo a todos os Líderes. A título de sugestão, que a gente possa no Colegiado de Líderes encaminhar ao Presidente Henrique Eduardo Alves que sejam agilizados todos os projetos em tramitação nesta Casa que versem sobre o aperfeiçoamento da legislação brasileira no sentido de se ter mais cuidado com esse bem precioso.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja veiculado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que eu queria registrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Está deferido o seu pedido, Deputado Arnaldo Jordy.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, organização das Nações Unidas instituiu o dia



22 de março como o Dia Mundial da Água, com o objetivo de promover a conscientização dos habitantes deste planeta sobre o uso racional e adequado da água potável. Uma iniciativa louvável, haja vista que a existência da humanidade depende diretamente dos estoques de água potável do planeta.

Segundo o “Atlas da Água”, dos especialistas norte-americanos Robin Clarke e Jannet King, a Terra dispõe de aproximadamente 1,39 bilhão de quilômetros cúbicos de água e essa quantidade não vai mudar. Desse total, 97,2% dela está nos mares e é salgada e não pode ser aproveitada para consumo humano. Resta 2,8% de água doce, dos quais mais de dois terços ficam em geleiras, o que inviabiliza seu uso. No fim das contas, menos 0,4% da água existente na Terra está disponível para atender às nossas necessidades, mas efetivamente potável, apenas 0,008 %, do total da água do nosso planeta é própria para o consumo.

Apesar de pequeno, esse estoque está diminuindo em função, principalmente, da ação poluiflora da sociedade de consumo moderna. A degradação ambiental é um problema extremamente preocupante em face de ação predatória do homem em relação aos recursos naturais do planeta, e por isso precisamos promover a conscientização quanto ao uso da água potável para o consumo humano. Todas as pessoas precisam saber que a água é um bem finito, e, se não cuidarmos desse recurso, poderemos estar diante de uma situação de racionamento na qual teremos de deixar de realizar atividades do nosso cotidiano como tomar banho todos os dias ou preparar os alimentos para as nossas refeições. Precisamos compreender que diferentemente das florestas, que podem ser replantadas, a água é um recurso que tem quantidade fixa, não sendo possível “fabricar” mais água.



O Brasil detém entre 12 e 16% da água doce da superfície terrestre, ou seja, possui um imenso reservatório. O país possui bons índices de chuva, um dos maiores rios do mundo e o maior aquífero, o Guarani - um reservatório subterrâneo que se estende por 1,2 milhão de quilômetros quadrados abrangendo oito estados brasileiros, além de áreas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Mas há muito desperdício.

No Brasil, a distribuição não combina com as necessidades da população e a poluição é um grande problema. A bacia do Tietê, por exemplo, está interligada com a bacia do Prata e a poluição do rio Tietê já chegou até lá. A poluição é o grande problema.

A poluição das águas nacionais ainda é agravada pela falta de saneamento básico, que faz com que mais de 20% dos lares brasileiros lancem seu esgoto em córregos, rios e represas. Além disso, o desperdício não ocorre apenas pelo consumo da população. Calcula-se que mais de 30% da água encanada no Brasil seja perdida em vazamentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado nesta Casa o nosso pronunciamento em apoio à luta dos profissionais de enfermagem pela aprovação do PL 30 horas.

Estivemos, na manhã de hoje, com o Ministro da Saúde e com todas as entidades ligadas à enfermagem, em luta pela aprovação de um projeto que já



tratou nesta Casa e que estava pronto para ser votado no plenário, e foi retirado. Trata-se do PL 30 horas semanais, em nome da qualidade do sistema de saúde.

Queremos dizer que a Presidente Dilma Rousseff prometeu — assinou um documento — em campanha que aprovaria, ainda na gestão dela, as 30 horas semanais. Nesse documento, nós analisamos o porquê.

Este importante setor da enfermagem na transversalidade interdisciplinar, que ocupa um papel-chave na defesa da saúde e da saúde pública, não pode esperar mais, não pode depender do setor privado. É uma questão de escolha e de vontade política do Governo.

Todo o apoio à luta da enfermagem pelas 30 horas semanais.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso mandato tem prestado todo o apoio à justa luta dos enfermeiros pela conquista da jornada das 30 horas semanais. Além de nossa participação nos atos e manifestações da categoria em São Paulo, temos ajudado a reunir o maior número de apoio possível na Câmara dos Deputados pela aprovação do Projeto de Lei 2.295/00, de autoria do senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a jornada dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

O projeto de lei que reduz para 30 horas semanais a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem corrige uma antiga distorção e devolve a dignidade a estes trabalhadores. É importante que a sociedade brasileira saiba que a jornada de 30 horas representaria uma isonomia, tendo em vista que outras categorias da área da saúde já usufruem de cargas horárias menores, como



é o caso dos médicos (20 horas semanais), os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (30 horas) e os técnicos em radiologia (24 horas).

Apesar de outros profissionais da área da saúde já usufruírem de uma carga horária menor e, portanto, mais compatível com o tipo de atividade que exercem, há 14 anos a enfermagem brasileira luta pela aprovação do PL das 30 horas semanais. Esta jornada de trabalho reivindicada pelos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem é uma jornada reconhecida como justa e apropriada pela ONU e a OIT, para se garantir uma prática assistencial segura para os profissionais e usuários do sistema de saúde.

O Brasil tem hoje mais de 1,7 milhões de enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem. Profissionais que merecem ser valorizados e respeitados e sem os quais o sistema de saúde não funciona. O PL das 30 horas semanais e a valorização salarial é uma forma urgente e necessária de se fazer justiça com estes valorosos profissionais.

Nossa última iniciativa foi termos recolhido a assinatura de dezessete líderes de partidos para que este PL fosse incluído na ordem do dia das votações da Câmara. Continuaremos engajados nesta luta, que tem como objetivo nobre e justo valorizar uma categoria profissional fundamental para o bom andamento do atendimento de saúde no Brasil.

O governo e a maioria da Câmara dos Deputados continuam considerando, erroneamente, que a melhoria dos direitos dos trabalhadores no Brasil representa uma “pauta bomba”, que provoca ônus ao tesouro, e por isso congelam a concessão desses direitos. Ao mesmo tempo em que continuam dando isenções fiscais aos grandes grupos empresariais, inclusive na área da saúde, onde o governo cogita



conceder incentivos fiscais e crédito subsidiados pelo BNDES às bilionárias operadoras de planos de saúde privado no Brasil.

Muito Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ivan Valente, o Sr. Giovani Cherini, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Weliton Prado, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Weliton Prado) - Com a palavra o Deputado Giovani Cherini, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, nos dias 28, 29 e 30, será a Capital das práticas integrativas em saúde. Neste fim de semana, com mais de 3.200 inscritos até o momento, realizaremos em Porto Alegre o 9º Encontro Holístico Brasileiro, que abordará a tríade saúde, ciência e espiritualidade, em conferência que será realizada nos próximos dias 28, 29 e 30.

Na maior conferência do gênero no Brasil, está previsto um público superior a 4 mil pessoas, que assistirão a profissionais com trabalhos reconhecidos nacional e internacionalmente. O principal objetivo da conferência é propagar um novo paradigma holístico capaz de trabalhar o ser humano em todas as suas dimensões — material, mental, emocional e espiritual — e na saúde — bem-estar, alimentação adequada —, e nos diferentes tipos de terapias alternativas, utilizando a medicina integrativa como prática terapêutica que aborda de forma integral, completa, o



processo de cura. Esses serão os principais temas abordados no 9º evento do gênero.

Na oportunidade, estará à disposição do público a 8ª Mostra Holística, com mais de 120 expositores, com atendimentos gratuitos, que mostrarão as novas técnicas de terapia que há no mercado.

O encontro, que contará com a apresentação de 30 palestrantes, é direcionado a terapeutas holísticos, apreciadores do tema, acadêmicos, profissionais de psicologia e áreas afins, pesquisadores, professores e profissionais da área médica, engenharia, arquitetura, fisioterapia, enfermagem, pedagogia, saúde, etc., além de Secretários Municipais de Saúde e de Educação.

No primeiro dia do evento, acontecerá a quarta edição do Prêmio Kokmahá, que, em hebraico, quer dizer: seja sábio. As entidades e instituições, veículos e pessoas que se destacam na aplicação de terapias alternativas, no campo da saúde e do meio ambiente, receberão o Prêmio Kokmahá.

Entre os homenageados que programam e difundem terapias complementares na saúde, destaca-se o Hospital de Medicina Alternativa; uma unidade da Secretaria da Saúde de Goiás especializada em práticas integrativas e complementares, com foco especial, desde a sua origem, em ayurvédica, além de fitoterapia, de homeopatia e de acupuntura.

Portanto, Sr. Presidente, neste fim de semana, nós teremos o maior encontro holístico da América Latina. Vamos colocar, só por meio da Internet, das redes sociais, 4 mil pessoas sem recursos financeiros. Até o momento, estão inscritas 3,2 mil pessoas. Até sexta-feira, estão previstas 4 mil pessoas.



Esse encontro vai mostrar e demonstrar que a saúde está no caminho errado, que a saúde, hoje, está muito voltada às doenças, à hospitalização das pessoas, à depressão e à doença da falta de amor.

O terapeuta holístico é aquele que vem com uma nova visão, com uma nova criação, ou seja, trabalhar a saúde a partir da amorosidade, a partir dos conhecimentos chineses, indianos, milenares, do Reiki, da acupuntura, do floral e de tantos outros conhecimentos que nós precisamos reconhecer nesta Casa. Um dia, o terapeuta holístico terá a sua profissão reconhecida.

Na sexta-feira, no sábado e nos domingo, nós realizaremos esse evento no Clube Farrapos, em Porto Alegre, com o Prêmio Kokhmahá e com uma mostra holística em que mais de 120 expositores vão mostrar o que há de melhor na área da saúde integrativa e complementar, na área dos conhecimentos da terapia holística no Brasil.

Até o nosso grande evento, no Clube Farrapos, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Porto Alegre será a capital das práticas integrativas em saúde, neste final de semana.

Com 3 mil e duzentos inscrições estaremos realizando, em Porto Alegre, o 9º Encontro Holístico Brasileiro abordará a tríade Saúde, Ciência e Espiritualidade em uma conferência que será realizada nos próximos dias 28, 29 e 30.



Na maior conferência do gênero no Brasil, está previsto um público superior a quatro mil pessoas para assistir aos profissionais com trabalhos reconhecidos nacional e internacionalmente. O principal objetivo da conferência é propagar um novo paradigma holístico capaz de trabalhar o ser humano em todas as suas dimensões: material, mental, emocional e espiritual.

Saúde, bem-estar, alimentação adequada e diferentes tipos de terapias alternativas - utilizando a Medicina Integrativa como prática terapêutica que aborda de forma integral e completa o processo de cura - serão os principais temas abordados no 9º evento do gênero.

Na oportunidade, estará à disposição do público a 8ª Mostra Holística, com mais de 120 expositores e atendimentos gratuitos (que também estarão demonstrando suas novas técnicas de terapia no mercado).

O encontro, que contará com a apresentação de 30 palestrantes, é direcionado aos terapeutas holísticos, apreciadores do tema, acadêmicos e profissionais de psicologia e área afins, pesquisadores, professores e profissionais das áreas Médica, Engenharia, Arquitetura, Fisioterapia, Enfermagem, Pedagogia, Saúde etc., além de secretários municipais de Saúde e de Educação.

No primeiro dia do evento acontecerá a entrega do “Prêmio Kokmahá”, em sua quarta edição, às entidades, instituições, veículos e pessoas que se destacam na aplicação de terapias alternativas no campo da saúde e do meio ambiente.

Entre os homenageados, que propagam, difundem e estudam as terapias complementares na saúde, destaca-se o Hospital de Medicina Alternativa (HMA), uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás especializada em práticas



integrativas e complementares, com foco especial, desde a sua origem, na milenar medicina Ayurvédica, além da Fitoterapia, Homeopatia e Acupuntura.

O SR. PRESIDENTE (Weliton Prado) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Silas Câmara, convido o Deputado Giovani Cherini para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Weliton Prado) - Concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de utilizar a tribuna desta Casa para fazer um registro importante.

A cheia do Rio Madeira deixou os Municípios de Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, como todos os Municípios do Rio Madeira, em estado de calamidade total. É lamentável que a Defesa Civil Nacional tenha tanta morosidade para socorrer os Municípios que estão em calamidade no Estado do Amazonas.

A Presidenta Dilma esteve em Porto Velho. E de Porto Velho a Humaitá, Sr. Presidente, não seriam mais de 10 a 15 minutos no mesmo helicóptero em que ela sobrevoou Porto Velho. Mas a Presidenta não teve a consideração de ir ao Município de Humaitá, que está completamente alagado, para ver o que o povo do Amazonas e de Humaitá precisa.

Portanto, faço aqui este registro e peço as providências de socorro aos Municípios de Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã.

Durante o discurso do Sr. Silas Câmara, o Sr. Weliton Prado, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é



ocupada pelo Sr. Giovani Cherini, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

Nós temos que passar para o Grande Expediente, mas antes, para encerrar mesmo, vamos ouvir os Deputados Daniel Almeida, Pastor Eurico e Paulo Foleto.

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa. a oportunidade e aproveitar para registrar a nossa solidariedade aos 65 mil agentes penitenciários deste Brasil, que hoje cuidam de mais de 500 mil presos no nosso sistema penitenciário, e que hoje estão aqui em Brasília. São centenas de agentes penitenciários que vieram aqui para o seu pleito, um pleito importante, concernente a esses profissionais, que têm prestado um relevante serviço à sociedade, às vezes até um pouco ignorados e maltratados dentro do valor da sua função, que é uma função tão importante.

Nós queremos aproveitar para parabenizá-los e registrar o nosso voto de solidariedade. Desejamos sucesso para todos neste pleito que, com certeza, está para ser votado nesta Casa e que vai dar mais um voto de valor aos profissionais que atuam como agentes penitenciários em todo o nosso Brasil.

Parabéns aos nossos mais de 65 mil agentes penitenciários brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.



DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Paulo Foletto. Em seguida encerraremos e passaremos ao Grande Expediente, agradecendo ao Deputado Weliton Prado pela paciência.

O SR. PAULO FOLETT (PSB-ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, obrigado, Deputado Weliton.

Registro a nossa presença, no domingo pela manhã, com uma chuva necessária para o sul do Espírito Santo — choveu também no norte do Espírito Santo, graças a Deus —, no Município de Vargem Alta, onde o Governador Casagrande levou duas torres para telefonia celular rural e Internet, e também adquiriu o antigo Colégio Salesiano, que está fechado há mais de 15 anos, transformando-o em Escola Técnica Estadual, fazendo parte da rede de escolas estaduais, que nós transformaremos, em sequência, na nossa Universidade Estadual Tecnológica. Então, parabéns a Vargem Alta, ao Prefeito Bosquinho, aos Vereadores, e, principalmente, ao Governador Casagrande, por esse grande benefício!

Quero registrar a reunião com a Ministra Miriam Belchior, que vai repassar mais recursos para o Espírito Santo, para o enfrentamento da reconstrução do Estado, muito danificado pelas enchentes no começo deste ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Paulo Foletto.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Passa-se ao



V - GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Weliton Prado, do PT de Minas Gerais. V.Exa. tem 25 minutos.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Primeiramente, eu gostaria de agradecer à população de Minas Gerais, porque sou o Deputado Federal do PT mais votado no Estado. Hoje, eu sou o Deputado Federal do PT mais votado em todo o Brasil em exercício aqui na Câmara dos Deputados, com quase 240 mil votos. É uma grande honra sermos um dos Deputados mais atuantes e termos conseguido muitos êxitos para o nosso Estado e para o nosso País.

Eu gostaria de começar fazendo uma cobrança à Mesa da Câmara dos Deputados e, de forma muito específica, ao nosso Presidente. É inaceitável que um projeto que tramita aqui na Casa há 13 anos sequer tenha uma Comissão para fazer a sua apreciação. Ele é o projeto nº 1, é o projeto cuja votação é a mais reivindicada, nos canais de interação da Casa, pela população brasileira, pelo nono ano consecutivo. Inclusive, o *Jornal da Câmara*, em sua edição de 5 de fevereiro último, detalha os números quanto ao Projeto de Lei 5.476, de 2001, que propõe o fim da assinatura básica de telefonia fixa, repito, apresentado há 13 anos. Esse projeto continua sendo o campeão de atendimento por *e-mail*, pelo Disque-Câmara, pelo 0800.

Pelo nono ano consecutivo, essa proposta lidera a lista de atendimentos da central com mais de 2,6 milhões de manifestações sobre o projeto, com índices acima de 95% solicitando a aprovação.

Em 2013, a proposição foi responsável por 38,63% das manifestações recebidas pelo Disque-Câmara, sendo o projeto número 1, ou seja, o projeto que



mais recebe solicitações por parte da população brasileira. Esse programa de interação com a população foi implementado pela Casa e está sendo utilizado, mas infelizmente sem serventia, porque o clamor do povo não é ouvido. O projeto está praticamente empoeirando nas gavetas da Câmara dos Deputados há 13 anos.

Realmente, é uma questão injusta com os consumidores. A assinatura foi criada para quê? Para se fazer a expansão das redes. As redes de telefonia do nosso País já estão prontas há muito tempo. Então, não há mais necessidade de se cobrar quase 50 reais todo mês pela assinatura básica da telefonia.

Mesmo com toda essa mobilização por parte da população, infelizmente, a Câmara dos Deputados não tem a sensibilidade de colocar o projeto em apreciação, e a gente passa esse vexame. A população está cobrando, reivindicando, solicitando, fazendo a sua parte, mas, infelizmente, o projeto não vem para o Plenário e sequer é formada uma Comissão para a sua apreciação.

Então, mais uma vez aqui eu solicito a imediata instalação de uma Comissão, para que a gente possa apreciar o mais rápido possível o fim da assinatura básica da telefonia.

Se houver Deputado que quiser votar com as operadoras de telefonia, que vote a favor de continuar a cobrança da assinatura. E aqueles que se posicionarem contrariamente, em defesa dos consumidores, que se posicionem também. Agora, os consumidores têm o direito de colocar o seu posicionamento.

É inadmissível, é inaceitável que um serviço disponibilizado pela Câmara, que gera muitos gastos, tem atendentes, tem funcionários, que tem toda uma estrutura infelizmente não atenda os anseios da população, porque a população reivindica e o projeto não é colocado para apreciação no plenário.



Já cobramos muito, como membro da Comissão de Defesa do Consumidor, e queremos cobrar mais uma vez que possamos apreciar o Projeto de Lei nº 5.476, que estabelece o fim da assinatura básica da telefonia, que foi apresentado há 13 anos.

Outro ponto realmente muito sério sobre o qual eu queria aqui me posicionar e inclusive sensibilizar o conjunto de Governadores do Estado é em relação à questão do ICMS.

O ICMS é um imposto muito caro, é um imposto que realmente penaliza a população, principalmente nos bens essenciais à vida, como a energia elétrica.

No nosso Estado, o ICMS chega a 43%. É o ICMS mais caro do Brasil o ICMS cobrado em Minas Gerais, que onera muito o conjunto dos consumidores do nosso Estado, de forma muito específica, e do Brasil também.

V.Exa. quer um aparte, Deputado Francisco Escórcio, por 1 minuto?

O Sr. Francisco Escórcio - Eu queria um aparte, por favor. V.Exa. está trazendo um tema que, quando a gente vai passando aqui, já vai segurando nesse tema, porque o assunto mexe com todo o Brasil. V.Exa. tem toda razão, e eu estou junto com V.Exa. e não abro. É o povo brasileiro que está pedindo exatamente que esse projeto seja apreciado urgentemente, porque está gerando um dano muito grande à população brasileira, não só na sua querida e na nossa querida Minas Gerais, mas também no meu Maranhão. E eu não deixo de falar aqui que esta questão da telefonia celular está uma bagunça geral. Não se entende nada, não se ouve nada, e todo o tempo é só dizendo que vai melhorar, que vai melhorar, e o Brasil todo está pagando uma alta conta nessa telefonia celular que não presta em qualquer canto deste Brasil.



O SR. WELITON PRADO - É verdade! o serviço é caro e de péssima, péssima, péssima qualidade, a tributação realmente é muito alta. É muito importante que a gente vote o “sim” dessa assinatura básica da telefonia.

Conseguimos agora, depois de muita luta, diminuir os valores da ligação de telefone fixo para celular, já diminuiu este ano, diminuiu no ano passado, e tem que diminuir mais, porque tem que amortizar. Esses consumidores já pagaram para a construção das redes da mesma maneira que a assinatura básica, que os consumidores já pagaram, e continuam sendo cobrados todo mês por um serviço que não utilizam.

Estamos brigando agora pelo fim também da cobrança de telefone na mesma área de DDD. Por exemplo, no Triângulo Mineiro o DDD é 34. Então, todo mundo que sai de Uberlândia e liga para Araguari, que são 50 km de distância, paga ligação interurbana, embora seja o mesmo DDD. Isso não é certo. Nós conseguimos acabar para as regiões metropolitanas, inclusive para Belo Horizonte. Quem estava em Belo Horizonte ligava para Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e pagava interurbano; hoje já não paga mais. A gente quer esse mesmo tratamento. Depois de muita luta nós conseguimos acabar para as regiões metropolitanas; queremos acabar dentro do mesmo DDD também.

Na questão do ICMS, é muito importante que os governadores tenham essa sensibilidade de realmente não penalizar tanto a população. Eu sempre costumo falar que Tiradentes foi morto e esquartejado por um quinto da Coroa, por 20%. E, só de ICMS na conta de luz, a gente paga quase 43%. O ICMS residencial, no meu Estado, Minas Gerais, é praticamente o dobro pelo qual Tiradentes foi morto e esquartejado. Infelizmente, a energia também é muito cara, e as empresas não



investem nas redes o que deveriam investir. Nós já apresentamos várias denúncias e estamos cobrando, inclusive, através do PDC de número 10, que é de nossa autoria também, a devolução dos valores cobrados a mais na conta de luz. O PDC de número 10 é um projeto de decreto legislativo. Os consumidores pagaram a mais, de 2002 a 2009, em torno de 1 bilhão por ano, e esses valores têm que ser devolvidos, foi apropriação indébita, foi roubo aos consumidores. Além disso, houve vários erros na conta de luz que nós provamos. Solicitamos inclusive à ANEEL que fizesse a devolução.

Em relação à conta de luz, juntamente com o Deputado Elismar Prado, nós já temos uma grande trajetória em defesa dos consumidores, desde 2008 quando a CEMIG pediu um aumento de 20%. Nós conseguimos a primeira redução histórica na conta de luz, em 17%. Depois disso, nós conseguimos impedir muitos aumentos. Se não fosse a nossa luta, hoje a conta de luz no Estado de Minas Gerais seria no mínimo o dobro mais cara, o que seria um verdadeiro absurdo pelo serviço público essencial à vida, que, como eu coloquei, não pode ser tratada como mera mercadoria. A energia e a água são como se fossem o arroz e o feijão para o povo brasileiro.

Além disso, eu queria colocar aqui a minha grata satisfação de ter sido membro da Comissão de Orçamento já por duas vezes. Fui Relator do comitê de obras Irregulares na Comissão de Orçamento. Conseguimos garantir uma economia de mais de 2 bilhões de reais para os cofres públicos. De forma prática, eu posso dar o exemplo da BR 050, que liga a cidade de Uberlândia a Araguari, nós conseguimos atuar e não deixar a obra paralisar, porque uma obra paralisada fica muito mais cara.



E, agora, novamente, fui membro da Comissão de Orçamento, fui Relator na área do planejamento, Relator do PAC. Inclusive, tive a grata satisfação de definir os recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida: destinamos 12,5 bilhões de reais para o Programa Minha Casa, Minha Vida; não fizemos o corte de nenhum centavo no Orçamento, um valor realmente garantido, um programa extraordinário, que foi criado pelo Presidente Lula.

Quando o Presidente Lula criou o Programa Minha Casa, Minha Vida, muitos falaram que ele estava doido. Ele combateu a crise econômica gerando emprego, gerando renda, aquecendo a economia e dando dignidade para as pessoas. O maior sonho das pessoas é ter a casa própria, e, realmente, é um programa maravilhoso o Programa Minha Casa, Minha Vida. Ontem mesmo, em Uberlândia, houve a entrega de casas. A cidade de Ituiutaba tem um grande número de moradias para as pessoas de baixa renda.

Então, todos os Estados estão sendo beneficiados. E não é diferente o Estado de Minas Gerais, mesmo o Governo não sendo do partido da Presidente da República, não houve problema. O programa realmente garantiu uma distribuição muito justa para todos os Estados e para todas aquelas pessoas que têm a carência da casa própria, da moradia. Então, O Minha Casa, Minha Vida é um programa realmente magnífico, e eu tive a grata satisfação de ter sido o Relator.

E garantimos 12,5 bilhões de reais no Orçamento de 2014, sem nenhum corte. Nós poderíamos cortar até 20% e distribuir os recursos para as bancadas do Estado. Fizemos esse enfrentamento político, e garantimos o valor total de 12,5 bilhões de reais para o Programa Minha Casa, Minha Vida.



Além disso, nós garantimos recursos da ordem de 13 milhões de reais para a Justiça Federal ampliar a sua sede em Uberlândia, porque atende a muitos Municípios do Triângulo Mineiro. Sete milhões já foram liberados e nós garantimos mais 13 milhões.

Grande parte dos processos é de pessoas simples, pessoas carentes, inclusive aposentados. É um recurso realmente que faz justiça e amplia a possibilidade de atendimento mais rápido às pessoas que mais precisam. Conseguimos garantir esses 13 milhões e mais 7 milhões, ao todo 20 milhões de reais para a Justiça Federal de Uberlândia ampliar o seu prédio, prestar um atendimento melhor à população e aumentar o número de varas.

Garantimos também 6,5 milhões de reais para o Ministério Público do Trabalho. Nos últimos 10 anos, o Ministério Público do Trabalho reverteu mais de 10 milhões em benefícios para toda a população do entorno do Triângulo Mineiro, cerca de 40 cidades. Aquele órgão não tinha sede própria, ia perder inclusive o terreno. Nós conseguimos garantir 1 milhão em emenda individual de nossa autoria, mais um adendo, um recurso que nós conseguimos no orçamento de 5,5 milhões de reais para a construção do prédio do Ministério Público do Trabalho.

Conseguimos também uma questão realmente inédita, porque a nossa bancada de Minas Gerais foi contra. A bancada não tirou como prioridade, mas, mesmo assim, nós conseguimos colocar... Fiquei realmente muito feliz de ter conseguido colocar no Orçamento 10 milhões de reais para construir a delegacia e a capitania fluvial dos portos nas cidades de Uberlândia e Lagoa Santa.

A autoridade marítima de Minas Gerais era em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, um verdadeiro absurdo, porque Minas Gerais tem um potencial



hídrico muito grande, com várias bacias hidrográficas, e infelizmente a gente não tinha uma autoridade marítima. Agora, nós vamos ter uma capitania em Lagoa Santa e uma delegacia em Uberlândia para fazer fiscalização, demarcação, socorro de vítimas e emissão de documento de ARRAIS. Então, a gente fica muito feliz por ter conseguido garantir esses 10 milhões para a Delegacia da Marinha na nossa cidade, a cidade de Uberlândia.

Conseguimos garantir também, no final do ano passado, 1,4 milhão de reais para o Hospital Municipal. A gente sabe que hoje uma das maiores preocupações da população é a Saúde. Conseguimos 1,4 milhão de reais para equipar o Hospital Municipal da cidade de Uberlândia.

Além disso, recursos para fortalecimento das ações de vigilância na área de zoonose, 300 mil reais; conseguimos recursos para veículo para transporte de vacina, 110 mil reais para Uberlândia, para Uberaba, para a cidade de Ituiutaba.

Na área da Saúde também. Muitos duvidavam que seria possível, que não ia sair do papel; nós conseguimos garantir, já é uma realidade, mais de 100 milhões de reais para a construção do novo pronto-socorro da Universidade Federal de Uberlândia. Já está em obras, um prédio realmente com estrutura magnifica. É o maior investimento na área da saúde em todo o interior do nosso País, que é o novo Pronto-Socorro da Universidade Federal de Uberlândia, ao todo 104 milhões de reais. As obras já estão a pleno vapor; ao todo serão 146 leitos cirúrgicos, 30 leitos de UTI e 20 salas com centros cirúrgicos. Tem espaço, inclusive, para heliporto para socorrer as vítimas com maior agilidade.

Então, é uma grande satisfação. O Ministro Padilha teve toda essa mobilização, uma luta nossa realmente muito grande. Deu início às obras; eu queria



realmente agradecer muito ao Governo da Presidente Dilma. Essa obra é realmente fantástica atendendo não só a Uberlândia, mas a todo o Triângulo Mineiro, o hospital-escola que atende toda região, o novo pronto-socorro, ao todo 104 milhões de reais.

Além disso, por solicitação do Vereador Ismar Prado e por meio de emendas nossas previstas no Orçamento, nós conseguimos garantir os recursos para construção de uma praça no Bairro São Jorge, perto do Supermercado Bretas, no valor de 400 mil reais. Era uma reivindicação de toda a população.

Conseguimos resgatar as emendas do Deputado Federal Elismar Prado para construção de várias creches. Só na cidade de Uberlândia, serão oito creches, totalizando 7,6 milhões de reais. Haverá uma creche no Bairro Jardim Sucupira; uma creche no Bairro Morumbi; uma creche no Bairro Planalto; uma creche no Bairro Pacaembu; uma creche no Bairro Jardim Botânico; uma creche no Bairro Jardim Europa; uma creche no Bairro Mansour; e uma creche no Bairro Jardim das Palmeiras, sem contar com o grande número de creches que conseguimos viabilizar em toda região. Esses recursos já foram liberados, e nós estamos cobrando aceleração por parte da Prefeitura de Uberlândia, para que ela comece as obras o mais rapidamente possível.

Veículos para a área de assistência social. Conseguimos liberar um grande volume de recursos para Uberlândia e várias cidades da região, em parceria com o Deputado Elismar Prado; e veículo para o Programa Saúde da Família, para o Distrito de Tapuirama.

Conseguimos garantir recursos para a Pastoral da Criança da Diocese de Uberlândia. Estivemos com o Bispo Dom Paulo e sabemos do belíssimo trabalho



que é realizado pela Pastoral da Criança. Conseguimos liberar esses recursos no valor de 160 mil reais.

Conseguimos liberar um grande número de academias da saúde. Só para a cidade de Uberlândia, conseguimos liberar uma por solicitação do Vereador Rodi, para a região do Bairro Nossa Senhora das Graças; conseguimos liberar uma também para o Bairro Jardim Canaã; e, por solicitação do Vereador Ismar Prado, uma academia para o Bairro Luizote de Freitas. Haverá um grande número de academias da saúde para toda a região. Academias da saúde são fundamentais porque, além de tudo, vão ter um fisioterapeuta que vai receber um valor anual de mais de 36 mil reais por parte do Governo Federal. Várias outras cidades também receberam academias da saúde através de emendas que nós colocamos, como as cidades de Nova Ponte, Paracatu, Tupaciguara, Patrocínio, Conceição das Alagoas, Indianópolis, Ituiutaba, Prata, Monte Carmelo, Araxá, Canápolis, Carmo do Paranaíba, Santa Vitória. Só em Uberlândia, foram três academias da saúde.

Recursos na área da agricultura. Conseguimos colocar vários recursos para Uberlândia, beneficiando várias cidades da região. Destinamos vários tratores para a cidade de Uberlândia, a pedido do Vereador Celso Santos, que realmente tem uma atuação muito firme com o produtor rural. Garantimos também recursos para Campos Altos, Carneirinho, Centralina, Lagamar, Pirajuba, Prata, Presidente Olegário, Santa Juliana, Santa Vitória, Tupaciguara e, como eu disse, vários para a cidade de Uberlândia.

Conseguimos garantir, também através de emendas nossas no Orçamento, juntamente com o Deputado Elismar Prado, mais de 40 academias ao ar livre só para a cidade de Uberlândia, o que vai atender toda a região. Conseguimos garantir



ao todo, atendendo o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, mais de 80 academias ao ar livre, beneficiando Abadia dos Dourados, Água Comprida, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Centralina, Indianópolis, Iraí de Minas, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Paracatu, Patrocínio, Perdizes, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Juliana, Serra do Salitre, Varjão de Minas, Araxá, Ituiutaba, Capinópolis, Monte Carmelo, Patrocínio, e a cidade do Prata.

Nós também liberamos recursos para a construção de três núcleos de apoio ao esporte e lazer na cidade de Uberlândia, no valor de 300 mil reais, e, através de emenda de nossa autoria, para a Praça da Juventude que será construída na região dos Bairros Jardim Brasília e Presidente Roosevelt.

Visitamos, há pouco, a praça do Centro de Arte e Esporte Unificado — CEU no Bairro Campo Alegre, na região do grande São Jorge, que deve ser inaugurado o mais rapidamente possível, bem como o do Bairro Shopping Park, nos quais serão investidos mais de 6 milhões de reais.

Estive, juntamente com a Ministra Miriam e o Ministro Aldo, nas obras do centro de iniciação ao esporte. Esses centros vão preparar os jovens de todo o País para as Olimpíadas. A nossa região também foi contemplada, pois será construído um centro de iniciação ao esporte em Uberlândia, no Jardim Europa. Queria parabenizar o Vereador Zezinho Mendonça, que batalhou e se mobilizou muito pela construção desse centro de iniciação ao esporte no Jardim Europa.

Já está pronto, há muito tempo — fruto de emenda de nossa autoria, quando eu ainda era Deputado Estadual —, o poliesportivo do Bairro de Patrimônio.



Quanto às cozinhas comunitárias, conseguimos resgatar emendas do Deputado Elismar Prado, no valor mais de 1 milhão de reais, para os Bairros Morumbi, Luizote de Freitas e Lagoinha.

Também entregamos mais de 70 ônibus escolares através de emendas de nossa autoria, beneficiando toda a região do Triângulo Mineiro por meio do Programa Caminho da Escola. Nós conseguimos uma grande vitória porque, agora, os Prefeitos poderão fazer o transporte dos alunos universitários, desde que prejudiquem os alunos do ensino básico.

Também conseguimos a liberação de mais de 2 milhões de reais de emendas de nossa autoria para o consórcio de saúde de 21 cidades que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba – AMVAP. Colocamos 1,93 milhão de reais para a aquisição de equipamentos para as unidades básicas de saúde, atendendo todas as regiões da cidade de Uberlândia; e 2 milhões para o consórcio que vai atender Uberlândia e 21 Municípios da região.

Além disso, eu queria agradecer à Presidenta Dilma e, de forma muito especial, à Ministra Miriam Belchior, porque nós conseguimos uma grande vitória: colocar, no PAC, a BR-154, que liga a cidade de Ituiutaba à cidade de Campina Verde, o que é uma reivindicação histórica de mais de 70 anos. Com muita mobilização, nós conseguimos que a Ministra se sensibilizasse e colocasse, no PAC, 103 milhões de reais para essa obra — que já deve se iniciar, pois houve a assinatura do contrato. Ao todo, são mais de 50 quilômetros.

Também para Ituiutaba, conseguimos garantir um grande volume de recursos para o Hospital São José e estamos brigando por uma UTI neonatal, que foi uma promessa do Governador Anastasia. Estamos cobrando que, antes que ele



renuncie, ele compra a sua promessa, porque a promessa dada tem que ser cumprida, a palavra tem que ter valor. Então, que o Governador compra aquilo que prometeu no dia 11 de abril de 2011, há 3 anos, quando garantiu uma UTI neonatal para Ituiutaba e recursos no valor de 5 milhões de reais. Infelizmente, até hoje, isso não aconteceu.

Nós fomos muito felizes porque também conseguimos um grande volume de recursos para as cidades de Ituiutaba e Monte Carmelo. O novo *campus* da Universidade Federal de Uberlândia — UFU teve ampliação; e conseguimos garantir recursos no valor de 760 mil reais para fazer ligação asfáltica.

Enfim, queria dizer da minha alegria, pois, com certeza, nós conseguimos liberar um grande volume de recursos. A nossa marca de atuação é realmente a defesa do povo, a defesa dos consumidores.

Eu queria deixar aqui, mais uma vez, a nossa solidariedade a todos os servidores e, de forma muito especial, aos servidores da educação que lutam bravamente, no Estado de Minas Gerais, pelo piso nacional. Infelizmente, o nosso Estado é um dos que mais taxam, que tem uma das cargas tributárias mais pesadas, o IPVA mais caro, o ICMS da conta de energia mais caro, o ICMS da conta de telefone mais caro. Infelizmente, é um dos Estados que pior paga os servidores, não valoriza os servidores.

Então, queria deixar aqui a nossa solidariedade aos servidores da educação em luta pelo piso nacional, a nossa solidariedade aos servidores da segurança pública, que, em Minas Gerais não ganham o auxílio-periculosidade. Embora esteja na Constituição, infelizmente, o Estado não paga o auxílio-periculosidade para



aqueles que exercem uma profissão muito perigosa, que são os policiais. O déficit de policiais em Minas Gerais realmente é muito grande.

Queria cumprimentar, inclusive, o Denilson Martins, Presidente do SINDPOL/MG, e o Vereador Juliano Modesto, porque, depois de uma grande luta de todos nós, conseguimos outra grande vitória, que são os 30% de periculosidade para todos os vigilantes. Foi realmente uma grande vitória da categoria, beneficiando os vigilantes de todo o País. Nós ficamos realmente muito felizes e muito orgulhosos por essa grande vitória.

Enfim, eu queria agradecer e dizer que realmente fico muito feliz. Quero cumprimentar todos os nossos colegas da Câmara dos Deputados e toda a população de Minas Gerais, que me deu a honra de ser, hoje, o Deputado Federal mais votado do Partido dos Trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Weliton, Prado, por sua fala no Grande Expediente, tratando assuntos do interesse de Minas Gerais e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra, por 1 minuto, o Deputado Sibá Machado, do nosso Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, passo a ler, rapidamente, a nota do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o resultado do rebaixamento do Brasil pela agência S&P.

A agência alega duas razões que não se sustentam, Sr. Presidente. Primeiro, o crescimento econômico. O crescimento econômico do Brasil foi o terceiro do



mundo, especialmente entre os países do chamado G-20. A média foi de 17,8% durante o período.

Também alega a agência que a situação fiscal brasileira não está sob controle. Aqui está muito claro: o País fez o maior superávit da história neste momento e reduziu a dívida líquida do País de 35,3%, que já era uma das mais baixas, para 33,8%.

Outra alegação da agência, Sr. Presidente, é o Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil. Nós recebemos, nesses últimos 12 meses, 65,8 bilhões de dólares de investimentos no Brasil, uma das maiores taxas do chamado G-20.

Por fim, quero dizer sobre a vulnerabilidade das reservas do Brasil. O Brasil é hoje uma das maiores reservas, o que assegura qualquer distúrbio maior na economia mundial.

Então, eu pediria a V.Exa. que considerasse lida na íntegra esta nota e que fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Sibá Machado. Seu pronunciamento será registrado nos Anais da Casa.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

Em seguida, Deputado Jorginho Mello. Depois nós vamos para a lista dos 3 minutos.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham esta



sessão, eu quero trazer, neste momento, uma decisão tomada pelos partidos de oposição em reunião feita agora no Senado Federal: os partidos de oposição partem de maneira objetiva para a coleta de assinaturas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, em torno de uma CPMI para investigar a má gestão e os problemas da PETROBRAS.

A PETROBRAS, no ano do seu 60º aniversário, é premiada por um processo de má gestão, o que fez com que a companhia, que era a 12ª empresa do mundo, caísse para a colocação de 120ª empresa mundial.

A Abreu e Lima, a questão de Pasadena, a propina holandesa, enfim, há muito a se investigar na PETROBRAS, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Jorginho Mello, de Joaçaba, Santa Catarina, para o mundo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu quero dizer a V.Exa. e pedir à competente assessoria da Mesa, neste momento, que o Projeto nº 6.809, sobre as universidades comunitárias, seja votado, porque está na pauta.

Santa Catarina é um dos Estados que têm acentuadamente um grande número de universidades comunitárias, e precisamos resolver isso de uma vez por todas. O MEC já encaminhou o projeto, já o debatemos na Comissão de Educação com o Deputado Pedro, Relator, e, agora, o projeto está na pauta para ser votado.

Então, quero falar da importância desta matéria e, ao mesmo tempo, pedir a oportunidade de ser Relator, para não atrapalhar o projeto, não dificultar em nada a matéria no plenário, nesta tarde de hoje.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra, para breves comunicações, o Deputado Anselmo de Jesus. (Pausa.)

Deputado Renato Molling. (Pausa.)

Deputada Rosane Ferreira. (Pausa.)

Deputado Valmir Assunção. (Pausa.)

Deputado Giovani Cherini. Passo para frente.

Deputado Waldenor Pereira. (Pausa.)

Deputada Luiza Erundina. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tive a honra de participar, no último sábado, dia 22, de uma campanha da mais alta relevância criada pelo publicitário Washington Olivetto para o Hospital de Câncer de Barretos. Trata-se do Voo contra o Câncer, que reuniu apoiadores da instituição e celebridades, como o ator Sérgio Mamberti e a atriz Gabriela Duarte, entre outros.

O voo partiu de Guarulhos em direção a Barretos para mostrar a existência da viabilidade técnica de se criar uma linha regular entre as duas cidades, para facilitar o acesso de milhares de pacientes que lutam contra o câncer e se deslocam dos mais diversos pontos do nosso País.

O Prefeito de Barretos Guilherme Ávila e os diretores da empresa Passaredo assinaram uma carta de intenção para viabilizar o voo, que só será possível após a



reforma do aeroporto, com a inclusão no Plano Regional de Aviação do Governo Federal.

Quero cumprimentar, Sr. Presidente, a diretoria e os colaboradores do Hospital de Câncer de Barretos na pessoa de Henrique Prata, que trabalha diuturnamente para viabilizar o atendimento gratuito e de qualidade a pacientes com câncer. Pelo hospital passam diariamente, para se ter uma ideia, mais de 4 mil pessoas, vindas, Deputado Mauro Benevides, de mais de 1.500 Municípios brasileiros. Este é o Hospital de Câncer de Barretos!

Num trabalho conjunto com a bancada paulista de Deputados Federais, temos procurado viabilizar recursos por meio de emendas a favor daquele hospital.

Fica registrada a nossa admiração e o nosso reconhecimento ao trabalho de todos os que ajudam a tornar o Hospital de Câncer de Barretos e suas unidades regionais referência no atendimento de saúde aos que mais necessitam.

Destaco o hospital regional da cidade de Jales, que fez também um excepcional trabalho em favor desses pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Edinho Araújo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive a honra de participar no último sábado, dia 22, de uma campanha da mais alta relevância, criada pelo publicitário Washington Olivetto para o Hospital de Câncer de Barretos. Trata-se do “Voo contra o Câncer”, que reuniu apoiadores da instituição e celebridades, como o ator Sérgio Mamberti e a atriz Gabriela Duarte, entre outros.



O voo partiu de Guarulhos em direção a Barretos para mostrar que existe a viabilidade técnica de se criar uma linha regular entre as duas cidades, para facilitar o acesso de pacientes com câncer que chegam de todos os cantos do País para tratamento especializado em Barretos.

O Prefeito de Barretos, Guilherme Ávila, e os diretores da empresa Passaredo assinaram uma carta de intenção para viabilizar o voo, que só será possível após a reforma do aeroporto, com a inclusão no Plano Regional de Aviação no Governo Federal.

Quero cumprimentar a diretoria e os colaboradores do Hospital de Câncer de Barretos na pessoa de Henrique Prata, que trabalha diuturnamente para viabilizar o atendimento gratuito e de qualidade a pacientes com câncer. Pelo hospital passam diariamente mais de quatro mil pacientes, vindos de 1.500 Municípios brasileiros.

Num trabalho conjunto com a bancada paulista de Deputados Federais, temos priorizado a liberação de emendas, anualmente, em favor do hospital.

Fica registrada a nossa admiração e o nosso reconhecimento ao trabalho de todos os que ajudam a tornar o Hospital de Câncer de Barretos e suas unidades regionais referência no atendimento de saúde aos que mais necessitam.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Para fazer um registro, concedo a palavra ao Deputado Luiz Argôlo, do Solidariedade da Bahia. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. LUIZ ARGÔLO (SDD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação e alegria que venho aqui hoje compartilhar com todos os amigos e todas as amigas de Itaberaba a



comemoração do aniversário daquele Município tão importante para a Chapada Diamantina.

Estou dando como presente a aprovação, na semana passada, de um projeto de lei de nossa autoria, no qual sugiro a criação de duas universidades federais no Estado da Bahia: uma universidade na Chapada Diamantina, que terá como sede o Município de Itaberaba, cidade importante para aquela região; e, sem dúvida alguma, por meio de projeto de lei, a outra universidade federal será no Município de Alagoinhas para atender à região do litoral norte.

Gostaria de registrar que foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público este nosso projeto que agora será submetido à Comissão de Educação para em breve ser submetido aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Ferro. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Marroni. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Amauri Teixeira. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jesus Rodrigues. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edinho Bez. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Onofre Santo Agostini. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Izalci. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edio Lopes. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lins. (*Pausa.*) Ausente.



Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides, que disporá de 3 minutos.

Antes, porém, com a permissão de V.Exa., Deputado Mauro Benevides, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly por 1 minuto.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Paraná é o Estado com menos liberações de empréstimos pelo Governo Federal — *Gazeta do Povo*, segunda-feira, 25 de março de 2014. É uma extensa matéria.

O Paraná é o 27º em autorização, com 950 milhões autorizados, sendo que todos os demais Estados receberam autorizações, com situações financeiras piores que a do Paraná.

O Paraná é um Estado equilibrado, paga mais impostos do que recebe ao Governo Federal, colabora com a balança comercial, colabora e participa do progresso do País, cresce economicamente o dobro do que cresce o País.

Estamos sofrendo *bullying*.

Presidente Dilma Rousseff, liberte ao Paraná os empréstimos! Estamos realmente achando que a senhora não gosta do Paraná.

Presidente Dilma Rousseff, libere o empréstimo...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Mauro Benevides. V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores nas galerias que prestigiam esta Casa Legislativa na tarde de hoje, senhores telespectadores da TV



Câmara, no último sábado, transcorreu o Dia Nacional da Água em meio a acontecimentos de conotação pedagógica direcionados a uma conscientização de todos os segmentos sociais para a correta utilização do precioso líquido, fundamental para o bem-estar da humanidade.

Para nós nordestinos, o evento leva-nos à reflexão de quanto a escassez de água tem-se constituído tormentosa para a nossa população, mormente agora, quando, já por 2 anos, a falta de quedas pluviométricas há tido aspecto calamitoso para a sobrevivência dos rurícolas, os quais viram dizimados rebanhos e plantações, num drama aflitivo que obrigou o Governo Federal e os Estaduais a adotar providências emergenciais, de caráter precário, para que espelhassem um sentimento de solidariedade que buscou amenizar o padecimento experimentado por alguns milhares de sertanejos.

É certo que o poder público, através da concessão do Seguro Safra e da Bolsa Estiagem, empenhou-se em atuar proficientemente com a entrega de carros-pipa, perfuratrizes, retroescavadeiras e um instrumental adequado a soluções mais duradouras, a exemplo de poços profundos e outras modalidades de amparo capazes de reduzir a agudeza de uma quadra reconhecidamente dramática e desumana.

Agora os órgãos incumbidos de avaliar a pluviosidade do corrente ano ainda apontam para índices precários, bem aquém de percentuais em condições de atender a uma demanda indispensável a motivar novos plantios e melhor alimentação para os homens do campo e suas respectivas famílias.

Na recente visita ao Ceará, na passada quarta-feira, Dilma Rousseff anunciou outras formulações de atendimento, dentro de planificações que os técnicos



governamentais preconizam, como capazes de minorar a angústia de milhões de habitantes do nosso sertão adusto.

Saudamos, pois, a passagem, do dia 22, do Dia Nacional da Água, reiterando a confiança em que Governos e comunidade encontrarão novos caminhos que tragam mais esperança de melhores dias para os que, nos campos, laboram de sol a sol para ajudar o crescimento de nossa Nação.

E a transposição de águas do São Francisco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, situa-se entre as elogiáveis providências inseridas no rol de promessas da primeira mandatária do País. Esta, portanto, é a nossa esperança: o Nordeste, com a transposição de águas, veja solucionado o drama que...

(O microfone é desligado.)

O SR. MAURO BENEVIDES -.Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Agradeço a presença aqui dos agentes penitenciários do Brasil, que vêm trazer a sua força, a sua vontade. Que, cada vez mais, esta Casa reconheça a importância dos agentes penitenciários do nosso País. Sejam todos bem-vindos. *(Manifestação nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Continuando o período das breves comunicações, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Simões, do PT da Bahia. V.Exa. dispõe de 3 preciosos minutos na tribuna desta Casa.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.



Quero registrar que, no último sábado, eu acompanhei o Governador Jaques Wagner e o Secretário de Saúde do Estado da Bahia, Washington Couto, num programa que eu repto de grande importância: o Programa de Rastreamento do Câncer de Mama, no Município de Itapitanga, com cerca de 10 mil habitantes. São dois veículos, Sr. Presidente, dotados de equipamentos, mamógrafos e equipe qualificada, nos quais se fazem exames nas mulheres a partir dos 50 anos de idade. Com certeza, Sr. Presidente, essas mulheres teriam poucas oportunidades de fazer um exame preventivo como esse, para identificar ou não um câncer de mama.

As pessoas que não apresentam problemas em seus exames voltam para casa e tudo bem. Para as mulheres em quem são identificados problemas, Sr. Presidente, há um tratamento, que vai ser acompanhado pela Secretaria do Estado, no mesmo local. Se precisarem de um tratamento mais profundo, mais complexo, tudo isso será feito no Município de origem das mulheres, tanto na área rural quanto na área urbana.

Já foram feitas, Sr. Presidente — o Programa começou em 2011 —, 118 mil mamografias em diversas cidades do Estado da Bahia, cidades grandes e cidades pequenas. Em Itapitanga, para V.Exa. ter uma ideia da importância em uma cidade pequena de 10 mil habitantes, são feitas 70 mamografias por unidade, o que dá 140 mamografias por dia, considerando-se que são duas unidades.

Um programa excelente da área de saúde do Governador Jaques Wagner é o Programa Saúde em Movimento. Estou falando desse programa da mamografia, mas há 15 dias, eu fui a Itapetinga, onde é realizado outro programa, o Programa Saúde em Movimento.



Lá, em atendimentos ligados à saúde visual, são realizadas cirurgias de catarata, Sr. Presidente. Foram feitos 7 mil exames e 1.400 cirurgias de catarata, que dificilmente a população daquela região poderia fazer. Para V.Exa. ter uma ideia, uma cirurgia de catarata num olho só custa 2.500 reais; nos dois olhos, quando necessário, custa 5 mil reais. Lá em Itapetinga, estavam sendo feitas cirurgias com as equipes mais capacitadas do Estado da Bahia, com os equipamentos mais modernos.

São programas como estes que têm melhorado a saúde do baiano, Sr. Presidente, o Saúde em Movimento, com cirurgias eletivas, cuidados à saúde visual, cirurgias de catarata, e o Rastreamento de Câncer de Mama, feito na cidade de Itapitanga, em que eu estava presente, com o Governador Jaques Wagner, e em 183 Municípios da Bahia. Já foram feitas 118 mil mamografias.

Quero, portanto, parabenizar o Governador Jaques Wagner e o seu Secretário de Saúde por conta dessas realizações e aproveitar para pedir que seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - O pedido de V.Exa. está deferido, Deputado Geraldo Simões.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Severino Ninho, do PSB de Pernambuco, digno representante do nosso Nordeste brasileiro.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Obrigado, Sr. Presidente.



Quero saudar aqui os agentes penitenciários do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu tenho lutado pela minha região, o Litoral Norte do Recife, uma região de quase 600 mil habitantes que não tem uma universidade pública e só tem uma agência do INSS.

O Prefeito da minha cidade de Igarassu não libera o terreno para o INSS construir a agência. Eu já falei com o Ministro Garibaldi Alves Filho nesta Casa, quando ele esteve aqui visitando, e ele me disse que o problema é a Prefeitura liberar esse terreno.

Essa agência do INSS é importante, porque a única que existe lá no Litoral Norte de Pernambuco fica em Paulista, e outras cidades, como Igarassu, que é a minha cidade, Itamaracá, Itapissuma, Araçoiaba ficam distantes de Paulista. Traz transtorno ao trabalhador não ter uma agência do INSS em Igarassu e não ter mais uma dessas agências no Litoral Norte.

Eu também quero aqui, Sr. Presidente, parabenizar o Governador Eduardo Campos e o Secretário de Saúde Antonio Figueira pela construção da UPAE do Grande Recife, que fica em Abreu e Lima, na divisa com a minha cidade de Igarassu. Aí, sim, tem-se um importante equipamento na área da saúde pública.

UPAE significa Unidade Pernambucana de Atenção Especializada, é uma unidade com 16 especialidades médicas. Diversos tipos de exames laboratoriais, raios X e tantos outros exames e pequenas cirurgias irão ocorrer na nossa UPAE lá em Abreu e Lima, na divisa com Igarassu, minha cidade.

Eu quero agradecer aqui ao Governo. Nosso empenho é de 4 milhões de reais, que nós apresentamos para equipar essa UPAE e que vão, Sr. Presidente, amenizar o sofrimento de muitas famílias do litoral norte de Pernambuco, que hoje



têm que ir a Recife na madrugada para conseguir um exame de oftalmológico, um exame cardiológico, entre tantos outros necessários ao povo mais carente.

Essa UPAE em Abreu e Lima, na divisa com Cruz de Rebouça, vai facilitar muito a demanda daquela população, porque, tendo uma UPA com 16 especialidades médicas, o povo vai conseguir mais fácil os seus exames e suprir as suas necessidades de saúde.

Portanto, quero agradecer ao Governador Eduardo Campos por essa conquista na nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence. (Pausa.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Já passo a palavra a V.Exa., Deputado Garotinho.

Quero agradecer ao Centro Comunitário São Lucas, de Ceilândia, do Distrito Federal, a presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Anthony Garotinho, mui digno representante do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma breve comunicação, não mais que 1 minuto, para dizer que o CADE, que já estava investigando o esquema fraudulento dos trens em São Paulo, agora descobriu que o Governo do Rio de Janeiro, do Sr. Sérgio Cabral e do Sr. Pezão, também comprou trens de forma superfaturada naquele esquema da Alstom.



Então, eu trago aqui hoje o registro de mais esse fato lamentável de corrupção, envolvendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo que está sendo combatido pela corrupção que praticou na saúde — e o Secretário fugiu do Estado —, praticou em outras áreas da administração, e agora é pego também na fraude dos trens.

Faço este registro em nome de todo o povo do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dando seguimento a denúncias de corrupção, quero apenas aproveitar e dizer que as oposições, reunidas, decidiram pedir uma CPI sobre a PETROBRAS, encimada pela refinaria de Pasadena e várias outras denúncias de corrupção neste que é um símbolo da nacionalidade e que este Governo, nos tempos de Lula e na continuidade da Dilma, não respeita.

Mas é preciso voltar a ter respeito ao Brasil e à PETROBRAS, como consequência.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Concedo a palavra ao Deputado Marllos Sampaio, do PMDB do Piauí. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nesta oportunidade, queremos relatar a nossa ação principalmente na minha Capital Teresina.

Semana passada, falei da minha atuação a favor dos idosos. E hoje vamos falar mais uma vez das ações para a nossa Capital Teresina, já que tive a honra e a



felicidade de ser o Deputado Federal mais bem votado da minha capital, o que faz sentir o peso da responsabilidade com os teresinenses.

E tenho trabalhado para corresponder às expectativas depositadas em mim, através da minha voz, da fiscalização, dos encontros que fazemos todos os finais de semana, nas andanças pelos bairros com as lideranças comunitárias, e, é claro, através das nossas emendas. A grande prioridade do nosso mandato é destinada à Teresina, por ser seu representante legítimo.

Depois de uma luta intensa, estamos conseguindo revitalizar o Verdão, maior ginásio de esportes, que estava fechado por mais de 8 anos. Destinamos recursos para a modernização desse grande ginásio e conseguimos a complementação de recursos, com apoio do Governo, para a reforma estrutural.

Teresina vai ter orgulho e os piauienses também de ter o Ginásio Verdão de volta, que será um dos mais modernos do Nordeste, com cadeiras em todas as áreas, telão de LCD, quadras removíveis nas quatro modalidades, novo teto e melhores condições de banheiros e vestiários para a imprensa em geral.

Também já foi iniciada a nossa primeira praça da juventude, em Teresina, no Bairro Francisco Marreiros. É outra grande obra, que vai reunir toda a família em um mesmo local para a prática de atividades físicas, que vai envolver tanto a juventude quanto os idosos, porque lá também vai haver um centro de atenção ao idoso.

Outra obra importante na capital é a construção de um centro esportivo no Planalto Uruguaí. Estive lá semana passada, ouvi a população e complementamos com mais 500 mil reais para cobrir as quadras, totalizando assim 1 milhão de reais para essa importante obra, que vai ser entregue no aniversário da nossa capital, em agosto.



Faremos também, em parceria com a Prefeitura, o maior ginásio poliesportivo municipal de Teresina, no Bairro Bela Vista, orçado em quase 3 milhões de reais.

Vejam que o montante de recursos destinados a Teresina é considerável, com grandes emendas e grandes obras, além das obras de infraestrutura para os idosos. Temos 2 milhões de reais para centros de atenção ao idoso: um já vai ser começado este ano e outro no próximo ano, em dois grandes bairros de Teresina. Sem contar a agência do INSS que está funcionando há mais de 2 anos dentro da Delegacia do Idoso, o que previne vítimas do golpe do empréstimo consignado e dá maior segurança e maior agilidade ao delegado para imediatamente resolver e suspender descontos indevidos nas aposentadorias.

É assim que temos trabalhado por Teresina, mesmo com toda a perseguição que a gente sofre dos adversários.

Sr. Presidente, eu solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - O seu pedido está deferido, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada falei aqui sobre minha atuação em favor dos idosos, hoje, quero prestar contas das minhas ações para Teresina, a capital do meu estado.

Tive a honra e a felicidade de ter sido o Deputado Federal mais bem votado da capital do Piauí, o que me fez sentir o peso da minha responsabilidade com os



teresinenses. Tenho trabalhado para corresponder às expectativas depositadas em mim, através de emendas.

Destinei recursos para a revitalização do esporte da capital, uma cidade como Teresina precisa oferecer à sua juventude equipamentos esportivos de qualidade em espaços seguros. Uma das minhas primeiras emendas está em execução agora como a construção da Praça da Juventude no bairro Francisco Marreiros, uma grande obra que vai reunir toda a família em um mesmo local para a prática de atividades físicas.

Depois de uma luta intensa, o Ginásio Verdão está passando por sua maior reforma. Destinei recursos para a modernização do maior ginásio de esportes do Piauí e conquistamos o apoio do governo para a complementação dos recursos para a reforma estrutural.

Tenho certeza de que todos os piauienses e, em especial, os teresinenses vão ter muito orgulho do Verdão, que será um dos mais modernos do Nordeste, com cadeiras em todas as áreas, telões de LCD, quadras removíveis nas quatro modalidades, um novo teto, além de melhores condições de banheiros e vestiários.

Outra obra importante que está em execução com minhas emendas, é a construção do Centro Esportivo do bairro Planalto Uruguai. Estive lá com o prefeito Firmino Filho e ouvi da população o pedido para cobrir a quadra e, prontamente, me comprometi a destinar mais esse complemento de recursos. Esse Centro Esportivo será entregue à juventude no dia do aniversário de Teresina.

Também fechamos parceria com a Prefeitura de Teresina para construir o maior ginásio de esportes do município, no bairro Bela Vista. Em tamanho vai perder somente para o Ginásio Verdão, que é do Estado.



Além do esporte, também temos preocupação com as pessoas idosas da capital. Inauguramos com a presença do Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves, o primeiro Posto de Atendimento do INSS em uma Delegacia do Idoso. As pessoas da terceira idade que são vítima do golpe do consignado prestam a queixa com o delegado e, imediatamente, são atendidas pelo INSS que suspende os descontos indevidos na aposentadoria dessas pessoas.

Já está na conta da Prefeitura de Teresina, R\$630 mil para a construção do Centro de Atenção ao Idoso a ser construído no bairro Bela Vista, e vou destinar mais uma emenda este ano para beneficiar um outro bairro da capital com um Centro para Idosos.

Este é apenas um resumo dos recursos que tenho destinado para Teresina, há mais coisas, mas o tempo é curto para citar tudo. Também tenho procurado estar perto da população, sempre visito os bairros para ouvir as principais necessidades. É assim que retribuo o apoio dos teresinenses, com obras e projetos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Com a palavra o Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu desejo comunicar a V.Exa. que a Comissão de Agricultura, de onde eu venho neste instante para participar desta sessão, presidida por V.Exa., os Deputados estão ali, sob a Presidência do nosso colega Paulo Feijó, para dirimir dúvidas que remanescem em torno das dívidas dos agricultores do Nordeste, em função da seca de 2 anos.



É uma reunião importante, vários Parlamentares já intervieram nos debates. Eu quero fazer o registro formal neste instante no plenário da Câmara dos Deputados, para que se reconheça o esforço desta Casa para solucionar um problema que se agrava, que se prolonga sem que assistamos ao resultado final das pendências.

Era essa a comunicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Giovani Cherini) - Deputado Mauro Benevides, solicito a V.Exa. que assuma a presidência da Mesa, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

Gostaria de agradecer ao Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Giovani Cherini, nos termos do § 2º do art. 18

do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovani Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu considero dois os maiores problemas hoje do Brasil: os presídios e o lixo. Sem sombra de dúvida, são as grandes consequências de uma sociedade capitalista, emergente, que é a sociedade brasileira.

Eu vou falar um pouquinho sobre o lixo, principalmente do meu Estado do Rio Grande do Sul.



Segundo o IBGE, a população brasileira — de cerca de 160 milhões de habitantes — produz algo como 32,8 milhões de toneladas de lixo por ano. Deste total, apenas 23% passa por algum tipo de tratamento ou disposição final.

No Rio Grande do Sul, os resíduos produzidos por 10% da população gaúcha vão para os lixões ainda. Em nosso Estado, 359 Municípios depositam seus lixos em aterros sanitários; outros 105 Municípios utilizam aterros controlados; 25 cidades adotam os lixões, e sete Municípios gaúchos dispõem seus resíduos sólidos urbanos no Estado de Santa Catarina.

Apenas três cidades são grandes exemplos de lixões ainda que são utilizados: é o caso de Uruguaiana, Viamão e São Gabriel.

Em Uruguaiana, 80 toneladas de lixo são despejadas todos os dias em uma área irregular. O lixão da cidade fica a 5 quilômetros do centro. Quando faz calor o material chega a queimar e a fumaça pode ser vista de longe. Segundo a Prefeitura, um aterro sanitário, local apropriado para receber lixo, fica pronto só no ano que vem.

Em quase todo o Estado a situação é diferente: 95% do lixo produzido no Estado é descartado em depósitos, sem risco à saúde e menos agressivos ao meio ambiente. Os aterros sanitários respondem por 75% dessa fatia, e os aterros controlados pelos 20% restantes.

Porém, 40% dos gaúchos ainda não fazem coleta seletiva do lixo, ou seja, não separam sequer o lixo seco do lixo orgânico. Hoje, só 30 Municípios do Rio Grande do Sul fazem a compostagem, que tem, na verdade, um custo ainda elevado.



Um bom exemplo é o Município de Dois Irmãos, no Vale dos Sinos. Lá, a coleta seletiva existe há quase duas décadas, em 100% da comunidade. Vinte e sete pessoas trabalham em forma de cooperativa e chegam a receber até R\$1.400,00 por mês. São dados que nós estamos buscando.

No Rio Grande do Sul, só 17% das Prefeituras concluíram os seus planos de resíduos sólidos. E o prazo é este ano, 2014. O Rio Grande do Sul ainda não tem um Plano de Resíduos Sólidos. Segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, a licitação para contratar a empresa foi suspensa pela Justiça. Eu estive em São Borja, lá do meu Prefeito, Farelo Almeida: estão levando lixo a 200 quilômetros do Município de Giruá. Esse é um grande problema do Rio Grande do Sul, é um grande problema do Brasil.

São dados importantes. Cada brasileiro, cada pessoa produz 500 gramas diárias de lixo. Muitas pessoas pensam que, jogando o saquinho de lixo na frente de casa, o assunto está resolvido.

Nós precisamos colocar a Lei de Resíduos Sólidos em prática. Nós precisamos resolver isso e fazer do lixo dinheiro, transformando o lixo orgânico em adubo para nossas plantações e transformando o lixo seco em outros produtos, mas infelizmente a situação do lixo no Brasil ainda é de calamidade pública.

O lixo tem se transformado só em lixo. Nós temos que transformar o lixo em dinheiro e fazer subprodutos do nosso lixo. Mas, atenção, Municípios! Por favor, façam o seu programa, façam o seu estudo e preparem o seu programa para resolver a questão do lixo no nosso Rio Grande do Sul, no nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta o nobre orador, o nobre Deputado Giovani Cherini, pela abordagem que faz da questão do recolhimento do lixo em todo o País. Então, V.Exa., trazendo esse tema a debate nesta Casa, certamente espera que as autoridades competentes adotem as providências que V.Exa. preconiza no seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Por 1 minuto, concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá. Em seguida, falará o Deputado Waldenor Pereira, que, inscrito na listagem do computador, já se acha na tribuna. V.Exa., Deputado Arnaldo Faria de Sá, tem 1 minuto, com a anuência de S.Exa., que já se encontra na tribuna.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Waldenor.

Eu queria registrar que estivemos presentes no Congresso Estadual de Municípios, lá em Campos do Jordão, em São Paulo. Quero agradecer ao Prefeito Fred pela acolhida.

Também registro que estivemos em Pindamonhangaba no último domingo, junto com o Governador Geraldo Alckmin, levando recursos para a Santa Casa e também iniciando a duplicação do acesso da cidade até a zona leste, lá em Cidade Nova, que vai permitir também o acesso a Campinas, na Via Dutra, o que é muito importante. Cumprimento o Vereador Calvo por essa luta, iniciada por ele, e que eu encampei.

Cumprimento a cidade de Tupã, por ter inaugurado ontem a Vara Federal com o JEF — Juizado Especial Federal. Isso é muito importante para aquela cidade.



Cumprimento a cidade de Embu-Guaçu, que hoje completa mais um aniversário de emancipação, e a Presidente da Câmara, Maria do Céu, que permitiu que a gente fizesse um breve registro logo pela manhã para não atrasar a nossa estada aqui na cidade. Registro que Nilton Higino, que é emancipador daquela cidade e estava presente. Agradeço aos Vereadores Manézinho Corretor e Toninho Valfior pela ajuda.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que estivemos hoje na cidade de Embu Guaçu, onde participamos das comemorações ao 49.^º aniversário de Embu Guaçu,

Participamos de Sessão na Câmara de Vereadores de Embu Guaçu, presidida por sua Presidenta Vereadora Maria do Céu Reis de Gouveia, onde estiveram presentes: os Vereadores, João Lira, Doda, Maria Cintra, Agildo Bacelar da Silva – Bacelar, Alessandro Silva Cruz – Sandro Social, Antonio Filho Botelho - Toninho Valfior, Clarides Leornardo dos Santos – Manezinho Corretor, Hércules Ronaldo Inácio da Silva – Professor Colle, Luciano de Almeida, Valdomiro Antonio Rodrigues dos Santos – o Miro, o Prefeito Clodoaldo Leite da Silva e o Vice Prefeito Manoel do Posto

Ainda, estivemos em visita a obra da nova agência do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A nova agência que fica na Avenida Pedro de Moraes no Parque Industrial vai atender aos moradores de Embu-Guaçu, beneficiando-os de forma satisfatória, isto porque o atendimento que atualmente é feito na agência do município de Itapecerica da Serra, gera custos e tempo para quem precisa



de qualquer serviço do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A agência contará com sete guichês, sendo dois de recepção de pré-atendimento, um para cadeirantes e quatro de atendimento ao público, duas salas de perícia médica e estacionamento com quatro vagas, sendo uma delas para pessoas com deficiência; uma sala de reuniões da qualidade de vida, duas amplas salas de espera; banheiros masculino, feminino e portadores de necessidades especiais. Com essa estrutura para o atendimento dos usuários de Embu-Guaçu, a futura agência prestará serviços como concessão de aposentadorias, pensões, auxílios-doença e perícia médica, entre outros. A agência chega ao município através de solicitações ao Plano de Expansão da Rede de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social e por emendas Parlamentares, uma de nossa autoria, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dentre outras cidades, conforme *documento anexo*.

No ano de 2013, o Atlas Brasil que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios noticiou que Embu Guaçu é a segunda cidade mais bem posicionada da região no ranking nacional.

O índice é calculado de zero a um, sendo que 0 significa nenhum desenvolvimento humano e 1, desenvolvimento humano total. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município. Embu-Guaçu aparece com 0,749, o que é considerado alto desenvolvimento humano. O IDHM é constituído da avaliação de critérios relacionados à saúde, educação e renda.

No critério de renda, Embu-Guaçu tem o índice de 0.713, na no critério de longevidade, tem o melhor índice, com 0.834. O município também se destaca no critério educação, alcançando o índice mais alto entre as seis cidades do Conisud: 0.708.



Quero também cumprimentar a Magda do Projeto Tocando em Frente, uma importante proposta em benefício dos cidadãos de Embu Guaçu.

Estivemos também, Senhor Presidente, na cidade de Pindamonhangaba, onde participamos de café da manhã com o Prefeito Vito Arditó Lerário, Governador do Estado Geraldo Alckmin, Secretários Municipais e os vereadores, Ricardo Piorino – Presidente da Câmara Municipal, Felipe Cesar, Vereador CAL, Oderley, Marquinhos Cesar, Professor Eric, onde discutimos vários assuntos como a transposição do Rio Paraíba, pedimos ao governador a melhoria da segurança ao município, entre efetivo, viaturas e motos, em especial envio da ROTA para combate à violência no município. Tratamos ainda da recuperação da Igreja de São José CONSEFAP; pedimos um Ginásio em terreno da prefeitura e o governador recebeu nosso projeto. Nessa ocasião, houve a disponibilização do caminhão da saúde, com exames de mamografia, e que ficará a disposição da comunidade por um período; apoiamos também a duplicação da Avenida Manoel Cesar Ribeiro ligando o centro de Pindamonhangaba ao bairro de Cidade Nova até a Via Dutra; realizamos a inauguração do recapeamento da Rodovia Luiz Dumont Vilares, Cidade Moreira, anúncio de licitação da rotatória, estrada em frente a CONFAB equipamentos, anúncio recapeamento estrada Moreira Cesar – Aparecida, passando por Roseira SP 62, e ainda licitação para asfaltamento da estrada vicinal Pinda – Taubaté Lagoinha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao Deputado Augusto Coutinho. V.Exa. tem 1 minuto, com a anuência do orador que já se posta na tribuna à espera da oportunidade de se dirigir ao povo brasileiro.



O SR. AUGUSTO COUTINHO (SDD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e ao nobre companheiro.

Quero registrar mais um equívoco entre tantos que temos visto sobre a PETROBRAS. Na qualidade de Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia, Agronomia e Arquitetura no Brasil, espero, sinceramente, que seja sanado esse problema.

A PETROBRAS lançou um edital que traz em seu bojo, de forma explícita, que vai precisar de engenheiro de meio ambiente júnior no Estado do Rio de Janeiro. O edital diz, de forma explícita, que não apenas os profissionais da engenharia poderão concorrer à vaga de engenheiro ambiental, mas também outras formações da área ambiental, desde que acompanhadas por certidão emitida pelo respectivo conselho de classe.

Sr. Presidente, isso traz um grave problema. Os CREAs e o CONFEA estão bastante preocupados com essa questão.

Nós já tivemos a oportunidade de manifestar esse equívoco junto à PETROBRAS, porque, se é engenheiro ambiental, tem que ser engenheiro, não dá para não ser engenheiro; e a PETROBRAS está aceitando outras qualificações.

Então, na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia, Agronomia e Arquitetura aqui desta Casa, nós viemos solicitar que a PETROBRAS refluia dessa indicação e faça a coisa como, de fato, deve ser. Aliás, lamentavelmente, a PETROBRAS tem dado muitos sinais e indícios de irregularidades no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Casa fica inteirada do apelo que V.Exa. faz em favor dos engenheiros da PETROBRAS e, naturalmente, formula



votos por que aquela estatal diligencie o atendimento do pleito que V.Exa. formaliza neste instante.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SDD-PE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sras. e Srs. Deputados, subo nesta tribuna hoje, como Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia Agronomia e Arquitetura para registrar um equívoco, que espero, sinceramente, seja logo sanado, evitando, assim, possível usurpação de competências de profissões e eventual exercício ilegal da profissão.

Na última semana fui procurado pelo Eng. Marcus Vinícius, Presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Ambientais – ANEAM que nos solicitou atenção especial na análise do Edital nº 1 - Petrobras/PSP RH 2014.1, de 19 de fevereiro de 2014, que, por imperícia ou descuido, permitiu que outros profissionais estranhos à profissão da engenharia nacional, se candidatam ao cargo de Engenheiro de Meio Ambiente Junior da Petrobrás, em desacordo com os ditames éticos e legais.

O referido edital traz em seu bojo como exigência para o cargo de nível superior, Engenheiro (a) de Meio Ambiente Júnior “certificado de conclusão ou diploma, devidamente registrado, de curso de graduação de nível superior, bacharelado, em Engenharia Ambiental, reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação. Outras formações na área Ambiental serão aceitas, desde que acompanhadas de certidão emitida pelo respectivo Conselho de Classe, atestando a posse de todas as atribuições profissionais de Engenheiro Ambiental. Registro no respectivo Conselho de Classe.”



Diante de tal excrescência, preciso tecer algumas considerações sobre essa brecha criada pelo referido edital e suas possíveis consequências.

A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estabelece em seu artigo 2º, que o exercício, no País, da profissão de engenheiro, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País.

Apenas para esclarecer aos nobres parlamentares presentes e àqueles que nos assistem pela TV Câmara, a Engenharia Ambiental foi criada por meio da Portaria nº 1.693, de 05 de dezembro de 1994, expedida pelo Ministério da Educação e do Desporto e regulamentada pela Resolução nº 447, de 22 de setembro de 2000, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFE. Aqui destaco que é uma profissão de suma importância para assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservado para as presentes e futuras gerações, conforme previsto no artigo 225 da Constituição Federal. A formação de um engenheiro ambiental engloba conteúdos e disciplinas típicas da graduação em engenharia (cálculos, física aplicada, resistência dos materiais, hidráulica, topografia e cartografia, processos industriais e operações unitárias), além dos conhecimentos próprios de meio ambiente e saneamento (sistemas de tratamento de água e de efluentes, equipamentos de controle de poluição do ar, da água e do solo, recuperação de áreas degradadas, gestão ambiental, entre outras), competências adquiridas pelos egressos após cinco anos de árdua dedicação e aprendizado, em um curso universitário considerado dos mais difíceis do país, para, só assim, obter a garantia de registro no respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.



Entretanto, esses profissionais estão sofrendo um verdadeiro esbulho em suas garantias legais, ao se verem obrigados a concorrer com outras profissões que não possuem as atribuições necessárias ao exercício do cargo nos mesmos moldes e amplitude, podendo ainda expor a risco, em última análise, a sociedade.

Portanto, faço um apelo à Petrobras, responsável pelo certame, que reveja os requisitos impostos ao cargo de Engenheiro do Meio Ambiente Júnior no Edital nº 01, e o retifique, vez que ainda há tempo hábil devido o concurso encontrar-se em fase de inscrição.

Aproveito, ainda, para pedir a sociedade brasileira que continue diligente e fiscalize todos os atos do poder público em suas mais diversas manifestações.

Era o que eu tinha para dizer, senhor presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Waldenor Pereira. Logo em seguida, aos dois eminentes Parlamentares que se prestam para também mandar a sua mensagem ao povo brasileiro.

Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides, orgulho desta Casa Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes nas galerias, o Governo Jaques Wagner, no Estado da Bahia, de forma pioneira, no ano de 2008, encaminhou projeto à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia visando regulamentar o funcionamento do transporte alternativo naquele Estado.



O projeto foi aprovado, mas infelizmente uma ação judicial movida pelo setor empresarial transformou-se numa liminar, paralisando a vigência da lei por todo esse tempo.

Enquanto Deputado Estadual, naquela oportunidade Líder do Governo na Assembleia Legislativa, tive a oportunidade de conduzir pessoalmente as negociações que resultaram na aprovação desta lei.

Atualmente, estou acompanhando, passo a passo, os entendimentos mantidos entre o Governo do Estado da Bahia, os representantes do transporte alternativo e também os empresários, na perspectiva de uma solução para a vigência dessa importante lei que ordena, que regulamenta o transporte alternativo no nosso Estado.

Em recente contato com o atual Líder do Governo naquela Casa Legislativa, o meu colega e companheiro, Deputado Zé Neto, me assegurou que, nos próximos dias, um Termo de Ajuste de Conduta, um TAC, será assinado entre as partes para viabilizar imediatamente a abertura de licitação para 228 linhas de transportes alternativos no nosso Estado.

Portanto, é uma notícia alvissareira que eu quero repassar para os interessados do nosso Estado, especialmente os condutores de veículos da região do sudoeste da Bahia, do Município de Vitória da Conquista. Quero dizer que nós estamos acompanhando, passo a passo, as tratativas e negociações com o Governo do Estado e também com os empresários, para que possamos, de uma vez por todas, fazer viger essa lei tão importante que envolve tantos e tantos baianos e baianas e que tem, sem dúvida nenhuma, um apelo social da maior relevância, da maior importância.



Portanto, eu agradeço a V.Exa. pela oportunidade, Deputado Mauro Benevides, e solicito que V.Exa. autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência fica inteirada da manifestação de V.Exa. relativamente ao transporte alternativo na Bahia e naturalmente fará a divulgação através dos órgãos incumbidos dessa tarefa na Câmara dos Deputados.

V.Exa., portanto, merece os cumprimentos pelo discurso incisivo que acaba de proferir da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Duarte Nogueira.

Logo em seguida, ao Deputado Wilson Filho.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, instantes atrás eu estive aqui nesta tribuna falando sobre os prejuízos gerados pelo atual Governo, sobretudo em relação à PETROBRAS e à ELETROBRAS, que, no dia de hoje, foram rebaixadas por uma empresa de ranqueamento, de *ratings*, chamada Standard & Poor's, o que vai limitar investimentos no País e gerar prejuízos para o povo brasileiro.

A PETROBRAS vem sendo objeto de indagações, suspeções, escândalos de corrupção e superfaturamento em várias obras, culminando com o anúncio da Presidente da República de que, de fato, quando foi Ministra da Casa Civil e quando presidiu o Conselho de Administração da PETROBRAS, tomou uma decisão, e foi,



na opinião dela, levada a erro por um relatório que fora oferecido por um diretor, demitido apenas na semana passada, depois de 8 anos do ocorrido.

As oposições e representantes do Congresso Nacional, de dissidentes da base deste Governo, reuniram-se instantes atrás e decidiram encaminhar a coleta de assinaturas a uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os escândalos da PETROBRAS, em cima de quatro focos principais: primeiro, o superfaturamento na compra da empresa, da refinaria de Pasadena, no Texas — o valor passou de 42,5 milhões de dólares para 1 bilhão e 200 milhões de dólares; segundo, o lançamento de plataformas petrolíferas da PETROBRAS em alto-mar sem a devida segurança para os trabalhadores da empresa e sem a devida conclusão da questão da engenharia dessas estruturas petrolíferas; terceiro, o superfaturamento, especialmente em duas construções de refinarias, Abreu e Lima, em Pernambuco, que foi inicialmente orçada em 2 bilhões de dólares, em parceria com a Venezuela, que nem assinou o contrato, nem entrou com nenhum real e agora amarga mais de 20 bilhões de reais de custo superfaturado, e o COMPERJ, complexo petrolífero no Rio de Janeiro; por fim, a questão que envolve a suspeição de corrupção de mais de 150 milhões de dólares na empresa holandesa SBM, que teria sido uma ponte para irrigar corrupção dentro da PETROBRAS.

É esse o objeto que converge para o pedido dessa CPI, que vai ser pedida simultaneamente, tanto no Senado como na Câmara Federal.

Nós, em defesa dos interesses do povo brasileiro, queremos o apoio não só de todos os representantes das oposições no Congresso Nacional, em especial aqui na Câmara, mas dos eleitores, que vão sensibilizar os seus Parlamentares nas suas bases eleitorais. Por quê? Porque a PETROBRAS — peço 1 minuto para concluir,



Deputado Benevides — é a maior empresa nacional. Há um sentimento de emoção de todo o povo brasileiro quando se fala na PETROBRAS. Ela chegou a ser, antes da entrada do PT no governo, a produtora de quase 1 milhão e 800 mil barris de petróleo/dia. Pouco avançou nesse sentido depois do atual Governo.

Hoje, Presidente Benevides, ela saiu da 12^a posição entre as maiores petrolíferas do mundo para a 128^a, é a de número 128, caiu mais de 110 posições. E hoje, de 2005 para o ano de 2014, ela foi endividada — a dívida passou de 47 bilhões de dólares para mais de 250 bilhões de dólares —, é a empresa não financeira mais endividada do mundo.

Portanto, urge a aprovação dessa CPI, urge passar a limpo a PETROBRAS, urge defender os interesses do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Casa fica inteirada da manifestação do nobre Deputado Duarte Nogueira sobre problema relacionado à PETROBRAS. Inclusive, S.Exa. falou no rebaixamento constatado no *ranking* hoje divulgado pela mídia — houve um rebaixamento daquela estatal — e, naturalmente, de outros fatos correlatos, como a usina Abreu e Lima, em Pernambuco, que ainda padece de recursos originários da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Silas Câmara.

Logo depois, ao Deputado Wilson Filho.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda há pouco usei a tribuna desta Casa para fazer um chamamento à atenção do Governo Federal sobre a calamidade que está instalada na calha do Rio



Madeira, mais especificamente nos Municípios de Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã.

E agora, Sr. Presidente, eu reitero essa minha fala, pedindo inclusive que V.Exa. autorize que seja divulgada em *A Voz do Brasil* e nos órgãos de imprensa desta Casa, porque é lamentável que a Defesa Civil esteja com um plano de trabalho indicado pelo Município Humaitá, por exemplo, há mais de 20 dias, para apenas uma simples análise e liberação dos recursos necessários para o povo de Humaitá, e até agora nada disso tenha sido feito.

Também quero registrar, Sr. Presidente, que fiz requerimento, é de minha autoria, pedindo que os pescadores daquela região tenham o mesmo benefício dado em Porto Velho pela Presidenta Dilma.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência registra a manifestação do nobre Deputado Silas Câmara em relação ao seu Município de Humaitá. A Casa fica inteirada do apelo de S.Exa., que naturalmente repercutirá junto aos segmentos governamentais responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Filho, ilustre representante da Paraíba, que já se posta na tribuna neste instante.

O SR. WILSON FILHO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides, todos os brasileiros e brasileiras, todos os presentes, eu estou, V.Exa. sabe, no meu primeiro mandato e tenho guiado este mandato defendendo bandeiras que acredito que merecem ser defendidas.



Assumi, no ano passado, a presidência da Frente Parlamentar em Defesa da Enfermagem, e hoje estivemos em uma importante audiência com o novo Ministro da Saúde, Arthur Chioro, ao lado do Presidente desta Casa, o Deputado Henrique Eduardo Alves, e de todos os representantes de entidades nacionais que fazem jus e defendem a classe da enfermagem. A Presidente Solange Caetano, da Federação Nacional dos Enfermeiros, o Presidente Osvaldo, do Conselho Federal de Enfermagem, e representantes de tantas outras entidades estivemos nessa audiência com o objetivo de provocar um acordo — Sr. Presidente, peço apenas mais 1 minuto — entre o Governo brasileiro e o projeto das 30 horas da nova jornada de trabalho para os profissionais de enfermagem.

São quase 2 milhões de profissionais de enfermagem existentes no nosso País, no nosso Brasil, trabalhando, na ativa, todos eles clamando por respeito, por mais dignidade, para que se faça justiça a uma classe que realmente guia, de forma positiva, a saúde pública e privada no nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós fomos lá na manhã de hoje, e gastamos — o que não foi um gasto, foi um investimento de tempo — quase 3 horas com o novo Ministro da Saúde, Arthur Chioro, ao lado do Presidente da Câmara, para que possamos colocar em pauta o Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que já há 14 anos tramita nesta Casa, fazendo jus, estabelecendo 30 horas para todos os profissionais de enfermagem.

Para concluir o meu tempo, Sr. Presidente, e agradeço a generosidade de V.Exa., eu quero parabenizar todas as entidades que participaram dessa audiência e que por 14 anos estiveram trabalhando para que este Congresso, esta Casa pudesse colocar em pauta o projeto e fazer jus, com o nosso voto, de cada um de



nós, para aprová-lo — se Deus quiser, graças ao trabalho desta Casa, graças ao trabalho dessas entidades.

Eu quero pedir a todos que, juntos, nós possamos trabalhar para colocar em pauta, no esforço concentrado da primeira quinzena de abril, o projeto das 30 horas para a enfermagem.

Parabenizo o Presidente do COREN da Paraíba, Ronaldo, a Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Eva, e todos que fazem enfermagem na Paraíba pelo apoio de sempre a este nobre Deputado.

Peço que a nossa fala seja registrada nos meios de comunicação da Casa, inclusive em *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Casa fica inteirada do apelo do nobre Deputado Wilson Filho em favor da enfermagem em todo o País, especialmente da fixação da jornada de 30 horas, que é uma bandeira da Frente Parlamentar que S.Exa., como representante da Paraíba e atuante neste plenário, reivindica para a classe dos enfermeiros.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra agora ao nobre Deputado Sibá Machado. Logo depois, falará o nobre Deputado Paulo Foleto, que também disporá de 3 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trago alguns dados sobre os números da PETROBRAS que eu gostaria muito que fossem registrados nos Anais da Casa, para lembrança. Mas eu os trago principalmente para quem assiste à *TV Câmara*.



A PETROBRAS, em 2002, no Governo de Fernando Henrique, comparada com 2012, no Governo da Presidenta Dilma, apresenta os seguintes números: em 2002, a receita da empresa PETROBRAS era 70 bilhões de reais, agora são 281 bilhões de reais, ou seja, quatro vezes mais; o lucro líquido da PETROBRAS era 8 bilhões de reais, agora são 21 bilhões, quase quatro vezes mais; o investimento na empresa em 2002 era de 20 bilhões de reais, agora são 84 bilhões de reais, quatro vezes mais, Sr. Presidente. Se nós observarmos aqui, verificaremos que o número de vendas triplica.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja dado como lido o restante da nota da Liderança do PT sobre este assunto e parabenizo a Presidenta Graça Foster pelo tema. E solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta o nobre Deputado Sibá Machado pelo pronunciamento que acaba de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Foleto, que se encontra inscrito na listagem dos 3 minutos, conforme lhe assegura o Regimento Interno. A seguir, a Presidência prosseguirá a listagem e concederá a palavra àqueles que se inscreveram através do processo eletrônico.

O SR. PAULO FOLETO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Mauro Benevides.



Antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de fazer coro à fala do Deputado Wilson Filho: 30 horas para a enfermagem é mais do que justo, mais do que decente, mais do que necessário. O grande número de faculdades de enfermagem que foram instaladas no Brasil trouxe um grande número de profissionais ao mercado e, automaticamente, uma desvalorização do salário. Então, não tem quem não tenha necessidade de trabalhar dois turnos e, mesmo assim, com um salário muito aquém da necessidade de sobrevivência. Seria fundamental que nós todos nos envolvêssemos para que as 30 horas fossem aprovadas. Nós abriríamos uma quantidade maior de mercado de trabalho para esses profissionais.

Eu sou médico, Deputado Wilson Filho, e sei do processo fundamental que eles exercem para a gente salvar vidas nos hospitais, do trabalho que eles fazem na medicina primária, na estratégia de saúde da família, na visita às famílias, no controle da hipertensão, do diabetes, no curativo. Você diminui o custo hospitalar, o tempo de permanência hospitalar. Então, quanto mais postos de trabalho nós abrimos para a enfermagem, sem dúvida nenhuma isso significa economia para o País no tratamento de nossos pacientes.

Este é um tema que nos apaixona a todos, principalmente a mim, que tenho uma filha que é enfermeira. E o defendo não só por ela ser enfermeira, mas pela necessidade que o sistema de saúde tem de dar com mais dignidade uma qualificação melhor, um salário melhor a esses profissionais, uma maior oportunidade de emprego.

Para terminar, fechando a minha fala, digo que está tudo caminhando para amanhã, após uma discussão muito democrática, muito aberta, que deu a todos os Parlamentares que aportaram emendas à Medida Provisória nº 631, da qual eu sou



Relator, oportunidade de discussão. Levamos ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Fazenda, à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. A própria Secretaria de Governo esteve discutindo conosco, para que nós pudéssemos viabilizar essa MP que é chamada de Medida Provisória das Catástrofes.

No Espírito Santo, muito recentemente — ontem fez exatamente 3 meses —, no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, a chuva foi muito intensa e praticamente destruiu o nosso Estado. E nós precisamos tomar atitudes muito rápidas para devolver ao Estado a capacidade econômica, o atendimento às pessoas, o acolhimento, a fraternidade, enfim. Foi um processo em que contamos com a ajuda principalmente do cidadão capixaba, mas também com a participação do Governo Federal.

Vivendo esses dramas de calamidade climática em Santa Catarina, no Espírito Santo, em Pernambuco, em Alagoas — e agora no Acre e em Rondônia, com a cheia do Rio Madeira —, o Governo encaminhou a medida provisória. E nós trabalhamos muito democraticamente, procurando atender todas as sugestões e entender também a necessidade que tem o Governo de colocar a sua visão.

Então, estamos nos preparando para amanhã, às 14h30, apresentar o Relatório e, se Deus quiser, aprovar essa medida provisória, que é fundamental: cria o fundo a fundo. O Governo Federal vai passar recursos imediatamente, quando a coisa acontecer, dando a oportunidade até de a gente criar o regime diferenciado de contratações nas obras de prevenção e de reconstrução dos nossos Estados.

Muito obrigado pela tolerância do tempo, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência fica ciente — e a opinião pública brasileira também — do pronunciamento do nobre Deputado Paulo Foleto relacionado às divergências climáticas que se registram no País, inclusive com referência ao Nordeste brasileiro, que padece há 2 anos de seca inclemente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Bohn Gass, que se acha à direita da Presidência.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem ter um projeto para o Brasil, resta à Oposição a tentativa de desqualificar quem o tem, no caso, a Presidenta Dilma. O tema da hora é a refinaria de Pasadena, cuja compra foi autorizada pelo Conselho de Administração da PETROBRAS.

A Oposição nunca deu o devido valor à PETROBRAS. Quando era Governo, chegou a mudar o nome da empresa para PETROBRAZ, com o objetivo de liquidá-la, como fez com a Vale e com outras de nossas riquezas. Esta Oposição não está preocupada com a PETROBRAS, mas está muito preocupada, sim, com a vitória de Dilma na eleição de outubro.

Então, a nossa tarefa agora, é alertar a população sobre isso. Não se iludam, brasileiros e brasileiras! O que a Oposição quer mesmo não é uma PETROBRAS forte, mas uma Dilma fraca!

Ora, Dilma é uma das principais responsáveis por tirar 36 milhões de brasileiros da pobreza. E os senhores e as senhoras hão de concordar: realizar este verdadeiro feito não é coisa para maus gestores. Mas é tamanho o desespero da Oposição, que esta está achando que uma decisão colegiada, como a do Conselho



da PETROBRAS, pode desfazer esta verdadeira revolução na renda dos homens e mulheres do Brasil que Dilma ajudou a promover.

O estranho, nesse caso, é que a Oposição ataca a decisão de um conselho, mas só acusa de má gestão um dos membros desse conselho. Ora, alguns dos mais celebrados — inclusive pela própria Oposição — gestores brasileiros, como, por exemplo, os empresários Jorge Gerdau e Fábio Barbosa, Presidente da Editora Abril, eram parte do Conselho. Será mesmo que os senhores consideram que Jorge Gerdau é um mau gestor? Sabem o que mais, senhores oposicionistas? Gerdau é acionista da PETROBRAS. Então, não há o que me faça crer que ele, quando votou pela compra da refinaria, pudesse estar conscientemente provocando um prejuízo para o seu próprio bolso.

Cito o empresário apenas como referência da mendicância dos argumentos da Oposição, no caso de Pasadena. Senhores, aquela foi uma decisão colegiada! Então, pretender transformar isso em CPI, como quer o PSDB, e que fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez, voltar atrás das suas posições — aliás, em se tratando de FHC, a tibieza já se tornou uma marca — fazer isso, senhores...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta o nobre Deputado, que acaba de proferir um discurso primoroso, fazendo uma análise da situação da PETROBRAS e da composição dos seus conselhos, naturalmente recomendando uma diretriz que se ajuste à realidade daquela prestigiosa estatal, que enfrenta no momento uma situação delicada diante da opinião pública brasileira, com repercussão mundial.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sem ter um projeto para o Brasil, resta à oposição a tentativa de desqualificar quem o tem, no caso, a presidente Dilma.

O tema da hora é a refinaria de Pasadena, cuja compra foi autorizada pelo Conselho de Administração da Petrobras.

A oposição nunca deu o devido valor à Petrobras – quando era governo, chegou a mudar o nome da empresa para Petrobrax com o objetivo de liquidá-la como fez com a Vale e outras de nossas riquezas – esta oposição não está preocupada com a Petrobras, mas está sim, muito preocupada, com a vitória de Dilma na eleição de outubro.

Então, a nossa tarefa agora, é alertar a população sobre isso:

Não se iludem, brasileiros: o que a oposição quer mesmonão é uma Petrobras forte, mas uma Dilma fraca.

Ora, Dilma é uma das principais responsáveis por tirar 36 milhões de brasileiros da pobreza. E os senhores e as senhoras hão de concordar: realizar este verdadeiro feito não é coisa para maus gestores.

Mas é tamanho o desespero da oposição que ela está achando que uma decisão colegiada como a do Conselho da Petrobras, pode desfazer esta verdadeira revolução na renda dos homens e mulheres do Brasil que Dilma ajudou a promover.

O estranho neste caso é que a oposição ataca a decisão de um Conselho mas só acusa UM dos membros desse conselho de má gestão.



Ora, alguns dos mais celebrados – inclusive pela própria oposição – gestores brasileiros, como, por exemplo, os empresários Jorge Gerdau e Fábio Barbosa, presidente da editora Abril, eram parte desse conselho.

Será mesmo, que os senhores consideram Jorge Gerdau um mau gestor?

Sabem o que mais, senhores oposicionistas? Gerdau é acionista da Petrobras...

Então, não há o que me faça crer que ele, quando votou pela compra da refinaria, pudesse estar conscientemente provocando um prejuízo em seu próprio bolso.

Cito o empresário gaúcho apenas como uma referência da mendicância dos argumentos da oposição no caso de Pasadena.

Senhores, aquela foi uma decisão CO LE GI A DA!

Então, pretender transformar isto em CPI, como quer o PSDB, e que fez o ex-presidente Fernando Henrique MAIS UMA VEZ voltar atrás em suas posições – aliás, em se tratando de FHC, a tibieza já se tornou uma marca...

...fazer isto, senhores, só demonstra o quanto a oposição à Dilma está desesperada e avalia mal os seus movimentos.

Quero aqui deixar registrado que considero um gravíssimo erro expor a Petrobras dessa maneira.

Por fim, afirmo que engana-se redondamente quem acha que a nós, do PT, pode causar algum constrangimento discutir a Petrobras.

Ao PT e a seus aliados interessa, sim, e muito, fazer as devidas comparações e estabelecer as devidas responsabilidades sobre o histórico deste que é um verdadeiro tesouro dos brasileiros.



Mas a nós interessa muito mais protegê-lo.

Então, senhores e senhoras da oposição, pensem bem:

Não foi apenas Dilma, mas empresários de vasta experiência em grandes negócios que aprovaram a compra da refinaria de Pasadena.

E quem diz que Dilma não é boa gestora, está dizendo também que alguns dos maiores empresários do País também são maus gestores.

Este tiro não só pode, como vai sair pela culatra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra agora ao nobre Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero destacar o companheiro que está aqui ao meu lado, Deputado Nazareno Fonteles, combativo e grande lutador da segurança alimentar nutricional sustentável.

Estamos tendo hoje aqui, no Salão Verde, no Cafetinho, a eleição da coordenação da Frente Alimentar. Eu quero aqui deixar registrada a grande contribuição do Deputado Nazareno Fonteles na segurança alimentar nutricional sustentável.

O companheiro Nazareno está nos deixando. Está voltando para a Universidade para lecionar, mas quero deixar registrada a contribuição do Deputado Nazareno não foi para o Brasil, mas para todos os países latino-americanos, vários países africanos, que vêm se alimentando, tanto da sabedoria, quanto da disposição do companheiro Nazareno.

O Brasil é pioneiro nessa política e em diversos programas na linha de segurança alimentar nutricional sustentável. Nós temos grandes desafios. O



Deputado Nazareno trouxe uma grande pauta positiva, de combate à fome, de erradicação da miséria, da pobreza, mas há também uma pauta negativa a enfrentar, a utilização de agrotóxicos, a produção de alimentos com veneno que vem matando o nosso povo.

Está também na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pauta que entendemos ser muito negativa, a da Tecnologia Terminator. Espero que essa agenda não avance.

Vamos continuar contando com o companheiro Nazareno Fonteles.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixamos também aqui nossa gratidão ao Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência endossa o elogio merecido que V.Exa., Padre João, transmite ao conhecimento da Casa, as merecidas referências à atuação do nobre Deputado Nazareno Fonteles, que esta Casa já pontificou como uma das nossas figuras estelares.

Portanto, a Mesa se associa às homenagens que V.Exa. tributa ao Parlamentar que o Piauí nos mandou, para que servisse àquela unidade federada e ao próprio País.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra agora ao nobre Deputado Jesus Rodrigues.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui fazer um esclarecimento ao povo do Brasil, em especial ao povo do Piauí, a respeito dessa polêmica da refinaria de petróleo que a PETROBRAS adquiriu nos Estados Unidos.



Colocam uma cláusula esquisita, que, num negócio em sociedade, então meio a meio, um não tivesse a prerrogativa, o direito de adquirir a metade do outro. Imaginem o cidadão dono de uma padaria, de um posto de combustível, que busca um sócio, e esse sócio, então, passa a ter gerência sobre o negócio. Em determinador momento, quem teria prioridade para comprar de um ou de outro a parte que estivesse à venda?

É claro que a prioridade é para aquele sócio.

Nós vemos isso em outras leis, inclusive, por exemplo, na questão do vizinho. O vizinho que resolve vender uma casa, ele deve oferecer primeiro para o vizinho de um lado ou de outro, ou para um inquilino, para um locatário que seja.

Então, não existe nada de extraordinário, mas a imprensa e a oposição têm feito um escarcéu em cima deste assunto. É uma cláusula absolutamente natural. Nós entendemos, inclusive, que estabelecer uma rentabilidade mínima no negócio feito, para aquele sócio que era o proprietário anterior, também faz parte de uma cláusula ou de um acordo comercial, o que também é normal de acontecer.

Então, vem agora toda essa polêmica em torno da questão de a PETROBRAS ter feito ou não um mau negócio.

Eu estranho, inclusive, isso ser feito pela oposição do PSDB, que, se tivesse ganhado a eleição de 2002, com certeza, a esta altura do campeonato, não estariam aqui falando de PETROBRAS. Como hoje, eles não têm condições de falar da Companhia Vale do Rio Doce, porque foi vendida, foi doada, foi dada, foi entregue a preços insignificantes para a iniciativa privada.

Então, o que hoje nós podemos ver com esta bandeira que levanta a Oposição é que ela quer, realmente, uma PETROBRAS forte, uma PETROBRAS



consistente, para, então, vendê-la num dia, se voltar a ser Governo. Mas o povo sabe que esse dia está longe. As pessoas conseguem compreender o que é demanda de Oposição e negócio feito segundo a regra, a lei, o costume.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Casa tomou conhecimento das considerações do nobre Deputado Jesus Rodrigues, que acaba de ocupar a tribuna. S.Exa. se reportou à aquisição de refinaria pela PETROBRAS e apresentou considerações que, a seu juízo, se ajustariam à realidade vivenciada pela nossa estatal no presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nazareno Fonteles. Depois, Zé Geraldo.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, aproveito este momento, primeiro, para anunciar a mudança na direção da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional. Eu a dirigi durante 7 anos, com muita honra, uma pauta tão importante para o Brasil, para o mundo latino-americano e africano.

Nossa experiência teve bom êxito, tanto pelas políticas públicas quanto pela parte legislativa, que esta Casa aprovou, sobretudo no que diz respeito à emenda constitucional. Batalhamos e conseguimos colocar a alimentação como direito social no art. 6º da Constituição, em 2010, algo que nem a Constituinte lembrou fazer. É um direito fundamental que se confunde com direito à vida, que infelizmente estava esquecido do ponto de vista constitucional. E isso teve uma repercussão muito boa, levou a experiência da Frente à América Latina. Fundamos no Panamá, em 2009, a Frente de Combate à Fome na América Latina. Hoje cerca de 15 países já têm frentes parlamentares.



Amanhã, se Deus quiser, estaremos no Panamá, participando dessa reunião de avaliação da Frente, e programando a próxima. Hoje estamos fazendo a transição. O Deputado Padre João passa a nos substituir daqui para frente na direção da Frente Parlamentar junto com outros companheiros que compõem a coordenação como um todo. Por isso, ficamos tranquilos. De fato, a pauta do direito humano à alimentação vai continuar viva nesta Casa e, com certeza, o povo vai, cada vez mais, se beneficiar da sua implementação.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que estou dando entrada hoje no projeto de lei sobre o SUS, algo que me debrucei ano passado estudando. Espero que, com mais serenidade, ao passar esse período das eleições, o debate seja aprofundado nas Comissões e haja um financiamento adequado para o SUS, como apresentamos a criação do Fundo Federativo do SUS — FFSUS, com recursos novos, tanto para Estados, Municípios, como também para a União. Há uma concepção inovadora que propusemos, esperando que aqueles que defendem outro direito fundamental, como o direito à saúde, através do SUS, possam nesta Casa dar esta contribuição à Nação com uma proposta estudada, analisada, fundamentada em dados, como estamos dando entrada hoje...

(O microfone é desligado.)

Por isso, espero que os colegas que vão continuar nessa luta de fato possam dar à Nação a contribuição do direito à saúde, de modo especial fortalecendo o Sistema Único de Saúde, sem dúvida uma das grandes conquistas de reforma do Estado brasileiro para os direitos sociais. A outra contribuição é aquela a que me referi antes, o direito à alimentação.



Espero que no futuro tenhamos esses dois avanços cada vez mais integrados, e que a nossa população fique mais saudável, tanto por adotar uma alimentação sem agrotóxicos, sem transgênicos, sem monoculturas, etc., como também por possuir uma política de saúde que chegue a todos os rincões, que promova hábitos e alimentação saudável, pois é isso o que vai fazer a nossa população ter uma vida cada vez mais saudável.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência saúda a presença do Deputado Nazareno Fonteles e o cumprimenta pela viagem que vai empreender, a qual naturalmente ampliará ainda mais seu conhecimento sobre essa matéria, de cuja pertinência S.Exa. é sem dúvida uma das figuras mais autorizadas dentro e fora desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Com a palavra o nobre Deputado Zé Geraldo, representante do Pará nesta Casa.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, quero prestar aqui a minha solidariedade a todos os familiares, amigos e lideranças de Governo lá da Região de Itaituba, no Estado do Pará, que estão sofrendo com a queda do avião bimotor no Município de Jacareacanga.

Já estamos praticamente chegando ao oitavo dia, e até agora ninguém conseguiu achar esse avião. Há um grande esforço das autoridades nacionais e estaduais, há vários aviões ajudando, e também os índios estão procurando por terra e pelos rios.

No avião estavam, além de um piloto competente com vários anos de experiência naquela região, técnicos em enfermagem enviados pelo Ministério da



Saúde e pela Secretaria Nacional de Saúde Indígena que iam para as aldeias mundurucus prestar serviços de saúde aos indígenas. Esses profissionais depararam, naquela viagem, com uma tempestade. O avião caiu e até agora não apareceu. Os familiares estão sofrendo.

Então, quero aqui falar sobre este triste episódio e dizer que é uma região muito difícil de trabalhar nesta época. Quando fretamos um avião para cumprir uma agenda naquela região e visitar os Municípios de Aveiro, Jacareacanga, Itaituba, Trairão e os Distritos de Moraes de Almeida, Cripózão, Cripózinho, enfim, todas as comunidades e aldeias indígenas, observamos que são muito distantes, e o único transporte rápido é o avião.

Durante o discurso do Sr. Zé Geraldo, o Sr. Mauro Benevides, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Agnolin.

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero tão somente dar como lido, encaminhar à Mesa e solicitar que seja divulgado nos meios de comunicação da Câmara, especialmente em *A Voz do Brasil*, pronunciamento que faço a respeito da inauguração que acontece amanhã, no meu Estado Tocantins, do Observatório Tocantinense sobre Drogas, portal que tem como finalidade disponibilizar a estudantes, educadores, professores, profissionais de saúde, enfim, ao público em geral informações via Web sobre



conhecimentos e ações destinadas ao enfrentamento das drogas. E esse enfrentamento é, sem dúvida, um dos mais importantes pelo momento em que passa a sociedade brasileira.

Por isso eu apenas apresento e deixo aqui consignado como lido este pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ÂNGELO AGNOLIN (PDT-TO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores aqui presentes ou que estejam nos ouvindo ou assistindo por meio da Internet, da Rádio ou da TV Câmara, e, em especial, ilustres cidadãos do Estado de Tocantins, a quem tenho o orgulho de aqui representar.

Esta semana, em meu Estado, será inaugurado o Observatório Tocantinense sobre Drogas, o OTID, um importante portal destinado a estudantes, educadores, pesquisadores, profissionais de saúde e público em geral.

Este Observatório, Senhor Presidente, será o 4º existente no país e a sua finalidade é gerenciar a rede de conhecimentos científicos via web sobre álcool, tabaco e outras drogas. Nesse portal, o visitante tem ao seu alcance as informações acerca do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas e temas correlacionados, podendo ainda acessar notícias, eventos, banco de dados, pesquisa e cadastro de entidades, que irão contribuir para o esclarecimento da sociedade, possibilitando ainda a construção de uma rede de intercâmbio interativa e teórica entre profissionais e instituições afins.

Esta é uma iniciativa, Senhor Presidente, de duas emendas de minha autoria, os quais 150.000,00 (cento e cinquenta mil) para o Fundo Estadual Sobre Drogas e



200.000,00 (duzentos mil) para a Fazenda Esperança, uma importante Ong de reabilitação de dependentes químicos.

Por fim, cumprimento, na oportunidade, os amigos Nilomar dos Santos Farias, Secretário de Estado da Defesa Social e Presidente do Conselho Estadual sobre Drogas (Cead-TO), Magda Valadares, Superintendente de Ações Sobre Drogas (Cead-TO) e o Dr. Vitore André Zilio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), importantes parceiros para a realização deste e que se farão presentes na inauguração, dia 26 de março, às 14 horas, no Auditório do Ministério Público Estadual em Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dar como lido, e solicitar sua divulgação em *A Voz do Brasil*, pronunciamento em que registro minha participação, nessa última semana, da comemoração de aniversário de dois Municípios do Rio Grande do Sul.

O primeiro deles, Ametista do Sul, conhecido como a capital mundial da pedra ametista, comemorou seus 22 anos com a realização da Feira Expopedras. Deixo aqui um abraço a todos aqueles que ajudaram Ametista do Sul a se emancipar e ao Prefeito Nelson Ceratti.

Deixo também um abraço ao Prefeito de Pontão, onde ocorreu o 16º Jantar do Peixe. O Município de Pontão foi emancipado porque, há mais de 20 anos, houve a desapropriação da Fazenda Anoni e, depois do assentamento, alcançou-se o número de pessoas para a emancipação.

Meus parabéns aos dois Municípios, Ametista do Sul e Pontão.



Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento em *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais servidores, Ametista do Sul e Pontão fazem 22 anos de emancipação política.

Nesta última semana, participamos também, das atividades de 22 anos de emancipação do município de Ametista do Sul, comemorados na Feira Municipal da EXPOPEDRA, em sua 9^a edição. Terra da pedra preciosa, conhecida como “a capital mundial da pedra ametista” em razão da abundância do mineral nas regiões do Médio e Alto Uruguai.

A mineração é a principal atividade econômica da cidade. A beleza das pedras em estado bruto ou beneficiadas para a comercialização também têm atraído um número cada vez maior de turistas para a região. Assim, parabenizar em nome do prefeito Nelson, toda a comunidade por mais essa comemoração.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o município de Pontão, que também na última semana comemorou 22 anos de emancipação política. Lá estive no tradicional 16^a Jantar do Peixe. Aprovada em 1992, a emancipação do município, um marco para isso, que desencadeou a liberdade política, se deu em 1985, quando 8 mil colonos, ocuparam a Fazenda Anoni. Um marco da reforma agrária no RS e o país e o que viabilizou o aumento populacional e a consequente emancipação de Pontão.

Parabéns a esses importantes municípios do nosso Rio Grande!



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, concedo a palavra a o ilustre Deputado Oziel Oliveira.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer nesta tarde um pronunciamento sobre a inauguração, hoje, de unidade industrial da Dow AgroSciences, importante multinacional, na nossa cidade de Luís Eduardo Magalhães, o que é fruto de um esforço conjunto com os produtores rurais.

O mais importante é que a empresa vai gerar cem empregos diretos e mais de mil empregos indiretos e fará investimentos de mais de 70 milhões de reais. Nós tivemos hoje a ordem de colocá-la em funcionamento, gerando empregos para a Bahia, gerando qualidade e tecnologia para a produção de sementes na região oeste do Estado, avançando na produção de milho e também trazendo novas oportunidades de negócios para o Nordeste do País, já que grande parte dos Estados Nordeste — Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte — consome nosso milho.

Sr. Presidente eu gostaria de pedir a divulgação de meu pronunciamento em *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Oziel Oliveira participa amanhã 25 de março as 9:00h, da solenidade organizada pelo Governador Jaques Wagner no Salão de Atos Baiana do Acarajé em Salvador, para a Inauguração Oficial da Unidade Industrial da Dow em Luis Eduardo Magalhães.



O Empreendimento que vai produzir 1.600 (mil e seiscentos) toneladas de sementes de milho ao ano, vai gerar 100(cem) empregos diretos na Unidade Industrial e mais centenas no campo de produção, foi viabilizado por Oziel Oliveira quando Prefeito de Luis Eduardo Magalhães através do PRODELEM - Programa de Desenvolvimento de Luis Eduardo.

“Em abril de 2008, convencemos a Diretoria da Dow da importância desta Unidade na Região, e disponibilizamos o terreno de 92.000 m (noventa e dois mil metros quadrados) na Fase 2 do Centro Industrial do Cerrado e todos os benefícios que previam o PRODELEM, certos que sempre estivemos que seria um avanço na geração de empregos para os trabalhadores luiseduardenses, Bem como para os agricultores que terão nela uma parceira de peso em suprimento de sementes e tecnologias.”

Segundo Luis Philippe, gerente de Projetos da Unidade Dow/Lem, o Investimento foi na ordem de R\$ 70.000000,00 (setenta milhões de reais)

O PRODELEM e o CIC-Centro Industrial do Cerrado foram criados e implantados nos Governos de Oziel Oliveira em Luis Eduardo e responsáveis pela atração e instalação de dezenas de Empreendimentos no Município responsáveis por levar LEM a condição de Cidade que mais crescia no País durante todo o período de Sua Gestão.

Dr Eduardo Yamashita que foi o Secretário de Agricultura no Governo de Oziel e responsável pela execução do PRODELEM, e hoje o Gerente da SUDIC em Luis Eduardo e Coordena o CIC pelo Governo Estadual, afirma:



“Os luiseduardenses colherão ainda por muitos anos o fruto das sementes lançadas pela visão ampla e futurista do Ex-Prefeito Oziel Oliveira em Sua Gestão Municipal.”

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos recebendo aqui, nesta Casa do povo brasileiro, mais de 300 servidores públicos da Previdência Social e da Saúde, de apenas quatro Estados: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Eles vêm representando o Brasil inteiro.

Trata-se, Sr. Presidente, do corte de uma gratificação, garantida em decisão judicial transitada em julgado e, também, em lei complementar posterior à essa decisão. E, com base em um decreto de 1968, ainda da ditadura, a Previdência Social e a Saúde fizeram esse corte.

Esse pessoal está aí no Anexo II, no Plenário 4. Estamos pedindo aos colegas Deputados, principalmente desses quatro Estados, que vão ao Plenário 4 levar sua solidariedade e que conversem com os Ministros da Previdência, da Saúde e, principalmente, do Planejamento e da Fazenda. Eu acredito que os Srs. Líderes... Esse pessoal, através de uma Comissão, também será recebido pelo Presidente do Senado e pelo Presidente da Câmara. Quero pedir aos Deputados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que vão ao Plenário 4 levar apoio.

A gente entende que, num País onde o servidor público é o vilão de tudo quanto não presta, a gente tem que levar solidariedade e apoio a esse servidor cujo



salário sofreu um corte, principalmente quando está aqui representado por alguns Estados.

Por isso, Sr. Presidente, externamos o nosso apoio e a nossa solidariedade aos servidores da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho, que tiveram os salários cortados. Que a gente trabalhe para que sejam recuperados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, para uma breve intervenção, à ilustre Deputada Marinha Raupp.

A SRA. MARINHA RAUPP (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, registro que estamos recebendo nesta Casa de leis o Vereador Jarlei, do PCdoB, de Alta Floresta d'Oeste, no Estado de Rondônia.

Neste momento, parabenizo o PCdoB pelos seus 92 anos. A Deputada Jandira Feghali está aqui ao nosso lado, e é o momento de comemorarmos a democracia brasileira, a participação de todos os partidos e a história que o PCdoB tem no Brasil.

Quero registrar, também, que no Estado de Rondônia a matéria da transposição dos servidores do ex-Território ainda não foi concluída. A AGU já fez o parecer vinculante, encaminhou-o ao Ministério do Planejamento, que, por sua vez, determinou que a Secretaria de Recursos Humanos fizesse a transposição, para que os 33 servidores, que já foram aprovados e tiveram deferido o seu processo, sejam enquadrados. Nós temos mais de 2 mil processos que poderiam ser atendidos.

Dessa forma, Sr. Presidente, gostaria de anunciar e registrar...

(O microfone é desligado.)



A SRA. MARINHA RAUPP - ...que amanhã a bancada do Estado de Rondônia terá uma audiência com o Ministro Mercadante para tratar desta matéria tão importante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Paraná é a 5^a economia do País, a 6^a população, é o Estado que mais contribui do que recebe do Brasil. É um Estado produtor agrícola, o maior produtor de energia, o maior produtor de grãos do País, competindo com Mato Grosso, e é o 25º, segundo relatório do Deputado Júlio Cesar, em receber recursos *per capita* da União. Agora, a *Gazeta do Povo* constatou que é o último colocado em liberações da STN.

O que o Ministro Guido Mantega e a Secretaria do Tesouro Nacional fizeram com o Paraná, além de a Presidente Dilma Rousseff ter aceitado uma discriminação contra um Estado produtor, com 11 milhões de pessoas?

O Paraná exige a liberação dos seus empréstimos, bem como o repasse dos recursos também a fundo perdido. O Paraná o pede à Nação!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou levantar, mais uma vez, a questão de ordem, porque nós já temos quórum suficiente para iniciarmos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Vou iniciá-la agora mesmo.



O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Isso. Faça a gentileza. Nós queremos que se inicie a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Deputado Renato Simões, último orador a falar no Grande Expediente.

O SR. RENATO SIMÕES (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de me congratular com a população da região do Pinheirinho, no Município de São José dos Campos, um símbolo da mais violenta ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, na desocupação de um movimento popular forte, dinâmico, combativo, que hoje recebeu da Presidenta Dilma Rousseff o anúncio da construção do conjunto habitacional que vai acolhê-lo. É isso que nós queremos.

Queremos que o direito à moradia seja assegurado, sem violência, sem a criminalização dos movimentos sociais.

Temos aí uma comparação muito efetiva do que é a ação do Governo Federal com aquela que foi a ação dos governos tucanos na Prefeitura e no Governo do Estado.

Muito obrigado.

VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINtes SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A lista de presença registra o comparecimento de 262 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Líder Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB. S.Exa. dispõe de 4 minutos na tribuna.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e cumprimento todos os colegas e as pessoas trabalhadoras que nos visitam.

Hoje, 25 de março de 2014, quero registrar com muito orgulho e alegria o aniversário do mais antigo partido existente no Brasil, o Partido Comunista do Brasil, pelos seus 92 anos. Fundado em 1922, o PCdoB tem uma história muito rica, muito dura, muito difícil, mas também uma história de muitas vitórias.

Já em 1935, participávamos da Aliança Nacional Libertadora e enfrentávamos toda a diversidade na luta junto com os trabalhadores, nas ruas deste País. Ali, já levantávamos a bandeira da liberdade de organização e de manifestação.

Enfrentamos as cassações na Constituinte de 1946, no Governo Dutra, em 1948, depois de termos 10% dos votos da população brasileira, quando foram cassados 14 Deputados e o Senador Luís Carlos Prestes. Depois, no golpe militar, enfrentamos toda a agressividade, a violência, um verdadeiro terrorismo de Estado que se abateu sobre o Brasil. Aliás, o único terrorismo no Brasil foi o terrorismo de Estado durante 21 anos de ditadura militar. Dos 500 desaparecidos e mortos na luta contra a ditadura, o PCdoB, isoladamente, perdeu uma centena. Isoladamente, foi a força que mais perdeu militantes, militantes jovens do Movimento Estudantil, às margens do Araguaia, na resistência armada à ditadura militar, e na chacina da Lapa, que foi uma agressão absurda dos aparelhos de repressão, a qual matou vários dirigentes nossos.

Sr. Presidente, a luta do Partido Comunista do Brasil se confunde com a luta da liberdade. Viemos durante todo esse tempo, e os que sobreviveram ao martírio da ditadura militar contribuíram conosco até muito recentemente. João Amazonas



veio conosco até a década de 90, foi o construtor da Frente Brasil Popular, juntamente com Luiz Inácio Lula da Silva, já em 1989. Aliás, o PCdoB foi o único partido que apoiou Lula em todas as suas eleições, ganhando ou perdendo. Participamos do redesenho do novo modelo político do Brasil, que se estende até aqui e em torno do qual nós não aceitamos retrocesso.

O partido se distinguiu na Constituinte de 46 e também se distinguiu na Constituinte de 88, com a bancada nota dez liderando e comandando inúmeras conquistas para a soberania nacional, para o povo trabalhador e para o povo brasileiro, não só em bandeiras libertárias, classistas, comportamentais, na laicidade do Estado, contra o racismo, na defesa da Amazônia, dos índios, das mulheres e de todos aqueles que almejam a igualdade neste País.

Neste momento, Sr. Presidente, em nome do Partido Comunista do Brasil, que, repito, completa 92 anos de resistência na data de hoje, quero reafirmar o compromisso com a liberdade, com a democracia, com a livre manifestação do povo brasileiro, com a livre organização partidária, por uma reforma política com eleições limpas, a favor da retirada do financiamento privado das campanhas eleitorais.

Reafirmamos o nosso compromisso com a democracia brasileira, contra todo tipo de fascismo, contra todo tipo de restrição, contra a restrição à liberdade de opinião e à liberdade plural de manifestação no Brasil.

Hoje votaremos o Marco Civil da Internet, que compreendemos que deve ser um território em que se garanta a privacidade, a liberdade de expressão e a neutralidade da rede. Queremos votar também a reforma política, queremos votar o direito de resposta, queremos votar o marco regulatório da comunicação, queremos



reformas estruturais no Brasil, porque, só assim, o povo alcançará de fato o aumento de equidade e de igualdade.

Em nome do PCdoB, agradeço a parceria permanente de tantos partidos, de tantos parceiros, de tantos Líderes do movimento social, do movimento popular.

Reafirmo aqui, Deputado Inocêncio Oliveira, que já foi nosso parceiro muitas vezes nesta Câmara dos Deputados, quando dela era Presidente, as decisões democráticas de todos os Presidentes da Casa, que possibilitaram que o partido aqui exercesse os seus direitos políticos e os seus direitos democráticos.

Muito obrigada.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. apenas 1 minuto, para dizer que vimos, durante esta tarde, alguns Parlamentares do Partido dos Trabalhadores quererem tapar o sol com a peneira, com relação às denúncias — graves denúncias — em relação à gestão temerária da PETROBRAS.

Nós entendemos que são denúncias gravíssimas comprovadas, são fatos, ninguém está aqui inventando nada. São fatos, fatos que estão levando a PETROBRAS, uma empresa que orgulha todos os brasileiros, à derrocada. Nós queremos fazer uma investigação para que se possa acabar com essa sangria que estão fazendo na PETROBRAS.

Nós vamos fazer a investigação. Queiram os Srs. Parlamentares do PT, ou não, vamos fazer a investigação, porque a PETROBRAS não é do PT, a PETROBRAS é do Brasil e dos brasileiros!



O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, não é possível que, fora da inscrição, o Deputado Pauderney faça o debate.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 2.126-A, DE 2011

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.126-A, de 2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, tendo parecer da Comissão Especial proferido em Plenário, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste e dos nºs 3.016/00, 3.303/00, 3.891/00, 4.972/01, 5.403/01, 5.977/01, 6.557/02, 5.009/05, 169/07, 2.957/08, 4.424/08 5.185/09, 5.298/09, 6.357/09, 1.880/11, 1.961/11, 2.552/11, 2.690/11, 3.033/11, 3.095/12, 3.124/12, 3.175/12, 3.761/12, 4.565/12, 4.666/12, 5.475/13 e 6.375/13 apensados; aprovação deste, e das Emendas de nºs 1, 6, 8, 12, 14, 15, 18, 25, 28 e 30, na forma do substitutivo; e pela rejeição dos de nºs 3.016/00, 3.303/00, 3.891/00, 4.972/01, 5.403/01, 5.977/01, 4.562/04, 5.009/05, 169/07, 2.957/08, 4.424/08, 5.185/09, 5.298/09,



6.357/09, 1.880/11, 1.961/11, 2.552/11, 2.690/11,
3.033/11, 3.095/12, 3.124/12, 3.175/12, 3.761/12,
4.565/12, 4.666/12, 5.475/13 e 6.375/13, apensados; e
das *Emendas de nºs 2 a 5, 7, 9 a 11, 13, 16, 17, 19 a 24,*
26, 27, 29 e 31 a 34 (Relator: Dep. Alessandro Molon).

Tendo apensados os PLs nºs 3.016/00, 3.303/00,
3.891/00, 4.972/01, 5.403/01, 7.461/02, 18/03, 480/03,
1.256/03, 2.196/03, 4.562/04, 5.009/05, 169/07, 2.957/08,
4.424/08, 5.185/09, 5.298/09, 6.357/09, 6.527/09.
7.131/10, 7.270/10, 7.311/10, 642/11, 1.172/11, 1.468/11,
1.880/11, 1.961/11, 2.552/11, 2.690/11, 3.033/11,
3.095/12, 3.124/12, 3.175/12, 3.761/12, 4.565/12,
4.666/12, 5.475/13, 6.375/13.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se à discussão da matéria.

O SR. COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero informar a V.Exa. que a não presença da bancada do PMDB se deve a uma reunião em que nós estamos nos posicionando sobre a questão e que se concluirá neste instante. Estou apenas querendo informar a V.Exa. que o nosso partido vai estar aqui, logo em seguida, como informei ao Líder Eduardo Cunha. O PMDB vai estar presente na sessão. Não está presente, neste momento,



em razão da reunião num dos plenários desta Casa, na qual nós estamos tirando a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. está inscrito e vai ser o próximo orador.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Colbert Martins, do PMDB da Bahia, para falar contra a matéria.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que comparecem e assistem a esta sessão, senhores funcionários, minha inscrição é contrária. Neste momento, nós estamos em decisão de partido e de bancada, posição essa que respeitarei, quando da orientação do Líder, que fará o encaminhamento.

Quero dar uma posição de aspecto bem pessoal. Eu acredito que a Internet, que nasceu sem leis, não precisa de tantas leis para regulá-la, a não ser nos países mais fechados do mundo, onde a censura e o controle da Internet são negativamente utilizados.

Nós somos a favor dessa grande rede do mundo, que, quando começou, há mais ou menos 10 ou 15 anos, começou exatamente pela sua grande liberdade; começou com as pessoas podendo colocar aplicativos, produzindo os mais importantes saltos dentro da comunicação em rede que o mundo já teve, e sem nenhuma lei. Se nós tivéssemos leis, não chegaríamos aonde chegamos. Foi dado um grande passo nessa grande forma de comunicação do mundo e, se houvesse lei, Sr. Presidente, nós estaríamos dando passos para trás em vez de passos adiante.

Essa grande discussão que temos aqui agora, como se tivéssemos um marco da sociedade! Não é da sociedade. Marco da sociedade não bloqueia pauta por 7



meses. Trata-se de uma posição de governo. E nós estamos vendo que essa posição se altera a cada dia pela própria velocidade com que a Internet também muda.

Nos Estados Unidos, um país que tinha neutralidade, na semana passada a discussão jurídica chegou à posição de a Justiça americana suspender essa neutralidade. O próprio Presidente Obama, nesta semana, já está tentando meios de evitar que o órgão americano de fiscalização e espionagem continue espionando tantas pessoas — neste caso, sim, numa grande proteção à privacidade de quem usa os mecanismos da rede.

Sr. Presidente, é ruim ler hoje que o ex-Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, deixou de usar a rede, porque não confia mais nela, e passou a escrever cartas de novo, tentando proteger-se da espionagem permanente que já acontece nessa rede. E sem falar em países como Cuba, China e outros, em que o controle é tão voraz e duro que nós, lamentavelmente, perdemos a liberdade da nossa Internet nas comunicações com esses países.

E nós não queremos ver aqui, no Brasil, uma ideia de controle da mídia, como estão previstas utilizarem-se as formas de transmissão para controlar a Internet também. E isso pode acontecer.

Uma parte da discussão que o PMDB leva em consideração neste momento é um recuo que deve ser apresentado aqui pelo Relator, condição essa que nós objetivamente vamos exigir para votar, até porque houve vários recuos do Governo, mas esse é para mostrar que a Presidente não vai poder usar de decreto, a não ser nos termos da Constituição, para poder, ela própria e sozinha, decidir sobre as questões da rede.



Isso, Sr. Presidente, nós vamos aguardar. É um acordo feito com o Relator e com o Governo, e esperamos que aquele o reitere, porque, se isso ficar na mão de uma pessoa só, quem quer que seja, nós corremos riscos maiores de alguém sentar no Planalto de tarde e baixar um decreto de noite, e aí nós sabemos para onde vai a nossa liberdade de rede.

Sr. Presidente, então, essa é uma posição minha, mas seguiremos a posição da Liderança do meu partido. A liberdade que começou sem leis, precisa avançar sem a necessidade de leis. Quem cometer crime tem de ser punido, mas a liberdade precisa e deve ser livre.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para falar a favor, concedo a palavra ao ilustre Deputado Delegado Protógenes, do PCdoB de São Paulo.
(Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra à Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos aqui discutindo a constituição da Internet no Brasil ou, se quiserem, a Lei Orgânica desse importante instrumento de comunicação humana. E há talvez uma linha divisória da visão da ótica que preside este debate.

Podem existir aqueles, numa economia de mercado, numa sociedade capitalista como a nossa — altamente competitiva, concorrencial, individualista, em



que se crê que o dínamo da economia é o livre jogo dos negócios —, que olham a Internet exatamente do ponto de vista mercadológico. Afinal, são empresas de telecomunicações que a implementam. E essas teles devem ter na liberdade de mercado que a Constituição assegura toda força, todo poder para regular as relações com os usuários, evidentemente dentro dos cânones constitucionais mais gerais.

E há aqueles, entre os quais nos incluímos, que, concordando com o escopo do projeto e com o Relatório do Deputado Molon, veem a Internet na perspectiva da cidadania. Para nós, os seres humanos valem mais do que o mercado, esse ente poderoso e invisível.

Para nós, a comunicação entre as pessoas, os indivíduos e os grupos da base da sociedade é bem mais importante do que o lucro das empresas e do que a visão das chamadas corporações das telecomunicações, cada vez mais fortes neste mundo de revolução do digital, neste mundo de informática e neste mundo do virtual. Por isso, todo ponto que vier à discussão aqui — e eles existem —, como, por exemplo, o da neutralidade da rede, para que não se crie uma diferença muito acentuada e crescentemente acentuada entre os usuários, a velocidade com que eles podem dispor da rede, e isso tudo precificado. A neutralidade pode ser um objeto de discussão e de visões diferenciadas. Nós vamos ficar sempre do lado da cidadania e da população.

Portanto, Sr. Presidente, como o nosso tempo já se esgota, nós entendemos inclusive que isso é muito perigoso e diz respeito ao art. 20 do projeto, também questionado aqui por alguns, em que as teles sejam senhoras absolutas, até independentemente da Justiça, que tem ser, além de justa, sempre pública e não



dominada pelos interesses do poder econômico, que as teles possam substituir a Justiça e ser as senhoras absolutas do que ali se publica ou deixa de publicar. O direito da cidadania, o direito à comunicação, à democratização da informação e à liberdade de expressão são essenciais. É isso o que a gente visa manter.

Portanto, estamos preparados para votar, não queremos perdas, não queremos que o olhar das teles se sobreponha aos direitos da cidadania no Marco Civil da Internet.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para uma breve intervenção, Antônio Carlos Biffi.

O SR. BIFFI (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Falo para registrar que neste final de semana, em Mato Grosso do Sul, mais especialmente na cidade de Rio Verde, nós reunimos 11 Municípios que serão impactados pela duplicação da BR 163. A Presidenta Dilma assinou há uma semana os convênios e a liberação, portanto, dessa duplicação que vai fazer com que toda a BR 163, 840 quilômetros, em Mato Grosso do Sul, seja duplicada.

E nós reunimos os Prefeitos para fazermos um debate da importância de criarmos lá um consórcio para a defesa dos interesses desses Municípios ao longo dessa obra, que está orçada em 6 bilhões de reais nos próximos anos. Isso é, com certeza, um grande avanço para Mato Grosso do Sul, e, portanto, quero registrar esse momento que aconteceu naquele Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Ricardo Izar, do PSD de São Paulo. (Pausa.)



Tem a palavra o Deputado Silvio Costa, do PSC de Pernambuco. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Rodrigo Maia, do DEM do Rio de Janeiro. (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de certa forma a discussão está em suspenso, tendo em vista a possibilidade de acordo entre as lideranças, mas, de qualquer forma, parece que o Governo e o Relator cederam em alguns pontos.

Eu aproveito aqui para jogar luzes sobre algumas questões. Primeiro, essa obsessão em regular e normatizar a Internet é uma contradição em termos com a natureza da Internet. A Internet é como um cavalo selvagem, é um terreno absoluto de liberdade, é quase o sonho dos anarquistas, da sociedade sem Estado. E se fica querendo colocar rédeas nesse cavalo selvagem.

Na América Latina essa questão da liberdade passa a ser novamente fundamental. Os excessos da liberdade se combatem com mais liberdade. Nós temos um modelo intervencionista equivocado, que quer normatizar até como o cidadão vai dobrar a esquina. O cidadão não precisa de tutela. É preciso fortalecer a sociedade: mais mercado, mais sociedade e menos Estado.

Na questão da Internet isso é muito claro. O conceito de neutralidade é válido, e o PSDB apoia esse conceito.

A questão levantada é a discricionariedade do Governo para arbitrar a neutralidade. Mas nós não podemos fulanizar, temos que fazer leis perenes; e o



Governo de plantão não pode ter a possibilidade unilateral de arbitrar o conceito de neutralidade. Essa questão parece que avançou um pouco. Na verdade, isso caberia às agências regulatórias, mas, infelizmente, o clientelismo, o aparelhamento destruiu a neutralidade das agências como autarquias especiais.

Por outro lado, a bravata nacionalista, que é a contradição com o fundamento da Internet, parece que caiu — o *data center* no Brasil. Isso só espantaria mais investidores e isolaria mais ainda o Brasil, que já acabou de ter um rebaixamento de *ranking*.

Agora remanesce a questão das multas excessivas e arbitrárias, que podem intervir na liberdade de opinião, e também a questão das calúnias e difamações. Qual é o formato ideal para se retirar aquilo que for calúnia ou difamação agressiva a qualquer cidadão e, principalmente, a agentes públicos e pessoas de exposição pública?

Vamos acompanhar. A minha intervenção ficou, de certa forma, limitada porque eu estou aguardando a evolução do acordo dos Líderes. Pode ser que algumas questões que eu estou aqui polemizando já tenham sido sanadas. Mas eu acho que, neste caso, como é uma questão central do mundo contemporâneo, paciência, calma e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Temos que pensar muito sobre o modelo correto de regulação dessa grande inovação do século XXI, que é a Internet e as redes sociais.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para falar a favor, concedo a palavra à Deputada Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo. (Pausa.)



Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad, do PMDB de Mato Grosso do Sul. Antes, porém, para uma breve intervenção, concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estão aqui, nas galerias, os agentes penitenciários. (*Manifestação nas galerias.*)

Inclusive, nós da Comissão de Segurança Pública tivemos a posição de apresentar um substitutivo, para que só tivessem porte de arma os agentes penitenciários. Este é um projeto do Poder Executivo. Nós, o próprio Governo e eu, inclusive, chegamos à conclusão de que essa categoria, para manter a sua integridade, para manter a segurança do presídio, deve ter porte de arma.

O projeto é de iniciativa do Governo, e cabe a nós colocá-lo em Plenário e aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Fábio Trad, do PMDB do Mato Grosso do Sul. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso reconhecer que a Internet é um fato incontestável, que está presente no dia a dia dos cidadãos brasileiros. Portanto, discipliná-la normativamente é inevitável, não para, evidentemente, limitar a liberdade de expressão e manifestação do pensamento — princípios outros constitucionais que garantem e preservam a dignidade da pessoa humana em suas múltiplas manifestações —, mas para reconhecer que, como se trata de um dado inevitável, algo que se faz presente, como eu disse, na rotina dos cidadãos brasileiros, é



imperioso que seja normatizada, não para reduzi-la, não para limitá-la, mas para unificar, normativamente, as variadas questões que surgem neste complexo fenômeno que presenciamos ao longo de 2 ou 3 décadas.

Aliás, Sr. Presidente, é importante destacar que, desde 1995, existem projetos que objetivam regulamentar, disciplinar ou prever normas legais a respeito da Rede Mundial de Computadores. O projeto de lei relatado pelo Deputado Alessandro Molon vem para contribuir, no sentido de unificar, padronizar, estabelecendo toda a principiologia constitucional, disciplinando aquelas questões a que o Poder Judiciário não consegue dar uma resposta uniforme, gerando insegurança jurídica.

É claro que há questões polêmicas, mas dizer que se trata de um projeto governamental parece-me, com a devida vênia do nobre Deputado Miro Teixeira — a quem sempre escuto, ouço e com quem procuro me orientar sobre as questões legislativas —, um certo exagero. Esta é uma questão que me parece inevitável.

Não se trata de limitar princípios constitucionais, mas de dar um norte uniforme ao País, de padronizar a orientação dos nossos tribunais, garantindo, evidentemente, a liberdade de expressão e a manifestação do pensamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Não há mais oradores para falar contra.

Para falar a favor, concedo a palavra ao ilustre Deputado Sandro Alex, do PPS do Paraná. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à ilustre Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco.



A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu considero que, sem dúvida, o debate do Marco Civil da Internet tem um caráter estratégico, pois se trata do debate da comunicação e da informação — e este sempre terá um papel decisivo na nossa formação, na construção da nossa nacionalidade.

Nós temos que fortalecer essa ferramenta que é hoje a ferramenta de milhões de brasileiros, de quase 100% dos jovens, que utilizam esse meio de diversas formas, pelas possibilidades que tem a Internet, de a gente, em tempo real, poder acompanhar os fatos e os acontecimentos históricos.

Portanto, eu penso que existem três questões que são muito caras neste debate. A primeira é a liberdade de expressão. Nós precisamos garantir a ferro e fogo, para o bem da democracia brasileira. Nós sabemos que já temos muitos limites na comunicação brasileira; que ela hoje é monopolizada; que ela hoje tem aquilo que a própria Constituição brasileira procura evitar, que é a concentração; que há a propriedade privada cruzada dos meios de comunicação, que é quase como se fosse um pensamento único que repercute e reverbera um tipo de pensamento para a sociedade. Daí a necessidade de a gente ter fortalecida a questão da liberdade de expressão.

A outra questão é, sem dúvida, a privacidade, o direito básico de o cidadão ter sua privacidade. Penso eu que isso também está no relatório, mesmo que muitos limites existam. Nós sabemos disso, até porque sofremos espionagem por parte dos Estados Unidos, inclusive para com a própria Presidente Dilma e, não só S.Exa., mas vários chefes de Estado do mundo todo. Mas a privacidade é, para nós, algo também fundamental.



E, por fim, há a maior polêmica desse Marco Civil, que é a neutralidade da rede. A neutralidade visa exatamente garantir o que é praticado hoje. As pessoas, quando adquirem, através de seus provedores, pacotes de dados, não podem sofrer, a partir disso, uma intervenção em determinado conteúdo que vão buscar.

Ao mesmo tempo, nós sabemos o interesse que isso tem, o interesse do grande mercado de, mais uma vez, ganhar por cima do fluxo de dados que ocorrem na Internet.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar clara a posição defendida pelo PCdoB. Tenho acompanhado o debate na sociedade.

Hoje mesmo nós entregamos ao Presidente Henrique Alves 350 mil assinaturas, através de uma petição digital que foi feita com o Avaaz, nessa perspectiva de fazer a defesa da necessidade de essa urgência constitucional vir à pauta de hoje. E, como vem — é o primeiro ponto da pauta —, a gente vai fazer valer a democracia no Brasil e impedir que mais uma ferramenta de comunicação vire um interesse meramente de mercado.

Um beijo para todos. Vamos em frente nessa luta para poder garantir a votação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Vamos ao último orador deste período.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Declaro encerrada a discussão.

O Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art.

*18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência,
que é ocupada pelo Sr. Simão Sessim, 2º Secretário.*



O SR. SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - O projeto foi emendado.

Para oferecer parecer às Emendas de Plenário de nºs 35 a 69, pela Comissão Especial, concedo a palavra ao nobre Deputado Alessandro Molon.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por isso eu pedi a questão de ordem. O Relator pediu um tempinho por conta das sugestões novas que surgiram.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Enquanto isso, vou conceder a palavra aos Deputados que queiram fazer uso dela.

Deputado Amauri Teixeira.

O SR. SIBÁ MACHADO - Está o.k. Eu gostaria de me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. COLBERT MARTINS - Deputado Simão Sessim, inscreva-me também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Deputado Colbert Martins.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós tivemos hoje na CCJ uma discussão sobre a Lei de Cotas e ouvimos lá alguns Parlamentares argumentar que esta Lei fere o princípio da igualdade.

Ora, Sr. Presidente, o princípio da igualdade prima por tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de suas desigualdades.

Nós não queremos dizer que os afrodescendentes sejam desiguais intelectualmente. O que nós estamos dizendo — e o Supremo já disse isso — é que eles são desiguais social, histórica e economicamente. Viveram à margem da sociedade, foram escravizados, foram explorados, e até hoje estão na condição de



exclusão social. É por isso que é preciso, cada vez mais, afirmar políticas que incluam este segmento da sociedade em todos os setores.

Por isso nós defendemos que o projeto de lei que cria cotas no serviço público para os afrodescendentes seja aprovado na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sibá Machado, que a havia solicitado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre o Marco Civil da Internet, eu quero parabenizar, em primeiro lugar, o Relator da matéria, Deputado Alessandro Molon.

Nesse tempo todo em que S.Exa. relatou o Marco Civil da Internet, foi de uma paciência incontestável e admirável por todos nós, ao ouvir todo o contraditório pacientemente e ao buscar o ponto da negociação, até chegar àqueles pontos fulcrais do projeto, que, se forem mexidos demais, levarão à perda da razão do projeto do Marco Civil.

Quando se debate aqui o Marco Civil, o fato de a Internet ser livre ou não, muitas pessoas vêm a público, inclusive pela própria rede da Internet, dizer que esta lei inibe e vai tirar a liberdade da rede. Acontece, Sr. Presidente, que no meio da discussão sobre o tema liberdade, há também a discussão do limite da liberdade sobre os outros.

Sabemos que a rede da Internet é o melhor meio de comunicação na atualidade entre as pessoas, é muito rápido, é muito ágil, é em tempo real.

Hoje, muitas pessoas são jornalistas de si mesmas, filmam determinada situação, fazem comentários, postam na rede, e, imediatamente, muita gente fica



sabendo. Mas tem que haver uma regra. Nós estamos preocupados com os abusos, seja da parte do usuário, seja das empresas da operação.

Quando se fala da neutralidade da rede, nossa preocupação é que a empresa fique vendendo pacotes de serviços por preços diferenciados.

Assim, pessoas que têm dificuldade financeira não poderão ter acesso à rede como ela é, que é a sua liberdade.

Portanto, um dos próprios criadores da rede entende que o Marco Civil brasileiro merece elogio, merece atenção. E já se convocam muitos países a vir fazer um seminário aqui no Brasil para tratar do assunto.

Parabéns, Deputado Molon.

O SR. JAIR BOLSONARO - Presidente, sobre o Marco Civil, só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins, seguindo a lista dos que solicitaram.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a liberdade é um bem fundamental para todos nós e a liberdade na Internet é um bem mais fundamental ainda.

A possibilidade de controle da Internet é real, existe em Cuba, existe na China, existe em vários países que limitam o seu uso. E, na hora em que você dá a uma pessoa, a um presidente a capacidade de, por decreto, regular mídia, regular velocidade, regular conteúdo, nós estamos nos aproximando, Sr. Presidente, da possibilidade de alguém usar esse poder de forma negativa.

Marco Civil, Sr. Presidente, não é um marco governamental, porque a sociedade civil não precisa de um tipo de lei desta. Se há crimes, vamos punir os crimes.



Nós temos o caso daquele garoto que matou uma menina, depois a fotografou e o WhatsApp distribuiu aqueles fotos. Tem lei para poder punir uma questão daquela. Mas, de qualquer forma, as punições que ocorram e devam ocorrer estão exatamente no Código Penal.

Entendo, Sr. Presidente, que é importante que esta grande rede esteja à disposição de todos e todos precisarão usá-la com responsabilidade. Quando não for assim, as punições devem acontecer. Agora, entender que isso tudo depende de ficar ao talante...

Por exemplo, está lá que é possível estabelecer multa de 10% sobre o valor do faturamento de uma empresa. Quem fizer isso quebra a empresa. Nenhuma dessas empresas que estão aqui prestando serviço para Internet tem concessão pública, não! São empresas privadas. Na hora em que se aplicar uma multa de 10% do faturamento, a empresa quebra.

Enfim, eu acho que nós estamos dando poder demais para controlar algo que tem que ser livre, que começou livre e precisa permanecer livre.

O nosso cuidado é manter essa rede de comunicação absolutamente livre. Agora, nós podemos estar de alguma forma cerceando essa liberdade.

Eu acho que nós estamos correndo o risco, Sr. Presidente. Os Estados Unidos estão no caminho contrário neste momento.

O SR. NEWTON LIMA - Permita-me, Deputado Simão Sessim, como Relator da banda larga.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Deputado Fernando Ferro.

O SR. NEWTON LIMA - Depois, Deputado Newton Lima, por favor.



O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, este debate tem muito de tecnologia, de comunicação e de ideologia.

Eu vejo o Deputado Colbert Martins aqui falar preocupado, porque Cuba ou China ou alguém controla a Internet.

Deputado Colbert Martins, quem espionou a Presidenta do Brasil? Quem espionou a Primeira-Ministra da Alemanha não foi Cuba e China não, foram os Estados Unidos através da Internet.

Então, não vamos ser ingênuos a ponto de pensar que esse instrumento não mereça uma regulação. Claro que merece regulação. Nós não podemos criar mecanismos de cerceamento. Mas regulação e espaço legal têm que existir. É da vida, é do mundo! Caso contrário, é entregar ao mercado para que faça a regulação. Ora, o mercado regula na lógica do lucro de seus interesses e não nos interesses da cidadania. E nós temos que saber mediar entre o que é mercado e o que é público para impedir as barbáries que estão acontecendo nessa área em algumas situações. Trata-se de ter efetivamente instrumentos de regulação, sim.

Aqui houve um debate intenso, um debate que envolveu a Oposição, a Situação. Estamos chegando à mediação de uma legislação avançada que está sendo elogiada em vários fóruns internacionais e que é reconhecida como importante.

Depois do que aconteceu, das denúncias do Sr. Assange, do ex-agente da CIA, Snowden, sobre a espionagem, ora, nós temos que preservar nossos segredos militares, nossos segredos tecnológicos. O mínimo que tem que ter um país livre, democrático e soberano, é algum mecanismo para regular a circulação de informação, evidentemente dentro dos marcos da democracia e da cidadania.



O SR. JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, eu prefiro que o Obama veja os meus *e-mails* a uma quadrilha indicada pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Deputado Jair Bolsonaro, V.Exa. falará após o Deputado Márcio Macêdo.

Com a palavra o Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL nº 2.126, de 2011, de autoria da Presidência da República, do Poder Executivo da Presidente Dilma, aqui relatado com muita competência pelo Deputado Alessandro Molon, traz um projeto extremamente qualificado com três grandes eixos que norteiam a regulação da Internet no nosso País.

Como o Deputado Fernando Ferro abordou aqui, é óbvio que não está em debate, que nós não queremos que seja cerceada a liberdade dos internautas. Mas é necessário também que haja regras definidas por lei, e isso é obrigação desta Casa, para que não seja utilizada de forma inadequada a rede no nosso País.

Os três pilares são: a neutralidade da rede, o acesso livre dos internautas com inclusão digital e com o combate ao encarecimento do acesso — é fundamental haver acesso livre e universal para todos os brasileiros; a liberdade de expressão, que está evidente, clara, nítida no projeto, que veda toda e qualquer forma de censura, e o aprofundamento da democracia através dos instrumentos das redes sociais. Há outro eixo que é fundamental, que é a privacidade e proteção dos internautas. Os dados pessoais estarão protegidos e não serão violados com essa regra do Marco Civil da Internet.

Certamente, Sr. Presidente, teremos uma *net* mais segura: a responsabilização por danos está prevista, e a proteção aos seus usuários facilita



inclusive a investigação dos crimes cibernéticos a partir do marco regulatório da Internet. Portanto os direitos individuais dos usuários estão garantidos.

Então, é fundamental que esta Casa dê um exemplo ao Brasil e possa votar hoje o Marco Civil da Internet.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu prefiro que o Obama leia meus e-mails a que uma patota indicada pelo PT o faça.

Se o PT quer aprovar isso, está mais do que na cara que tem jabuti nessa árvore. Eles são muito bons para falar dos outros, mas não admitem qualquer investigação de seus atos. Ou seja, sobre dinheiro secreto para Cuba, eles não querem conversa.

Então, Sr. Presidente, está mais do que na cara que, na regulamentação via decreto, em que pese ouvirmos algumas agências, são agências compostas por indicados pelo PT. Está tudo loteado. Eles vão poder, se não gostarem de V.Exa. por um motivo qualquer, ter uma maneira de invadir a sua privacidade e acabar com a sua vida. Esta é a proposta do PT: ter nas mãos, via Internet, a vida de quem bem entender. Prefiro Obama lendo meus e-mails a uma quadrilha indicada pelo PT.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Depois de 50 anos de ditadura, os seguidores da ditadura já estão esclerosados. Isso é esclerose do autoritarismo.

(Tumulto no plenário. O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Deputado Jair Bolsonaro e Deputado Fernando Ferro, eu solicito...

Concedo a palavra ao nobre Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares para dizer que eu tive a honra de ter sido Relator da banda larga na Comissão de Ciência e Tecnologia. Quando nós tratamos do tema do Marco Civil da Internet, um aspecto que eu gostaria de ressaltar aqui em plenário, neste dia histórico em que nós vamos de fato mostrar para o mundo e aprovar uma das legislações mais importantes, que estabelece direitos e deveres para todos os protagonistas deste instrumento que tem que ser universalizado cada vez, a Internet, é o seu aspecto educacional.

Não era possível nós termos uma Internet no Brasil que segregasse setores da população menos abastados, mais carentes do direito, via Internet, de ter educação. A Internet hoje tem um papel fundamental nesse processo, não substitui o protagonismo do professor, que precisa ser cada vez mais valorizado, como, aliás, vamos fazê-lo com a Meta 17 e com a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, que será votado amanhã à tarde, outro dia histórico, na Comissão Especial do PNE, definitivamente, nesta Casa.

Mas o importante é dizer que não se faz hoje educação de qualidade sem valorização dos professores, é verdade, mas sem acesso ilimitado a todos os programas, a todos os conteúdos que a Internet pode proporcionar aos professores, aos estudantes, em todos os lugares.



Aliás, vindo do Uruguai na condição de Presidente da nossa representação no PARLASUL, posso afiançar, Sr. Presidente e colegas: todas as crianças uruguaias, a partir de 5 anos, já têm Internet e todas têm acesso livre aos programas que são selecionados pelos professores, pelo Ministério da Educação daquele País.

Queremos que toda a população, no ensino básico, profissionalizante, universitário e pós-graduação, tenha acesso livre. Por isso a neutralidade é absolutamente central.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Concedo a palavra, para um novo registro, ao Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero falar sobre o tema, Sr. Presidente. O estranho aqui são as preliminares desse debate, é dizer que a lei é autoritária. No regime democrático, a lei é a base das relações sociais. Fora da lei, o arbítrio; fora da lei, o poder econômico; dentro da lei, a composição de forças, a base de um regime democrático. O modelo é a lei.

Dizer que a lei é arbitrária é negar os avanços que nós conquistamos; dizer que decreto é para regular, e não para regulamentar, é desconhecer a ordem jurídica. Decreto não regula, decreto regulamenta o que está na lei, Sr. Presidente. Aqui ouvi uma premissa altamente falsa, o decreto apenas regulamenta o que está na lei.

E para entrar no mérito, a Internet hoje é fundamental para a saúde pública, porque dela dependemos para a Telemedicina; para a segurança pública, porque dela dependemos para integrar o sistema; para a educação, por aquilo que disse o Deputado Newton Lima. Uma coisa tão importante e tão fundamental para todos os setores da sociedade não pode ficar sob o domínio estrito do poder econômico.



É por isso que nós somos inteiramente favoráveis à aprovação do Marco Civil, garantindo-se a neutralidade.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos falar de Marco Civil, mas eu queria lembrar que os arts. 226 e 227 da Constituição Federal permitem que os pais influenciem a educação do filho.

O PSD está apresentando um destaque para que permaneça no texto o *Parental Control*, aquela tecnologia que permite aos pais o conhecimento do conteúdo acessado por seus filhos e o controle de acesso a *sites* impróprios.

Peço o apoioamento dos demais Deputados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Ainda aguardando o Relator, Deputado Alessandro Molon, eu abro a palavra a quem desejar.

O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra para dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Os médicos da Maternidade do Hospital Roberto Santos, na Bahia, entram em greve amanhã.

A quantidade de médicos que trabalham hoje nesta maternidade, uma das grandes maternidades do Estado, está absolutamente defasada. A maternidade, que precisa de quatro profissionais no mínimo por dia, às vezes tem um profissional trabalhando. Isso implica serviço de baixa qualidade, implica conflitos permanentes



com as gestantes que procuram aquela unidade hospitalar. O Hospital Roberto Santos é um dos maiores hospitais da Bahia e se situa em Salvador.

Os médicos reunidos estão em greve para obrigar o Estado a fazer contratações que supram o número de médicos necessário para o funcionamento do hospital. O Sindicato dos Médicos e a Associação Bahiana de Medicina estiveram presentes nessa reunião; o próprio Conselho Regional de Medicina apoia.

E nós, aqui, estamos divulgando, Sr. Presidente, exigindo que o Governo da Bahia contrate profissionais para atuar na área de obstetrícia do Hospital Roberto Santos. Não faltam obstetras somente lá, não. Faltam na Bahia inteira, mas este caso, neste momento, é de maior urgência.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad.

O SR. JOSÉ LINHARES (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, faço um apelo para V.Exa. O auditório está muito frio. Não seria possível deixar a temperatura agradável?

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - V.Exa. tem razão. Eu, com a gripe que estou, também estava sentindo.

O SR. JOSÉ LINHARES - Um plenário desse jeito significa pneumonia na nossa idade.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) - Tem razão. Eu vou solicitar aqui aos nossos assessores que providenciem o aumento da temperatura.

Com a palavra o Deputado Fábio Trad.



O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho fazer uma breve reflexão a respeito das suspeitas, consubstanciadas em indícios muito consistentes, de superfaturamento nos estádios para a Copa do Mundo.

E tão preciso e fulminante quanto nos muitíssimos momentos magistrais de artilheiro, eu quero aqui me solidarizar com o colega Deputado Romário, que acaba de proclamar que *“fora de campo o Brasil já perdeu a Copa”*.

Pronunciada a propósito do não cumprimento, pelo Comitê Organizador Local, o decantado COL, da promessa de 32 mil ingressos para os jogos da Copa a pessoas deficientes, a sentença lapidar do Deputado Romário foi selada com uma constatação de desalentadora significação: “A Copa é no Brasil, mas parece que não é dos brasileiros”.

Negar a deficientes o acesso a jogos de uma Copa disputada em seu próprio País constitui apenas a parte mais desumana da bilionária sucessão de jogadas escusas, armadas sob a permissiva cobertura da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo.

Em fins de 2013, a própria Matriz, que bem poderia ser de irresponsabilidades, estimava que o custo dos estádios havia saltado de 7 bilhões de reais para 8 bilhões de reais, ou seja, 14% a mais que o gasto que já havia sido corrigido, para cima é claro, 1 ano antes.

Muitas das tais obras de mobilidade urbana, cantadas em prosa e verso como o mais importante legado da Copa para a população, atrasadas por omissão ou suspensas ante indícios de superfaturamento, foram simplesmente sacadas dos relatórios do Comitê Organizador Local.



É como se essas obras bilionárias deixassem de existir só por serem apagadas do “mundo ficcional” dos senhores da Copa, ainda que componham, com todo o realismo, a banda podre do famigerado legado.

Ministério Público e Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal apuram dezenas de suspeitas de superfaturamento, desvios e inúmeros outros abusos.

Depois reclamam que o povo vai às ruas contra essa bandalheira que desvia dinheiro da saúde, do lazer, da cultura, da educação e da segurança pública. Depois reclamam, mas já está avisado!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB-MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tão preciso e fulminante quanto nos muitíssimos momentos magistrais de artilheiro, o colega Deputado Romário acaba de proclamar que “fora de campo o Brasil já perdeu a Copa”.

Pronunciada a propósito do não cumprimento, pelo Comitê Organizador Local, o decantado COL, da promessa de 32 mil ingressos para os jogos da Copa, a pessoas deficientes, a sentença lapidar do Deputado Romário foi selada com uma constatação de desalentadora significação: “A Copa é no Brasil, mas não é dos brasileiros”.

Negar a deficientes o acesso a jogos de uma Copa disputada em seu próprio país constitui “apenas” a parte mais desumana da bilionária sucessão de jogadas escusas, armadas sob a permissiva cobertura da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo.



Em fins de 2013, a própria Matriz, que bem poderia ser de irresponsabilidades, estimava que o custo dos estádios havia saltado de sete bilhões para oito bilhões de reais, ou seja, 14% a mais que o gasto que já tinha sido corrigido, para cima é claro, um ano antes.

Muitas das tais obras de mobilidade urbana, cantadas em prosa e verso como o mais importante legado da Copa para a população, atrasadas por omissão ou suspensas ante indícios de superfaturamento, foram simplesmente sacadas dos relatórios do Comitê Organizador Local.

É como se essas obras bilionárias deixassem de existir só por serem apagadas do ‘mundo ficcional’ dos Senhores da Copa, ainda que componham, com todo realismo, a banda podre do famigerado legado.

Ministério Público e tribunais de contas dos Estados e do Distrito Federal apuram dezenas de suspeitas de superfaturamento, desvios e inúmeros outros abusos.

O caso do estádio ‘Mané Garrincha’, cuja construção saltou de estimados setecentos milhões para 1,4 bilhão de reais, é emblemático. Ali, o preço do transporte de material pré-moldado foi calculado com base na distância entre Goiânia e Brasília, embora a fábrica se localize a apenas 1,5 quilômetro do estádio.

Lamentavelmente, esse está longe de ser um caso isolado na crônica controvertida da construção da chamada infraestrutura para a Copa do Mundo no Brasil.

Para concluir, Sr. Presidente, diante da sucessão de denúncias relacionadas a obras da Copa, não se pode acusar de pregoeiros do caos os que preveem o acirramento de manifestações populares à medida que se aproxima o evento.



A propósito, nota-se hoje uma ardilosa tentativa de manipulação da opinião pública, com o objetivo de demonizar, como crime de lesa-pátria, qualquer iniciativa de discutir a libertinagem da gastança em nome da Copa do Mundo.

Coisa de quem já ganhou mundos e fundos com a Copa 2014.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Fábio Trad, o Sr. Simão Sessim, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos aguardar o texto do Deputado Alessandro Molon. (Pausa.)

Deputado Alessandro Molon com a palavra, finalizando, portanto, seu relatório no acatamento de sugestões discutidas e negociadas pelos Srs. Líderes de partidos.

Com a palavra V.Exa.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, antes de mais nada, quero agradecer a V.Exa. a condução deste processo, agradecer a todos os Líderes que colaboraram ao longo desses anos de debate do marco civil, para que chegássemos a um texto certamente melhor, mais forte e mais protetivo do internauta brasileiro do que o texto que chegou aqui na Câmara.

Esse sucesso se deve, sem dúvida, Presidente, à abertura que todos os Líderes tiveram de debater esse tema e à participação da sociedade civil brasileira, que, através dos internautas, dos ativistas, das organizações não governamentais



de defesa de direitos do consumidor e tantas outras, nos ajudou a aperfeiçoar este excelente texto encaminhado pelo Poder Executivo, pela Presidente Dilma Rousseff, após ampla consulta pública, na qual participaram milhares de internautas brasileiros, no mais participativo, no mais colaborativo, processo de construção de uma lei já vista entre nós.

Sr. Presidente, o nosso Congresso nesta noite é objeto de atenção não apenas de todo o Brasil mas, eu diria, de vários países do mundo. Presidente Henrique Eduardo Alves, ontem, o criador da *web*, o físico britânico Tim Berners-Lee, emitiu uma nota apoiando a aprovação do Marco Civil da Internet brasileiro, dizendo que a aprovação desse projeto seria um presente que o Brasil daria não apenas aos internautas brasileiros, mas aos internautas de todo o mundo, porque se trata de um projeto que garante, que protege, os direitos humanos na Internet, os direitos humanos *on-line*.

E dizia Tim Berners-Lee que esse rico processo participativo, que a sociedade brasileira construiu e da qual foi protagonista, vai permitir que o Brasil tenha uma grande lei, uma lei que já é referência para os mais diversos países do mundo, antes mesmo de ser aprovada.

Eu tive a oportunidade de falar do Marco Civil da Internet, por exemplo, na Inglaterra, num seminário realizado no Reino Unido sobre liberdade de expressão na rede — por causa do marco civil. Eu tive a oportunidade de explicar o marco civil a pesquisadores da Universidade de Harvard que já conhecem o projeto e elogiaram o seu conteúdo. Como um todo, é um projeto de lei extremamente inovador.

Não por acaso, o criador da *web*, o pai da *web* Tim Berners-Lee apoia o nosso projeto, como 350 mil pessoas que assinaram no site AVAAZ uma moção de



apoio liderada pelo ex-Ministro Gilberto Gil de apoio ao Marco Civil da Internet e das suas propostas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto tem três pilares. Ele garante, em primeiro lugar, a neutralidade da rede, princípio segundo o qual os pacotes de dados que trafegam pela Internet devem ser tratados de maneira isonômica, igualitária, sem discriminação, sem privilégio nem prejuízo contra qualquer pacote de dados, independente de sua origem, destino, conteúdo, serviço, terminal ou aplicação.

Portanto, é uma regra de ouro da Internet, que está sendo atacada em outros países do mundo, mas que aqui, no Brasil, há de encontrar, com a aprovação deste projeto, uma forte trincheira em defesa deste princípio, que é um princípio dos mais importantes, senão o mais importante, do funcionamento da rede hoje em dia.

O segundo pilar, Sr. Presidente, além da neutralidade da rede, é a proteção à privacidade do usuário. Os usuários da Internet passam a ter proteção muito maior da sua privacidade com a aprovação deste projeto do que tinham até hoje. Qualquer violação da privacidade, qualquer uso indevido dos dados dos internautas brasileiros poderá levar à responsabilização de quem o fizer. Portanto, a privacidade dos internautas brasileiros ganha muito com a aprovação do Marco Civil da Internet.

O terceiro e último pilar, Sr. Presidente, é a garantia da liberdade de expressão.

Ao contrário do que aqueles que não conhecem o projeto, não leram ou interpretaram equivocadamente o projeto disseram, não há no projeto qualquer brecha, qualquer possibilidade para o controle do conteúdo da rede, para a censura,



para que se escolha aquilo que pode e aquilo que não pode ser dito. Ao contrário, o projeto garante fortemente a liberdade de expressão.

É fundamental termos uma lei. Como disse Tim Berners-Lee, o criador da Web, o pai da Web, hoje em dia precisamos de lei, sim, para proteger a essência da Internet, que está ameaçada por práticas de mercado ou de Governos. Por isso o apoio dele ao Marco Civil.

Outros dizem: entre forte e fraco, a ausência de regras é opressão. Nós estamos estabelecendo regras para garantir que a liberdade na rede seja protegida. É por isso que nós temos forte apoio da sociedade civil brasileira, nas suas mais diversas instituições e organizações, Sr. Presidente.

Depois de amplo debate, depois das colaborações dos mais diversos Líderes, a quem eu quero prestar a minha homenagem e agradecer pela atenção, pela paciência que tiveram com esse tema, pelo seu interesse em conhecer tecnicamente o funcionamento da rede e contribuir para aprimorar o Marco Civil da Internet, nós promovemos, e eu, como Relator, promovo, Sr. Presidente, cinco mudanças, acolhendo emendas apresentadas até o fim da discussão.

São elas: em primeiro lugar, uma emenda que foi pedida por vários partidos, tanto da base quanto da oposição, a retirada do antigo art. 12, que previa a possibilidade de obrigação de armazenamento de dados no Brasil por decreto.

Entenderam esses partidos que esse debate não era adequado, poderia trazer efeitos colaterais negativos, fizeram um apelo para que isso não constasse do Marco Civil, e o Governo, de maneira também democrática, atenta, concordou com essa posição e criou-se um consenso a favor da retirada do art. 12.



Portanto, acolho, Sr. Presidente, a Emenda do PSD, do DEM, como de vários outros partidos, que pediram a retirada do art. 12, que é sobre a obrigatoriedade de *data centers* no Brasil.

Acolhemos também as seguintes mudanças, Sr. Presidente: primeiro, a previsão de modificação do § 1º do art. 9º, que é aquele que trata da regulamentação da neutralidade da rede.

Alguns Líderes, Sr. Presidente, manifestaram preocupação com a redação que estava no § 1º, que previa tão-somente a expedição de decreto, regulamentando o disposto no § 1º e sugeriram mudanças que levaram a construção de um texto proposto pelo Ministério da Justiça, de alguma maneira incorporado na Emenda de três Líderes, Deputados Moreira Mendes, Vicentinho e Givaldo Carimbão, que levam a seguinte redação do § 1º:

“§ 1º A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações, e somente poderá decorrer de:

I – requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e

II – priorização a serviços de emergência”.

Aí permanecem os dois incisos previstos originalmente no meu substitutivo.

A terceira alteração, Sr. Presidente é o fortalecimento do art. 11, porque a contrapartida de se retirar o art. 12, que previa a instalação de *data centers* no



Brasil, foi fortalecer a redação do art. 11, que prevê que a proteção de dados de brasileiros aplicar-se-á à legislação brasileira, independente de onde os dados estejam armazenados.

Fica, portanto, Sr. Presidente, a seguinte redação conferida ao art. 11:

“Art. 11. Em qualquer operação de coleta, (...), guarda e tratamento de registros, dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de Internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverá ser obrigatoriamente respeitada a legislação brasileira, os direitos à privacidade, a proteção dos dados pessoais e o sigilo das comunicações privadas e dos registros.

O § 2º também sofre alteração aqui:

“§2º. O disposto no caput se aplica mesmo que as atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que oferte serviço ao público brasileiro ou pelo menos uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil”.

Portanto, há aqui, apesar da retirada do art. 12, o fortalecimento do art. 11, que prevê a aplicação da lei brasileira à proteção de dados de brasileiros, independente de onde eles estejam armazenados, desde que o serviço seja ofertado para o público brasileiro ou que uma integrante localize-se no território nacional.

Realizamos, Sr. Presidente, uma modificação no art. 21, antigo art. 22, um pedido da bancada feminina. Preocupadas, corretamente, com a utilização da



Internet para vingança pornográfica ou pornografia de vingança — ou seja, a difusão de materiais que contenham cenas íntimas de pessoas que não tenham autorizado a divulgação dessas imagens —, a bancada feminina e a sociedade civil sugeriram modificações que aperfeiçoam a redação deste projeto.

Diz o atual art. 21, com a nova redação, que antes era o art. 22. A redação é ligeiramente nova, Sr. Presidente, e eu peço a atenção de todos para o texto:

“Art. 21. O provedor de aplicações de Internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será” — ‘será’, e não ‘poderá ser’ — “responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, vídeos ou outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido”.

Portanto, Deputada Rosane Ferreira, V.Exa. trouxe-me esse pedido da bancada feminina, de várias Deputadas de vários partidos, assim, fica atendido aqui



o pleito da bancada feminina, que tanto lutou para proteger as mulheres na Internet, com a inclusão desse antigo art. 22, atual art. 21.

Acrescento também, Sr. Presidente, um artigo, atendendo a um apelo do Deputado Ricardo Izar, que há pouco estava aqui no plenário — não sei se S.Exa. ainda está aqui. O Deputado Ricardo Izar tinha uma grande preocupação — e alguns Deputados da bancada evangélica preocupavam-se também — com a possibilidade de controle parental, ou seja, o uso daqueles programas que evitam que crianças, que menores acessem imagens ou *sites* impróprios a sua idade. Esse foi um apelo do Deputado Ricardo Izar, que considero justo e que foi acolhido na forma do art. 29, que incorporo a minha subemenda substitutiva global:

“Art. 29. O usuário terá a opção de livre escolha na utilização de programa de computador em seu terminal para exercício do controle parental de conteúdo entendido por ele como impróprio a seus filhos menores, desde que respeitados os princípios desta Lei e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público, em conjunto com os provedores de conexão e de aplicações de Internet e a sociedade civil, promover a educação e fornecer informações sobre o uso dos programas de computador previstos no caput, bem como para a definição de boas práticas para a inclusão digital de crianças e adolescentes”.



Por fim, Sr. Presidente, a última modificação que merece ser destacada nesta minha breve explanação ocorre — e assim termino — no art. 10, que trata da guarda e disponibilização de dados de conexão e de acesso a aplicações.

Diz o art. 10:

“Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de Internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

§ 1º O provedor responsável pela guarda somente será obrigado a disponibilizar os registros mencionados no caput, de forma autônoma ou associados a dados pessoais ou outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, mediante ordem judicial, na forma do disposto na Seção IV deste Capítulo, respeitado o disposto no art. 7º.

§ 2º O conteúdo das comunicações privadas somente poderá ser disponibilizado mediante ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, respeitado o disposto nos incisos II e III do art. 7º.

§ 3º O disposto no caput não impede o acesso, pelas autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição, aos dados



cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, na forma da lei.

§ 4º As medidas e procedimentos de segurança e sigilo devem ser informados pelo responsável pela provisão de serviços de forma clara e atender a padrões definidos em regulamento, respeitado seu direito de confidencialidade quanto a segredos empresariais".

Portanto, Sr. Presidente, essas são as principais modificações, e o meu parecer, em face do exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa de todas as proposições ora sob exame; pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa de todas as emendas ora sob exame; pela aprovação do PL nº 2.126, de 2011, na forma da subemenda substitutiva global oferecida a seguir. Em seguida, Sr. Presidente, as emendas acolhidas e rejeitadas na forma dessa subemenda substitutiva global.

É o meu parecer, Sr. Presidente, para o qual peço o apoio de todos os Deputados e Líderes de partido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra quem a havia solicitado, o Deputado João Arruda, que foi o Presidente da Comissão, portanto, tem todo o mérito. Parabéns, Deputado João Arruda!

O SR. JOÃO ARRUDA (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria primeiramente agradecer a V.Exa. pela oportunidade. V.Exa. era Líder do PMDB quando me indicou — jovem Deputado de primeiro mandato — para presidir uma Comissão de tanta importância.



Tem importância para todos nós, e vamos ver isso hoje depois desta votação, porque o Brasil, Deputado Antonio Imbassahy — V.Exa. participou de audiência pública na Bahia e em Porto Alegre, e foram várias por todo o Brasil —, não pode potencializar diferenças sociais.

O Brasil tem que usar a Internet como uma ferramenta social que consiga atingir o interior do nosso País. Não é porque uma criança rica, de um grande centro urbano, tem acesso ao cinema que nós não podemos proporcionar o mesmo filme, literatura, as mesmas condições para uma criança pobre do interior que tem acesso à Internet num laboratório de informática.

A neutralidade é isonomia no processo. Nós discutimos aí a Internet livre. Será que ela é livre mesmo? Hoje não existe regulamentação sobre guarda de dados, privacidade — não há nenhuma regulamentação para tudo o que acontece na Internet. Hoje, quando nós discutimos os serviços, não existe regulamentação. Quando existe um problema, e a Internet não chega aos usuários...

Eu falo aqui hoje como Presidente da Comissão Especial, não estou falando como representante do PMDB ou de qualquer partido, até porque o Marco Civil da Internet está acima de qualquer partido. E é por isso que eu vim aqui me posicionar, pela experiência que tive. Essa regulamentação vai nos deixar livres para escolher aqui hoje, para acessar a Internet e oferecer a Internet para todos os brasileiros e brasileiras. Hoje estamos amparados pelo Direito do Consumidor, e não podemos depender apenas do PROCON.

Portanto, eu aqui rapidamente me pronunciei, falei um pouco da experiência que tive, para manifestar a minha posição a favor do Marco Civil da Internet.

Obrigado, Presidente.



O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, apenas...

O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, não temos o texto ainda. Estamos aguardando o envio por *e-mail*.

Na nossa Liderança, ninguém recebeu o texto com as modificações feitas. Eu queria pedir a V.Exa. que suspenda a sessão, até que o texto da emenda substitutiva apresentada chegue e nós possamos sobre ela nos posicionar. Inclusive, às 18h30min recebemos novas mensagens por celular sobre novos destaques que aqui estão chegando.

Então, em razão disso, peço a V.Exa. que suspenda, enquanto o texto não chega.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela ordem. Eu também queria dizer a V.Exa. que esse é um dos temas que mais atentam contra a liberdade no mundo de hoje.

Quando se lê os primeiros artigos, vê-se que se fala claramente em disciplinar a Internet. Alguém vir me dizer que uma lei que vai disciplinar vai garantir a liberdade... Isso fica a critério de quem disciplina. Não vamos aqui bancar aqueles que não conseguem interpretar uma simples leitura. Fala-se de monopólio de mercado e se defende a intervenção do Estado, através de uma lei que regulamenta, que disciplina. E alguém vir me dizer que está garantindo a liberdade... É o que o Governo da Turquia fez: em nome de garantir a liberdade e contra crime na Internet, proibiu Twitter, proíbe Facebook.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. ROBERTO FREIRE - Olhem aí o PT. Quando o PT... É incrível, o PT quer impedir... Respeite-me! Respeite-me!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Amauri...
Deputado Amauri, V.Exa. é um colaborador desta Mesa.

O SR. ROBERTO FREIRE - Se V.Exa. quer que eu cale, venha me calar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Roberto Freire, vamos lá!

O SR. ROBERTO FREIRE - Se V.Exa. quer que eu cale, venha me calar. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vamos, Deputado Roberto Freire. Com a palavra V.Exa.

O SR. ROBERTO FREIRE - Claro.

Nós não sabemos, por exemplo, se esse é o texto que vamos votar. Foi entregue agora, com algumas mudanças. Esse é um assunto de muita responsabilidade e sensibilidade.

Quando V.Exa. recebeu, eu lembrei que o PMDB foi um dos instrumentos fundamentais para reconquistarmos a liberdade neste País. Não pode se prestar a que acabemos com a liberdade na Internet em nome do que interessa ao PT. É nisso que eu peço a V.Exa...

(O microfone é desligado.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO FREIRE - Fale o senhor. Respeite-me!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Passa-se à votação da matéria.



Deputado Amauri...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. COLBERT MARTINS - Nós não temos o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Como o texto final está sendo distribuído, eu queria saber dos Srs. Parlamentares se alguns estão inscritos para falar a favor e contra, se já poderiam ser chamados e usar da palavra. (Pausa.)

Vamos chamar, então, para falar contra a matéria, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. (Pausa.)

Deputado Luiz Carlos Hauly. (Pausa.)

Deputado Duarte Nogueira. (Pausa.)

Deputado Arolde de Oliveira. (Pausa.)

Deputado Emanuel Fernandes. (Pausa.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, uma questão de ordem sobre o texto e sobre uma atribuição da Mesa.

Na leitura, eu percebi que há, no texto que eu ainda não conheço — e cumprimento o Deputado Roberto Freire, ainda que eu não conheça esse texto, esse novo texto, que é mais um texto, pois tivemos mais de vinte textos ao longo dessa discussão —, mas eu percebi que há repetição de muitos dispositivos da Constituição. Conceitos dos direitos da personalidade, da intimidade, da vida privada, da honra, são conceitos da Constituição. Nós não estamos começando isso agora. Especialmente para os juristas do exterior, especialmente para os que se interessam pelas matérias do Direito, vai parecer estranho que só neste ano de 2014



o Brasil tenha despertado para os direitos da personalidade, para essas garantias da Constituição.

Então, a questão que eu levanto para V.Exa. é esta: é claro que por emenda se poderia colocar entre parênteses, depois de cada um desses artigos — são sete ou oito, se eu não me engano —, qual artigo da Constituição está sendo ali repetido. Digo isso porque a garantia da liberdade de expressão está na Constituição! Está lá no art. 220, está lá no art. 5º, incisos IV, V, X, XIII, XIV. Está lá! Mas por que a liberdade de expressão da Constituição fica agora garantida por uma lei submetida à Constituição? Isso é uma aberração jurídica. É o argumento que eu digo: repetir não é nenhuma aberração, porém botar entre parênteses é o respeito à Assembleia Nacional Constituinte, é o respeito à Constituição Federal do Brasil, é o reconhecimento à autoria daqueles que lutaram para que isso estivesse na nossa Constituição. E eu penso que a Mesa Diretora tem esse poder.

Esse projeto vai ser aprovado, esse projeto vai ser aprovado!

Agora, pelo menos quanto a mim — e eu vi ontem V.Exa. em uma homenagem no Rio de Janeiro aos Constituintes de 1946 —, eu lhe confesso que eu prezo os momentos da história do nosso País. Então, eu pediria ou que o Relator fizesse — poderia fazê-lo, tem conhecimento jurídico para isto — ou que a Mesa o fizesse, pois pode ter este dever, este dever de orientar os cidadãos daqui e de outros países sobre a evolução do Direito no Brasil. São direitos da personalidade que não nascem agora, não. Nascem lá da Constituição. Se a Mesa não quiser cumprir essa prerrogativa, que eu penso que é uma prerrogativa da Mesa, aí pensaremos em outra cosa. O próprio Relator pode fazê-lo. Ou, de repente, não vamos votar hoje uma redação final para que se possa...



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não, a Mesa não teria o direito de alterar o texto do Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Não, não é uma alteração.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - É uma alteração, Deputado Miro Teixeira: abre um parêntese, coloca o artigo constitucional...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sendo uma repetição?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas, como é tão séria e correta a interpretação de V.Exa., eu passo à consideração do Relator, para considerá-la ou não.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Seria ideal que o próprio Relator colocasse “Constituição Federal, arts. 5º, art. 220...”

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Mas só ele poderá fazê-lo. Fica a sugestão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subi aqui para reiterar uma coisa que eu já coloquei: a minha preocupação de começar a regulamentar uma coisa que a gente sabe como é que começa e não sabe como é que termina. O Governo mandou colocar na lei alguma coisa dizendo que não é por decreto, só através de coisas constitucionais. O Governo que manda medida provisória aqui em nome da urgência — e nós sabemos quanto urgentes são as medidas provisórias —, fala que vai fazer só de emergência as coisas que podem passar na frente dos outros.



Todos nós concordamos com a neutralidade da rede. É preciso que haja neutralidade da rede. A pergunta é a seguinte: por que não faz na regulamentação das teles? Se mandar alguém na frente de outro, as teles serão punidas. Faz através das teles. O problema para quem apoia, tal como eu apoio, a neutralidade da rede, é se abrir um precedente gravíssimo. Nós estamos inventando — é bom que se diga com todas as letras — o guarda da infovia. A infovia vai ter um guarda; esse guarda é o Governo!

A Internet foi um grande sucesso até agora porque tem uma autoregulamentação. Quem acha que o Governo ou alguém que tenha tentação totalitária, autoritária, hegemônica, vai ouvir o conselho gestor está muito enganado. De novo, vou reprimir um tópico: inventou-se medida provisória apenas para urgências. Vêm medidas provisórias aqui criando cargos em Ministérios em terceiro escalão. Isso é urgente? Governos têm tendência hegemônica. É preciso discutir muito bem isso. Por que não se tira do Governo a regulamentação a Internet e se coloca nas teles, para garantir que não possa passar na frente? O Governo já tem esse poder!

Fica aqui o meu alerta: é importante a neutralidade da rede, mas nós estamos criando no dia de hoje — parece-me que vai passar — o guarda da infovia. É uma pena, mas vai se criar o guarda da infovia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra, para falar a favor da matéria, o Sr. Deputado Amauri Teixeira, que deve estar mais calmo a essa altura, já.



O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - E eu vou permitir que ele fale, coisa que ele não queria que eu fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Amauri, V.Exa. está mais sereno? (*Pausa.*) Está ótimo!

O SR. ROBERTO FREIRE - Eu vou aqui prestar atenção a S.Exa., vou ouvi-lo, coisa que S.Exa. não quis fazer.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Eu estou usando o meu direito legal e regimental. Fui inscrito há mais de três semanas para falar. Eu não uso aqui a usurpação do microfone.

Primeiro, eu quero parabenizar o Deputado João Arruda por ter feito esse importante pronunciamento, esse depoimento.

Eu até estava lendo as redes ali, Deputado João: ficam colocando como se o PMDB fosse contra o Marco Civil. E V.Exa. deu depoimento favorável. Mostra que o PMDB pode até ter um segmento que está contra, mas não está contra o Marco Civil.

Sr. Presidente, a argumentação de que regular por lei é arbitrário é uma argumentação de esclerose jurídica absoluta! Desde o Absolutismo, a lei é a baliza das relações sociais. O decreto regulamenta o que está na lei. Está se contestando aqui a lei como essa baliza.

Ora, os neoliberais foram derrotados. A revolta dos neoliberais é que eles foram derrotados, com a queda de todos os impérios neoliberais. O mercado fracassou. O mercado não regula bem relações sociais, muito menos relações sociais distintas, em que há um poder econômico concentrado, como é o caso desse setor. Nós temos, nesse setor, um poder econômico absoluto, que o maneja, e um



setor em que há uma forte distinção entre o poder econômico que maneja e aqueles que usam a regra estabelecida e abusada pelo poder econômico.

É claro que nós temos que regular. É claro que nós temos que normatizar: normatizar para garantir a liberdade, normatizar para que essa ferramenta extraordinária garanta o acesso à saúde a quem está em um remoto Município lá no Norte do País ou na Bahia, garanta acesso ao ensino a distância para quem está no Norte do País ou no interior da Bahia, garanta uma segurança mais eficaz, com a integração do sistema de segurança. Precisamos regular, para garantir a liberdade. Precisamos normatizar, para tirar o absoluto domínio do poder econômico. Regular é garantir a neutralidade. Regular é garantir a liberdade. Regular é coibir o abuso do poder econômico. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra, para falar contra, o Deputado Domingos Sávio.

O SR. EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação antes do próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quando há uma alteração no relatório, com a supressão de artigo, essa supressão altera a numeração dos artigos seguintes. Então, é importante que a Mesa venha a adequar os destaques existentes, para que possam ter o número correspondente à real intenção de quem os apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k. Bem lembrado, Deputado Eduardo Cunha.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra, para falar contra, Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Colbert Martins. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra Ronaldo Caiado. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto há silêncio no plenário, eu quero salientar, registrar aqui a presença de agentes penitenciários de todo o Brasil. Eles estão trabalhando pelo PL nº 6.565, que está pautado. Precisamos votar.

Os agentes penitenciários brasileiros não podem mais continuar da maneira que se encontram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui discutindo uma questão fundamental da cidadania: a sua liberdade naquilo que é o grande instrumento hoje de comunicação entre as pessoas no mundo. E uma primeira coisa se pode dizer: é que no mundo democrático nós não temos nenhuma lei que discipline o uso na Internet. Nós vamos ter aqui no Brasil. E em nome, segundo dizem, da defesa da liberdade, da neutralidade, de princípios fundamentais, inclusive previstos na Constituição, seria desnecessário constar de qualquer lei. Mas fazem para engabelar, porque a máscara está caindo. A discussão já chegou a um ponto exato. É como se tivéssemos os neoliberais, que defendem a liberdade de mercado, e



aqueles que querem a intervenção do Estado disciplinando a Internet. Caiu a máscara. Não se trata de neoliberalismo, nem de intervencionismo. Trata-se daqueles que querem uma Internet subjugada, que querem controlar, regulamentar e fazer como fazem as ditaduras, como fez recentemente a Turquia, proibindo o uso da rede em nome da liberdade e de crimes que lá se cometiam, dentre eles, chamar o Presidente da República e o Primeiro-Ministro de corruptos, como nós fazemos aqui com aqueles que "gestionaram" com a PETROBRAS, com Pasadena e outros. Querem impedir que se diga — talvez ainda não da tribuna de um plenário, mas querem impedir que se diga nas redes sociais. Está aqui, a ponto de, por exemplo, a neutralidade tão falada, que existe hoje, ser garantida, só que dando ao Presidente da República, no caso à Presidente, mas aos Presidentes da República capacidade de inclusive degradar e definir novo tráfego, ou seja, podendo regulamentar, inclusive acabando com a neutralidade. Está aqui.

Nós estamos, Sr. Presidente, e por isso falei quando V.Exa. recebeu, que, como um representante do PMDB, que lutou tanto pela liberdade em nosso País, no regime militar, na ditadura que em 1964 se implantou — e está fazendo 50 anos dessa trágica realidade —, nós precisamos aqui nos lembrar de que mais uma vez a liberdade precisa ser garantida. Precisamos lutar para que ela continue vigendo na sociedade brasileira.

Por isso, precisamos derrotar esse projeto de marco civil da Dilma e do PT, que outra coisa não é senão aquilo que as ditaduras pretendem: acabar com a liberdade na rede.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Márcio Macêdo para falar a favor. (*Pausa.*) Ausente o Deputado Márcio Macêdo?



O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO - O Márcio Macêdo está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu sei. Ele sabe por que eu disse que estava ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a votação do PL 2.126, de 2011, de iniciativa do Poder Executivo, aqui relatado pelo Deputado Molon de forma muito competente e serena, buscando ampliar o máximo possível para que a aprovação seja um consenso desta Casa, como a etimologia da primeira palavra do projeto diz — marco —, é realmente um marco nessa revolução tecnológica que o Brasil está vivenciando.

A Internet talvez seja a maior invenção tecnológica, depois da televisão, nas décadas de 50 e de 60.

Então, é necessário que esse instrumento fundamental para a democracia e para a inclusão da juventude brasileira e de mais de 100 mil internautas que hoje têm acesso à rede possa ser regulado, garantindo a liberdade de expressão e a neutralidade da rede.

Esse projeto é fincado em três grandes pilares: a neutralidade da rede, que possibilita o acesso livre dos internautas, que garante a inclusão digital da juventude e dos usuários brasileiros e que combate o encarecimento da rede e do acesso, possibilitando o acesso barato a todos os brasileiros e brasileiras.

O projeto traz consigo, na sua totalidade, a amplificação da liberdade de expressão. Veda toda e qualquer forma de censura do acesso à rede, aprofundando desta forma os equipamentos democráticos de inclusão por essa grande tela imaginária da vida que é o computador, em que todos nos encontramos. Traz



também a privacidade e a proteção dos internautas. Os dados pessoais estão ali protegidos, possibilitando que a privacidade do cidadão seja tratada como ela deve ser tratada, respeitando a individualidade de cada um.

Portanto, meus queridos colegas Deputados e Deputadas, com esse projeto, além desses três pilares, possibilitaremos certamente não só o acesso, como uma Internet mais segura, responsabilizando por danos aqueles que, porventura, cometerem os crimes cibernéticos, facilitando inclusive a ação, para o combate a esse tipo de crime, que cresce hoje em nosso País. E, sobretudo, garante e amplifica os direitos individuais e as garantias dos usuários.

Portanto, é fundamental, a partir dessas alterações que o Deputado Molon fez, na direção de se estabelecer um consenso, que a gente possa combater esse conservadorismo que, por hora, nos antecedeu aqui na fala. (*Manifestação nas galerias.*) E que possamos ter a coragem de aprovar este projeto que vai ser um avanço democrático para o nosso País.

Esse anacronismo reacionário que aqui foi colocado precisa ser combatido. Perdoa-lhe, Deus, porque infelizmente ele perdeu a noção do presente e do futuro e não sabe o que diz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Encerrado o encaminhamento.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, antes da votação do principal, peço a V.Exa. 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não, Relator.

(A sessão é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Está prorrogada a sessão por mais 1 hora.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto nós aguardamos a belíssima negociação que nosso querido Deputado Alessandro Molon está fazendo com os Líderes das bancadas em relação ao Marco Civil da Internet...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Negociação multipartidária.

O SR. BOHN GASS - Eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que o PT do Rio Grande do Sul fez a *Cartilha do Plebiscito Popular - Reforma Política*. Nós fizemos o debate aqui. A Presidenta Dilma Rousseff falou em uma constituinte exclusiva. Nós queremos que haja, de fato, uma reforma política profunda. E os movimentos sociais estão organizando, para o início de setembro, um plebiscito nacional exatamente para fazer a pergunta às pessoas: querem uma constituinte exclusiva ou não? É uma manifestação popular que as entidades estão fazendo.

Aqui nós temos também um movimento de entidades como CNBB e OAB pela reforma política, pela transparência, contra o financiamento privado de campanha, ou seja, os poderosos pagando a campanha dos políticos, pelo crescimento e pelo reforço partidário de forma programática.

Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para pedir a V.Exa. que referende o discurso que peço seja dado como lido, para que ele seja registrado nos Anais da Casa. E quero parabenizar o Partido dos Trabalhadores, nosso Presidente Ary Vanazzi e sua executiva no Rio Grande do Sul, que organizou uma cartilha para



explicar todos os pontos do processo da reforma política e da mobilização do plebiscito popular junto com as entidades.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de fazer este registro. É importante que tenhamos essa mobilização social. Que os partidos se engajem, como no caso do nosso no Rio Grande do Sul, nessa mobilização.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Estou no meu 1º mandato como deputado federal. Sou, portanto, um aprendiz nesta Câmara, neste Congresso.

Mas os três anos e meio de mandato que já cumpri aqui, são suficientes para uma constatação lamentável:

Este Congresso não fará a tão necessária Reforma Política pela qual os verdadeiros democratas deste país clamam com justíssima razão.

Este Congresso, senhoras e senhores, é formado por homens, por brancos e por ricos.

E o Brasil não é um país de homens, nem de brancos e nem de ricos.

Daí que a representação que ora cumprimos aqui, não é a expressão do povo desse país.

E sabem os senhores e as senhoras porquê?

Porque as mulheres são a maioria da nossa população e aqui não passam de 10%

Porque aqui, os negros são minoria e, segundo o Censo de 2010, já são 97 milhões de brasileiros, a maioria, portanto, que se declarara negra, preta ou parda



Porque aqui neste Congresso, senhores e senhoras, a maior parte dos eleitos está entre os que fizeram as campanhas mais ricas e o nosso povo é, em sua maioria, hoje – e isso só graças a Dilma e Lula – de classe média – não rico, portanto

Então, que política é essa que não carrega em si a expressão de seu povo?

É por isso, senhoras e senhores, precisamente por isso e para isso – para que o povo tenha chance efetiva de trazer para este Congresso a sua própria cara – que precisamos fazer a Reforma Política

Quando eclodiram os movimentos de junho do ano passado, a presidente Dilma sinalizou que o país deveria organizar uma Constituinte Exclusiva para fazer a Reforma Política.

A elite econômica e a mídia tradicional tentaram reduzir o debate a uma mera questão jurídica, se seria ou não, constitucional, um movimento como este.

Pois enganam-se os que acham que este debate morreu.

Agora mesmo, lá no Rio Grande do Sul, o PT lançou há pouco a Cartilha pelo Plebiscito Popular pela Reforma Política.

E eu saúdo os petistas gaúchos pela iniciativa.

Esta cartilha é só mais uma entre os muitos instrumentos a serviço de uma grande mobilização que vem sendo organizada pelos principais movimentos sociais do país e por cerca de 100 entidades da mais alta respeitabilidade pública, política e histórica.

Eu me junto a este movimento. Porque como todos e todas que o integram, eu quero construir uma reforma do sistema político que ajude a aperfeiçoar a democracia representativa – e para isso há que se ter coragem de alterar as regras



do atual sistema eleitoral - e também um sistema político que fortaleça a democracia direta.

Esta imensa mobilização que vem aglutinando forças, corações e mentes de homens e mulheres do Brasil, deverá ter seu ápice na semana da Pátria.

Sim, justamente de 1º a 7 de setembro, quando todas estas entidades e movimentos levarão ao povo brasileiro a seguinte pergunta:

- "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?"

Cursos de formação de formadores, em âmbito local, que incentivarião tanto a formação de comitês para discutir o tema, quanto a divulgação da campanha estão sendo feitos pelo Brasil inteiro.

E daqui deste plenário, quero dizer a todas as entidades e a todos os movimentos sociais que organizam o Plebiscito Popular Pela Reforma Política: contem com meu mandato para esta luta.

Porque eu, como vocês, como Dilma, como o PT, quero um sistema político, um sistema eleitoral e um Brasil onde caibam todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Quero esclarecer a V.Exa. que, como compromisso nosso assumido para o final de abril, depois da Semana Santa, vamos trazer à pauta a Proposta de Emenda à Constituição da Reforma Política, que foi debatida pelos 13 partidos que fazem parte da discussão e que elaboraram um texto. Portanto, no final de abril, nós a traremos à Pauta desta Casa.

O SR. SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não, Deputado Sibá Machado.



O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer um registro: essa Agência S&P, que acaba de dizer que rebaixa a nota do Brasil perante a economia mundial, não sei se ela está fazendo um trabalho sério. Quando disseram que a economia brasileira estava em dificuldade, nós tivemos o terceiro maior crescimento do mundo. Falaram mal da PETROBRAS, e as ações da PETROBRAS acabam de subir ainda mais na Bolsa de Valores.

Parece-nos que a onda de mau agouro agora toma conta de entidades internacionais contra a economia sólida que é a economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu tenho o dever de informar esta Casa — e chamo a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados — de que chegaram à Mesa três requerimentos para a realização de sessões a respeito do dia 31 de março de 1964.

O primeiro deles é da Deputada Luiza Erundina, que requer seja analisado e debatido o ocorrido em março de 1964. Os demais, do Deputado Jair Bolsonaro e do Deputado Rubens Bueno.

Quero informar a esta Casa, com plena consciência do que estou fazendo, que vou autorizar apenas a realização da sessão requerida pela Deputada Luiza Erundina. Vou, de forma democrática, indeferir o requerimento do Parlamentar Bolsonaro, porque esta Casa jamais poderia homenagear uma revolução que cassou 173 Deputados Federais, fechou esta Casa por três vezes e, durante o período em que esta esteve fechada, editou praticamente por um ato, por uma emenda outorgada, uma nova Constituição. (*Palmas.*)



Aquela revolução não mereceu nem merece o respeito desta Casa. Portanto, vou indeferir o requerimento com essa motivação. Vamos fazer, sim, uma sessão para debater, democraticamente, os fatos de 1964. (*Palmas.*)

Eu tinha o dever de informar essa decisão aos Sras. e Srs. Deputados.

O SR. SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, o PT louva a decisão de V.Exa.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje comemoramos os 130 anos da abolição da escravatura no Estado do Ceará. Ela aconteceu exatamente no dia 25 de março de 1884, portanto, 4 anos antes da abolição da escravatura no Brasil, tendo começado no Município de Acarape, hoje Redenção, no Ceará.

A luta teve como um de seus bravos meu conterrâneo Francisco José do Nascimento, conhecido como o Dragão-do-Mar, ou como o Chico da Matilde, que foi precursor dessa luta, ao impedir o transporte de negros para os navios no nosso Estado em 1881.

Portanto, Sr. Presidente, quero felicitar o povo cearense por essa luta e também registrar os 170 anos do nascimento do nosso Padrinho Padre Ciço, o Padre Cícero Romão Batista.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero homenageá-lo e agradecer-lhe a presença ontem, completando a devolução dos mandatos dos Deputados cassados em 1948, no local que foi o palco da Constituinte de 1946 — quando seu pai foi Deputado Constituinte



e depois também cassado pela visão autoritária do Estado brasileiro: o plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Quero também parabenizar V.Exa. pela decisão de deferir a sessão que questiona e coloca em xeque o terrorismo de Estado no Brasil, que coloca em xeque a restrição democrática e reafirma a democracia diante de tudo o que aconteceu com esta Casa, como o seu fechamento, e, acima de tudo, diante das expectativas que os familiares têm em relação aos avanços que podemos fazer no sentido de localizar os desaparecidos políticos e os mortos pela ditadura militar.

Parabéns, Presidente! V.Exa. tem o apoio do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - O.k.

Com a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não devemos levar essa questão para o lado pessoal. Vou revelar aqui uma coisa que V.Exa. não sabe: meu pai, Percy Geraldo Bolsonaro, também foi preso por 28 dias — fique sabendo disso —, mas foi preso pelo Governo João Goulart.

Sr. Presidente, nós não podemos fugir da história: este Congresso aqui cassou João Goulart. Este Congresso, em 9 de abril de 1964, elegeu Castelo Branco — inclusive com o voto de Ulysses Guimarães. A verdade está aí, e a luta armada veio em 1966, com dezenas e dezenas de mortes e atos terroristas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - O Brasil avançou!

O SR. JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, eu não quero participar de uma sessão para baixar o nível, mas a verdade tortura aqueles que queriam que todos nós estivéssemos cortando cana ou tendo uma Internet como a de Cuba.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Chega! Não tem mais espaço para isso. O Brasil mudou!

O SR. JAIR BOLSONARO - Só 1 minuto, Sr. Presidente. Estou sozinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não. Estou ouvindo V.Exa.

Tem a palavra assegurada o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO - Tanto eles têm medo da verdade, que criaram uma comissão dizendo ser da verdade para a qual Dilma Rousseff indicou sete integrantes, cinco dos quais advogados. Ora, advogados têm compromisso com o cliente, não com a verdade. E massacram as Forças Armadas diuturnamente.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa., eu quase imploro a V.Exa., que me dê 15 minutos para contar a história do que houve antes do 31 de março, de 1964 a 1985, e de 1985 para cá.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA - O Brasil mudou, Deputado Bolsonaro!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO - Se o Congresso esteve fechado por 9 meses, e esteve fechado sim por 9 meses, o Executivo passou a legislar por decreto-lei.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA - Viva a democracia, Deputado Bolsonaro! Viva a democracia e abaixo a repressão, a ditadura militar!

O SR. JAIR BOLSONARO - Manda o Sarney para cá. O Congresso ficou fechado por mais de 10 anos com a medida provisória.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA - Foi a ditadura!



O SR. JAIR BOLSONARO - Essa é a verdade, Sr. Presidente, e por isso eu quero 15 minutos, e rogo a V.Exa. ter o direito de falar, porque é pelo contraditório. Não vou baixar o nível, não. Pode ficar tranquilo. Eu peço a V.Exa...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Chega, há outros Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado, não é questão de baixar o nível. Respeito V.Exa. como Parlamentar e lhe asseguro que, indicado por seu partido, terá direito à palavra. Agora, eu não posso usar esta Casa para homenagear uma revolução que desrespeitou, que maculou, que agrediu o Poder Legislativo deste País.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com todo respeito, assegurarei a palavra a V.Exa. na sessão que vai se realizar. Terá V.Exa. a palavra assegurada como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Plenário desta Casa e a V.Exa., que citou inclusive nosso requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Requerimento no mesmo tom do da Deputada Luiza Erundina.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, nós nos sentimos homenageados pelo fato de a Deputada Luiza Erundina ter apresentado requerimento e fazer com que sejam homenageados aqueles que foram agredidos, presos, torturados,



assassinados e aqueles que tiveram cassados seus mandatos. Nós estamos aqui para homenagear a democracia e o povo brasileiro.

Por isso, nós temos que comemorar os 50 anos do fim da ditadura militar.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Muito bem!

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria lembrar que há pouco tempo esta Casa devolveu, simbolicamente, o mandato ao Presidente constitucionalmente eleito João Goulart. Esta Casa renegou a decisão golpista do Congresso Nacional de 1964. Esta Casa foi fechada três vezes pela ditadura militar: em 1966, em 1969 e em 1977. A ditadura militar fez a linha que hoje aparece em todos os jornais: torturas, desaparecimentos, assassinatos, censura.

Passados 50 anos, vamos homenagear, no dia 1º de abril, aqueles que resistiram à ditadura e vamos resgatar a democracia brasileira, porque os torturadores ainda não foram punidos no Brasil. O Brasil é o único País na América Latina em que os torturadores não foram punidos.

Fazendo uma correção, em 1964 não houve revolução, houve um golpe de Estado no nosso País. Revolução é transformação radical da ordem econômica, política, social e cultural. Foi um golpe de Estado apoiado pelas elites, pela Igreja conservadora e pelos Estados Unidos da América contra o povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela atitude correta de ter marcado esta audiência, para resgatar a democracia brasileira.

Viva a democracia!



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo e dizer que, desde a quarta-feira passada, consignei junto à Mesa Diretora um requerimento em que pedia que não fosse aceito, mas sim rejeitado, este requerimento do Deputado supracitado.

Quero dizer a V.Exa. que sua atitude é uma atitude de afirmação democrática. Hoje, dia do aniversário do PCdoB, partido com o maior tempo de exercício político do Brasil, digo àqueles que sangraram a democracia, em nome da organização que mais perdeu militantes do Brasil: “*Golpe, jamais!*”.

Por isso, V.Exa. está de parabéns! A celebração nesta Casa é pela democracia, não pela ditadura, não por seus torturadores e algozes.

Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Obrigado a V.Exa., Deputada Alice Portugal.

Vamos começar o processo de votação.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, ontem eu representei a Câmara dos Deputados na Movelsul, maior feira de móveis da América Latina, por cuja organização gostaria de parabenizar o Presidente Henrique Tecchio. Trata-se de um setor que gera mais de 300 mil empregos no Brasil.

Parabéns a toda a organização por esta grande feira que está acontecendo em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro desta tribuna o início da Movelsul, maior feira de móveis da América Latina, que abriu suas portas ontem (24/03), no Parque de Eventos de Bento Gonçalves/RS. A Movelsul está em sua 19^a edição e até a próxima sexta-feira cerca de 300 de expositores apresentam de forma segmentada sua diversidade em mobiliário.

Tive a honra de ser o representante da Câmara dos Deputados durante a cerimônia de abertura. Parabenizo o presidente da Feira, Henrique Tecchio, pelo belo trabalho realizado, bem como todas as entidades e equipes envolvidas na sua realização.

A Movelsul abriga em 57.219 m² de exposição centenas de expositores que apresentam de forma segmentada sua diversidade em mobiliário: escritório, cozinha, dormitórios, área de serviço, banho, móveis para jardim e complementos, copas, salas de jantar e estar e complementos, estofados e colchões, eletros e tapetes.

É realizada e promovida pelo Sindmóveis de Bento Gonçalves, que desde 1977 desenvolveu sua expertise na promoção de feiras, congregando a realização de negócios a um ambiente amistoso e turístico, reconhecido pela uva e pelo vinho da Região da Serra Gaúcha.

Entretanto, senhoras e senhores, também trago aqui um pedido de socorro do setor moveleiro, do setor produtivo, de um segmento tão importante para a economia do nosso país. Além da falta de investimentos em infraestrutura no Estado do Rio Grande do Sul para escoamento da produção, houve um grande apelo pela volta do Reintegra.



O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, que devolve 3% das exportações, foi finalizado em dezembro de 2013. O Reintegra é muito importante para as exportações brasileiras. Na semana passada, durante reunião na Liderança do Governo na Câmara dos Deputados, assinamos um documento de apoio à retomada do Regime. Porém, é preciso apelar ao governo que aceite a sua inclusão na Medida Provisória 628. Portanto, apelo, desta tribuna, ao governo, que analise com atenção a retomada do Reintegra. O setor moveleiro tem 17,5 mil indústrias no Brasil e emprega cerca de 320 mil pessoas direta e indiretamente.

Eram essas as minhas considerações. Peço que este discurso seja registrado nos órgãos de comunicação desta Casa bem como na Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que V.Exa. tomou a atitude que um Presidente de um Parlamento — particularmente o Parlamento brasileiro, tão vilipendiado pela ditadura militar de 1964 — deveria tomar.

Não caberia outra posição que não a que V.Exa. adotou, ao suspender esta homenagem que aqueles órfãos da ditadura pretendem fazer. Não podem fazê-la, em um ambiente que sofreu as consequências que o Parlamento brasileiro sofreu.

Parabéns a V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Obrigado a V.Exa., Deputado Roberto Freire.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vamos votar, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar, do PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero também me somar ao aplauso à sua decisão e lembrar que a sessão solene do dia 1º de abril de 2014, que relembraria o golpe civil militar de 64, será absolutamente democrática. A proponente, a Deputada Luiza Erundina, e outros Líderes que trouxeram esta ideia no ano passado vão liderar um momento importante de memória e de repúdio à censura, à tortura, à ditadura, ao arbítrio. E todos os partidos com representação na Casa terão o direito de indicar seus Líderes.

Se houver algum partido político com representação no Congresso Nacional que defenda o regime autoritário e de arbítrio, ele terá seus minutos para fazê-lo. Eu espero que tenham todos se convertido à democracia.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vou conceder a palavra ao Deputado Eduardo Cunha, do PMDB, como Líder. Antes, porém, tem a palavra o Deputado Márcio Macêdo, mais uma vez, generosamente.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a sua generosidade, mas estou me inscrevendo como Vice-Líder do meu partido, da bancada, para parabenizá-lo por este gesto.

Existiu um momento de exceção neste País. Não houve revolução: houve um golpe de Estado, em que jovens foram torturados, mortos, em que a cidadania brasileira foi agredida, em que houve órfãos e viúvas. Foi um tempo de que o Brasil tem de se lembrar sempre e visitar os DOI-CODIs brasileiros, assim como se visitam os campos de concentração nazistas, para que isso nunca mais aconteça no nosso País.



V.Exa., como Presidente de um poder que foi violentado pela ditadura militar, não podia se acovardar e permitir que houvesse, neste plenário, uma louvação a este tempo de tortura, de morte e de usurpação das liberdades individuais.

Portanto, parabéns à Mesa e a V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra, como Líder, o Deputado Eduardo Cunha, do PMDB.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. pela importante sessão que vai haver do registro desses 50 anos. O PMDB é o partido que sempre foi resistente à ditadura, defendendo a liberdade.

Sr. Presidente, eu queria falar um pouco sobre este processo de hoje que vai culminar com uma votação que, provavelmente, será feita por todos nós de maneira uniforme, unânime, em que todos acabam apoiando o projeto final. Isso foi possível porque houve diálogo, houve discussão, houve recuo de uma parte, houve avanço de outra e houve a convergência de alguns pontos mínimos.

É claro, Sr. Presidente, eu posso dizer isso com a autoridade de quem participou da entrada da Internet no Brasil, quando eu era Presidente de uma companhia telefônica do meu Estado, juntamente com a EMBRATEL.

A Internet, criada no mundo para ser uma rede auxiliar para um eventual acidente nuclear e ter condições de comunicação, ganhou o que ganhou hoje, depois que foi implantada no Brasil em 1991. Após 23 anos, ela tem um tamanho de



usuários quase 20 vezes o que tinha de telefone naquela época. A Internet virou meio de comunicação do Brasil e do mundo. E, obviamente, por ser um meio de comunicação, deveria ter sido regulada, como é regulada a própria comunicação, através das suas concessões, do dispositivo constitucional, de lei própria de regulação da sua utilização, do modelo da prestação de serviço. E, consequentemente, pelo modelo da prestação de serviço, poderia haver, sim, vários dos dispositivos que estão sendo tratados, assim como o modelo de defesa do consumidor, no Código que nós temos, poderia tratar de outros tantos.

Eu sempre tenho receio e continuo com uma parte desse receio, porque a Internet chegou aonde chegou porque não houve regulação. Talvez se houvesse regulação, não teria chegado aonde chegou. Também tenho o receio de que a gente venha com soluções que, ao fim, acabem onerando o custo para o usuário.

Ninguém, por exemplo, tratou de um dos grandes problemas que existe quando se fala em discutir pacotes, contratações: você contrata um pacote e lhe entregam outro. Esse é um caso de defesa do consumidor, e o consumidor é lesado. Isso acontece todos os dias no Brasil.

Ninguém tratou da proteção de dados, porque a violação das comunicações envolvendo a Sra. Presidenta da República merecia o tratamento de uma lei forte, aí sim, de proteção de dados, para que pudéssemos punir, com muito mais rigor, aqueles que violassem as comunicações de todos no nosso País.

Ao mesmo tempo, preocupa-nos muito quando se fala em neutralidade e todos são a favor, teoricamente, de se ter neutralidade. O que nós não somos a favor é de que haja um tipo de neutralidade que possa ser tendenciosa ou que



possa afetar modelos ou que possa simplesmente ser regulamentada por qualquer governo de plantão.

E quando se chegou ao texto em que havia um decreto, esse decreto que poderia ser um decreto autônomo, que poderia gerar um tipo de regulamentação diferente do disposto no próprio artigo, que poderia gerar dispositivos que não tivessem sido apreciados pelo Parlamento. Daí, quando se colocou a condição de se vincular à atribuição privativa do Presidente da República... Se nada for disposto, o Presidente da República, pela disposição constitucional, pode e deve editar decretos ou normas para a fiel execução da lei.

Agora, quando se colocou que seria regulamentado por decreto, na forma como estava escrito, dúvidas haveriam se não seria regulamentado conforme a vontade do ocupante do Governo naquele, este ou em qualquer outro momento. Não se trata de ser contra ou a favor do governo A, B ou C; trata-se simplesmente de respeitar que a vontade do Parlamento seja feita.

Por outro lado, a colocação de *data centers* obrigatórios no Brasil iria também aumentar o custo para o usuário. Não iria resolver problema nenhum, só iria criar *pseudodata centers* de reserva de mercado no Brasil, sem nenhuma possibilidade de garantia de que a lei não seria violada.

Consequentemente, Sr. Presidente, o PMDB, naquele momento, havia se posicionado de uma forma. Inicialmente, o PMDB debateu bastante. Tentamos debater pontos e simplesmente depois evoluímos para que a Internet não tivesse qualquer tipo de regulação. Essa era a posição que o PMDB detinha.

Quando o Governo sentou-se à mesa, na semana passada, a convite de V.Exa., e buscou uma negociação para deixar claros os limites que o Governo teria



para regulamentar, excluindo o *data center*, abrindo o debate e colocando o apelo de que quer ter, numa conferência internacional, a prerrogativa de mostrar o esboço para que possa ser debatido com os demais países, o PMDB, com os demais partidos que estavam naquele momento sustentando essa posição, veio para o debate.

E vindo o debate concluído para o texto, o PMDB, juntamente com os demais partidos que tinham a mesma posição naquele momento, sem alterar a minha visão individual... Até porque eu sou Líder de uma bancada e tenho que expressar aquilo que é a vontade da maioria da minha bancada quer. Eu não sou Líder de mim mesmo, e jamais o serei. Mesmo que a minha posição seja vencida, sempre prevalecerá a posição que a minha bancada decidir e assim me determinar para representá-la. Então, a minha bancada concordou em acompanhar os demais partidos que estavam conosco na mesma posição e decidiu hoje apoiar o projeto. E, simbolicamente, nós retiramos todos os destaques, para não ter tipo de discussão ou qualquer tipo de ilação.

Sr. Presidente, nós entendemos que não estamos produzindo um regulamento ideal. Talvez, na minha concepção única, pessoal, não ter regulamento seria o melhor caminho para o Brasil. Porém, sendo a vontade da maioria do Parlamento, a vontade da discussão, numa tentativa de ver o que vai acontecer, o PMDB vai acompanhar, vai votar favoravelmente pelas modificações que o Governo assentiu, concordou e trouxe a esta tribuna, através do Relator que o está representando. E, consequentemente, com essas modificações, o PMDB vai-se posicionar no sentido de votar favoravelmente, sem qualquer tipo de destaque.



Acho que nós devemos realmente fazer uma votação simbólica para deixar ver como vai acontecer e qual vai ser o sentimento depois que isso funcionar. Lá na frente, eu não tenho a menor dúvida, isso voltará a ser debatido. E que a gente respeite, em última instância, o maior valor que o PMDB sempre defendeu: a democracia e a liberdade de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu quero registrar o posição do Líder do PMDB, Deputado Eduardo Cunha, que, em todos os momentos, manteve o diálogo aberto, até chegarmos a esse final feliz. Parabéns pela condução, pelo equilíbrio, Deputado Eduardo Cunha.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco PP/PROS.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao nobre Deputado André Moura, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna exatamente para trazer a posição que foi discutida com toda a nossa bancada, mas também com os partidos que compõem uma aliança informal e que, reunidos hoje, ao meio-dia, tinham trazido o compromisso de nos apoiar no destaque apresentado pelo PSC em relação ao art. 20 do relatório do Deputado Alessandro Molon.

E nós, Sr. Presidente, depois de um amplo debate, hoje, na reunião do Colégio de Líderes; de ouvir atentamente as explicações do Deputado Alessandro Molon e, acima de tudo, pela sinalização do Governo, de forma clara e respeitosa, de dialogar com esta Casa e com este Parlamento, de retirar a questão dos *data centers* para não encarecer o custo da Internet do nosso País, de retirar do art. 9º,



no seu § 1º, a questão da regulamentação da Internet no Brasil por decreto governamental; nesse diálogo respeitoso e ouvindo todos os Líderes desses partidos que compõem essa aliança informal e que tinham assumido o compromisso em nos apoiar no nosso destaque ao art. 20, e para que nós pudéssemos ter uma votação aqui, preservando, acima de tudo, o entendimento construído em todos os partidos, nós queremos comunicar que estamos retirando o nosso destaque ao art. 20 do relatório do Deputado Alessandro Molon, em relação ao Marco Civil da Internet, fazendo, portanto, um gesto, como o PMDB já fez e outros partidos já fizeram.

O que nós queremos, Sr. Presidente, é um encaminhamento para que nós possamos votar, mas, acima de tudo, pela maneira como o Governo resolveu dialogar. O Governo recuou, retirando a questão dos *datacenters*, para não encarecer o custo da Internet no País; o Governo recuou na questão de regulamentar a Internet do nosso País através de decreto — e aí a neutralidade não iria existir sob hipótese alguma e nós não poderíamos permitir que isso ocorresse no nosso País —, mas, acima de tudo, quero registrar aqui o compromisso que assumimos e o apoio que tivemos dos demais Líderes, para que nós, no primeiro momento, apresentássemos o destaque e, no segundo momento, agora, retirássemos o destaque, em busca do entendimento e do diálogo.

Então, Sr. Presidente, enquanto Líder do PSC, quero registrar aqui o apoio dos Deputados da nossa bancada e, em nome da nossa bancada, queremos anunciar a retirada do nosso destaque em relação ao art. 20.

É só, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Imbassahy, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

Depois, o Deputado Carimbão e o Líder do Governo, Arlindo Chinaglia.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse debate referente ao Marco Civil da Internet talvez tenha sido um dos mais longos desta Casa. E eu quero iniciar as minhas palavras me dirigindo a V.Exa., Presidente Henrique Eduardo Alves, para cumprimentá-lo pela condução desse processo. Não resta dúvida por parte de todos aqueles que acompanharam esse processo que a conduta de V.Exa. nessa questão foi determinante para que pudéssemos chegar hoje a uma votação sem maiores problemas. Evidentemente, pode haver ainda questões a serem debatidas nesta sessão, mas V.Exa. fez um esforço pessoal, e eu tenho obrigação e dever de revelar isso à sociedade brasileira, inaudito. Acompanhei o seu trabalho, o seu empenho junto aos mais diversos Líderes desta Casa.

Quero ainda fazer uma referência ao Relator deste projeto, o Deputado Alessandro Molon, que se comportou também com muito tirocínio, com tolerância, com clarividência, ouvindo a sociedade brasileira da forma mais ampla possível, conversando e respeitando seus companheiros desta Casa e fazendo um esforço muito grande para que a gente pudesse chegar ao texto que chegamos. Quantos e quantos textos S.Exa. não fez? Palavras que eram modificadas, vírgulas que eram repositionadas. E acho, pelo que eu conversei aqui com a maioria desta Casa, que nós chegamos a bom termo.

Quero dizer que a posição do PSDB é uma posição muito definida.



Nós tínhamos uma dúvida muito grande, Sr. Presidente — e falo isso a toda sociedade brasileira, às pessoas que nos ouvem neste momento —, com relação à regulamentação por decreto. Não seria razoável, já que se trata de um marco civil, que esse Marco Civil da Internet tivesse qualquer sintoma de um marco civil governamental, pelo qual estaríamos transferindo para o Executivo, para o Palácio do Planalto, a competência de regulamentar o tráfego de dados.

Acho que chegamos ao limite do possível, a um entendimento, a um acordo, que o PSDB julga que as coisas estão bem encaminhadas. Sei que foi um esforço muito grande. Dentro da bancada do PSDB houve um debate intenso, um debate difícil, como também aconteceu no PT e em outros partidos.

Deputado Molon, amigos todos, quanto ao art. 20, algumas vezes, manifestamos uma preocupação muito grande de que esse artigo pudesse suscitar algum tipo de estímulo, para que pessoas inescrupulosas utilizassem a Internet para atingir a honra de brasileiros, que, às vezes, absolutamente desarmados, poderiam ver seu nome enxovalhado na Internet. Essa era uma questão de grande profundidade, de grande responsabilidade, porque, por um lado, poderíamos ter esse limite de estimular esse tipo de prática danosa, e por outro lado também tínhamos outra limitação, de muito mais amplitude, que poderia esbarrar numa espécie de censura prévia.

Deve prevalecer o bom senso. Certamente, jamais alguém do PSDB, assim como ninguém aqui nesta Casa, vai defender censura prévia.

Acho que V.Exa., mais uma vez, trabalhou com muito empenho, e chegamos ao limite do possível. O seu texto está razoável. Se houver qualquer tipo de incompREENSÃO, que se debata mais adiante no Senado Federal. Acho até que não



haverá esse debate, porque chegamos ao limite. Mas longe de qualquer Deputado do PSDB e de outros partidos com quem conversamos fazer qualquer tipo de limitação que permitisse passar para a sociedade brasileira, que vive hoje plena democracia, o instituto da censura prévia, até porque, Deputado Alessandro Molon, a Constituição brasileira não permite isso.

Dessa forma, a orientação que nós temos é para votarmos com o texto do Relator. Podemos ter ainda alguns debates aqui, mas fundamentalmente é esse o texto. Conversei também com companheiros de outros partidos e vi que esse entendimento vai prevalecer e finalmente vamos chegar a um termo final, que nos vai permitir também, Presidente Henrique Eduardo Alves, destrancar essa pauta, porque nós estamos há tantos e tantos anos sem conseguir um avanço.

Encerro dizendo conscientemente que nós avançamos e que chegamos ao nosso limite. Estamos mantendo a nossa convicção da neutralidade plena. A neutralidade não pode ser adjetivada, não pode ser controlada, não pode ser vigiada pelo Governo ou por quem quer que seja. O usuário tem que ter a mais absoluta possibilidade de trafegar na rede. É por isso que é o sucesso que é. É uma coisa contemporânea que muda a civilização.

Então, estamos a favor absolutamente da neutralidade, e lhe cumprimento, Deputado Alessandro Molon, cumprimento a todos os demais Deputados que fizeram esse esforço. E também com relação à questão de qualquer sentimento que pudesse restringir a possibilidade de um provedor de conteúdo postar informações, temos que afastar e confiar, como confiamos na Justiça brasileira.



A prática haverá de fazer as correções, é natural. Se houver algum tipo de dificuldade, esta Casa está aqui funcionando para fazer as devidas correções. Mas, neste momento, eu quero dizer que o PSDB vota com o seu relatório.

Cumprimento o Presidente Henrique Eduardo Alves mais uma vez. Parabéns! Foi uma luta dura, e V.Exa., com a sua liderança, com o seu equilíbrio, mais uma vez mostrou, como disse agora, que esta Casa não é de enfrentamento, esta Casa é do convencimento.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Obrigado, Deputado Antonio Imbassahy, Líder.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Antes de passar a palavra a outro orador, em homenagem àqueles senhores e senhoras que estão aqui há muito tempo, eu quero informar a eles que amanhã vamos tentar votar os quatro projetos que trancam a pauta por urgências constitucionais.

Sobre o do FGTS, eu sou informado que o Governo está hoje retirando a urgência, ficando apenas quatro projetos mais simples, e um deles é o PL 6.565, que amanhã nós votaremos neste plenário. (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que tem um acordo de Liderança, vamos votar logo o Marco Civil, e depois os Líderes falam até meia-noite, mas vamos votar o Marco Civil. Coloque em votação, Presidente. Após o Deputado Carimbão, vamos colocar em votação, por favor!

O SR. CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Se os senhores estiverem de acordo, nós passamos à votação e depois...

Não, o Deputado Arlindo Chinaglia não concordou.

Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou de acordo até porque há um acordo geral na Casa para votarmos esta matéria por entendimento. A população brasileira pode não entender o funcionamento desta Casa, e nós, Parlamentares, como é que passamos 3, 4, 5 meses sem votar uma matéria?

Imagine que cinco projetos trancam a pauta desta Casa. O CPC, e este, que estamos votando hoje, o Marco Civil da Internet, estão exatamente há mais de 5 meses trancando a pauta. Quantas discussões tivemos nesta Casa? Quantas discussões tivemos com os Líderes? Quantas discussões o nosso Relator, Alessandro Molon, conseguiu construir com o todo desta Casa?

E, Sr. Presidente, houve momentos tensos em que, obviamente, chegaríamos a um confronto duro, mas quem perderia obviamente seria o Brasil, o País. Chegamos a um ponto de poder construir um grande entendimento. O PMDB, por muitos momentos, queria fazer uma grande discussão, e foram mais de 90 dias. E que bom que isso aconteceu.

Eu quero ressaltar exatamente o poder de convencimento que foi do Relator Alessandro Molon, que foi dos Líderes com seus liderados, porque em determinado momento alguém dizia... E até agora, eu estava aqui embaixo conversando com vários companheiros Deputados. E atenção, Srs. Deputados e Deputadas, e o



Brasil, ainda agora há dúvida de alguém dizendo que está acabando, por exemplo, no Relatório do companheiro Molon, a questão da velocidade. Não é verdade.

Ou seja, estão democratizando os aplicativos. No popular, não é justo uma pessoa que tenha toda uma estrutura de aplicativos não querer botar à disposição da sociedade. Quem pode tem condições tecnológicas, quem não pode não tem. Essa é a democratização da lei que nós estamos votando hoje, ou seja, é verdade, se você de repente tem na velocidade 1G, 2G, 3G ou 4G, estas poderão ser vendidas de forma diferenciada, mas a tecnologia aplicada nos aplicativos será universalizada. Parece-me que esse é o grande ganho da população brasileira.

Outra coisa que virou nos *sites* brasileiros — e hoje todo mundo tem *blog*, todo mundo hoje pode ter o seu *site* — são comentários feitos até então, determinadas matérias colocadas parecem ser de alguns diretores de *sites*, proprietários. Isso é perseguição rigorosa, e ninguém consegue, de jeito nenhum, dizer quem é aquela pessoa que está falando. A partir de agora, com a lei que nós estamos aprovando hoje na Casa, nós vamos ter as condições reais de saber quem é “João Gordo” ou “Maria Bonita”, nomes inventados por alguém que tem *sites*, mas se esconde por trás da irresponsabilidade, machucando tantos Deputados, tantos políticos desse Brasil e tantas pessoas.

Então, é de muita importância o entendimento que temos hoje. Foi um avanço fantástico. Se se abre hoje o G1, por exemplo, uma matéria internacional. E diz o G1 que Tim Berners-Lee, que ajudou a inaugurar a Web no mundo, ou seja, a Internet, deu uma declaração para o Brasil e para o mundo, dizendo que o Brasil saía na frente com uma lei de Internet.



Quão importante é para o Brasil mostrar sua capacidade de construir, no Parlamento, uma legislação que é atual e que poderá contribuir muito com o planeta Terra! Porque, hoje, todos que têm, por exemplo, os seus sites em qualquer parte do mundo, vão ver, com bons olhos, essa legislação brasileira que nós estamos votando hoje, porque nós conseguimos construir algo positivo para o Brasil.

Porquanto, Sr. Presidente, como Líder do PROS, do Bloco PP/PROS, deste Bloco aqui na Casa, eu quero dizer da minha satisfação com todos os companheiros Líderes, como o Eduardo Cunha, que, por tanto tempo, trabalhou, tendo conseguido conquistar um entendimento geral na Casa. Um partido com 80 Deputados tem quer ser respeitado e entendido na sua capacidade de construir.

Eu quero aqui fazer um agradecimento especial ao meu companheiro André Moura, Líder do PSC, que, até hoje ainda, até as 4 horas da tarde, na reunião de Líderes, ainda discutia, por exemplo, a Emenda nº 20, que era para retirar exatamente a questão judicial. E foi construída toda uma relação com a sua bancada, mas também com seus companheiros Líderes. Eu quero, André, dizer muito obrigado pelo seu reconhecimento, pela sua capacidade de liderança. É assim que se faz política: construindo para o melhor do Brasil. Nem sempre ganhar significa ter construído o melhor. Entre o começo e o fim, a virtude está no meio. Parece-me que este é o meio que nós estamos alcançando, a média do sentimento dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado, senhores companheiros, por votarem hoje esta matéria por unanimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas nas galerias.*)



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, com a palavra V.Exa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria pedir uma informação a V.Exa. Votado o Marco Civil da Internet, há a questão do Fundo de Garantia e a questão do porte de armas, que têm urgência constitucional.

Eu queria que V.Exa. definisse, porque os agentes penitenciários estão aqui e querem saber, quando vai ser votado o projeto dos agentes penitenciários, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Eu acabo de receber do Governo, do Poder Executivo, a retirada da urgência relativa ao projeto do FGTS, que era o primeiro.

O segundo, que passa a ser o primeiro, é o PL 6.565, que trata do porte de armas. (*Manifestação nas galerias.*) Portanto, amanhã, este será o primeiro projeto a ser votado, dos quatro que trancam a pauta por urgência constitucional.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Pois não, rapidamente, Deputado.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Alessandro Molon pelo brilhante trabalho na militância pela democracia nas redes sociais.



E quero dizer que, agora que estamos finalmente destravando a pauta da Casa, é fundamental aprovarmos o Super-SIMPLES. A colaboração de V.Exa. tem sido imprescindível. Teremos uma Comissão Geral no próximo dia 9, por sugestão desta Presidência, para votarmos, ainda este mês, o que será uma grande sinalização para o micro e pequeno empreendedor deste País.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - A Comissão Geral e a votação serão este mês, se Deus quiser!

Parabéns pelo relatório de V.Exa!

O SR. CLÁUDIO PUTY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra o Líder Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SDD-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Solidariedade, nós nos posicionamos a favor do atual texto do Marco Civil da Internet, registrando que todo o trabalho que nós fizemos nas Comissões e nos bastidores desta Casa terminou nesse acordo que retirou do texto a obrigatoriedade de os *data centers* instalarem-se no Brasil, elevando o custo da Internet para todos os brasileiros, e levou à retirada da neutralidade, exclusiva do PT, neutralidade que o PT ia decidir sozinho, com decreto da Presidente.

Agora nós temos que ouvir a ANATEL, nós temos que ouvir o Comitê Gestor da Internet, nós temos órgãos de carreiras típicas de Estado que podem nos ajudar em muito.

Nós vimos nos posicionar, Presidente, retirando a nossa Emenda de Plenário nº 66, em função de entendimento com o Deputado Alessandro Molon, pela



seriedade com que conduziu o assunto, por ter se posicionado sempre como um mediador e alguém que aceitava posições tanto pró quanto contra o Marco Civil, como alguém que soube se postar em todos os momentos, que, ultrapassados, levaram à aprovação desse texto.

Quero destacar o acordo feito pelo Deputado Alessandro Molon para retirada da emenda de plenário. Era um pedido da Polícia Federal, um pedido de órgãos internacionais de investigação de crimes virtuais, como pedofilia, lavagem de dinheiro, furto de contas bancárias. E o Deputado Alessandro Molon inseriu, no art. 13 do texto, que, pelo menos por 1 ano, a provisão de conexão da Internet tem que manter esses registros — sempre com ordem judicial para se ter acesso a eles.

E, no art. 15, foi inserido que os provedores de aplicação de Internet, aqueles que exerçam a sua atividade em forma de pessoa jurídica, de forma organizada, ou seja, os profissionais, têm que guardar, em ambiente controlado e com segurança, pelo prazo de 6 meses, as informações — que também só serão acessadas com ordem judicial, numa investigação controlada, com o Ministério Público e a polícia presentes. Com certeza, foi um grande avanço.

Nós queremos registrar o nosso apoio ao texto. O Solidariedade vota 100% com o texto atual, pelo acordo mantido.

Queria registrar, Sr. Presidente, para finalizar, o nosso apoio aos agentes penitenciários de todo o País, que pleiteiam aqui o porte de arma. (*Manifestação nas galerias.*) Queria dizer que, por duas vezes, a Presidente da República vetou o projeto de porte de arma aprovado neste Plenário, e agora ela mesma manda um projeto de lei para ser votado nesta Casa.



Nós vamos votar de novo a favor, porque agentes penitenciários morrem na mão do crime organizado em todo o País, saindo desarmados, depois de passarem o dia inteiro disciplinando e cuidando de presos de facções criminosas. Portanto, nada mais justo do que o porte de arma para esses profissionais, dando segurança a suas famílias. Sr. Presidente, parabéns por decidir votar esse projeto amanhã!

E nós queremos mais: falava com o Deputado Arnaldo Faria de Sá e com a Liderança do Governo que gostaríamos que V.Exa. também colocasse em votação, nos próximos dias, o PL 1.332, das Guardas Municipais. Ele está pronto, e há acordo com o Governo, que o Deputado Alessandro Molon ajudou a construir. Nós queremos votar o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Com a palavra, como Líder do Governo, o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais pares, primeiro, eu queria registrar, Sr. Presidente, que quando V.Exa., num diálogo não só com o Governo, mas diria especialmente com o Governo, tomou a decisão de não pautar a votação do Marco Civil da Internet, talvez aí tenha sido a maior contribuição que V.Exa. deu neste processo, visto que, naquele momento, havia, eu diria, um momento de turbulência nas relações políticas na Casa.

E, neste período, nós tivemos a capacidade de evitar polêmicas estéreis; nós tivemos a capacidade de trabalhar com objetivos; nós tivemos a capacidade de, mesmo na divergência, manter o diálogo. Eu não devo, portanto, eu não farei aqui menções, mesmo que elogiosas, a bancadas praticamente inteiras, que, no início da



discussão, estavam contrárias à votação dessa matéria, no conteúdo. E, com o debate — aí eu quero ressaltar o papel do Relator, Deputado Alessandro Molon —, essas bancadas, democraticamente, foram discutindo, foram opinando, foram sugerindo, foram interferindo, ao mesmo tempo em que refletiam e também foram mudando sua opinião.

Eu ouvi aqui — e o intuito não é a polêmica — que o Governo recuou em tal e tal ponto.

Eu quero dizer de forma diferente. Eu já disse, na primeira frase, que nós trabalhamos com objetivos. Qual foi o principal objetivo? Manter os três princípios basilares da Internet. A neutralidade foi mantida; a privacidade foi mantida; a liberdade foi mantida; e não permitir que provedores escolhessem pelo usuário aquilo que deveria ou não ser a sua escolha de acesso foi mantido.

Em um dado momento que eu chamei de turbulência, havia uma divergência de conteúdo político e ideológico. Qual era a preocupação? A preocupação era a de que houvesse uma intervenção do Estado brasileiro sobre algo que nós não queríamos e que, portanto, eu acabei caracterizando, assim como aquela questão do decreto, como a Batalha de Itararé, uma batalha que não aconteceu.

Até porque, como é que nós poderíamos imaginar que um projeto de lei iria alterar a Constituição brasileira, que, em seu art. 84, inciso IV, dispõe que é papel da Presidência da República definir, através de decreto, as exceções à neutralidade, de acordo com aquilo que é especificado na Constituição?

Da mesma maneira, nós respeitamos, durante todo esse período, quem analisava inicialmente que existia a intenção de haver interferência, mas nunca concordamos. E isso exigiu paciência por parte de todos nós.



Quero cumprimentar o Presidente, o Relator e os Líderes da base governista, porque não há o que esconder.

Mas foi nesse período que a imprensa apelidou as reuniões que aconteciam. Os Líderes da base governista deram um recado em que eu disse, em alto e bom som, que o apelido era Blocão.

A pergunta inevitável, de forma leal, que a imprensa fazia, era a seguinte: “O *Blocão vai contaminar a votação do Marco da Internet?*” Eu sempre disse que não, até porque qual foi a defesa do começo ao final não só minha, mas do Governo e de muitos aqui, inclusive da Oposição? Nós tínhamos que ter a responsabilidade, e tivemos, de produzir uma lei boa para o País, e conseguimos.

Acabou de ser mencionado aqui pelo Líder Carimbão, que é aquele que é considerado o pai da Internet, publicamente, que esta legislação, que está sendo aprovada hoje na Câmara dos Deputados, servirá como parâmetro mundial para algo que precisava. (*Palmas nas galerias.*)

Só no Brasil a Internet vem sendo usada há 18 anos. E, há 18 anos, quando há uma judicialização, os juízes não têm lei para se apoiarem. Como o juiz pode decidir que é sua a tarefa se não tem leis?

Há aqueles — e eu não condeno — que ficavam preocupados com a própria interferência do Poder Judiciário.

Qual o erro que foi cometido algumas vezes? Exigir da lei que estamos aprovando hoje aquilo que nenhuma lei, de nenhum país isoladamente consegue controlar, porque o *site* pode estar instalado em qualquer parte do planeta.

Eu disse hoje, Deputado Líder Brito, na reunião de Líderes da base, que nós não tínhamos uma porta para bater, ou seja, não havia como controlar um processo



que é mundial para além daquilo que é possível. E o que melhorou sobremaneira? Nós estamos acabando com aquilo que poderíamos definir como sujeito oculto — de forma mais dura, a covardia do anonimato, a calúnia daqueles que não poderiam ser identificados. Agora serão identificados e serão penalizados de acordo com a lei. Só aí garante às mulheres quando elas são ofendidas na sua honra, garante aos cidadãos quando também são ofendidos na sua honra... Mas isso não significa censura prévia, não significa acabar com a crítica, não significa acabar com o debate. Significa que cada um responderá pelo que fala e pelo que faz, e até agora não respondia. Esse era um ponto que muitos levantavam com o nosso apoio.

Mas nós aprendemos no processo. Aprendemos com o Relator, aprendemos com a sociedade, aprendemos com os militantes do Marco Civil da Internet. (*Palmas nas galerias.*) E aí eu quero cumprimentá-los também. Por quê? Porque tiveram paciência. Acompanharam de forma educada, acompanharam com a atenção estampada em seus rostos. Porém, mantiveram aquilo que eram os valores expressados no relatório e na proposta do Deputado Alessandro Molon, a quem eu quero agradecer publicamente, porque, com muita frequência, eu, pessoalmente, ponderei ao Deputado Molon... E ele, de forma exageradamente respeitosa, me chamava de senhor. Eu dizia: “*Para, que isso é conversa*”. Mas ele tinha o sentido da responsabilidade do que estava em jogo.

Quero agradecer ao Deputado Molon, porque, sem nenhuma imposição, sem nenhuma pressa, nós vimos aqui os Líderes, a começar pelo do PT, do PMDB e todos os demais Líderes, darem um relato de que nós não excluímos, em nenhum momento, o aperfeiçoamento permanente.



Portanto, se amanhã esta lei precisar ser reformulada, eu quero reiterar, não pode haver assunto proibido para o Parlamento brasileiro. Nós, quando nos esforçamos muito, conseguimos representar o povo, mas sabemos que nós não substituímos o povo brasileiro, que participou — eu diria de forma indireta, mas participou — de mais de 60, 70 audiências públicas, milhares de contribuições pela própria Internet.

Portanto, hoje é um dia de gala para a Câmara dos Deputados.

Cumprimento a todos por esta conquista do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Faço questão de agradecer ao Líder Chinaglia pela colaboração na costura desse entendimento. Foi muito importante a participação, muito consciente, muito democrática de V.Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente. Sr. Presidente, V.Exa. não verificou que eu estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Não. V.Exa. falará na próxima sessão por causa do horário.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - O.k. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Vou ter que encerrar os trabalhos.

Consulto os Srs. Líderes se podemos manter o painel para agilizar os nossos trabalhos. Todos estão de acordo? (*Pausa.*)

Acordado. Mantido o painel.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - De acordo, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO



O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o deputado Elismar Prado, que é da Comissão de Educação da ALMG, denunciou corretamente: "Todo início de ano convivemos com as reclamações de que as aulas começam nas escolas estaduais, mas faltam professores em diversas disciplinas, turmas são fechadas, não há, em muitas escolas, mobiliário e material". É o verdadeiro "APAGÃO DA EDUCAÇÃO".

Os próprios dados da Secretaria de Estado da Educação apontaram que, em 2013, a cada dia, cinco professores concursados pediram demissão, em média, das escolas estaduais de Minas Gerais. Os motivos são vários e o principal deles é o não pagamento do piso nacional da educação nas carreiras já existentes.

Outros problemas são a falta de estrutura nas escolas e a violência, cada vez maior. Os professores da rede estadual estão, inclusive, reunidos nesta quarta-feira, 26.02, em assembleia geral, conforme orientação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Nas regionais, como em Uberlândia, os professores também estão reunidos.

Aqui em Brasília, estamos em uma grande luta na comissão que acompanha o pagamento do piso nacional nos estados e temos feito pressão, junto com os professores, contra a proposta apresentada pelos governadores, inclusive apoiado pelo governo de Minas Gerais, de atualizar o piso dos professores de acordo com o INPC, que garante um reajuste bem menor do que o atual. Ora, queremos o cumprimento integral do piso nacional determinado pelo MEC. Repudiamos essa tentativa dos Estados em barrar aumento tão importante de valorização dos professores e da educação pública. O piso nacional é lei e tem que ser cumprido!

Estamos falando de pouco mais de dois salários mínimos a serem pagos



como vencimento básico. O governo não cumpre a lei, mas quando a população deixa de pagar alguma taxa ou imposto, age com mão de ferro. Minas Gerais continua “fora da lei” e desrespeitando a educação pública. A Lei 11.738, de 2008, obriga o pagamento do piso como vencimento básico, excluindo as gratificações e benefícios. Não podemos permitir que Minas Gerais continue enganando a categoria pagando um subsídio. De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal não se pode acrescentar vantagens para se chegar ao valor do piso salarial. Então, subsidio não é piso salarial! É preciso que o governo respeite as carreiras, uma conquista dos trabalhadores em educação, e pague o piso nas carreiras já existentes.

Por causa desse descaso, o jornal *O Tempo* apresentou dados da própria Secretaria de Estado de Educação que apontam que, diariamente, cinco professores concursados pedem demissão, em média, das escolas estaduais de Minas Gerais.

Temos lutado ainda para aprovar em Brasília projeto de minha autoria que cria o Disque Denúncia de Agressões contra professores. Queremos enfrentar e combater a violência contra os professores, apostando na parceria com a população para denunciar a agressão sobre os educadores. Precisamos dar mais segurança aos professores de Minas e erradicar a violência no ambiente escolar, que já se transformou em um problema grave. Chegamos ao absurdo de ver a violência, o tráfico e o uso de drogas, que estavam restritos às ruas, invadirem as escolas. Não podemos permitir que a categoria continue sofrendo assim, enquanto o Estado se omite. Como membro da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10), mantemos a nossa luta em defesa da valorização do professor e de instrumentos que garantam qualidade de trabalho para a categoria.



Há ainda outros desafios em Minas e estamos na luta:

1. Descongelamento da carreira em Minas Gerais;
2. Cumprimento dos acordos por parte do governo mineiro;
3. Investimento dos 25% dos impostos na Educação;
4. Nomeação de todos os concursados para todos os cargos vagos;
5. Retorno da Educação Física e do Ensino Religioso nas séries iniciais;
6. Negociação da pauta de reivindicação 2014;
7. Atendimento digno no Ipsemg;
8. Luta contra os projetos governamentais que atacam a qualidade no ensino, a exemplo da aprovação automática com todo tipo de incentivo ao não estudo; da prova de reclassificação para promover alunos com base na idade, sem o mínimo pré-requisito; dos provões externos simplistas apenas de Português e Matemática; do projeto de fim do noturno; da volta das turmas multisseriadas no 1º ao 5º ano;
9. Direito de substituição do trabalhador, no caso de afastamento e férias, para ATBs e ASGs. Não à exploração desses trabalhadores. Contratação de mais funcionários já!

Gostaria que este pronunciamento tivesse ampla divulgação pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa A Voz do Brasil, para que a população entenda e entre nessa luta em defesa da valorização dos trabalhadores e trabalhadores em educação de Minas Gerais.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PMDB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres membros da Mesa Diretora e Líderes das Bancadas Ilustres colegas e senhores, queremos destacar hoje nesta tribuna o lançamento da pedra fundamental da nova fábrica de papel e celulose da



Klabin em Ortigueira, na região dos Campos Gerais, no Paraná, um dos maiores empreendimentos industriais do País, ocorrido no último dia 19 de março.

Denominado pela empresa como Projeto Puma, ele terá investimentos de mais de R\$ 5,8 bilhões, excluindo-se ativos florestais e melhorias em infraestrutura.

A nova fábrica está sendo construída em uma área na comunidade rural de Campina dos Pupos, a 15 quilômetros da parte urbana de Ortigueira. O terreno é de cerca de 830 hectares - o equivalente a 830 campos de futebol - e a estimativa é de que sejam movimentados 18 milhões de metros cúbicos de terra nesta fase.

Cerca de 85% da mão de obra contratada para as obras da Klabin é paranaense, a maior parte dela dos municípios da região. Segundo informações da empresa, a previsão é de que no pico da obra, a partir do vigésimo mês, o que deve ocorrer no segundo semestre de 2015, cerca de 8,5 mil trabalhadores estejam atuando no canteiro de obras.

Em operação, a nova unidade de Ortigueira vai criar 1,4 mil postos de trabalho para produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano.

A unidade deve começar a funcionar no 1º trimestre de 2016.

O investimento tem o apoio do programa Paraná Competitivo, do governo do Estado, que outorgou à empresa a responsabilidade para aplicar, em melhoria da infraestrutura da região, parte dos impostos que deveria recolher aos cofres do Estado.

Entre as obras previstas estão a construção de um ramal ferroviário de 23,1 quilômetros ligando a unidade a Ferrovia Central do Paraná, de linhas de transmissão ligadas ao sistema da Copel e obras em cerca de 100 quilômetros de estradas como a pavimentação da Estrada da Campina, a melhoria da PR-340, a



pavimentação da Estrada Minuano e a melhoria da Estrada Margem Direita.

Além disso, um convênio assinado entre o governo do Estado, Klabin e municípios da região definiu que o ICMS proveniente das operações da nova fábrica de celulose seja dividido entre doze municípios dos Campos Gerais e Norte Pioneiro.

Ortigueira, sede da indústria ficará com 50% do tributo e os 50% restantes serão partilhados entre todos os municípios fornecedores de matéria prima.

Os municípios beneficiados são Cândido de Abreu, Congonhas, Curiúva, Imbaú, Reserva, Rio Branco do Ivaí, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

A nova fábrica da Klabin é o maior investimento privado da história do Paraná e certamente vai representar um salto no desenvolvimento econômico e social de toda a região dos Campos Gerais e também de parte do Norte Pioneiro do nosso Estado.

Trata-se de um empreendimento de grande alcance, que indiscutivelmente irá garantir a melhoria dos indicadores sociais e da qualidade de vida da população, com a geração de empregos, renda e novas oportunidades para milhares de paranaenses.

Queremos expressar nossos votos de congratulações a toda a direção da Klabin, seu corpo de profissionais, colaboradores e funcionários, e a toda a população dos Campos Gerais e Norte Pioneiro do Paraná, por esse grande acontecimento, que certamente marcará a história dessas regiões e de nosso Estado.

Esta obra serve de testemunho do poder de transformação do espírito



empreendedor do setor produtivo no Brasil, e representa um exemplo a ser seguido no sentido de impulsionar as forças vivas, econômicas e sociais que podem alavancar o desenvolvimento de nosso País.

Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, No dia 25 de março, o Partido Comunista do Brasil completa 92 anos de existência. O mais antigo partido político do país, identifica-se com as mais sentidas causas do povo brasileiro. Ao longo destas mais de nove décadas, as gerações de comunistas deram o melhor de si pela conquista da democracia, da soberania nacional e do progresso social.

O Partido vincou seu perfil e caráter de classe na luta pela emancipação nacional e social dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro. Compreendeu que esta causa vincula-se a um longo processo de acumulação de forças, à realização de rupturas com o Estado conservador, com o sistema político reacionário forjado segundo os interesses das classes dominantes e do imperialismo.

Senhor Presidente, surgido sob a influência da Grande Revolução Socialista de Outubro que deu lugar à criação do primeiro Estado socialista, a União Soviética, fez um longo aprendizado teórico, com altos e baixos, por caminhos sinuosos e difíceis, até alcançar a maturidade político-ideológica de um partido de vanguarda, marxista-leninista, voltado para o objetivo de edificar o socialismo científico.

A existência do partido da classe operária e de todos os trabalhadores vincula-se à elaboração e permanente desenvolvimento e enriquecimento da teoria da transformação radical da sociedade. O Partido Comunista e a teoria do



socialismo científico são indissociáveis. Como dizia Marx, não se trata apenas de interpretar o mundo, mas principalmente de transformá-lo. O Partido é precisamente o instrumento para esta transformação.

“A questão-chave da construção partidária está na ideologia”, dizia o camarada João Amazonas em documento por ocasião do 70º aniversário do PCdoB. “De modo geral - prosseguia - não se trata de organizar um partido qualquer, à imagem e semelhança dos que existem no sistema da burguesia, mas um partido baseado na ideologia da classe operária, o marxismo-leninismo, doutrina que fundamenta o caminho da derrubada do capitalismo e de suas instituições obsoletas, bem como a via para edificar o socialismo e o comunismo.”

Senhoras e Senhores Parlamentares, por óbvio, o Partido Comunista não se limita a difundir suas concepções doutrinárias. Sendo uma organização que luta para conquistar o poder político para os trabalhadores e a maioria da população, é uma organização também essencialmente política, que faz política diuturnamente, imersa no curso real dos acontecimentos, na vida cotidiana do povo. É o partido de todos os embates políticos, econômicos, sociais, culturais que constituem a dinâmica da vida da sociedade.

Isto significa que o Partido formula e põe em prática táticas amplas e flexíveis, abordando sempre a situação concreta, a fim de mobilizar e unir o povo e as forças políticas suscetíveis de serem unidas na luta por objetivos parciais, indispensáveis no processo de acumulação de forças. Para o Partido Comunista, não há separação metafísica entre ideologia, política, estratégia, tática e metodologia de luta.

Em diferentes períodos de sua história, o Partido Comunista do Brasil foi duramente perseguido. Sua liquidação foi mais de uma vez anunciada pelos



verdugos da reação, responsáveis pelo assassinato de centenas de seus membros e dirigentes. Contudo, estes métodos brutais jamais alcançaram destruí-lo. Qual a Fênix, o PCdoB sempre encontrou os meios de se recompor e prosseguir a luta pelos objetivos a que se propôs desde o início da sua existência.

Senhor Presidente, apesar de perseguido, o Partido Comunista do Brasil sempre deu valiosas contribuições à luta do povo brasileiro por transformações sociais e políticas progressistas. O Partido sempre lutou pela democracia no país, enfrentou as ditaduras e regimes autoritários. Nas Constituintes de 1946 e 1987-1988, deu rica contribuição para dotar o país de uma Carta Magna democrática. Igualmente, o PCdoB sempre foi um baluarte da luta pela soberania nacional, o desenvolvimento e a justiça social.

Na legalidade há já três décadas, o Partido se tornou parte destacada da vida política nacional. Amplamente conhecido do povo brasileiro, exerce políticas de aliança credenciando-se como indispensável interlocutor político. Afiança-se como uma força política capaz de assumir significativas responsabilidades nacionais, capaz de propor e executar políticas que abrem caminho para o avanço do país no aprofundamento da democracia, no reforço da soberania nacional e na conquista do desenvolvimento, do progresso e da justiça social.

A par dos esforços para abrir caminhos novos na atual quadra da vida nacional, há mais de uma década sob governos progressistas, o que requer tirocínio político para aumentar a influência eleitoral e de massas, o Partido está imerso na luta por seu reforço organizativo e ideológico. Para avançar, o Brasil precisa de uma força de esquerda consequente e revolucionária e, numa perspectiva estratégica, de um Partido com forte identidade político-ideológica e de classe, enraizado na vida do



povo brasileiro.

Senhoras e Senhores, o Partido Comunista do Brasil segue o caminho da luta pelo socialismo acumulando forças nas novas condições. Muitas vitórias foram conquistadas, inclusive - a maior de todas até agora - a instauração por meio de eleições democráticas - dos governos progressistas de Lula (2003-2010) e do atual governo da presidente Dilma Rousseff. O 13º Congresso do PCdoB, realizado em novembro passado, reafirmou as linhas do Programa Socialista, a luta pelo desenvolvimento nacional e as reformas estruturais democráticas.

Para isto, é indispensável um movimento de massas forte, uma frente das forças democráticas, patrióticas, progressistas, de esquerda, que reúna os partidos políticos, as personalidades independentes e os movimentos operários e populares.

No informe que apresentou ao congresso do PCdoB, em novembro passado, o presidente nacional, Renato Rabelo, sintetizou nestes termos a fase atual do desenvolvimento do Partido: "Em termos de balanço, quero destacar que o Partido soube reger sua construção, combinando a expansão de suas fileiras com a afirmação de sua identidade comunista. Aproveitamos o terreno fértil desse decênio para promover uma crescente presença junto às massas populares, às mulheres, à juventude e aos setores progressistas da intelectualidade" (...) "Esta expansão do Partido vem da força e justeza de sua orientação política e se realiza pela aplicação crescente das frentes de acumulação de força".

O crescimento e fortalecimento do PCdoB não constituem uma causa exclusivista, mas algo que diz respeito ao presente e ao futuro da luta do povo brasileiro.

Neste diapasão, Senhoras e Senhores, saúdo meus companheiros de luta no



Estado do Acre, que dão suporte às lutas diárias em prol de uma sociedade mais justa e mais digna.

Muito obrigada.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de aproveitar este espaço para parabenizar uma iniciativa muito bacana chamada de Turma do Bem ou TdB.

O projeto iniciou-se em 1995, quando o Dr. Fábio Bibancos estava lançando seu primeiro livro, “Um sorriso feliz para seu filho”, com foco na prevenção de problemas odontológicos. Por ocasião deste lançamento, ele foi convidado a realizar palestras em escolas particulares e, depois, da rede pública.

Nas escolas públicas, as mães mostravam a situação bucal dos filhos e o dentista percebeu que a prevenção já não adiantava mais. Então resolveu juntar 15 de seus colegas para atenderem gratuitamente alguns casos em seus consultórios. Assim surgiu a ideia que hoje se tornou a maior rede de voluntariado especializado do mundo: o Dentista do Bem.

Em 2002, com o aumento significativo de dentistas, a TdB foi oficializada e recebeu a certificação do Ministério da Justiça como OSCIP. O Dentista do Bem é o principal projeto da TdB, e conta com o trabalho voluntário de cirurgiões-dentistas, espalhados por todo o País. Com atuação nos 26 Estados e Distrito Federal, dez países da América Latina e Portugal. Eles atendem em seu próprio consultório crianças e jovens de baixa renda com idades entre 11 e 17 anos, proporcionando-lhes tratamento odontológico gratuito até que completem 18 anos.

Para que os pacientes sejam atendidos, acontece uma triagem em escolas da rede pública ou instituição social. Jovens e crianças com problemas bucais graves,



os mais carentes e próximos do primeiro emprego têm prioridade no atendimento.

Nesta terça-feira (25), a “Turma do Bem” vai realizar pela segunda vez a maior triagem odontológica do mundo. A ação acontecerá simultaneamente em mais de 270 municípios no Brasil, além dos países latino americanos e Portugal.

Iniciativas como estas nos fazem crer e renovar nossas esperanças na humanidade. Mostram-nos que ainda existem pessoas bem intencionadas que amam suas profissões e que sabem a importância que seu trabalho tem para a sociedade.

Parabenizo a iniciativa e desejo vê-la expandindo-se ainda mais, nas diversas áreas profissionais, não só na da saúde, mas em todas que podem promover a cidadania entre as comunidades mais carentes.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PSD-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há alguns dias me manifestei nesta tribuna sobre a crise da Ucrânia e seus desdobramentos e a preocupação da colônia ucraniana do Paraná com a pátria de seus antepassados. Infelizmente a situação se agravou com a anexação da Crimeia. E não é possível prever o que pode acontecer no futuro.

Mai uma vez ocupo a tribuna desta Casa para expressar a minha estranheza com o silêncio total do governo brasileiro sobre a anexação da Crimeia feita pela Rússia. Foi um ato de força de Moscou contra a Ucrânia e especialmente contra as leis internacionais. A decisão unilateral da Crimeia em convocar e realizar um



referendum, com apoio de tropas russas, jamais será reconhecida como legítima pela comunidade das nações pois é contrária a normas internacionais. O pior de tudo: reaviva em pleno século XXI um espectro de triste e catastrófica consequência: a anexação pela força de países ou parte de seu território por outras potências, tão em voga nos anos que antecederam a segunda guerra mundial.

A colônia ucraniana, que tanto contribuiu e ainda contribui para a formação étnica, cultural e econômica do Paraná, tem direito de esperar o apoio do Brasil à pátria de seus antepassados em um momento em que a integridade física do seu território foi ferida e continua sob ameaça. É, pois, natural que o governo brasileiro assuma uma posição firme contra as pretensões expansionistas da Rússia, não só pela solidariedade à colônia ucraniana, mas também em defesa do direito internacional.

Ao se colocar ao lado das demais nações, tanto da Comunidade Europeia quanto de outras partes do mundo, o Brasil se mantém fiel à tradição de sua política externa em defesa de paz e da justa convivência entre os povos. O silêncio e omissão configuram um distanciamento desta grande tradição da diplomacia brasileira, o que sem dúvida não engrandece o Brasil.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou, na semana passada, uma campanha para incentivar a participação da mulher na política. Emissoras de rádio e televisão de todo o País começaram a veicular, no dia 20 de março, essa iniciativa, que visa conscientização a população sobre a importância da presença feminina na vida pública.

Com o slogan “Faça parte da política” e a hashtag #vempraurna, esta é a



primeira campanha do TSE nesse sentido. Em sessão solene do Congresso Nacional, realizada no dia 19 de março, o presidente do Tribunal, ministro Marco Aurélio Mello, disse que a iniciativa foi motivada pela minirreforma eleitoral aprovada pelo Legislativo no ano passado.

A Lei 12.891/2013 diz que, em anos eleitorais, de março a junho, o TSE “poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política”.

A legislação eleitoral brasileira estabelece que os partidos devem preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. A lei também prevê o repasse de pelo menos 5% dos recursos do fundo partidário para criação de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. E determina que as mulheres ocupem pelo menos 10% do tempo de propaganda partidária gratuita.

Apesar das exigências legais, o mundo da política continua sendo predominantemente masculino. No Congresso Nacional, as mulheres somos apenas nove dos 81 senadores e 45 dos 513 deputados. A baixa representatividade feminina se repete nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

O que é uma incongruência. Somos 52% do eleitorado, mas menos de 10% nos Parlamentos. Para que possamos mudar esse quadro, é fundamental adotar políticas permanentes de incentivo à participação feminina na política e de esclarecimento à sociedade sobre a importância dessa presença.

Para o presidente do TSE, a falta de sanção é uma falha na atual legislação brasileira. “Nós não podemos ficar na ótica de que temos um Brasil do faz de conta. O Brasil é republicano e, a partir do momento em que os partidos políticos não



observam o que previsto na legislação, cabe ao Ministério Público interferir e representar contra o partido político", destacou Marco Aurélio. Ele disse que, na prática, para cumprir a exigência legal, muitas legendas apenas inscrevem mulheres-laranja nas chapas e não investem verdadeiramente nas campanhas delas.

Marco Aurélio Mello lembrou que o Brasil está entre os países com menor índice de participação feminina no Legislativo e no Executivo, ocupando a 156^a posição em um ranking de 188 nações sobre igualdade na presença de homens e mulheres no Parlamento. De cada dez eleitos, nove, em média, são homens.

O Brasil só tem a ganhar com o aumento da participação feminina na política. Oferecer igualdade de oportunidades para homens e mulheres fortalece a democracia e o desenvolvimento do País.

A política deve ser exercida por homens e mulheres comprometidos com a causa pública, com a missão de produzir ações capazes de transformar, para melhor, a realidade das pessoas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Venho registrar nesta Tribuna a passagem, no último dia 21 de março, do Dia Internacional da Síndrome de Down.

Esta data é de suma importância para refletir sobre uma questão vivida por milhares de famílias brasileiras, mas que a cada dia os prognósticos de uma convivência mais social esta mais difundida na sociedade.

Se antes havia o preconceito e a discriminação, hoje os portadores da



Síndrome de Down superam com seus esforços as barreiras interpessoais e se desenvolvem profissionalmente.

Destaco, neste sentido, o papel que as APAE's de todo o Brasil, em especial aquelas localizadas no Paraná, que conhecemos o trabalho mais de perto, desempenham para os portadores de Síndrome de Down.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais trabalha diretamente com os portadores da Síndrome de Down e oferece programas que vão desde a estimulação precoce e alfabetização, até inclusão no mercado de trabalho.

Junto a esta data, relembro que o surgimento das APAEs no Brasil foi uma iniciativa dos familiares dos alunos e outros abnegados que também aderiram à causa justamente para promover a inclusão das pessoas com deficiências, uma vez que os governos eram, até então, completamente omissos, e não ofereciam nenhuma atividade ou qualquer programa especial para atender a esse público.

As APAEs avançaram, se organizaram em todo País, e hoje representam mais de 2.100 escolas, as quais atendem mais de 250 mil alunos.

Senhoras e Senhores Deputados, hoje podemos afirmar que o portador de Síndrome de Down, que segundo estudos médicos podem ter expectativa média de vida entre 60 e 70 anos, está inserido na sociedade, mas depende de nós assegurar que a inserção social se consolide cada vez mais em nossos dias.

Parabenizo a todos os familiares e amigos e as APAE's, que com amor e dedicação tem cuidado redobrado com os portadores de Síndrome de Down.

Muito obrigado.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho muita



satisfação, Senhor Presidente, de saudar desta Tribuna o primeiro ano de pontificado do Papa Francisco. Jorge Mario Bergoglio, de 77 anos de idade, foi eleito como sucessor de Bento XVI a 13 de março do último ano, após a renúncia do agora Papa emérito. Francisco é o primeiro Papa jesuíta na história da Igreja e o primeiro pontífice sul-americano. Em doze meses, o Papa argentino visitou o Brasil (Rio de Janeiro e Aparecida) e realizou três viagens à Itália, incluindo uma passagem pela ilha de Lampedusa.

Desde sua eleição em 13 de março de 2013 Francisco quebrou muitos costumes na busca para trazer mais simplicidade ao Vaticano, como viver em uma residência vaticana em vez de no Palácio Apostólico e usar um Ford Focus em vez de utilizar a limusine papal.

Jorge Mario Bergoglio foi o segundo raio a atingir o Vaticano, após a renúncia do papa Bento XVI, há um ano. Era um dos menos papáveis entre os 115 cardeais que se reuniram para eleger um novo líder e tentar resolver a crise gerada pela saída inédita do alemão Joseph Ratzinger.

A bem da verdade, Bergoglio acumulava improbabilidades, a começar pelo fato de ser jesuíta. Trata-se de uma ordem que faz um voto específico de obediência que, geralmente, os leva a não ascender dentro da hierarquia da Igreja Católica, a ponto dos primeiros bispos jesuítas só terem sido ordenados no século 20, por João Paulo II. Além de jesuíta, era argentino. E para marcar sua absoluta singularidade, ao ser eleito, escolheu se chamar Francisco. O primeiro Francisco entre 266 chefes da Igreja.

É com imensa alegria que relembramos esses fatos, passados agora todos esses dias em que a Igreja foi confiada à liderança desse humilde servo de Deus.



O Vaticano publicou um livro digital, com 36 fotos e citações de Francisco, para assinalar o primeiro aniversário de pontificado do Papa argentino, que se celebra esta quinta-feira. A Publicação tem como título 'Queremos ser santos? Sim ou não?', uma questão colocada pelo Papa aos peregrinos, na recitação do ângelus do último dia 16 de fevereiro.

Entre os principais documentos do atual pontificado nesse primeiro aniversário estão a encíclica 'Lumen Fidei' (A luz da Fé), que recolhe reflexões de Bento XVI, e a exortação apostólica 'Evangelii Gaudium' (A alegria do Evangelho), tendo ainda sido convocado um Sínodo sobre a Família, que vai decorrer em duas sessões: uma extraordinária em 2014 e outra ordinária, em 2015.

Francisco criou uma Secretaria para a Economia e um Conselho de Cardeais, com membros dos cinco continentes, para o aconselharem no Governo da Igreja e na reforma da Constituição do Vaticano, aprovando nova legislação para regular a atividade financeira da Santa Sé.

Na véspera deste seu primeiro ano de pontificado, o papa Francisco deixou o Vaticano para um retiro quaresmal realizado fora da cidade-Estado pela primeira vez em décadas. A decisão de celebrar a semana de oração e pregação na cidade de Ariccia, no Monte Alban, a cerca de 25 quilômetros do Vaticano, é mais um sinal de como o Papa não tem medo de mudar as velhas convenções.

O pontífice argentino tem trabalhado nesse ano mostrando que a Cúria deveria ser menos focada em assuntos internos da Igreja e mais voltada para as pessoas. Em seu Ângelus semanal antes de partir para o retiro, ele disse que o primeiro domingo da Quaresma é o tempo para se lembrar de como Jesus rechaçou às tentações, como conforto econômico e poder mundial.



"Isso nos dá força e nos apoia na luta contra a mentalidade global que reduz o homem ao nível das necessidades básicas, levando-o a perder a fome pelo que é verdadeiro, bom e belo, a fome de Deus e de seu amor", disse o papa a uma multidão de peregrinos na Praça de São Pedro.

Marcando seu pontificado, Francisco surpreendeu pelo despojamento, retirando a estola luxuosa determinada para a posse e se curvando à multidão reunida na Praça de São Pedro. O pedido para que o povo reze por ele vem sendo repetido com constância, e não apenas aos católicos.

Após ter cimentado amizade com a colônia judaica em seu país, Francisco recentemente enviou um vídeo a pastores e líderes evangélicos pentecostais dos Estados Unidos, finalizando com um pedido de preces. De forma polêmica, chegou a declarar que até os ateus podem ir para o Céu. São realmente novos ventos que estão soprando sob a direção admirável, terna e calcada na realidade do século XXI do Papa Francisco, o Papa do Novo Mundo.

Ele enxerga, Senhor Presidente, que a Igreja não é maior do que Deus, nas palavras do historiador Severino Vicente, professor da Universidade Federal de Pernambuco que, inspirado pela atuação do novo papa, escreveu o artigo A Igreja Católica no início do Terceiro Milênio.

No próximo dia 13, quando completará um ano de papado, Francisco poderá comemorar o trabalho cumprido, chegando ao feito de ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz. "Apesar de ser um ano de arrumação, ele conseguiu imprimir sua força. As mudanças estão começando cada vez mais a acontecer. Eu pontuaria a sabedoria dele em não se precipitar e em estimular os bispos a estarem cada vez mais perto das pessoas. É um começo muito feliz para um papa.



Em outubro, Francisco vai reunir, em assembleia extraordinária, o Sínodo dos Bispos, para discutir desafios pastorais variados e questões espinhosas como o divórcio e a homossexualidade, entre outros elementos que vêm modificando o conceito de família na sociedade moderna.

Em nenhum momento, porém, ele se afastou da doutrina, do dogma. Mas está mudando costumes, o que altera a segurança e fará com que muitos fiquem contra ele. Por isso precisa de tanta força, aquela mesma força que Bento XVI sabia que não tinha e por isso teve a grandeza de se retirar, abrindo mão do imenso poder que é liderar dois bilhões de pessoas sobre a Terra.

Em resumo, Senhor Presidente, o primeiro ano de Francisco foi um ano intenso, que suscitou uma renovada atenção para as questões eclesiás e também para aqueles temas definidos como distantes da Igreja. Parabéns ao Papa Emérito Bento XVI. Parabéns ao Papa Francisco. Que Deus abençoe a ambos. Que Deus abençoe e ajude o Papa Francisco na condução de tantas almas que têm fome e sede de justiça nesse mundo.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o burburinho de hoje (e suponho que até o dia das eleições será assim) é sobre a decisão da agência de classificação de risco Standard & Poor's, que rebaixou a nota de crédito do Brasil <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/sp-rebaixa-nota-de-credito-do-brasil-para-bbb>> de "BBB" para "BBB-" nesta segunda.

O governo brasileiro respondeu de modo correto, demonstrando os dados e as contas públicas. Mas para quem quer enxergar crise e plantar medo, de nada



vale a técnica empregada pelo governo brasileiro.

A oposição gritou de modo ferrenho, na vã esperança de que uma crise possa deixá-la sonhar, ainda que isso signifique um grande mal para o Brasil e penúria para o povo brasileiro.

E não é só. O grito da oposição reflete a síndrome da colonização. O rebaixamento da cabeça ao que diz o “estrangeiro”, ainda que o que ele diga seja equivocado e suspeito.

Lembro aqui, senhor Presidente, que o Departamento de Justiça Norte-Americano apresentou queixa nos tribunais contra a Standard & Poors, acusando-a de fraude e de ter inflacionado deliberadamente as classificações dos investimentos imobiliários, precipitando a crise financeira que começou em 2008.

Além do governo federal dos EUA, os procuradores-gerais dos Estados de Washington, Arizona, Carolina do Sul, Arkansas, Pensilvânia, Colorado, Carolina do Norte, Delaware, Missouri, Idaho, Maine, Mississippi, Indiana, Tennessee, e Iowa abriram processos judiciais contra a Standard & Poors Rating Services e sua controladora The McGraw-Hill Companies Inc., e eles solicitaram julgamento pelos tribunais estaduais.

O Jornal NYT (New York Times) divulgou que: “[A Standard & Poors] conscientemente e com a intenção de defraudar, participou e executou um esquema para defraudar os investidores”.

Aliás, senhoras e senhores Deputados, uma investigação do Senado do EUA, tornada pública em 2010, concluiu que as empresas de classificação de riscos Moody e a Standard & Poors utilizaram modelos de avaliação que não permitiam prever o comportamento dos investimentos de alto risco que estavam a avalizar.



O interessante é que o argumento utilizado pela Standard & Poors foi no sentido de que eles são “incompetentes” (para utilizar um termo eufêmico ao que literalmente está escrito na defesa da empresa). A frase foi: “The we're-dumb-but-not-dishonest <[Sabemos que desde o início da crise financeira, que deflagrou em 2008, que a responsabilidade destas empresas de classificação de risco na derrocada do sistema financeiro tem sido amplamente discutida. Sem nenhuma credibilidade, a oposição quer fazer média e plantar o sentimento de mal - estar.](http://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-BR&prev=/search%3Fq%3DThe%2BU.S.%2Bgovernment%2Bfiled%2Ba%2Blawsuit%2Bagainst%2BStandard%2B%2526%2BPoor%2527s.%2BThe%2BJustice%2BDepartment%2Balleges%2Bthat%2Bthe%2Brating%2Bagency%2Bto%2Bhandle%2B...%26biw%3D1024%26bih%3D655&rurl=translate.google.com.br&sl=en&u=http://www.businessweek.com/articles/2013-11-13/cows-on-wall-street-why-the-latest-suit-against-the-rating-agencies-matters&usg=ALkJrhhWIzNV-1QavXoxj-J26ckDR_pAvg> defense (I call it that) could actually work if this case ever gets to a jury”. Algo como “nós somos incompetentes, mas não desonestos”. A estratégia foi escapar de um Tribunal do Júri.</p></div><div data-bbox=)

Por sua vez, a política de desenvolvimento brasileiro, contrária à ótica neoliberal, gera enormes incômodos no mercado financeiro, justamente porque se apresenta como alternativa para a Comunidade Europeia e para a América Latina.

Era o que havia de importante a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucas semanas, lemos nos



jornais do país, uma matéria que não precisava ser notícia, porque decisões judiciais são coisas rotineiras. Mas essa tinha algo de inusitado. Informava que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal reformou uma decisão do Juiz da Vara de Entorpecentes de Brasília, que havia absolvido um réu confesso de tráfico de drogas. O acusado foi flagrado transportando no estômago 52 pacotes de maconha para dentro do presídio.

O esdrúxulo do caso para merecer a matéria é que o Juiz fundamenta a sentença absolutória, porque a Lei de Entorpecentes e a Portaria do Ministério da Saúde não justificam a decisão de incluir o princípio ativo da maconha, o THC, na lista de proibições.

O Juiz estaria certo, para esperar uma justificativa motivada, se o relatório que produziu a lista fosse feito por um burocrata qualquer. Ocorre que quem o assinou, classificando a maconha como entorpecente, é um perito vinculado ao Ministério da Saúde, que tem fé pública no ofício. Além do mais, seria necessária uma justificativa para algo que é do conhecimento público?

Se hipoteticamente o juiz estaria certo, no caso concreto, a sua decisão pecou pela deficiência de virtude. Ser justo é a maior virtude dos homens como atestam as Escrituras. Virtude, já ensinava Aristóteles, é a observância do meio; o excesso e a deficiência são marcas do vício. Como o Juiz pode ser virtuoso se ele exige um excesso de burocráticas explicações da Portaria, sabendo o que pensa o conhecimento popular da maconha?

Surpreendeu também a justificativa do Juiz, ao alegar que é incoerente proibir uma substância recreativa como o THC da maconha e permitir outras também recreativas como o álcool e o tabaco. Disse que isso se deve a uma cultura atrasada



e de uma política equivocada.

Penso que, ao ouvirem essas explicações, Aristóteles e Rui Barbosa se viraram no túmulo. Primeiro porque igualou o significado aristotélico de vício com dependência; e segundo porque tratou desiguais com igualdade.

Sabemos que muitas pessoas são dependentes de tabaco e que a cultura popular chama isso de vício. Mas vício em Aristóteles significa erro. Será que deveríamos tratar igualmente, como ensinava Rui Barbosa, o erro de consumir maconha com o vício do tabaco, porque o Juiz não compreendeu a diferença semântica da palavra vício?

A semântica e a virtude têm uma importância essencial para tentarmos separar os vícios. Ficando na linguagem jurídica, pode-se questionar se o dolo nas condutas do consumidor de maconha e de tabaco e álcool seriam iguais. Qual a intenção do viciado em maconha e qual a do consumidor de álcool e cigarro? Será que a intenção do fumante e do bebedor é igual a do maconheiro?

Para aqueles que procuram essas diferentes substâncias pela primeira vez, podemos afirmar que quem fuma ou bebe não faz isso para ficar alucinado, ao contrário daquele que procura a maconha. Será que a sociedade seria mesmo atrasada ao proibir que seus membros buscassem a alucinação livremente?

Outro aspecto ruim da motivação da sentença do juiz foi definir como recreativas o tabaco, o álcool e a maconha. Mas uma vez, Aristóteles deve iluminar a virtude na semântica da palavra recreação. Recreação pode significar tanto empinar papagaio como jogar bolinha de gude, mas não podemos igualar as duas brincadeiras porque cada uma tem riscos diferentes.

Da mesma forma, não podemos igualar a recreação contemplativa do



horizonte de quem fuma tabaco com quem fuma maconha. Na primeira, a linha do horizonte no mar permanece uniformemente reta, mas para o segundo observador, o horizonte pode se mostrar sinuoso, como também pode ver surgir nas águas o Monstro do Lago Ness. Será que ambas as recreações são virtuosas e podem ser equiparadas?

Todavia, encontramos um vício máximo na decisão do Juiz da Vara de Entorpecentes de Brasília. Um vício que, se prosperar, pode causar um mal maior na sociedade. Um vício ideológico que causa insegurança jurídica, porque pode destruir o sentido abstrato e certo da norma jurídica.

Um Juiz que julga um caso concreto, contrariamente à uma norma legal, porque entende que ela foi derivada de uma cultura atrasada ou de uma política equivocada, pretende ser um oráculo do sistema legislativo. Como se considera possuidor de uma cultura modernosa acha que se pode aventurar a ser o guia dos legisladores.

Esquece mais uma vez de atentar para a virtude. Dessa vez, a da humildade. Se acha que existe atraso cultural nas decisões do poder legislativo, é porque não enxerga que os representados querem conservar esse tipo de tradição, conforme mostram as pesquisas de opinião.

Nós, os políticos conservadores, não temos a pretensão de criar um homem novo com outras ideias. Nós respeitamos o senso médio das pessoas. Senso médio como aquele que diz que cada macaco deve ficar no próprio galho.

Muito obrigado.

O SR. DIMAS FABIANO (Bloco/PP-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, no intuito de



fazer apelo à Mesa desta Casa e às Lideranças Partidárias para que incluem na Ordem do Dia, Proposta de Emenda Constitucional 555/2006, que beneficia pensionistas e aposentados, matéria acolhida por unanimidade durante os trabalhos de Comissão Especial, constituída para manifestar-se em torno da citada iniciativa, que contou com o endosso, com o apoio firme de mais de duzentos parlamentares.

Senhor Presidente, no entanto até o presente momento, constato que a inclusão da referida PEC não logrou êxito. Agora, ao iniciar-se este novo período de mobilização, renovam-se apelos anteriormente expressados em debates promovidos nas Assembleias Legislativas de diversos Estados brasileiros em volta da questão em pauta e da sua importante inclusão na ordem do dia desta Casa.

Senhor Presidente, já apresentei requerimento a esta mesa solicitando a inclusão da PEC 555/2006 na Ordem do Dia e neste momento renovo solicitações anteriores que não conseguiram a chancela da Mesa Diretora para que a PEC chegasse a exame soberano desta Casa.

Daí a nossa renovada solicitação para que não mais se protele a deliberação aguardada, pondo-se fim a uma espera de oito anos com desalento de milhares de beneficiários, até aqui desatendidos em sua justa postulação.

E com imensa pretensão para o deslinde ansiosamente esperado, ainda com justificada esperança, em torno da apreciação desta tão importante matéria para a sociedade brasileira peço pela inclusão de tão importante matéria na ordem do dia desta casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. HERMES PARCIANELLO (PMDB-PR. Pronunciamento encaminhado



pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo novamente a esta Tribuna para registrar meu incondicional apoio à implantação do curso de Medicina na cidade de Bandeirantes, no Paraná, que disputa com outros dois importantes municípios da região a primazia de ser aquinhoada com esta disciplina de graduação.

Na verdade, das três cidades, acredito que apenas Bandeirantes e Cornélio Procópio teriam condições de ser contempladas, pois são bem servidas quanto ao número de leitos e demais normativas. Porém, não se descarta a possibilidade das duas cidades serem contempladas. Isto não seria nenhum despautério, pois somente no estado de São Paulo existem 84 cursos desta disciplina. Registro aqui meu pleito em defesa de Bandeirantes e de Cornélio Procópio.

Reproduzo, Senhor Presidente, matéria jornalística de um importante site de notícias daquela região, o [www.revelia.com.br <http://www.revelia.com.br/>](http://www.revelia.com.br), postado em 29 de setembro de 2013, que retrata harmoniosamente a luta das duas cidades em garantir este tão sonhado curso de medicina.

Curso de Medicina: o que Bandeirantes e Cornélio têm a oferecer.

Os prefeitos Frederico Carlos de Carvalho Alves, de Cornélio Procópio, e Celso Benedito Silva, de Bandeirantes, fazem articulação nos bastidores para levar um curso de Medicina para seus municípios.

A questão foi um dos assuntos constantes da reunião da Amunop (Associação dos Municípios do Norte do Paraná), que aconteceu sexta-feira, 27 de setembro, em Cornélio Procópio.

Na ocasião, o prefeito Fred pediu o apoio dos prefeitos presentes para a pretensão de Cornélio Procópio. Segundo ele, seu município havia feito a lição de



casa e, por critério de justiça, estava se habilitando para receber o curso de Medicina.

Dentre os esforços feitos pelo município, ele citou a doação de uma área de 13 alqueires para a implantação do Hospital Regional, assim como a contrapartida de R\$ 1,5 milhão para a construção da obra, em andamento.

Fred defendeu ainda que Cornélio Procópio tem condições de abrigar aquele curso, em função de sua estrutura em saúde, que inclui ainda instituições de ensino e também a Santa Casa, que se soma ao Hospital Regional.

Ao também pleitear o curso de Medicina para seu município, o prefeito de Bandeirantes, Celso Silva, lembrou que a construção do Hospital Regional de Cornélio Procópio resulta da união de prefeitos da Amunop que fizeram pleito para que parlamentares apresentassem uma emenda de bancada.

O pedido foi apresentado em 7 de julho de 2009, durante reunião no Centro Cultural de Cornélio Procópio, contando com a presença dos então deputados Abelardo Lupion, Ricardo Barros, André Vargas, Alex Canziani e do senador Osmar Dias.

Celso Silva comenta que, ainda em 2006, ao atuar como coordenador da campanha de Osmar Dias ao governo estadual, ele já defendia a implantação de um curso de Medicina na região.

Ao citar que a UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná) conta com campus em Jacarezinho, Cornélio Procópio e Bandeirantes, Celso Silva relata que "temos que construir uma situação e apresentar projeto para depois definir o município".

No entanto, o prefeito de Bandeirantes descartou a possibilidade do curso de



Medicina ser instalado em Santo Antônio da Platina, por não ter estrutura condizente e o Hospital Regional estar "mal das pernas".

O prefeito lembrou que há vários critérios a serem considerados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação para implantação daquele curso em uma região.

Em favor de Bandeirantes, ele citou a existência de um campus de 62 alqueires, o curso de Enfermagem que tem conceito 4 no Enade, uma das melhores Santa Casa do país, um estabelecimento de saúde particular, o Hospital São Lucas, com 10 leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e ainda o campus da Unopar.

Para Celso Silva, a implantação do curso de Medicina não vai resolver o problema de saúde dos municípios a Amunop, mas é mais um instrumento significando mais qualidade de vida para a população regional.

Na disputa entre Bandeirantes e Cornélio Procópio, Celso Silva ainda comenta que também não "é absurdo" a possibilidade de aqueles dois municípios terem um curso de Medicina. Como exemplo, ele citou os 84 cursos existentes no estado de São Paulo, inclusive na cidade de Fernandópolis, que conta com 25 mil habitantes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o setor primário, o agronegócio brasileiro tem tido papel fundamental na manutenção de nossa economia, com papel de destaque em nossas exportações. E o governo federal tem se mostrado atento a isto. Recentemente abriu uma linha de crédito para a instalação de milhares de armazéns graneleiros nas regiões produtoras de grãos.



Tem ainda se mostrado sintonizado com o calendário agrícola e isto pode ser visto nos níveis de injeção de recursos no campo. Os financiamentos concedidos pelo governo federal, por meio do Plano Agrícola e Pecuário, a médios produtores rurais na atual safra já atingiram um valor recorde até agora.

Entre julho do ano passado e janeiro deste ano, foram liberados quase dez bilhões de reais pelas modalidades de custeio e investimento do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, o Pronamp. O valor representa uma alta de 28,7% sobre o mesmo período da safra 2012-13, quando foram contratados mais de sete bilhões e seiscentos milhões de reais e soma 74,64% do total de treze bilhões e duzentos milhões de reais disponibilizados ao programa na temporada atual.

Comparando com a temporada anterior, os financiamentos de custeio apresentaram alta de 6,8% e, as de investimento, um valor ainda mais expressivo: 100,4% superior. A avaliação, atualizada mensalmente, das contratações do crédito agrícola é realizada pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Sem dúvida este é o melhor resultado já obtido em sete meses da safra em relação ao crédito efetivamente contratado pelos médios produtores. Ao oferecer empréstimos com taxas de juros de 4,5% ao ano e outras facilidades, o governo mostra mais uma vez atenção especial ao segmento, fato que vem sendo intensificado nos últimos anos.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago mais uma vez a este Plenário um



problema recorrente da realidade brasileira que insiste em permanecer sem solução, apesar das incontáveis ocasiões que em diversos Parlamentares integrantes de todas as correntes políticas, com os quais nos alinharmos perfeitamente, vêm denunciando há muito tempo. Refiro-me, é claro, à odiosa situação de desigualdade econômico-financeira que impõe aos Municípios brasileiros uma atitude humilhante de mendicância inteiramente contrária às aspirações democráticas daqueles que elaboraram a chamada “Constituição Cidadã”.

Esta não é a primeira vez (e, infelizmente, temos a impressão de também não será a última) em que trazemos ao debate no âmbito do Congresso Nacional esta verdadeira chaga em nossa convivência política. É um escândalo que o Parlamento feche os olhos e os ouvidos à realidade por que passam os Municípios deste País. O governo federal, como todos sabemos, é o maior beneficiário do chamado “bolo tributário” que, apesar do nome, não envolve apenas recursos oriundos dos tributos federais, mas também das mais variadas e criativas formas de arrecadação. Os governos estaduais, por sua vez, não contam com tamanha desenvoltura arrecadatória, mas, quando comparados com os Municípios, é possível dizer que eles estão em situação mais do que confortável.

O tal “Pacto Federativo” com que se costuma denominar a distribuição de encargos e recursos pelos Entes da Federação brasileira é, na verdade, uma dupla enganação. Em primeiro lugar, um pacto somente pode ser assim chamado, quando seus participantes se integram ao acordo de livre e espontânea vontade, o que definitivamente não ocorreu com os Municípios, que nem sequer foram consultados e, se tivessem sido, não teriam concordado com tamanha injustiça. Em segundo lugar, qualquer termo que leve o adjetivo de “federativo” pressupõe uma reunião de



entidades para a qual todos trabalham em igualdade de condições. Todos aqueles que, como nós, são obrigados a testemunhar a peregrinação diária de prefeitos municipais pelos gabinetes de autoridades federais em busca de recursos sabem como esta igualdade é falsa.

Não fosse tudo isso um encargo excessivo, temos ainda que considerar o impacto da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Prestes a completar 14 anos de vigência, esta lei marca, sem dúvida alguma, um divisor de águas na gestão das contas públicas do Brasil e deve ser defendida por todos nós, pelo menos em sua essência. Mas o fardo que ela impõe sobre os Municípios é muito maior do que seria sensato. Pela própria carência de recursos e pela incompatibilidade incontornável das diversas normas em vigor, os prefeitos veem-se em muitas ocasiões na difícil circunstância de ter de escolher qual das leis que lhes são impostas serão desobedecidas, senão vejamos:

De acordo com as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, os Municípios são obrigados a aplicar pelo menos 15% do produto de sua arrecadação, incluídas as transferências de outros Entes, nas ações e serviços públicos de saúde. Ocorre, porém, que esses gastos são quase integralmente constituídos pelo pagamento de salários dos profissionais da área, tendo em vista que o material e os medicamentos utilizados geralmente fazem parte de transferências *in natura* que lhes são efetuadas. Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que apenas 60% da receita corrente líquida do Município poderá ser utilizada para o pagamento de pessoal e encargos sociais, tendo como índice prudencial para os gestores locais 53% da receita em encargos pessoais. Assim sendo, se o prefeito cumprir com a determinação da Emenda nº 29/2000, relativa à



aplicação mínima na saúde, estará descumprindo as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se, ao contrário, ele optar por observar as limitações da LRF, não conseguirá atingir o limite mínimo de aplicação na saúde, o que poderá ensejar até mesmo intervenção do Estado no Município.

Desde há muito, comparecemos a esta tribuna para denunciar a tendência da legislação tributária brasileira no sentido de privilegiar a criação, arrecadação e manutenção de contribuições dos mais diversos tipos, em detrimento dos impostos federais. Já tivemos a oportunidade de explicar que a causa desse fenômeno é mais do óbvio: o produto da arrecadação das contribuições não é partilhado com os demais Entes e fica integralmente no âmbito federal. Dessa forma, todas as novas legislações tributárias intensificam, por exemplo, a arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS -, deixando para conceder isenções ou benefícios fiscais no recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, de forma compensatória, o que acarreta prejuízo evidente às transferências constitucionais dos Estados e Municípios. A ênfase dada às contribuições sociais até poderia não ser tão desastrosa para os Municípios, se os recursos correspondentes fossem utilizados nos programas sociais do governo federal, o que certamente aliviaria a pressão existente nos programas governamentais de âmbito municipal, mas nós sabemos que não é isso o que acontece. Por meio de inúmeros mecanismos de natureza contábil e orçamentária, o produto da arrecadação das contribuições sociais acaba direta ou indiretamente destinado à obtenção de metas de resultado primário no âmbito federal.

Senhor Presidente, nobres Colegas, nós, como representantes de significativa parcela da população brasileira a quem são negados os serviços públicos de



qualidade garantidos pela Constituição, sem falar da maioria esmagadora de Municípios que vivem tão somente dos recursos do Fundo de Participação, não podemos ficar calados diante deste estado de coisas. Precisamos começar a discutir seriamente a necessidade de elaboração de um verdadeiro Pacto Federativo brasileiro. Atualmente, os Estados e principalmente os Municípios detêm a maior parte das responsabilidades e, no entanto, recebem a menor parte dos recursos. A parcela principal do bolo tributário fica, é claro, com a União. Isso precisa mudar e precisa mudar com urgência.

Tenho certeza de que conto com o apoio de muitos dos nobres Colegas, quando expresso a opinião de que o mínimo a se dizer a respeito da reivindicação dos prefeitos ao longo de tantas “Marchas a Brasília” é que se trata de um dos mais justos pleitos da atualidade, cabendo ao Congresso Nacional dar ouvidos ao que os Prefeitos municipais têm a dizer e tornar sua reivindicação uma realidade.

Não é possível continuarmos a despejar sobre os Municípios brasileiros tamanha carga de responsabilidades e esperar que os administradores locais façam alguma espécie de milagre de multiplicação dos recursos, para dar conta do recado. Ou bem reconhecemos que deveremos supri-los não apenas de verbas, mas de todos os recursos humanos e materiais necessários à sua missão institucional, ou bem admitimos a falência desse arranjo institucional, que somente descentraliza obrigações e torna o controle da arrecadação tributária cada vez mais concentrado.

Estamos sempre esperando o apoio dos Municípios brasileiros nas mais variadas circunstâncias, mas geralmente não lhes retribuímos a generosidade sistematicamente manifestada. Devemos lembrar, por exemplo, que, apesar de algumas críticas bastante pertinentes, a bancada que compõe a base de apoio ao



governo no Congresso Nacional sempre contou com o apoio de inúmeros prefeitos brasileiros na aprovação de diversos temas polêmicos que passaram por esta Casa na presente legislatura, não obstante o fato de que a tão decantada Reforma Tributária nunca ter de fato saído do papel, mesmo porque todas as alterações na legislação tributária que a União deseja fazer ocorrem por meio de medidas legislativas esparsas, que só interessam mesmo ao próprio governo federal. A União, como sempre, sai fortalecida, com uma maior centralização tributária.

Sempre que examinamos, aqui no Congresso Nacional, medidas que nos fazem reconhecer a necessidade de expandir a ação governamental em qualquer setor, mas principalmente na área social, invariavelmente nos lembramos dos Municípios. Na saúde; na educação; no combate à fome e à pobreza; enfim, é sempre assim. Quando o Estado brasileiro precisa atuar, a responsabilidade é quase sempre transferida aos Municípios, embora a quantidade de recursos disponíveis, na maioria das vezes, não corresponda às novas obrigações.

Não questionamos a escolha dos Municípios como o ente federativo mais apropriado para este tipo de política pública. A proximidade entre as administrações municipais e as populações carentes, beneficiárias dos programas sociais, além do melhor conhecimento de características locais e regionais diferenciadas, faz das prefeituras os locais mais indicados para originar e administrar qualquer tipo de projeto de atendimento social. Por outro lado, os governos estaduais e, mais ainda, o governo federal são constituídos por estruturas burocráticas “paquidérmicas” incapazes de ter a agilidade necessária para a tarefa. Evidentemente, portanto, o problema não está aí.

Está, sem dúvida alguma, na resistência crônica dos sucessivos governos



federais em transferir aos Municípios um volume de recursos compatível com as obrigações que eles recebem. Em pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal em todas as prefeituras brasileiras, quase se chegou a uma incrível unanimidade de que esse é o principal problema a ser enfrentado. Nada menos que 10 de cada 12 prefeitos entrevistados mencionou espontaneamente a falta de recursos transferidos por outros entes como sua maior dor de cabeça. Infelizmente, já fomos obrigados a ouvir nesta tribuna a manifestação de alguns Parlamentares que, insensíveis a essa realidade dramática, insistem em considerar este tipo de reclamação uma “choradeira” sem fundamento ou, pior ainda, um produto de administrações irresponsáveis e incompetentes. Se fosse assim, não estaríamos diante do fato de que 44% dos Municípios brasileiros ou, mais especificamente, 2.423 prefeituras se encontravam há pouquíssimo tempo em situação de déficit fiscal, um número que tem crescido a cada ano, apesar de todo o rigor imposto à gestão pública pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é possível explicar um fenômeno desta magnitude com o argumento simplista de que a culpa é de uma eventual e absolutamente improvável incapacidade de gestão, estranhamente generalizada por todo o País.

Nós, por outro lado, preferimos valorizar nosso espírito democrático e considerar que, quando uma maioria tão esmagadora de um universo tão vasto de personalidades públicas se manifesta de forma tão clara, eles provavelmente estão certos e o Congresso Nacional não pode fechar os ouvidos à sua voz.

Não podemos assistir impassíveis a um fato de tamanha gravidade. Mesmo porque sabemos que as chamadas “transferências voluntárias da União”, de formidável importância para os Municípios - tanto quanto as obrigatórias - sofrem



todo tipo de restrição e contingenciamento, nunca chegando a ser executadas no mesmo montante em que foram planejadas no orçamento.

Ainda que não considerássemos o fato indiscutível de que tais recursos estão sempre sujeitos a flutuações de natureza política, todos aqueles que, como nós, já tiveram de passar pelo dissabor de lutar pela liberação de verbas federais para os Municípios sabem que se trata de um processo moroso, complexo, excessivamente exigente e, na maioria das vezes, inapelavelmente ineficiente. Sempre foi preciso apresentar uma contrapartida de recursos próprios e comprovar a observância dos limites de endividamento impostos pelas Resoluções do Senado Federal. Até este ponto, não temos razões para discordar, afinal as duas exigências destinam-se a garantir o comprometimento do governo local com a obra e impedir que administrações irresponsáveis levem os serviços municipais ao colapso por meio de um endividamento suicida. É no restante das exigências, quase sempre injustificáveis e protelatórias, que concentrarmos nossa maior crítica.

Muitas vezes, é mais fácil obter recursos de instituições financeiras internacionais do que do governo federal. Precisamos lembrar, no entanto, de duas questões fundamentais: primeiro é responsabilidade do governo, e não dos organismos internacionais, prover os recursos necessários aos Municípios, pelo menos em uma circunstância em que o ordenamento constitucional não dá aos Municípios sua justa independência financeira e orçamentária. Segundo, a carência generalizada nas regiões mais pobres do País faz com que a opção de um financiamento internacional não seja possível. Somente quando o governo federal compreender que essa não é uma questão econômica, mas essencialmente política e social é que esse problema será resolvido.



Para nós, está mais do que clara a injustiça intolerável deste conjunto de imposições legais. Os prefeitos, sejam eles eleitos ou reeleitos, não importa, não podem ser punidos por uma situação que eles não provocaram. Já demonstramos aqui claramente que, na maioria das vezes, os limites ultrapassados não se devem a um eventual “inchaço” das despesas com pessoal e encargos sociais, mas à sistemática e draconiana redução das receitas municipais, esta sim merecedora de punições severas.

Se permitirmos que injustiças deste tipo aconteçam, não estaremos apenas prejudicando as populações de todos os municípios - que certamente terão parte de seus serviços paralisados -, mas estaremos também, e principalmente, renunciando a nossas prerrogativas constitucionais, imaginadas pela Assembleia Nacional Constituinte como um mecanismo de proteção da Federação brasileira.

Por tudo isso, Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, é que estamos convencidos da necessidade imperiosa e urgente reformulação do Pacto Federativo no Brasil, sem a qual o País não pode ser considerado uma Federação verdadeiramente democrática.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. DR. JORGE SILVA (Bloco/PROS-ES. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no exercício de meu primeiro mandato parlamentar nesta Casa, desejo registrar que muito tenho aqui aprendido, com a experiência de meus Pares, com os grandes debates realizados, com a resposta da sociedade às decisões tomadas.

Médico por profissão, e, sobretudo, por vocação, tenho apresentado



proposições voltadas principalmente à área de saúde, não porque deseje excluir os demais campos de interesse - o que limitaria muito minha atuação parlamentar -, mas por causa dos conhecimentos que adquiri ao longo de minha trajetória, e também do que busquei realizar como vereador no município capixaba de São Mateus, minha terra natal.

Tendo tomado posse na Câmara Federal em 2011, naquele primeiro ano, dei início à luta pela principal bandeira de minha campanha: a construção do Hospital Materno-Infantil de São Mateus, obra a atender não apenas o município mas toda a região próxima.

Lembro que São Mateus, a maior cidade da região norte do Estado, conta com um hospital regional, que já opera com déficit de leitos. Em 2008, iniciadas discussões para implantação da Rede de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, identificou-se a necessidade de se instalar uma maternidade regional no município, exatamente por sua localização estratégica.

Senhoras e Senhores Deputados, dadas essas informações preliminares, quero registrar, e celebrar, neste momento, a aprovação, por parte do Ministério da Saúde (MS), de quinze milhões de reais para construção do Hospital Materno-Infantil Regional de São Mateus.

Parecer do Ministério, datado de 8 de novembro de 2013, refere-se ao atendimento à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, bem como à Rede Cegonha, que se baseia na qualificação do modelo de atenção a gravidez, parto, nascimento, aborto e puerpério, sob as perspectivas da promoção e da humanização.

Autorizada a liberação da verba, que já consta com empenho dos recursos



para que as obras sejam iniciadas, em benefício, repito, não apenas de São Mateus, mas de todos os municípios do norte do Espírito Santo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é com muito orgulho que dou esta notícia a toda a Casa, orgulho que nada tem que ver com pedantismo, mas com a alegria de, ao completar meu terceiro ano de mandato, ver meu esforço recompensado, pois tão relevante obra sai do campo das ideias e ganha concretude.

Era esse momento ímpar que desejava partilhar com meus nobres Pares, com meus distintos eleitores do Espírito Santo, e porque não dizer, com todo o Brasil.

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo da crise financeira internacional, não houve recessão no Brasil. O desemprego foi baixo e o país cresceu, embora nem tanto quanto o desejado. Foi um período incerto da economia mundial, porém o Brasil soube enfrentá-lo com mais ganhos do que perdas. Nesse contexto, o País extraiu lições importantes que renderam inestimáveis dividendos à prosperidade nacional.

Nos últimos três anos, Sr. Presidente, a média do crescimento da produção foi de 2%. Permaneceu muito abaixo da média histórica. No entanto, no ano passado, o PIB brasileiro cresceu 2,3%, sendo a terceira maior taxa do mundo, somente ficando atrás da China (7,7%), e Coreia do Sul (2,8%). Neste ano, a estimativa é de que seja superior a 2%, porém há importantes lições que, se assimiladas, terão efeitos importantes no crescimento sustentável.

Aprendemos que, em matemática, a ordem dos fatores não altera o resultado. Entretanto, essa lógica não se aplica à política econômica, a qual é a arte de



estabelecer prioridades. Mesmo assim, dependem das circunstâncias, da evolução da economia de mercado e da sociedade de consumo. As medidas de ajustes fiscais e reformas estruturais devem assegurar tanto a interdependência das medidas de ajustes como as expectativas de resultados favoráveis por parte dos agentes econômicos.

Antes de a crise financeira internacional ocorrer, o governo brasileiro já direcionava sua estratégia de crescimento para redução da pobreza, distribuição da riqueza, preservação do poder de compra da renda, elevado nível de emprego, e maior competitividade da economia. Inaugurou, recentemente, o maior programa na história do país de investimentos na modernização da infraestrutura. Esses aspectos consistem no centro da política de desenvolvimento da nação.

No caso brasileiro, assegurados os intentos mencionados da política de desenvolvimento, o baixo crescimento econômico poderá ser rapidamente revertido. É inegável que a política econômica atuou no sentido de evitar a recessão, porém nem tudo deu certo. A principal lição desse episódio é que cada ingrediente da política de crescimento tem um tempo diferente de reação sobre os vetores do crescimento. De sorte que o calendário eleitoral não pode estar acima da responsabilidade fiscal.

É importante examinar o passado recente e entender as causas do baixo crescimento. Como parte do ordenamento dos fatores, no primeiro ato, a política de crescimento com estabilidade de preços deveria ter realizado expressiva diminuição dos gastos públicos e redução harmoniosa do ICMS entre as regiões do país. O segundo ato dependeria da intensidade da resposta do primeiro em relação ao crescimento da produção e do consumo. A taxa real do crescimento do consumo e



dos salários não poderia permanecer acima da produção industrial. Nesse aspecto, monitorar a expansão do crédito seria um dos elementos-chave do crescimento compatível com renda disponível futura da sociedade.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, não seria necessário adotar tantas restrições às importações, bastariam manter por mais tempo as medidas de incentivos às exportações (Reintegra), e o expressivo programa de financiamento à produção e à tecnologia.

Visto que a redução dos custos energéticos e dos tributos incidentes sobre a folha de pagamento é permanente, no conjunto das medidas, ela contribuiria para a taxa de inflação próxima da meta, assim como juros reais baixos e câmbio competitivo. Isso não causaria impactos adversos no poder de compra, tampouco na capacidade de endividamento das famílias.

Essas medidas, Sr. Presidente, reduziriam a pressão sobre os estoques de produtos e preços, sem alterar o nível de emprego. A sustentabilidade do crescimento requer tempo e aprendizado, tem seu lado pedagógico e assegura a continuidade do desenvolvimento econômico e social. Pelo fato de não se terem sincronizado a ordem e o tempo de reação das medidas fiscais e de estímulos à produção e ao consumo, a política monetária passou a atuar como sendo a única responsável pelo controle da inflação de demanda.

O empresário fez suas contas e percebeu que os fundamentos ficariam desalinhados e, com isso, haveria pressão inflacionária. A política monetária atuaria na direção de aumento rápido dos juros e taxa de câmbio volátil. Essas análises foram feitas antes do anúncio da "redução gradual do programa de compra de títulos de longo prazo (tapering)", do Banco Central dos Estados Unidos.



Diagnóstico correto. Grande parte dos empresários limitou-se a produzir na fronteira do diagnóstico. Criou-se, assim, um ambiente pouco propício para as estratégias de investimentos de longo prazo. Portanto, não foi falta de capacidade de produção que tenha causado maior pressão sobre os preços, mas principalmente, o descasamento entre as medidas econômicas e o tempo de reação das principais variáveis econômicas. Mesmo assim, os fundamentos macroeconômicos permaneceram como metas a serem atingidas.

Apesar da fragilidade da recuperação da economia global, permanecem na pauta do desenvolvimento brasileiro importantes ingredientes do crescimento sustentável de médio e longo prazos: estabelecer maior racionalidade na rentabilidade entre os títulos financeiros de curto e longo prazos; adequar o roteiro das reformas fiscal, tributária e previdenciária com vista à redução do custo da produção das empresas privadas; assegurar a redução gradual da dívida bruta do governo federal com vista à diminuição permanente do custo do capital das empresas; reformular a regra do salário mínimo, tornando-a compatível com a produtividade nacional; e um efetivo programa de inserção do setor industrial nos acordos regionais - as Parcerias TransPacífica e Transatlântica, e o acordo Mercosul-União Europeia.

Ajustada a sequência das reformas e avançando na pauta do desenvolvimento, todos os demais elementos referentes à competitividade, inovação e maior eficiência dos fatores de produção encontrarão seu destino.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o descarte ambientalmente correto



de resíduos sólidos é um desafio para toda sociedade. Infelizmente, ainda estamos longe de implementar, em toda a sua extensão, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, legislação aprovada há quatro anos que regula esta prática no nosso País. Há, no entanto, uma louvável exceção: trata-se do setor de agrotóxicos, no qual somos líderes mundiais no que diz respeito ao recolhimento e reciclagem de embalagens vazias.

Em 2000, foi aprovada legislação, a Lei nº 9.974, que estabeleceu a obrigatoriedade das empresas fabricantes de recolherem as embalagens dos produtos vendidos aos agricultores. Esta poderia ser mais uma das centenas de boas leis do País que não saem do papel. Mas, graças ao esforço conjunto de empresas, produtores rurais, distribuidores comerciais, sindicatos, cooperativas e associações, com o apoio do Poder Público, hoje funciona, com muita eficiência, um modelo logístico que se tornou referência no mundo em gestão de resíduos na agricultura, o Sistema Campo Limpo.

Nossos números impressionam. Em 2012, foram recolhidas 94% do volume de embalagens vazias de agrotóxicos. Índice que supera de longe o de países como a Alemanha, que recolheu 76% do volume, França, com 66%, Japão, com 50%, Austrália, com 30%, e Estados Unidos, com 30%. É uma performance extraordinária, motivo para nos orgulharmos ainda mais da moderna agricultura nacional.

O Sistema Campo Limpo é gerenciado pelo inpEV, Instituto Nacional de Embalagens Vazias, que representa a indústria fabricante de defensivos agrícolas. O inpEV aproveita o frete de retorno para recolher as embalagens vazias e levá-las até o seu destino final. Ou seja, este transporte é feito pelo mesmo caminhão que distribui os defensivos agrícolas. Ao invés de voltar vazio, ele leva as embalagens



para a reciclagem ou incineração, local que normalmente fica próximo ao ponto de origem dos caminhões.

O engajamento das comunidades no processo é garantido por iniciativas voltadas para a conscientização da população. Entre elas, destaca-se a comemoração do Dia Nacional do Campo Limpo, quando os resultados positivos são compartilhados com a comunidade. A mais recente edição do evento, que aconteceu em agosto do ano passado, mobilizou 100 unidades de recebimento do material descartado em 23 estados brasileiros.

Mas nem todas as notícias relativas aos defensivos agrícolas no nosso País são positivas. No ano passado, as apreensões de agroquímicos ilegais cresceram 155% em relação ao ano anterior, de 13,6 toneladas para 34,7 toneladas. Embora a quantidade ainda seja pouco representativa, em termos absolutos - são comercializadas cerca de 900 mil toneladas de agrotóxicos anualmente no País - ela preocupa, pois pode caracterizar uma tendência.

O grande problema dos falsificados é que eles não têm ingredientes ativos, e não têm, portanto, ação efetiva, embora muitos contenham até enxofre para conferir um cheiro característico ao produto. Isso faz com que o agricultor seja gravemente lesado, porque ele acredita que está protegendo sua lavoura contra as pragas quando o produto utilizado é inócuo.

É difícil identificar o agroquímico falsificado porque a nota fiscal e a receita agronômica que os acompanham também costumam ser falsas. Além disso, estes produtos imitam marcas já registradas no País, o que contribui para enganar o agricultor.

Senhor Presidente, nobres Colegas, esperamos que as autoridades



responsáveis pela fiscalização do setor intensifiquem suas ações, para evitar que produtores continuem a ser enganados, com sérios ônus para sua atividade.

E aproveitamos a oportunidade para saudar, mais uma vez, a adoção pelo País do Sistema Campo Limpo, motivo de orgulho para todos nós, brasileiros.

Obrigado.

O SR. STEFANO AGUIAR (PSB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 21 de março, foi comemorado o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, e eu quero aproveitar a oportunidade para fazer algumas reflexões sobre este tema, que nos toca particularmente.

O Brasil foi à última nação da América a abolir a escravidão, e até hoje negros, indígenas, ciganos e membros de outras etnias ainda sofrem os efeitos da discriminação racial no nosso País.

O abominável comércio de seres humanos, majoritariamente negros, mas também indígenas, foi praticado no País durante quatro dos nossos cinco séculos de história. E, quando se aboliu oficialmente a escravatura no Brasil, os negros tiveram que sobreviver, sem nenhuma espécie de apoio ou proteção, em uma sociedade retrógrada e preconceituosa, que fez com que a desigualdade étnica se traduzisse imediatamente em desigualdade de classe.

Os indígenas não tiveram melhor sorte. Submetidos a um longo processo de extermínio, que reduziu a população de índios no Brasil a não mais do que 350 mil indivíduos, eles foram espoliados em sua cultura, valores, crenças, estilo de vida. As línguas indígenas, que eram cerca de 1.300, há 500 anos, hoje não ultrapassam as 180. E os indígenas que vivem fora das aldeias, uma população calculada em torno



de 190 mil indivíduos, são quase todos pobres e marginalizados.

Após a abolição da escravatura, a crueldade contra estas etnias assumiu a forma do mito hipócrita da “democracia racial”. Este discurso teve o efeito perverso de retardar por décadas a tomada de consciência, pela sociedade, dos mecanismos históricos que segregam negros e índios aos estratos inferiores da nossa pirâmide social.

Felizmente esta construção ideológica ruiu, em grande medida graças ao esforço dos próprios prejudicados, que passaram a denunciar sistematicamente os ônus sofridos em razão da discriminação racial, a partir de números e estatísticas irrefutáveis. Desde então, medidas efetivas têm sido tomadas para compensar a falta de oportunidades oferecidas aos negros, como a política de cotas reservadas a eles para o ingresso nas universidades públicas.

Este foi um passo importante, mas a discriminação racial é um processo insidioso, que continua a permear o nosso cotidiano. São palavras e gestos, muitas vezes pequenos, mas sempre cruéis, que vão desde piadas até decisões de contratação ou demissão no local de trabalho. Atitudes e comportamentos que ferem e provocam toda espécie de danos, morais, financeiros, psicológicos.

Tais posturas são transmitidas de geração a geração, e só há uma maneira de romper este círculo vicioso: educação. Uma educação centrada no respeito às diferenças, desde os primeiros anos de vida, uma educação que ensine as novas gerações a olhar o outro como um semelhante, a despeito da diversidade étnica.

Neste sentido, quero saudar a lei que estabelece a obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares da história africana e dos negros brasileiros, em vigor há uma década. Medidas como esta contribuem de maneira extraordinária para



instilar nas novas gerações o respeito à cultura dos negros, e serão muito bem-vindas iniciativas análogas voltadas à valorização de outras etnias.

Constatamos, com muita alegria, que cada vez mais a sociedade brasileira se autorrepresenta como uma sociedade multiracial marcada pela disparidade de condições de vida e de oportunidade entre os grupos étnicos-raciais que a compõem. Isso é muito positivo, pois o primeiro passo para que uma sociedade supere seus atavismos é um diagnóstico autêntico e corajoso sobre si.

De minha parte, reitero a disposição de continuar trabalhando para que chegue em breve o dia em que todos os brasileiros, sejam eles negros, brancos ou índios, possam disputar, em pé de igualdade, postos de trabalho, salário e renda no nosso País. Continuarei trabalhando para que sejamos um dia uma sociedade onde efetivamente se pratica a igualdade racial.

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa e na Voz do Brasil.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Petrobrás vem mantendo, por décadas, ao lado da competência técnica na exploração de petróleo, a imagem de empresa administrada com eficiência. Ultimamente, essa reputação, no âmbito da capacidade gerencial, vem sendo comprometida por falhas, pouco ou mal explicadas, que chegaram até a provocar sua descapitalização. O episódio da compra de metade da Refinaria de Pasadena, no Texas, da belga Astra Oil, em 2006, por um preço oito e meia vezes maior do que esta havia pago, um ano antes, pela instalação inteira, exige esclarecimentos da parte do governo, sem interferências e subterfúgios, para que a empresa, o setor público, os acionistas



privados e os brasileiros saibam afinal o que de fato ocorreu.

A imprensa está investigando os fatos em seus pormenores, como, por exemplo, a ordem que foi dada à empresa, pela presidente Dilma Rousseff, de preparar uma nota explicativa sobre o caso, sua discordância do texto que lhe trouxeram, ao ponto de ter rasgado o papel e redigido de próprio punho a versão que foi amplamente publicada pelos jornais.

Nessa versão, que passa, portanto, a ser a oficial, a presidente, que na época estava à frente do Conselho Administrativo da estatal admite que apoiou a operação com base tão somente em um resumo executivo, “técnica e juridicamente falho” do diretor internacional da Petrobrás, Nestor Cerveró. A seguir, o Conselho se reúne para tratar do caso, Embora não se saiba tudo o que foi decidido, Nestor Cerveró foi exonerado da direção financeira da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás, três dias depois de ter sido culpado pela presidente de ter omitido informações no relatório que ensejou a aprovação de compra da refinaria texana.

Ora, isso é muito pouco e pode servir, se muito, para esfriar a repercussão do escândalo. A ação da Polícia Federal, que resultou na prisão de um outro ex-diretor da Petrobrás com participação em lavagem de dinheiro e em negociações para a compra da refinaria, fortalece as suspeitas de que esse caso pode ter implicações criminais.

O que se pode concluir até agora é que a operação foi um péssimo negócio para o Brasil. Por outro lado, já se pode constatar que a transação foi também um lamentável exemplo de descontrole da máquina pública, consideradas as falhas na gestão executiva da estatal, no monitoramento do governo como controlador da empresa e nas atividades dos órgãos encarregados de fiscalizar suas ações.



Os fatos que permitiram a aquisição de uma refinaria ineficiente, com prejuízos de mais de US 1 bilhão para o país, merecem ser investigados com a profundidade que o caso exige, para que se esclareça se os envolvidos na negociação cometem apenas erros técnicos.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que falo hoje sobre o sucesso do Sisutec, que cresceu 40% em relação a 2013. Mais de um milhão de inscrições de jovens que terminaram o ensino médio foram feitas no Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec). Eles disputam uma das 291 mil vagas em 122 cursos técnicos. Também aproveito para destacar que o governo federal investiu R\$ 14 bilhões no Pronatec que já tem 6,1 milhões de matrículas. Há cursos do Pronatec sendo oferecidos em mais de 4 mil cidades em todos os estados. A maioria do público desses cursos é formada por mulheres: elas respondem por seis em cada dez matrículas. Senhor presidente, todos os cursos do Pronatec são gratuitos e oferecidos pelos institutos federais de educação tecnológica e profissional, pelas escolas do Sistema S (Senai, Senac, Senat e Senar) e pelas escolas técnicas estaduais. São 220 cursos técnicos e 646 de qualificação profissional. Estou certo de que a educação profissional é um importante caminho para alcançarmos educação de qualidade a todos.

VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



DEIXAM DE COMPARÉCER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Encerro a sessão, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 25 de março, às 20 horas e 8 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 7 minutos.)